UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA PAULA NUNES CHAVES

POR OUTRAS ESPACIALIDADES:

uma cartografia da pedagogização no Parque Ibirapuera, SP

São Paulo

2015

Ana Paula Nunes Chaves

POR OUTRAS ESPACIALIDADES:

uma cartografia da pedagogização no Parque Ibirapuera, SP

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Educação.
Área de Concentração: Filosofia da Educação
Orientação: Prof. Dr. Julio Groppa Aquino

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.01 Chaves, Ana Paula Nunes
C512p Por outras espacialidades: uma cartografia da pedagogização no Parque Ibirapuera, SP. / Ana Paula Nunes Chaves; orientação Julio Groppa Aquino. São Paulo: s.n., 2015.
227 p. ils.; apêndice

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Filosofia e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Espaço (Filosofia) 2. Espaço urbano 3. Parque Ibirapuera 4. Foucault, Michel, 1926-1984 I. Aquino, Julio Groppa, orient.

Folha de aprovação

CHAVES, Ana Paula Nunes.

Por outras espacialidades: uma cartografia da pedagogização no Parque Ibirapuera, SP

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Filosofia da Educação

Aprovado em 23 de setembro de 2015.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Julio Groppa Aquino
Universidade de São Paulo (FE-USP)

_____

Profª. Drª. Cintya Ribeiro
Universidade de São Paulo (FE-USP)

_____

Prof. Dr. Rodrigo Valverde
Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

_____

Profª. Drª. Valéria Cazetta
Universidade de São Paulo (EACH-USP)

_____

Profª. Drª. Ruth Nogueira
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A Daniel Marcolino,

pela amizade e cumplicidade desmedida

Agradecimentos

Ao professor Julio Groppa Aquino, meus agradecimentos mais sinceros por receber-me tão prontamente entre os seus. Participar de um grupo de pesquisa sob sua orientação foi conceber o real comprometimento com o trabalho acadêmico. Seu rigor analítico, sua leitura sempre atenta e seu pensamento perspicaz o fazem único e admirável. Jamais esquecerei as provas de lealdade, gentileza e generosidade. Sem o cuidado de sua orientação, nada disso seria possível.

À Universidade de São Paulo, à Faculdade de Educação, ao Programa de Pós-graduação em Educação e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por possibilitarem a realização dessa investigação.

Aos colegas do grupo de orientação, Elisa Vieira, Flavio Tito Cundari, Gisela Val, Guilherme Magalhães V. S. Oliveira, Juliana Jardim, Luis Paulo Pimentel de Souza, Marcelo Rito, Sandy Pessonia, Sidmar Gomes e Silas Sampaio Garcia. E, ainda, Darian Rabbani e Taís Patrício. Minha sincera admiração pelos pensamentos valentes e potentes. Vocês foram fonte de inspiração e de entusiasmo.

Aos mestres orientadores, professora Sonia Castellar, professor Marcelo Garrido e professora Raquel Pulgarín. Obrigada por acompanharem esse caminhar investigativo.

Aos que em terras longínquas me acolheram, Alberto Gutiérrez, Alejandro Pimienta, Alexander Henríquez, Carolina Serna, Claudia Blanco, Daniel Reyes, Edith Castro, Jaime Barajas, Lorena Rodriguez Gallo, Luis Hincapie, Marta Cecília, Mercedes Reyes, Nataly Velez, Nelson, Rafael Medina e Raffaella Scutari. No olvidaré sus gestos amorosos y incansables de ayudarme cuando estuve lejos de los mios.

Aos amigos amantes da geografia, Aline Miranda, Aline Turatti, Felipe Passos, Rosemberg Ferracini, Julio Machado e Maria Helena Lenzi. Que sorte a minha ter vocês por perto.

À Carolina Villada Castro, por forjar minha paixão pela filosofia. Obrigada pela prontidão dos diálogos e pela presença, sempre.

Ao Giulianno Monteiro, por instigar minhas loucuras discursivas. Por você, tenho em meu coração, um amor sem limites.

À Juliana Maia, a mulher da escuta paciente, confidente audaz. Agradeço por dividir contigo minhas angústias, inseguranças e alegrias de pesquisa.

À minha “grande amiga e irmã de coração”, Leila Procópia do Nascimento. Pelas horas e horas de escuta atenta, com quem tenho partilhado a mais bela das amizades.

À Ruth Emília Nogueira, que começou me ensinando a fazer mapas, me levou a gostar das cores e de lápis de cor, encorajando-me a materializar pensamentos em palavras escritas. A você, querida amiga, minha eterna gratidão.

Aos meus maiores amores, Dimas, Joana, Patrícia, Marília, Carolina, Maria Fernanda, Caio, João Lucas, Diego, Caponi e Danilo, pela força que o convívio familiar desencadeia.

Aos amigos que, à maneira de uma enciclopédia chinesa, não se encaixariam em nenhuma dessas singulares rubricas. Anibal Muchimbane, César Moreira, Corina e Iberê Lanzellotti, Elisandra Mandra, Gean Pierre, Joselma Salazar, Kelly Sabino, Lia Simões, Marilda Martins, Maurice Russel, Regiane Lucas, Valquíria Santos e Vinícius Nogueira. Obrigada por tanto tempo me escutarem, me suportarem, me incentivarem e, se ainda não bastasse, por me quererem tão bem.

E, ainda, aos humilhados, ofendidos e demônios de Dostoiévski, ao Isak de Hansun, às vidas secas de Graciliano, aos perversos de Roudinesco, à família Grandet de Balzac, ao Aleph de Borges, às memórias de Primo Levi, à Lolita de Nabokov, à Cármen de Mérimée, à pomba de Süskind, aos amores e cóleras de Gabriel García Márquez e a vários outros que me foram companhia e inspiração nos momentos solitários de pesquisa.

Gosto dos mapas porque mentem.
Porque não dão acesso à dura verdade.
Porque, generosos e bem-humorados,
estendem-me na mesa um mundo
que não é deste mundo.

WISLAWA SZYMBORSKA

Resumo

O presente trabalho tem como propósito principal perspectivar analiticamente como os processos de pedagogização forjam e governam determinados espaços e espacialidades. Para tanto, partimos do pressuposto de que as práticas sociais são moduladas por jogos de força que as criam e recriam espacialmente, sobretudo por meio de mecanismos pedagogizantes que ultrapassam o âmbito educacional formal, alastrando-se cada vez mais no cenário urbano contemporâneo. Assim, propomo-nos a analisar a relação entre educação e produção de espaços/espacialidades nas práticas instituídas no Parque Ibirapuera-SP. A investigação tem como marco teórico o pensamento de Michel Foucault, além de mobilizar os trabalhos de Doreen Massey, Edward Soja, Henri Lefebvre, David Harvey e Rodrigo Valverde. A cartografia realizada pleiteia-se, portanto, uma derivação da perspectiva arqueogenealógica foucaultiana. De acordo com tal referencial, assinalaram-se práticas que permitiram dimensionar as transformações pedagógicas e espaciais do Parque desde sua criação, apontando para os modos como atualmente se perfaz o governamento das espacialidades e, em igual medida, as contracondutas aí tornadas possíveis. Além do levantamento bibliográfico, operamos segundo duas frentes de trabalho complementares: em primeiro lugar, a análise de documentos oficiais acerca do Parque, dos Processos da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo e de discursos jornalísticos veiculados a seu respeito pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em diferentes décadas; em segundo, a observação e o registro de práticas contemporâneas ali em curso. Os resultados evidenciam uma racionalidade vincada em práticas de pedagogização, e estas, aliadas a tecnologias específicas de governamento dos espaços. Um cenário que apresenta lógicas de governo heterogêneas, que coexistem através do tempo, ajustando-se, desajustando-se ou alterando-se. Não obstante, um campo vivo de forças, de sujeitos e práticas de subjetivação. A história arqueogenealógica do Parque, assim como dos diferentes mecanismos pedagogizantes ali em voga, possibilitou deslindar o trânsito dos espaços e o governo das espacialidades pela população que dele faz uso, além das diferentes contestações dos arranjos até então configurados, demarcando traços fugidios de uma heterotopia urbana.

Palavras-chave: Espaço; Espacialidade; Pedagogização; Parque Ibirapuera; Heterotopia; Michel Foucault.

Abstract

This work main purpose is to create an analytical perspective for how the pedagogical processes forge and govern certain spaces and spatiality. For this, we assume that social practices are modulated by power games that create and recreate them spatially, especially through pedagogical mechanisms that go beyond the formal educational context, increasingly spreading in the contemporary urban scenario. Thus, we propose to analyze the relationship between education and the production of space/spatiality in the practices established on Ibirapuera Park-SP. The investigation has as theoretical framework the thought of Michel Foucault, and mobilizes the works of Doreen Massey, Edward Soja, Henri Lefebvre, David Harvey and Rodrigo Valverde. The mapping performed pleads, therefore, a derivation of the Foucauldian archaeogenealogycal perspective. According to this framework, some practices that enabled to size the pedagogical spatial transformations of the Park since its creation where singed, pointing to the ways in which currently the spatiality govern is made, in equal measure, the contraconducts then made possible. In addition to the literature, we operate according to two complementary work fronts: first, the analysis of official documents about the park, the Processes Commission of the fourth centenary of the city of São Paulo and journalistic discourses about the park conveyed by the newspaper O Estado de São Paulo in different decades; Second, the observation and recording of contemporary practices there in progress. The results show a rationality founded in pedagogical practices, and these, together with specific technologies of government of the spaces. A scenario that presents logics of heterogeneous government, which coexist over time, adjusting, maladjustment or alternating. Nevertheless, a living field of powers, of subjects and subjectivity practices. The archaeogenealogycal history of the Park, as well as the different pedagogical mechanisms there in vogue, allowed to unravel the transit of spaces and the government of the spatiality's by the population that makes use of it, in addition to the different challenges of the previously configured arrangements, marking fleeting traces of an urban heterotopia.

Keywords: Space; Spatiality; Pedagogics; Ibirapuera Park; Heterotopia; Michel Foucault.

Lista de ilustrações

Figura 1. Vista aérea do Parque Ibirapuera 49
Figura 2. Ocupação da região onde hoje se localiza o Parque Ibirapuera 92
Figura 3. Projeto do Parque Municipal proposto por Reinaldo Dierberger em 1929 93
Figura 4. Eixo central e arvoredo do Projeto de Reynaldo Dierberger 94
Figura 5. Conjunto arquitetônico do Parque Ibirapuera (Maquete da versão preliminar do projeto original), 1951/1954 99
Figura 6. Conjunto arquitetônico do Parque Ibirapuera (Maquete da versão final aprovada), 1951/1954 99
Figura 7. Inauguração do Parque em 1954 100
Figura 8. Identificação das principais construções permanentes e dos pavilhões provisórios em 1954 100
Figura 9. Pavilhão Lucas Nogueira Garcez (OCA) 101
Figura 10. Pavilhão Ciccillo Matarazzo 101
Figura 11. Localização e identificação dos espaços do Parque 102
Figura 12. Festa de inauguração com desfile de barcos e de trajes de banho 108
Figura 13. Pavilhão do Rio Grande do Sul 109
Figura 14. Transporte gratuito para participação na abertura da Exposição do IV Centenário e condução no interior do Parque 109
Figura 15. Parque Shangri-Lá 110
Figura 16. Passeio de trenzinho e de barco 111
Figura 17. Convite Comissão IV Centenário 111
Figura 18. Maquete da espiral do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo 114
Figura 19. Anúncio das festividades IV Centenário 114
Figura 20. Monumento às Bandeiras 115
Figura 21. Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932 115
Figura 22. Intervenção teatral com Phedora, Maria e Jesuius 116
Figura 23. Divulgação I Encontro de Clubes de Jardinagem no Ibirapuera 118
Figura 24. Divulgação de lazer coluna Viva Bem – “Ibirapuera - o que fazer por lá” 119
Figura 25. Jardim de Esculturas 120
Figura 26. Viveiro Manequinho Lopes 121
Figura 27. Bosque da Leitura com Serraria ao fundo 121
Figura 28. Programa de Educação Ambiental 122
Figura 29. Chamadas do Programa de Educação Ambiental 123
Figura 30. Divulgação 31ª Bienal: “Arte, venha fazer parte” 125
Figura 31. Planetário 126
Figura 32. UMAPAZ 126
Figura 33. Publicidade Pão de Açúcar 127
Figura 34. Divulgação exposição Picasso na OCA 128
Figura 35. Divulgação show 129
Figura 36. Praça da Paz 129
Figura 37. Auditório Ibirapuera 130
Figura 38. Opções de passeio com propostas de atividades educativas 131
Figura 39. Visitas educativas de grupos escolares 132

Figura 40. Museu Afro 133
Figura 41. Museu de Arte Contemporânea – MAC 134
Figura 42. Museu de Arte Moderna – MAM..... 135
Figura 43. Apresentação MAM Educativo..... 136
Figura 44. Propagandas de cigarro publicadas no jornal O Estado de S. Paulo em 1954..... 145
Figura 45. Capa de LP da campanha Hollywood ilustrada com atividades esportivas..... 146
Figura 46. Propaganda de multivitamínico da Roche..... 148
Figura 47. Propaganda Unimed..... 148
Figura 48. Iniciativas e projetos educativos 150
Figura 49. Programa SESC – Dia do Desafio – Driblando a Inatividade 151
Figura 50. Campanha Avon contra o Câncer de Mama 152
Figura 51. Antiga Serraria 154
Figura 52. Equipamentos para atividade física..... 154
Figura 53. Programa *Vida e Saúde nos Parques* 154
Figura 54. Mapa da Ciclovia da Família 155
Figura 55. Ciclovia da Família 155
Figura 56. Miniciclovia 155
Figura 57. Bike fresh 156
Figura 58. Classificados de imóveis em 1994 158
Figura 59. Classificados de imóveis em 2004 158
Figura 60. Apartamentos de alto padrão observados do Viveiro Manequinho Lopes 160
Figura 61. Mapa dos locais perigosos do Ibirapuera 180

Lista de siglas

ABRAPRECI	Associação Brasileira de Prevenção ao Câncer de Intestino
ALV	Aprendizagem ao longo da vida
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDC	Clubes Desportivos da Comunidade
CECCO	Centro de Convivência Ibirapuera
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CEU	Centro Educacional Unificado
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo
EBC	Empresa Brasil de Comunicação S/A
EMA	Escola Municipal de Astrofísica Professor Aristóteles Orsini
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRAACC	Grupo de Apoio à Criança com Câncer
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUAV	Faculdade de Arte e Design do Instituto Universitário de Arquitetura
IVC	Instituto Verificado de Circulação
JOTESP	Jornalistas de Turismo do Estado de São Paulo
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
MAC	Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo
MAM	Museu de Arte Moderna
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCA	Pavilhão Lucas Nogueira Garcez
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODAM	Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SESC	Serviço Social do Comércio
SPDM	Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
SUS	Sistema Único de Saúde
UMAPAZ	Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Apresentação 16

1. O espaço como artefato pedagógico 20
1.1 Topologias espaciais: a tentativa de uma arqueologia transdiscursiva do espaço 22
1.2 A pedagogização dos espaços 38
1.3 O Parque Ibirapuera: delineando um cenário 48

2. A herança de Michel Foucault para os estudos da produção dos espaços 52
2.1 Um olhar arqueogenealógico sobre o espaço 53
2.2 Do controle e das artes de governar espacialidades 58
2.3 Os espaços heterotópicos e a dimensão da espacialidade 71

3. Parque Ibirapuera: cartografia de um espaço e suas tecnologias de governo 83
3.1 As políticas públicas para a construção do Parque Ibirapuera 91
3.2 Os modos de vida em práticas de lazer cultural 106
3.3 Os modos de vida em práticas de lazer esportivo 142

4. Traços de heterotopia urbana na pedagogização dos espaços 164

Considerações finais 184

Fontes 191
Arquivos e bibliotecas pesquisados 191
Documentos oficiais sobre o Parque Ibirapuera 192
Fundo Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo 193
Imprensa periódica 214
Produções bibliográficas 218

Referências 220
Apêndices 226
Apêndice 1. Seleção de referências a respeito do Parque Ibirapuera e do IV Centenário da Cidade de São Paulo disponíveis para consulta no Arquivo Histórico de São Paulo 226

Apresentação

Práticas portadoras de mecanismos pedagógicos, alegadamente formativos, extravasam os muros das escolas, alastrando-se cada vez mais no cenário urbano contemporâneo. O espraiamento de uma educabilidade constante, ininterrupta, que se dá a qualquer momento e em diferentes esferas do espaço social nas cidades, retrata processos de pedagogização que não deixam de criar, governar e gerir espacialidades.

Julio Groppa Aquino (2012) discute esse fenômeno social a partir de dois movimentos que circundam o universo educacional na atualidade: a disjunção e a dispersão. O primeiro desses termos pretende explicitar o elevado número de funções polivalentes historicamente atribuído à educação escolar. Essa inflação das responsabilidades conferidas aos fazeres escolares redundaria, segundo o autor, em um efeito desagregador das demandas sociais em relação às respostas institucionais a elas oferecidas. Por outro lado, o fenômeno da dispersão se caracterizaria pelo "espraiamento sem precedentes de práticas de teor pedagogizante, não mais circunscritas ao espaço escolar" (p. 148). Segundo o autor, as práticas pedagógicas não se encontrariam mais restritas à escola, mas se estenderiam a outras esferas, segundo um movimento de amplificação das práticas afeitas à educação não escolar.

Os conceitos de "pedagogização" e de "expansionismo pedagógico", nas palavras de Aquino (2012, 2013a) e Vieira (2012), foram referenciados por diversos autores. Na lógica imperativa da "sociedade totalmente pedagogizada" proposta por Basil Bernstein (2001), da "sociedade pedagógica" apontada por Jacky Beillerot (1985), da política da "aprendizagem ao longo da vida" discutida por Stephen Ball (2013), ou ainda no que Noguera-Ramírez (2011) chamou de "sociedade educativa", o aprender converte-se numa atividade interminável e onipresente.

Nas últimas três décadas, as políticas públicas para a educação brasileira foram implementadas por organizações multilaterais internacionais que paulatinamente regeram reformas de cunho neoliberal, derivadas de propósitos gerencialistas e mercadológicos fomentados por mecanismos governamentais que passaram a apresentar um viés fortemente marcado pelo empreendedorismo. Um dos resultados desse cenário político foi a produção de uma série de instrumentos destinados à formação de uma imagem de cidadão: trabalhador, flexível, autônomo, eficiente e inovador.

"Cidadão" é, aqui, compreendido como um indivíduo que goza de direitos civis e políticos orquestrados pelo Estado; portanto, um sujeito de governo (ROSE, 1998, 2007, 2013). Um cidadão eficazmente instado a buscar cada vez mais seu desenvolvimento

individual por meio de múltiplas formações, na intenção de se autopromover. Tal situação retrata, por um lado, a demanda por um eterno aprendiz, na busca incessante e ininterrupta por formação, capacitação e aperfeiçoamento. Por outro lado, retrata também a expansão e a diversificação de práticas de teor pedagogizante que atuam como estratégias de gestão de condutas em espaços além dos escolares.

O expansionismo pedagógico sobre o qual nos debruçamos acarreta uma reverberação de práticas de caráter subjetivador na gestão dos modos de vida, que são, inclusive e sobretudo, espaciais. A disposição do espaço produz os hábitos de quem dele faz uso e imprime certa conduta que, por sua vez, modula modos de vida determinados. Embora atitudes como atravessar ruas sobre a faixa de pedestres, pedalar em ciclovias, usufruir da companhia de um monitor para passear por um museu etc., ilustrem a planificação e a organização socioespaciais, elas revelam, igualmente e sobretudo, comportamentos espaciais governados. A produção e a organização do espaço não são simplesmente físicas, mas, inclusive, subjetivadoras, já que voltadas à regulação e autorregulação de condutas que visam promover subjetividades atadas ao modelo de cidadão que se almeja alcançar: um cidadão responsável, ecológico, saudável, cultural, criativo, empreendedor etc.

Para alguns autores, como o geógrafo Edward Soja (1993), o conjunto de práticas espaciais ao qual nos referimos, essa condição espacial da vida, é denominado *espacialidade*. Segundo o autor, ela é socialmente produzida, construída de forma concreta nas próprias relações estabelecidas entre indivíduos e grupos. Mais recentemente, a teorização da espacialidade da vida social, a própria práxis espacial, foi também explorada nos estudos de Alicia Lindón (2006, 2012) e Doreen Massey (2004, 2009). Embora ambas as autoras façam uso desse conceito, seus estudos apontam para caminhos distintos: a primeira enfoca a espacialidade da vida cotidiana, segundo uma espécie de sociologia do espaço; para a segunda, a espacialidade é vista através das lentes da filosofia e da política.

Dado o cenário esboçado, pode-se postular que as transformações do pensamento sobre o espaço tem posto em marcha imagens que reafirmam o complexo processo de produção e de (re)criação espaciais. Uma análise mais apurada das relações espaciais expressaria não somente como o espaço está organizado, mas também traduziria a articulação de interesses de diferentes ordens: dimensões subjetivas que apontariam para o governo de espacialidades, bem como para as rotas de fuga daqueles que delas fazem uso. Desse modo, apreender os processos de produção e organização do espaço auxilia a pensar o complexo jogo por meio do qual se produz coletiva e subjetivamente o mundo que não apenas nos

rodeia, mas que também nos compreende. Isso implica entender como as relações sociais produzem, controlam e constroem espaços habitados por sujeitos transformadores, ativos e inventivos, os quais forjam novas e distintas formas espaciais.

Em situações como essas, veremos em que medida as heterotopias propiciam uma recontextualização do espaço ao trazerem à tona interstícios para novas interpretações a respeito do mesmo. A noção de *heterotopia* remete à abordagem das relações espaciais realizada por Michel Foucault (2013b, 2013c), em particular aquela que o pensador explorou na conferência radiofônica destinada a um grupo de arquitetos franceses em 1966, publicada 18 anos mais tarde sob o título de *Des espaces autres; Outros espaços* na edição brasileira. Acerca das heterotopias, Foucault propôs uma abordagem singular ao colocar em destaque espaços outros, os quais denotariam seu caráter marginal, conflitante, subversor e inversor das ordens instituídas. Seriam contraespaços, lugares reais fora de todos os lugares, lugares que se opõem a todos os outros, cujas funções são diferentes das dos outros, essencialmente, a contestação de todos os outros espaços.

Tendo em vista que as práticas espaciais contemporâneas não fogem daquela empreitada pedagogizante anunciada anteriormente, parece possível assumir a premissa de que tanto os espaços como as práticas espaciais não podem deixar de ser consideradas objetos de governo. Um jogo de forças que, por um lado, é tensionado por modos de governo das espacialidades, e, por outro, por formas de resistência que interrompem, desviam, criam e recriam outros circuitos além dos instituídos.

Essa trama de relações e fenômenos espaciais, bem como as estratégias e lógicas ali veiculadas, fornecem o cenário que pretendemos trazer à baila: as investidas pedagogizantes sobre os modos de vida das populações e, consequentemente, nos espaços e nas práticas espaciais. Como *locus* de realização da pesquisa, elegemos o Parque Ibirapuera, uma vez que o concebemos como articulador de uma série de experiências formativas na paisagem urbana da cidade de São Paulo. O provimento de museus, parque infantil, ciclofaixa, escola de jardinagem, escola de astrofísica, áreas para prática de esporte, planetário etc. revela espacialidades cotidianas atravessadas por um conjunto de mecanismos pedagogizantes.

Partimos da compreensão foucaultiana de governamentalidade como forma de gerir ações e governar condutas. A esse respeito, é importante observar que a noção de governo, aqui, não se refere meramente às estruturas políticas ou à administração dos Estados, mas principalmente à gestão social das condutas de indivíduos ou grupos de indivíduos. A hipótese que desponta reside no fato de um conjunto de iniciativas, de textos, de discursos, de

mecanismos pedagogizantes ocasionarem práticas de governamento que, por sua vez, suscitam modos de viver espaciais. Assim, uma cartografia da pedagogização dos espaços e, em específico, do Parque Ibirapuera, permitiria averiguar de que modo mecanismos pedagogizantes atuam como tecnologias de governo espaciais. É o que esta tese pretende investigar.

Trata-se daquilo que Aquino (2012, p. 150) chama de *pedagogização da vida*, apontando para um processo de organização das relações sociais consoante a uma ininterrupta "tutela pastoral dos indivíduos e das populações com vistas ao autogerenciamento de seus corpos, almas e relações". Trata-se, pois, do alastramento progressivo de uma educabilidade em diferentes esferas do tecido social; portanto, de uma pedagogia com feições não apenas escolares, mas que pretende invadir todos os aspectos da vida cultural.

Tomados em conjunto, os elementos supracitados acabam por nos levar às seguintes reflexões: De que maneira mecanismos pedagogizantes incorporados a espaços passam a orientar e administrar atitudes e comportamentos? Como diferentes produções espaciais contestariam os arranjos até então configurados?

A fim de responder tais questões norteadoras, esta tese divide-se em quatro capítulos. No primeiro, discutimos o conceito de espaço/espacialidade e problematizamos o modo como o conceito é tratado no campo educacional. Somada a essa discussão, valemo-nos de estudos sobre os processos de pedagogização para justificar a eleição do cenário empírico da pesquisa. No segundo capítulo, propomos uma aproximação teórico-filosófica ao pensamento de Michel Foucault, principalmente no que diz respeito ao tratamento por ele dispensado, em dois momentos, à noção de espaço: em primeiro lugar, do ponto de vista das tecnologias de governo espaciais a partir do governo dos meios; e, em segundo, a partir da análise heterotópica, fundamentada em estudos geográficos. No terceiro capítulo discutimos os espaços e as espacialidades cotidianas no Parque Ibirapuera, a partir da cartografia da pedagogização dos espaços ali em uso. Nessa altura do trabalho, tratamos das políticas públicas para criação do Parque e dos modos de vida ligados a práticas de lazer cultural e esportivo ao longo de seus 60 anos de existência. E, finalmente, no quarto capítulo, concluímos as análises com as práticas de subjetivação desviantes em relação às racionalidades estatais e econômicas de governo instituídas, elementos que suscitam a discussão dos espaços/espacialidades como traços de uma heterotopia urbana. Para isso, estabelecemos três vetores analíticos: a cultura, a economia e a política.

1. O espaço como artefato pedagógico

Para o trabalho que aqui se desenvolve, pretendemos movimentar bibliografias que discutem o conceito de espaço/espacialidade no campo dos estudos geográficos, para, em seguida, problematizar sua concepção no campo educacional.

A rota temático-teórica escolhida coloca em discussão a contribuição de autores como David Harvey, Henri Lefebvre e Doreen Massey. A escolha de tais teóricos deu-se, principalmente, por dois motivos: primeiro, por esse grupo de autores fazer parte dos principais expoentes que ampliaram o debate acerca da espacialidade da vida social. Mais tarde, essas reflexões foram aprofundadas por Edward Soja, Marcus Doel, Stuart Elden e Jonathan Murdoch quando estes questionaram tradições discursivas que emolduraram as análises geográficas em um único quadro referencial. Ao mesmo tempo, as discussões promovidas por esse grupo de autores reforçam a necessidade de uma revisão das estruturas conceituais e institucionais da geografia e, por consequência, do espaço. O segundo motivo: as análises realizadas por esses autores estão entremeadas com aproximações a intelectuais de outros campos do conhecimento, como os estudos foucaultianos, que, a nosso ver, perfilaram caminhos criativos para problematizar outras geografias, outros espaços e outras formas de problematização espacial.

Neste primeiro capítulo, pretendemos lançar mão de questões que apontam para a valorização do espaço e para os desafios que a espacialidade nos apresenta em suas distintas abordagens atuais. Consideramos que, ao refletir sobre as diferentes formas de relação estabelecidas nas práticas sociais, somos levados a concebê-las como espacializadas, criadas e transformadas, estando condicionadas, inclusive, por jogos de força que criam e recriam espaços. Partimos da premissa que tanto os espaços como as práticas espaciais não deixam de ser considerados objetos de governo diante de uma empreitada pedagogizante que a tudo e a todos conduz. Assim, perguntamo-nos de que modo os processos de pedagogização conceberiam o espaço/espacialidade como artefato pedagógico, e de que maneira eles levariam à criação e ao governo de condutas espaciais.

Tendo em mente o binômio espaço/espacialidade como ponto nevrálgico da pesquisa, elegemos o Parque Ibirapuera como local aglutinador de práticas pedagogizantes na paisagem urbana da cidade de São Paulo.

Dessa forma, a partir do quadro temático anunciado, almejamos experimentar novas linhas de pensamento sobre a pedagogização dos espaços, as quais podem servir de sustentação para problematizar outros espaços e, quiçá, outras espacialidades.

1.1 Topologias espaciais: a tentativa de uma arqueologia transdiscursiva do espaço

A segunda metade do século XX foi palco de um acelerado dinamismo político, econômico e cultural que resultou em processos espaciais cada vez mais heterogêneos e complexos. Apesar de esses aspectos serem de significativa importância, qualquer tentativa de resumir a história dos espaços seria uma tentativa infrutífera e insuficiente face à profusão de concepções acerca do termo.

Com um objetivo bem mais modesto, preferimos, em consonância com os provocativos planos entrecruzados de Maurits Cornelis Escher, com as imaginações geográficas de Derek Gregory ou, ainda, com as geometrias de poder de Doreen Massey, pensar por topologias espaciais: essa imaginação geográfica que delineia diferentes arranjos na paisagem (MURDOCH, 2006; ALLEN, 2011). De acordo com Murdoch (2006), John Law sugere que devemos abandonar noções topográficas, em que a ênfase está posta em coordenadas absolutas, fixas e necessariamente dominantes, em favor de uma concepção topológica, a qual descreve a expressão das relações de multiplicidade dos espaços. Para Murdoch, tanto Michel Serres quanto Gilles Deleuze são, em boa medida, referenciais teóricos da *network topology*. Como veremos no desenvolver da escritura, as investigações de Doreen Massey e Michel Foucault são representativas para a reflexão calcada em uma aproximação relacional à geografia tal como a desejamos.

Em nosso exercício arqueológico, tratamos de apresentar, brevemente, as principais descontinuidades históricas do conceito, movendo-nos inevitavelmente entre os diversos campos do saber nos quais o termo tem tido importância. Assim, aproximamos campos transdiscursivos tão diversos como a filosofia, a matemática, a física e a geografia, cada um com suas racionalidades discursivas heterogêneas, com seus usos e funções de verdades diversas, dentre os quais emergem dobras, desdobras e descontinuidades. Distante do intento de substituir ou ultrapassar teorias, o objetivo está em deslocar, estabelecer relações e movimentar lineamentos de modo a desenhar outras paisagens, que, por sua vez, atualizem outros espaços. Portanto, aventuramo-nos a realizar uma arqueologia dos principais giros e descontinuidades que desestabilizaram o pensamento espacial. Contexto temático inevitável e intransponível para estabelecermos pontes entre espaço e educação, na tentativa específica de construir a pergunta pela pedagogização dos espaços.

O conceito em voga ocupou a mente de diversos teóricos, escolas de pensamento e segmentos da sociedade, de filósofos a intelectuais, de governantes a militares, de geógrafos a

engenheiros. Os sinais da importância do espaço na literatura podem ser vistos na problematização arqueogenealógica em Foucault; na historiografia de Braudel; na poética espacial de Bachelard; na configuração espacial urbana de Soja; na cotidianeidade com os aportes de Certeau; na geofilosofia de Deleuze e Guattari. Em tese, já de início, podemos deduzir que se trata de um conceito cambiante, mutável e que é mobilizado em uma série de contextos e processos distintos, ainda que indiscriminadamente estudado por diversos campos do conhecimento.

Conceber o espaço hoje requer uma nova história daquela categoria, a qual muito difere, em nossos dias, da organização espacial característica da Idade Média e da Idade Moderna. As mudanças históricas do conceito, promovidas a partir dos Seiscentos, principalmente com o sistema heliocêntrico e com as grandes navegações, provocaram verdadeiras rupturas epistemológicas. Estas permitem compreender os desdobramentos da concepção de espaço até os dias atuais.

Por um longo tempo, a noção de espaço esteve relacionada, basicamente, ao pensamento teológico de ordenamento das coisas no mundo. Em meados do século XV, o espaço medieval era concebido, de um lado, pelo espaço próximo, familiar, percorrível e localizável, como um componente físico e natural, um suporte para as realizações humanas e, por outro, pelo espaço aberto, cósmico e infinito, um espaço geométrico que se valia dos estudos da física e da astronomia e tornava o mundo um verdadeiro modelo físico-matemático. Essa nova *epistémê*[1] histórica – o espaço a partir do modelo físico-matemático – promoveu, com Nicolau Copérnico e Galileu Galilei, um deslocamento que leva o pensamento medieval para o umbral da modernidade.

A partir do século XVII, as formulações de René Descartes e Isaac Newton abalaram profundamente as bases da experiência ocidental no que diz respeito às abordagens espaciais e temporais. A partir de então, o sistema de interpretação espacial reuniu elementos da cosmologia, da filosofia, da física e da matemática para analisar um espaço absoluto que desafiou o sistema de normas, de conhecimento e de representação estabelecidos desde a Idade Média.

Muitos são os estudos, conhecidos e legitimados, que fazem referência ao conceito em diversas perspectivas, particularmente filosóficas, como em Corrêa (1988, 2003) e Moraes (2002; 2007). Na teorização proposta pelo olhar geográfico de David Harvey (1980, 2012), o espaço absoluto de Descartes e Newton é fixo, imóvel, fechado, suscetível a cálculos e

[1] Esclareceremos esse conceito no próximo capítulo.

medidas matemáticas; geometricamente, tratar-se-ia do espaço euclidiano, em que os eventos e acontecimentos são planejados, calculados, localizados e demarcados por uma fronteira física. Para ilustrá-lo, Harvey usa como exemplo a cidade, uma unidade administrativa qualquer, o plano diretor ou a propriedade privada. Um espaço que, pela disposição localizada de seus elementos, possibilita a representação e o mapeamento dos pontos fixos nele distribuídos, ou seja, a própria condição da medida.

Ainda nesse período, os debates travados entre Newton e o filósofo e matemático Gottfried W. Leibniz deram visibilidade a outra concepção que não mais unicamente a de um objeto absoluto, de caráter exterior aos objetos e eventos, mas a de uma estrutura relacional em que os objetos estão intimamente relacionados. De acordo com Harvey (2012, p. 12),

> a visão relacional do espaço sustenta que não há tais coisas como espaço ou tempo fora dos processos que os definem. [...] Processos não ocorrem no espaço mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. Devemos, portanto, focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente.

No espaço relacional, frequentemente associado a Leibniz, cada elemento tem sua importância numa relação com os demais; assim, os elementos são constitutivos entre si e no espaço. Harvey, ao aludir ao espaço relacional, reitera o papel do tempo e do espaço como constitutivos do processo, afastando a visão de que um está isolado do outro.

Esses paradigmas espaciais, em particular a física newtoniana do espaço absoluto, passaram a dar sustentação à concepção moderna de espaço e tempo e, a partir do século XVIII e XIX, principalmente com Immanuel Kant, será reafirmado o papel do espaço como receptáculo que sustenta todas as coisas. Alegação fortemente marcada e influenciada pelo pensamento de Newton e que se desdobrou em uma concepção ainda mais neutra e dissociada de relações. Isso porque, para Kant, espaço e tempo são condições *a priori* de toda experiência subjetiva. Ao legitimar epistemologicamente a física newtoniana, Kant indica que o espaço segue sendo uma categoria objetiva, apesar de ter origem na subjetividade.

Apesar do embate teórico entre Leibniz e Newton, veremos que o que irá prevalecer, ao longo de praticamente 300 anos, será a concepção de espaço absoluto. No entendimento de Santos (2002, p. 88), “o que se observou de comum entre as diversas correntes de pensamento foi a noção de espaço como receptáculo e, portanto, condição *a priori* do fenômeno. A geografia kantiana foi a vencedora, pelo menos até o final do terceiro quartel do século XX”, quando entra em cena a teoria da relatividade de Albert Einstein.

A terceira concepção da anunciada tripartite do espaço, o espaço relativo, está associada a Einstein e às geometrias não-euclidianas do século XIX. O espaço relativo representa a "dimensão móvel ou a medida do espaço absoluto" (ABBAGNANO, 1998, p. 358). Com esse novo paradigma, espaço e tempo absolutos são abolidos, e não existe uma relação absoluta do tempo e do espaço, mas uma estrutura espaço-temporal. Na compreensão geográfica de Harvey (2012), trata-se do espaço de circulação, de fluxos e movimentos, da mobilidade e aceleração, uma vez que as medidas de espaço e tempo passam a ser relativas e a depender da velocidade do observador.

Tendo em mente tais transformações teóricas e conceituais, um dos autores que mais se debruçou sobre o tema foi Henri Lefebvre. Seus trabalhos influenciaram correntes divergentes do pensamento geográfico no Brasil e no exterior.

Seguindo a mesma divisão tripartite de Harvey, Lefebvre buscou superar a abordagem kantiana de espaço absoluto e teceu relações entre a produção do espaço e o modo de produção capitalista. Aqui, uma nova descontinuidade marca o pensamento moderno acerca do espaço, e a filosofia que prepondera nos estudos espaciais é, eminentemente, marxista.

Lefebvre defendia um espaço construído historicamente, produzido na medida em que as relações entre espaço e sociedade se constituem. A respeito da concepção absoluta anunciada, Lefebvre (2013, p. 124) argumenta que há

> uma contradição notável e contudo pouco notada entre as teorias do espaço e a prática espacial. Contradição ocultada – pode-se dizer dissimulada – pelas ideologias que tumultuavam as discussões sobre o espaço, saltando do cosmológico ao humano, do macro ao micro, das funções às estruturas, sem cuidados conceituais nem metodológicos. A ideologia da espacialidade, bem confusa, abalroava o saber racional, a planificação efetiva mas autoritária, as representações triviais e correntes.

A crítica lefebvreana à concepção de espaço estava posta e, absolutamente, não compactuava com um espaço abstrato e vazio, como o espaço medieval, nem sequer com uma verdade apriorística ou algo dado, como no espaço de Newton e Kant, tampouco com um espaço, assim como o tempo, exclusivos da natureza ou da cultura. De abstrato a relativo, a principal decorrência da elaboração conceitual lefebvreana será o papel ativo do social como co-participante na construção dos espaços.

A descontinuidade discursiva em *A produção do espaço*, escrito em 1974, está justamente em não mais pensar o espaço somente por sua materialidade e representação, mas em tomá-lo como produto das ações e práticas humanas, decorrente das relações sociais em um dado intervalo temporal. Em um desdobramento da teoria marxista, Lefebvre relaciona o modo de produção capitalista à configuração espacial e faz avançar as discussões que, antes

dele, somente privilegiavam as análises históricas, temporais, na formulação dos modos de produção. O que defende é que o espaço é produzido social e historicamente.

Na dialética espacial de Lefebvre (2000, p. 33), o espaço é dividido em três âmbitos coexistentes:

> a) Prática espacial, que engloba a produção e a reprodução, e as localizações particulares e os conjuntos espaciais característicos de cada formação social. Prática espacial que assegura continuidade e algum grau de coesão. Em termos de espaço social, e de cada membro de um dado relacionamento da sociedade com aquele espaço, essa coesão implica num nível garantido de competência e um nível específico de performance.
>
> b) Representações do espaço, que são amarradas às relações de produção e à 'ordem' que essas relações impõem, e portanto ao conhecimento, signos, aos códigos, e para as relações 'frontais'.
>
> c) Espaços de representação, incorporando complexos simbolismos, algumas vezes codificados, outras não, ligados ao lado clandestino ou subterrâneo da vida social, como também a arte (que pode eventualmente ser definida menos como um código do espaço do que um código dos espaços de representação).

A prática espacial corresponde ao *espaço percebido*: aquele das práticas sociais, das relações materiais e concretas da espacialidade social. Trata-se do espaço físico, real, onde as práticas são desdobradas.

As representações do espaço materializam o *espaço concebido*, lugar das representações, de poder e ideologia, dos discursos sobre o espaço. É o espaço dos tecnocratas, da razão instrumental, que remete às representações produzidas por planificadores, urbanistas, cartógrafos, instituições etc. O espaço concebido é resultado de relações de poder na construção da representação espacial, é a representação de um ideal de como a sociedade deveria ser, ou seja, um espaço imaginado.

A terceira dimensão espacial, os espaços de representação, corresponde ao *espaço vivido*, isto é, habitado, aquele que representa o mundo social em toda sua complexidade. Trata-se de uma apropriação simbólica, não hegemônica, aquele na qual o ser humano se autorrepresenta.

As discussões de Lefebvre sobre a produção do espaço tornaram-se referência usual nos trabalhos geográficos. Geógrafos como David Harvey, Edward Soja e Milton Santos compactuavam com o ponto de vista de que o espaço não pode ser separado do tempo e, influenciados pelos desdobramentos das pesquisas lefebvreanas, teceram relações a partir da dialética tríplice do espaço.

A teorização do espaço – absoluto, relativo e relacional –, anteriormente exposta por Harvey, sofre um salto especulativo quando confrontada com a divisão de Lefebvre – percebido, concebido e vivido. Harvey (2012) almejava propor diferentes modalidades de compreensão espacial e espaço-temporal, e acreditava que, pelas distintas interseções de uma matriz, poderia apresentar com maior clareza alguns dos fenômenos vinculados a uma ou outra concepção espacial. Vejamos o que elucubrou.

Quadro1 – Matriz dos possíveis significados do espaço como palavra-chave

	Espaço material (espaço experimentado)	**Representações do espaço (conceitualizado)**	**Espaços de representação (espaço vivido)**
Espaço absoluto	Muros, pontes, portas, solo, teto, ruas, edifícios, cidades, montanhas, continentes, extensões de água, marcadores territoriais, fronteiras e barreiras físicas, condomínios fechados	Mapas cadastrais e administrativos; geometria euclidiana; descrição de paisagem; metáforas do confinamento, espaço aberto, localização, arranjo e posição (comando e controle relativamente fáceis) – *Newton e Descartes*	Sentimentos de satisfação em torno do círculo familiar; sentimento de segurança ou encerramento devido a confinamento; sentimento de poder conferido pela propriedade, comando e dominação sobre o espaço; medo de outros que "não são dali".
Espaço (tempo) relativo	Circulação e fluxo de energia, água, ar, mercadorias, povos, informação, dinheiro, capital; acelerações e diminuições na fricção da distância.	Cartas temáticas e topológicas (ex.: o sistema de metrô de Londres); geometrias e topologias não euclidianas; desenhos de perspectiva; metáforas de saberes localizados, de movimento, mobilidade, deslocamento, aceleração, distanciamento e compressão do espaço-tempo (comando e controle difíceis requerendo técnicas sofisticadas). *Einstein e Riemann*	Ansiedade por não chegar à aula no horário; atração pela experiência do desconhecido; frustração num engarrafamento; tensões ou divertimentos resultantes da compressão espaço-tempo, da velocidade, do movimento.
Espaço (tempo) relacional	Fluxos e campos de energia eletromagnética; relações sociais; superfícies econômicas e de renda potenciais; concentrações de poluição; potenciais de energia; sons, odores e sensações trazidas pelo vento.	Surrealismo; existencialismo; psicogeografias; ciberespaço; metáforas de incorporação de forças e de poderes (comando e controle muito difíceis – teoria do caos, dialética, relações internas, matemáticas quânticas) – *Leibniz, Whitehead, Deleuze, Benjamin.*	Visões, fantasmas, desejos, frustrações, lembranças, sonhos, estados psíquicos (ex: agorafobia, vertigem, claustrofobia)

Fonte: HARVEY, 2012, p. 23.

Embora a virada espacial do pensamento de Lefebvre, a qual teoriza a espacialidade da vida social, tenha sido obliterada em um primeiro momento na década de 1970, seu olhar marxista, que valorou a espacialidade ao reconhecer a problemática espacial intrínseca ao

capitalismo, foi também um ponto de partida para as reflexões vindouras sobre a dialética do espaço. A esse respeito, Soja (1993, p. 19) anuncia que

> novas possibilidades estão sendo geradas a partir desse entrelaçamento criativo, possibilidades de um materialismo simultaneamente histórico e geográfico; de uma dialética tríplice de espaço, tempo e ser social; e de uma reteorização transformadora das relações entre a história, a geografia e a modernidade.

Ao fazer menção ao espaço, tempo e ser social, Soja põe ênfase no fato de que a produção do espaço lefebvreana surgiu como precursora do reconhecimento e da reafirmação do papel do espaço na teoria social crítica. As abordagens dialéticas temporais precedentes estavam centradas, sobremaneira, na historicidade, e, por consequência, negligenciavam e trivializavam as análises sobre o espaço. Neil Smith (1988, p. 139) será categórico ao denunciar que "o espaço *per se* (em oposição aos eventos sociais que aconteciam 'no' espaço ou 'através' do espaço) era tratado como auto-evidente, não problemático e sem necessidade de teorização". Além disso, a exumação do tipo de abordagem dialética temporal terá consequências diretas para o papel dos geógrafos, de quem se esperava o desenvolvimento de uma linguagem da diferenciação espacial. Isso porque, por longos anos, "o espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética" (FOUCAULT, 1982, p. 70). Ainda que timidamente, foi a partir do século XIX que o espaço começou a ganhar visibilidade, e iniciou-se uma discussão baseada não somente em reflexões temporais, mas, sobretudo, no papel do espaço como complemento fundamental nas discussões da contemporaneidade.

A propósito do termo contemporaneidade, na lição inaugural do curso de Filosofia Teorética 2006-2007, da Faculdade de Arte e Design do Instituto Universitário de Arquitetura – IUAV, em Veneza, o filósofo Giorgio Agamben foi guiado pela pergunta *O que é o contemporâneo?* Num diálogo profícuo com o pensamento nietzschiano, Agamben direciona o olhar para um conceito de contemporâneo e de contemporaneidade distinto do habitual. Para ele, a contemporaneidade "é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo" (AGAMBEN, 2009, p. 59). Em 2008, Paul Veyne segue a mesma cadência ao falar sobre a pesquisa foucaultiana e as verdades correspondentes a cada tempo. Ao problematizar a verdade e aqueles que a conclamam, ele utiliza a metáfora do aquário. Segundo Veyne (2008, p. 19),

> em cada época, os contemporâneos encontram-se assim fechados em discursos como em aquários falsamente transparentes, ignoram quais são e

> até que existe um aquário. As falsas generalidades e os discursos variam através do tempo; mas, em cada época, passam por verdadeiros.

Assim, pensar o contemporâneo nesta escritura é, antes de tudo, pensar a diacronia e o distanciamento do tempo presente.

Retomando a visibilidade do espaço a partir do século XIX, o desenvolvimento dessa reflexão foi alimentado pelos debates promovidos pela filosofia e pela teoria social crítica no século XX, principalmente aqueles em torno do estruturalismo. Este, ao argumentar contra o domínio da narratividade histórica expressa na diacronia temporal da sociedade, encontrará no espaço um forte aliado. A gramática espacial proposta pelo estruturalismo sugere compreender a realidade a partir de estruturas organizadas e articuladas. A realidade é concebida como uma estrutura estática, fechada e imóvel que, como que por um corte diagonal, pudesse ser lida e analisada.

Em *Pelo Espaço*, a geógrafa Doreen Massey (2009, p. 64) aponta que "o objetivo do estruturalismo, de fato, parece ter sido o de colocar o espaço, mais do que o tempo, na agenda intelectual". Afirmação corroborada em *Geografias Pós-modernas*, quando Edward Soja (1993, p. 18) ratifica que o estruturalismo foi "uma das vias mais importantes no século XX para a reafirmação do espaço na teoria social crítica". O que estava em voga, na filosofia e na teoria social, era o deslocamento na visibilidade do tempo ao espaço (WARF; ARIAS, 2009), o que foi chamado por Edward Soja (1993) de "giro espacial", por Neil Smith (2002) de "giro geográfico" e, ainda, por David Harvey (2010) de "virada espacial".

Se, por um lado, o gesto intuitivamente óbvio da análise estruturalista impulsionou os questionamentos acerca da importância do espaço, por outro, descortinou uma série de problemas decorrentes desse tipo de interpretação espacial. Massey (2009) esclarece alguns equívocos derivados desse tipo de interpretação. Talvez, o mais sobressalente deles diga respeito exatamente à contraposição entre tempo e espaço. A autora esclarece que a análise estruturalista parte do princípio de que as estruturas são atemporais, o que pressupõe uma oposição ao tempo, e que deriva, assim, em uma leitura espacial. Seguindo esse raciocínio, afirma Massey (p. 66), "pretende-se que o espaço seja tanto o oposto do tempo quanto sem temporalidade". Esse caminho levaria à conclusão de que o espaço apresenta-se como fixo, estático, e, portanto, como fechado em si mesmo; o que se pressupõe, nesse modo de pensar, é a comparação com um espaço taxonômico de representação, entendida aqui como processo de fixação. Esse tipo de narrativa é, a nosso ver, altamente questionável.

Pela ótica epistemológica da geografia, a noção em discussão adquire outros contornos analíticos, os quais não devem ser obliterados – ainda que nós próprios não os abordemos

diretamente nesta tese. Nos estudos geográficos, a conceitualização espacial percorre quatro subperíodos: o domínio da Escola Francesa com influência alemã; o domínio da Escola Anglo-Saxônica; o domínio do pensamento marxista-leninista; e o período atual. De forma bastante sumária, o domínio da Escola Francesa com influência alemã é marcado pelas formulações de Vidal de La Blache e o pensamento possibilista. Nesse período, as preocupações estavam voltadas às observações e descrições da paisagem, a qual se configurava como objeto da ciência. Esse modelo de ensino descritivo, conhecido como Geografia Moderna, perpetuou-se, sobretudo, até a década de 1930. O período quantitativista com domínio da Escola Anglo-Saxônica era influenciado principalmente pelo pensamento estadunidense durante as primeiras décadas do século XX. Nas décadas de 1930 e 1940, principalmente, os estudos estavam voltados a uma análise neopositivista e matemática, e ficaram conhecidos como Nova Geografia. A Nova Geografia, também chamada de Geografia Teorética, defendia como tema principal a geometria das localizações e seu objeto de estudo era o espaço geoeconômico. Suas implicações priorizam, sobretudo, as análises matemáticas e quantitativas em gráficos e tabelas, dados numéricos como indicadores sociais, taxas de crescimento, índices econômicos e populacionais etc. Como podemos perceber, ambos os períodos se sustentavam na concepção de espaço absoluto. O domínio do pensamento marxista-leninista, na chamada Geografia Crítica, surgiu a partir de críticas ao modelo matemático-quantitativo. No Brasil, a geografia crítica teve seu auge na década de 1980 e, por influência da escola francesa, teve por objetivo compreender os processos que engendram a relação contraditória da produção capitalista em nível mundial, buscando, inclusive, entender suas ações na construção do espaço geográfico brasileiro. A geografia nesse período enfatizava os espaços materiais e traz como tema principal as relações sociais e espaciais. Como já enunciado, esse período enfatiza a concepção relativa. A partir da Geografia Crítica, vários modelos de análise passam a contribuir para a compreensão do espaço geográfico como social. Entre eles, destaca-se a chamada geografia comportamental ou humanística, que traz para reflexão o estudo do espaço vivido com ênfase no cotidiano e na valorização dos indivíduos em relação a este espaço. Atualmente, pressupõe-se que diferentes paradigmas epistemológicos estão interagindo, encontrando-se desde análises que conferem ao conceito seu papel relativo, bem como relacional. Além disso, é notável a valorização de abordagens atuais, tais como a geografia da diferença, os estudos sobre o feminismo, a sexualidade, a ética e a raça, as geografias pós-modernas, a crítica geopolítica e geografia pós-colonial (HUBARD, 2002; MURDOCH, 2006; NAYAK; JEFFREY, 2011).

Toda a complexidade desse intenso debate, sucintamente anunciada, convoca-nos a alguns ajustes antes de seguirmos adiante. A tentativa arqueológica que ora se desenvolve está assentada nas principais descontinuidades do significado de espaço. Em linhas gerais, movimentamos os conceitos de espaço absoluto e de espaço relativo para tratar do espaço dialético concebido pelo materialismo histórico. O que anunciamos foi a passagem de um espaço como representação, reduzido à sua função puramente epistemológica, para outro em que se desenvolve a dialética entre o materialismo histórico e sua função sócio-crítica.

Portanto, o marxismo, a teoria social crítica e o estruturalismo são lidos como substratos arqueológicos, cada um deles considerado uma *epistémê* histórica que representa as bases conceituais com as quais nossa perspectiva faz interlocução, para posterior desvio. Os principais argumentos que derivam dessa escolha estão relacionados à crítica à ideia de que a economia como superestrutura é o foco sobre o qual recai toda a análise difusa do poder; à abordagem dialética e às contradições reducionistas entre dominados e dominadores; e à própria negação da historicidade pelas estruturas. Ainda que a interpretação materialista histórica seja válida para os estudos sobre o espaço, é importante esclarecer que nossa leitura difere da concepção dialética das relações de produção econômica, motivo pelo qual pretendemos nos afastar dela.

O que almejamos colocar em causa são, além da produção dos espaços, os atores e ações atuantes na produção destes. Dito de outra maneira, a produção dos espaços que pretendemos sugerir não está limitada à economia, mas problematiza estratégias, discursos, mecanismos e práticas outras, que também condicionam a produção do espaço e das espacialidades. Ademais, o que pretendemos destacar é sua rede de ações, a própria espacialidade e o papel político desta, o qual esteve subordinado à economia como superestrutura segundo as proposições cunhadas por Lefebvre (HEROD, 1994).

Longe da intenção de um ecletismo teórico, esperamos apresentar uma perspectiva que supere abordagens que tomam o espaço como algo dado e finalizado, ou como somente dialetizado, com ênfase exclusiva nas relações de produção, e, por conseguinte, em suas contradições. Tais abordagens tendem a reduzir a compreensão da espacialidade, uma vez que se afastam dos anseios por estabelecer leituras sobre a crescente heterogeneidade dos processos sociais e, em decorrência, também dos espaços. Ao contrário da defesa de uma ou outra categoria, o ponto fulcral está em eleger a categoria que melhor nos encaminhe à compreensão de determinado contexto. São esses interstícios nos argumentos anunciados que pretendemos seguir para, quiçá, ampliar e desenvolver o debate.

Uma vez estabelecida a perspectiva posta pelo materialismo ocidental acerca do nosso problema, gostaríamos de indicar modos de ir além dela. Em especial, interessa-nos apontar para outras tentativas de espacialização, tal como a perspectiva relacional. Essa tentativa de superação se apoiará nas problematizações de geógrafos como David Harvey, Derek Gregory, Doreen Massey, Neil Smith, Edward Soja, Stuart Elden, Jeremy W. Crampton, Nigel Thrift, Michael Watts, entre outros. Na teoria social, valeremo-nos dos trabalhos de Louis Althusser, Anthony Giddens e Michel Foucault. Na crítica literária, dos estudos de Fredric Jameson. E, principalmente, como já referenciado, do pioneiro trabalho de Henri Lefebvre.

O pensamento dialético, de posição filosófica marxista, ao indicar reinvindicações contraditórias, abriu caminhos para possiblidades políticas alternativas que não devem ser subestimadas. De acordo com Murdoch (2006, p. 19, tradução nossa), Harvey não descuida dessa dimensão ao "traçar uma linhagem relacional a partir do trabalho de Leibniz e Whitehead em seus estudos contemporâneos de justiça social e de natureza social". Ao se posicionar a respeito, o próprio Harvey (2012, p. 27) argumenta:

> Creio ser justo dizer que a tradição marxista não tem sido suficientemente engajada em questões deste tipo, e que essa falha geral (apesar de existirem, é claro, numerosas exceções) tem frequentemente significado a perda de oportunidades para certos tipos de políticas transformadoras.

E, mais adiante, ratifica esse posicionamento ao referir-se à gama de outras possibilidades e imaginações geográficas que podem emergir da compreensão da indissociabilidade de espaço e tempo. Sobre isso Harvey (2012, p. 37) afirma que

> compreender um pouco o sentido do que é o espaço e como as diferentes espacialidades e espaço-temporalidades funcionam é crucial para a construção de uma imaginação geográfica diferente. Mas o espaço revela-se uma palavra-chave extraordinariamente complicada. Ele funciona como uma palavra composta e possui múltiplas determinações, de modo que nenhum de seus significados pode ser propriamente compreendido de forma isolada. Mas é precisamente o que faz desse termo, em particular quando associado ao tempo, um termo tão rico em possibilidades.

O que não queremos perder de vista é como novas formas de pensamento produziram uma revalorização do espaço e, ao mesmo tempo, impulsionaram a reflexão de novas alegorias para as análises espaciais. Uma perspectiva que exigiu outra mirada ao espaço diz respeito à arqueogenealogia de Michel Foucault. Embora o pensador não estivesse preocupado propriamente com a definição de um conceito, problematizou-o dos campos discursivos até os campos de poder; um poder difuso em enunciados e práticas históricas, descontínuo e móvel, que permite pensar além das lógicas de governo da produção do espaço, enfocando, sobretudo, as lógicas de resistência na produção espacial.

Abordagens como essa celebraram interrupções nos padrões estritos e nas ordens espaciais que estavam estabelecidas pelas abordagens geográficas anteriores. Sobre esses espaços marginais, análogos às heterotopias de Foucault, Soja também fará menção em sua proposta de *Thirdspace*, que veremos em específico no capítulo subsequente.

Essas novas tramas de ações, em favor da produção espacial de resistências, abriram outro campo de análise do espaço. O desenvolvimento dessa argumentação é bem diferente das anteriores, pois há uma distinção notável que não está mais centrada em uma resistência macropolítica de luta revolucionária, ou mesmo macroeconômica, como atribuímos à contradição dialética, mas em resistências locais e transversais, outras, que permaneceram às margens das análises contemporâneas.

A partir da segunda metade do século XX, constatamos uma multiplicidade de espaços em que o político toma um lugar de destaque, em que a diversidade de atores e demandas põe em questão as lógicas de poder e exige novas coordenadas analíticas, as quais, por sua vez, ilustram questões eminentemente políticas. Acerca desse temário, são bastante ilustrativos os discursos geográficos alternativos que buscam pensar espaços outros, problematizando-os de outro modo. Seguir o caminho trilhado pelas abordagens mais atuais, como as enumeradas há algumas páginas, abre um campo de possibilidades para pensarmos a própria condição espacial da vida e, por extensão, a pedagogização dos espaços.

Seguindo essa linha argumentativa, o foco da análise será transladado novamente. A perspectiva espacial de interpretação à qual buscamos dar lugar estará preocupada com as relações de poder espacializadas, das quais derivam as principais categorias de análise da pesquisa: os processos de governamentalidade expressos pela pedagogização dos espaços, e os espaços heterotópicos que suscitam modos e análises outras acerca das tecnologias de governo espaciais operantes. Uma descontinuidade que só pode vir a tornar visível outros espaços e outras análises espaciais porque a concebemos no interior de uma perspectiva relacional, interceptada por relações e aberta ao devir. Por conta da problemática que assume, tal perspectiva fará coro tanto com trabalhos de Doreen Massey, como com os de Michel Foucault. Já que nos deteremos no trabalho deste no próximo capítulo, vejamos, agora, a abordagem alternativa proposta pela geógrafa inglesa.

O fenômeno de incorporação do político à escala espacial é tratado com rigor nos trabalhos de Doreen Massey. Albet e Benach (2012) mostram que a influência inovadora dos estudos de Massey pode ser enumerada em três aspectos principais. Primeiro, por fazer uso dos conceitos geográficos não só como um programa acadêmico, mas para entender os

problemas da sociedade atual, tais como as desigualdades regionais, a globalização e a valorização de especificidades locais. Ao longo de 30 anos, seu pensamento, sempre no caminho entre o acadêmico e o político, vem colocando em questão a ideia de um espaço com definição única, fechado e estático, por conseguinte, apolítico. O segundo ponto diz respeito às suas elucubrações geográficas na composição de plataformas conceituais, como fez ao tratar das *divisões espaciais do trabalho*, do *sentido global de lugar* e das *geometrias de poder*. Sua influência deve-se, em terceiro lugar, ao comprometimento político manifestado nos diferentes níveis em que atua, seja por meio do compromisso com o feminismo, com o ativismo político em Londres, pelas reflexões que tece sobre o neoliberalismo atual, ou pelo resultado de seus trabalhos na refundação política de países latino-americanos como a Nicarágua, o México e a Venezuela.

O espaço que pretende colocar em causa extrapola a visão de, unicamente, suporte para as ações humanas. Ele é considerado produto de inter-relações, esfera da possibilidade da existência e da multiplicidade, coabitado pela heterogeneidade e constituído por distintas trajetórias: um espaço aberto, múltiplo e relacional, sempre em construção (MASSEY, 2004, 2009).

Suas teorizações permitiram que o conceito fosse ainda mais ampliado e desenvolvido a partir da filosofia e do pensamento político. Para tanto, também fez uso da análise tripartite que vimos acima. Em oposição, contudo, a Lefebvre, que enfatiza a noção de espaço relativo, sua exposição transcorre à luz dos espaços relacionais. Nesse sentido, ela dá continuidade aos trabalhos realizados nos séculos XIX e XX, por Jean Brunhes e Pierre George, em torno dessa concepção.

O trabalho de Doreen Massey aponta para três caminhos bem diferentes nessa imaginação particular do espaço. Na primeira proposição, o espaço é um produto de inter-relações. Produto de todo tipo de relação espacial que se estabeleça de uma escala a outra, seja do macro ao micro, do global ao mais ínfimo da intimidade, ou vice-versa. Ao apresentar desse modo a produção do espaço, suscita um pensamento relacional e faz referência ao compromisso político com o antiessencialismo. Segundo a autora (MASSEY, 2009, p. 30),

> em lugar de um liberalismo individualista, ou de um tipo de política de identidade, que considere essas identidades já, ou para sempre, constituídas e defenda os direitos ou reivindique a igualdade para essas identidades já constituídas, essa política considera a constituição dessas próprias identidades e as relações através das quais elas são construídas como sendo um dos fundamentos do jogo político. (...) Em vez de aceitar e trabalhar com entidades/identidades já constituídas, essa política enfatiza a construtividade relacional (incluindo as chamadas subjetividade política e clientelas políticas).

De acordo com o relato, as identidades não são algo dado e instituído, mas em processo de construção. Assim como o espaço, elas são também produto de processos de constituição, sendo então "parcela integrante da constituição daquelas subjetividades políticas" (MASSEY, 2004, p. 9).

Na segunda proposição, o espaço é apresentado como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; ele possui múltiplas e distintas trajetórias, de onde ecoam várias vozes. Nessa proposição, espaço e multiplicidade são co-constitutivos. O argumento introduzido aqui é o seguinte: o reconhecimento da multiplicidade implica o reconhecimento da diferença; e, para que haja um ou outro, faz-se necessário o reconhecimento da espacialidade.

Em analogia com a proposição anterior, ainda que elas sejam de naturezas distintas, podemos traçar paralelos com alguns exemplos identitários, tais como mulher e homossexual. Nessa segunda proposição, o que se reforça é a valorização de diferentes pontos de vista, particulares e locais, e não universais que neutralizam e até mesmo anulam uns em detrimento de outros. A diferença – aqui traduzida na figura da mulher homossexual – estaria subjugada a uma figura clássica do homem, branco, europeu, heterossexual, suprimindo aí toda e qualquer alteridade. Em resumo, Massey (2009, p. 31) afirma que

> uma genuína e completa espacialização da teoria social e do pensamento político pode forçar, na imaginação, um reconhecimento mais completo da coexistência simultânea de outros, com suas próprias trajetórias e com sua própria estória para contar.

Finalmente, a terceira proposição assevera que o espaço está sempre em construção, sempre por fazer; aberto, portanto. Se o espaço é um produto de inter-relações, um produto em que as relações acontecem a todo o momento, em diferentes direções e movimentos, abarcando assim a multiplicidade existente, deduz-se que é e que estará sempre aberto, em devir. Essa argumentação reafirma, assim, a coexistência de espaço e tempo.

Desse ponto de vista, é possível perceber que o aporte de Massey está ancorado em um pensamento relacional que se distancia por completo de concepções unitárias de espaço. Embora esteja em conformidade com os principais giros pelos quais a teoria social e, por consequência, a geografia, tem passado, suas alegações tendem a se opor a algumas das concepções clássicas e predominantes que temos a respeito do espaço. Se observamos atentamente essa terceira proposição, talvez notemos a mais díspar e insofismável das posturas frente ao entendimento de espaço formulado pelo estruturalismo e pelo marxismo. A esse respeito, a geógrafa (MASSEY, 2004, p. 10) aclara que essa última proposição

> é uma insistência fundada na tentativa de escapar da inexorabilidade que frequentemente caracteriza as grandes narrativas ligadas à Modernidade. Os fundamentos do "Progresso", do "Desenvolvimento" e da "Modernização" e a sucessão de modos de produção elaborada pelo Marxismo, todos eles propõem cenários nos quais as direções gerais da história, incluindo o futuro, são conhecidas. Por mais que muita batalha seja necessária para realizá-los, ou engajar-se em lutas para atingi-los, existia sempre, não obstante, uma convicção de fundo sobre a direção em que a história estava se movendo.

A construção dos antagonismos nas bases teóricas referenciadas permite conceber a mobilidade do conceito de espaço e leva-nos a refletir sobre particulares formações espaciais e ferramentas analíticas que auxiliam na leitura heterogênea e complexa dos contextos contemporâneos. Constatamos que o próprio conceito, tão caro à geografia, ainda hoje apresenta múltiplas faces de interpretação.

As inquietações que despontam das reflexões do espaço como produto de inter-relações, esfera da multiplicidade e em devir, principalmente a partir da revisão do trabalho de Doreen Massey, permitem construir outros lineamentos para pensar a espacialidade e os processos a ela relacionados. O espaço como produto de relações sociais e de poder aniquila a imagem única que se tem dele, seja como representação, como estrutura, ou como contradição dialética. Trata-se de ampliar a plataforma conceitual para a potência analítica que desponta em um espaço permeado e atravessado por interações, por contrastes e por transformações contínuas, de acordo com os diferentes interesses nele distribuídos. Julgamos, com Chaves (2014), que tal perspectiva ainda não foi suficientemente desenvolvida, comprometendo o alcance dos estudos geográficos sobre o espaço/espacialidade e limitando-o a análises por vezes abstratas e reducionistas.

Em consequência dessa arqueologia dos espaços nos campos transdiscursivos que ora se delineia, emerge uma problemática a respeito de como mecanismos pedagogizantes atuam na qualidade de tecnologias de governo espaciais. De que maneira espaços estão atravessados e modelados por uma série de condutas que gera e governa espacialidades? Pensar por esse caminho não colocaria em suspensão uma gama de práticas, táticas, discursos, estratégias de governo da espacialidade que denunciam e trazem à luz processos que permanecem invisíveis ou naturalizados no cenário urbano contemporâneo?

Nesse ínterim, assim como Ramírez (2012, p. 247, tradução nossa), notamos que "a perspectiva espacial pode oferecer algumas categorias que permitem situar as distintas manifestações políticas singulares parciais e fragmentárias em relações de poder que atravessam o todo social". Subjazem a essa reflexão os estudos subsequentes no campo

educacional que pretendemos trazer à baila, em particular, quanto à pedagogização difusa no tecido social.

Uma análise mais acurada da noção de pedagogização permite descortinar diferentes articulações que fazem com que o espaço e a espacialidade tomem uma posição particular ao adentrar o político e tornar-se um artefato pedagógico. Dessa maneira, para refletir sobre a pedagogização nos espaços do Parque Ibirapuera, vincularemos as duplas de conceitos-chave espaço/espacialidade e governo/governamentalidade. A educação e, sobretudo, o que estamos chamando de pedagogização, estabelecerá a ponte entre um e outro.

1.2 A pedagogização dos espaços

A problematização temática que desponta da noção de *pedagogização dos espaços* responde em primeiro lugar às políticas educacionais globais articuladas a governos neoliberais e suas instituições transnacionais, bem como, e mais particularmente, ao seu contexto social, econômico e político. Ao investigar as políticas públicas em educação, destacamos principalmente as promulgações orquestradas por instituições como o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Trata-se de organizações multilaterais internacionais responsáveis, em grande medida, pela conformação das políticas educacionais globais, inclusive as brasileiras.

Em segundo lugar, responde à multiplicidade de ferramentas conceituais que vêm se desdobrando desde os trabalhos de Michel Foucault até sua apropriação pelos estudos e pesquisas pós-críticos/pós-estruturalistas sobre educação contemporânea. A literatura tem mostrado a amplitude de trabalhos acadêmicos que tomam essa problemática como cerne de suas investigações, sendo a pesquisa levada a cabo por Aquino (2013a) uma das referências principais. O inventário bibliográfico realizado por Aquino procura dar conta da difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira e da reverberação de seu pensamento na literatura educacional.

Finalmente, esse trajeto vai desembocar numa terceira parte, cujo foco serão as configurações e reconfigurações da pedagogização dos espaços. Esse exame se deve à percepção de que, além da escola, germinam espaços abertos de educação permanente por todo o tecido social e, igualmente, campos de articulações entre espaços locais, nacionais e globais de ensino e aprendizagem. A flexibilidade, a mobilidade e a ampliação de espaços não escolares de educação suscitam uma análise acurada. Perguntamo-nos se esses aspectos não são, na verdade, meros reprodutores de mecanismos de controle social, de formas contemporâneas de governamento e propagação de circuitos econômicos que ditam um *modus operandi* pedagógico e formativo, agrupados nesta pesquisa sob o termo *mecanismos pedagogizantes*. Esse esforço investigativo irá justificar *a posteriori* a necessidade da

arqueogenealogia dos espaços e, ainda mais, de sua relação com as heterotopias, demanda conceitual que nos propomos a descrever e a discutir no próximo capítulo.

O projeto *A educação ao longo de toda a vida* (DELORS, 1998), apresentado no *Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, conhecido como *Educação, um tesouro a descobrir* ou, simplesmente, como Relatório Jacques Delors, em referência ao presidente daquela Comissão, esboça a matriz de propostas e práticas educacionais sugeridas pela UNESCO aos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

O referido projeto indica uma racionalidade de governo educacional que foi objeto de numerosos estudos, os quais, primeiramente, problematizam a lógica dos discursos em vigor. A partir daí, eles propagam a educação como um processo fundamental para que todos possam estar preparados para encarar os desafios impostos pelas novas formas de organização social e econômica. Desse modo, a educação passa a ser vista como um processo essencialmente formativo. Ela não mais se reduz a procedimentos que visam garantir o ensino e a aprendizagem propriamente. O que esses mecanismos pretendem é, sobretudo, forjar modos peculiares de existência diante da tarefa interminável de responsabilizar o indivíduo pela própria educação. Numa expressão-chave, ele deve *aprender a aprender*. Nas palavras de Noguera-Ramírez e Marín-Díaz (2012, p. 16-17, tradução nossa),

> a educação é entendida nesses discursos como um conjunto de processos que devem garantir não tanto a aprendizagem de conteúdos, mas o desenvolvimento de capacidades que permitam alcançá-los (aprender a conhecer); não tanto a aprendizagem de uma prática ou de uma técnica para realizar um trabalho, mas o desenvolvimento das competências necessárias para adaptar-se e realizar as tarefas que se apresentam em cada momento (aprender a fazer); não tanto um modo de viver, mas as competências necessárias para adaptar-se e habitar um mundo em permanente mudança (aprender a viver); e não tanto uma forma de ser sujeito, mas a disposição e as habilidades para gerenciar – usar e aumentar – as próprias possibilidades, certo "capital humano" que se pode e se deve acrescentar (aprender a ser).

São quatro os princípios norteadores das propostas educacionais da UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Os *quatro pilares da educação* anunciados pelo Relatório Jacques Delors se tornaram uma espécie de cartilha que opera como um discurso de verdade que rege a educação na atualidade, acentuando a responsabilidade da aprendizagem pelos próprios sujeitos aprendizes.

No que concerne à *educação ao longo de toda a vida* como um dos propósitos nucleares do Relatório, e diante da problemática que aí desponta, gostaríamos de nos deter em três de suas características. A primeira diz respeito à ligação da educação com o

desenvolvimento econômico, a qual se deve às exigências para a promoção da educação feitas pelas principais entidades financeiras supranacionais, tais como as inicialmente referenciadas: FMI, BM, BID, entre outras. Em segundo lugar, o projeto pretende tornar o empreendedorismo o objetivo básico das práticas educativas maquinadas pela chamada aldeia global. E, por fim, a terceira característica revela a malha econômica do social, ao reduzir o humano ao propósito de desenvolvimento a partir de uma noção puramente econômica. Produz-se, desse modo, a categoria de *desenvolvimento humano*, ou seja, uma tecnologia de governo das populações em razão de uma ordem econômica financeira que compõe uma infraestrutura política complexa. Esse modelo alastra-se pelo PNUD, pela UNESCO, pelo interior da ONU, passando pelas políticas públicas dos Estados-Nação, e imbricando-se, assim, em práticas locais de pedagogização.

Diante dessa racionalidade educacional globalizada, somos levados a inquirir as lógicas e tecnologias políticas de governo. Em especial aquelas que: a) produzem mecanismos de pedagogização; b) são guiadas por projetos econômicos e políticos de organizações transnacionais; c) condicionam as políticas públicas educacionais, como as brasileiras.

A emergência da *educação ao longo da vida* como projeto supranacional de governo, tal como em uma rede, entrelaça objetivos que compactuam com a produção de modos contemporâneos subjetivadores. Os objetivos: educação acerca de como se deve ser, como se deve fazer, como se deve sentir e como se deve viver; a busca por um modelo de sujeito, cidadão, escola e sociedade, atuando dessa maneira no governo de outros; e, na lógica da promoção de capital humano, uma forma de se empresariar a si mesmo.

Nesses moldes, o sujeito de poder não será mais a comunidade de base local, mas sim a população projetada como *sociedade pedagógica* em permanente e ininterrupta aprendizagem.

> Sob essa nova perspectiva, a educação permanente é concebida como algo que vai muito mais além do que já se pratica, especialmente nos países desenvolvidos, a saber: as iniciativas de atualização, reciclagem e conversão, além da promoção profissional, dos adultos. Ela deve abrir as possibilidades da educação a todos, com vários objetivos: oferecer uma segunda ou terceira oportunidade; dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo; ou, ainda, aprimorar e ampliar as formações estritamente associadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas. (...) Em suma, a educação ao longo da vida, deve tirar proveito de todas as oportunidades oferecidas pela sociedade (DELORS, 2010, p. 32).

Tirar proveito de todas as oportunidades oferecidas pela sociedade: propósito final da *educação ao longo da vida*, indicada pela UNESCO. Eis o que temos testemunhado: a

reprodução de tal modelo político-moral supranacional em teorias da educação, muitas vezes arredias a qualquer tipo de contestação crítica.

Um exemplo do que estamos querendo salientar pode ser conferido no livro *A sociedade pedagógica* (1985), do francês Jacky Beillerot, um dos primeiros a difundir a noção de *sociedade pedagógica*. Concebendo a educação como instância de desenvolvimento humano e cultural, o autor inicia sua obra com a seguinte provocação: "53 milhões de franceses passam mais tempo a ensinar e a serem ensinados que a produzir bens e serviços" (BEILLEROT, 1985, p. 9).

O tema da sociedade pedagógica foi desenvolvido no final da década de 1970, durante um seminário consagrado ao saber e às instituições educativas, realizado no Instituto das Ciências da Educação, na Universidade de Paris X - Nanterre. A discussão se desdobraria na tese de que a ação pedagógica não se limitaria unicamente à escola, mas perpassaria toda a sociedade civil. Por um lado, compactuamos com sua constatação. O argumento é válido, mas a conclusão de que o espraiamento pedagógico é decorrente de uma crise na escola nos parece pouco convincente. O argumento, para sermos precisos, é o seguinte. Beillerot afirma que a expansão das práticas e ações pedagógicas por todo o tecido social não se deve, sobretudo, às mudanças da sociedade. O desenvolvimento industrial, pós-industrial, tecnológico e científico que possibilitou outros lineamentos à prática educativa e que demandaria um projeto político de gestão social não seria, assim, a causa principal daquela expansão. Esta estaria associada, sobretudo, à crise das instituições de transmissão de saber, sobretudo, a escola.

De modo distinto de Beillerot, Aquino discute, no artigo intitulado *Disjunção, dispersão e dissensão da educação contemporânea* (AQUINO, 2012), por nós já referenciado, os movimentos paradoxais ligados ao universo escolar atual. Iremos nos concentrar no segundo deles, a dispersão, que trata do espraiamento de práticas educativas de matriz pedagogizante não mais restritas aos muros escolares. Aquino, apoiado nas reflexões de Roger Deacon e Ben Parker (1998, p. l42), vai concordar que não se trata de escolarização dos cidadãos, mas de civilização das sociedades. Tal movimento asseguraria uma amplificação das práticas afeitas à educação não escolar, o que, até o momento, estaria de acordo com o ponto de vista de Beillerot. Mas apesar de os autores compartilharem o ponto de partida, o ponto de chegada é significativamente divergente. Enquanto para Beillerot a sociedade pedagógica justifica-se, entre outros fatores, pela crise da instituição escolar, para Aquino essa crise é ilusória. Vejamos como este (2012, p. 148) elucida a questão:

> Encarada dessa maneira [a "educabilidade" como um princípio incondicionado de organização dos modos de vida na atualidade], a

> educação contemporânea não estaria provando nenhuma espécie de indício de insolvência, corrupção ou degeneração. Ao contrário. Estaríamos diante do zênite educativo moderno, agora materializado pela intervenção de uma variedade de instâncias não formais, portadoras – como se costuma apregoar – de uma resolutividade decididamente maior do que as já obsoletas práticas escolares tradicionais.

Beillerot ainda afirmaria que "a difusão pedagógica dos saberes não pode ser explicada através do mero aumento de conhecimentos ou pelo papel social da escola, mas relaciona-se com um projecto político de gestão social" (BEILLEROT, 1985, p. 10). Quanto à ambição explícita do francês em compactuar com o *projeto político de gestão social*, tal pensamento fica ainda mais evidente um pouco adiante, quando ele apresenta os objetivos específicos da noção de pedagogia que emprega na discussão. Segundo o autor (p.11), a finalidade da ação pedagógica resume-se a três objetivos principais:

> - modificar os comportamentos, os afetos, as representações dos ensinados num sentido, quase sempre previsto antecipadamente (aptidão para a mudança);
> - fazer adquirir métodos e regras fixas que permitam fazer face a situações conhecidas que se reproduzem com regularidade (aptidão para resolução de problemas dados);
> - fazer agir.

Esses objetivos avizinham-se aos preceitos propagados pelo referido Relatório da UNESCO. Ali, a educação e, por sinal, as relações pedagógicas de modo geral, reduzem-se à preparação de recursos humanos competitivos para o desenvolvimento econômico e político, no intuito de gerenciar o mercado profissional. O posicionamento de Beillerot e as promulgações da UNESCO confabulariam intensos e variados processos de pedagogização, alguns dos quais tendo sido duramente criticados na literatura acadêmica (DEACON; PARKER, 1998; POPKEWITZ, 2005; AQUINO, 2012; NOGUERA-RAMÍREZ; MARÍN-DÍAZ, 2012).

Não em vão, as descrições de Basil Bernstein sobre a *Sociedade totalmente pedagogizada* procuram dar uma destinação crítica ao tema a partir das lentes da sociologia, relacionando assim educação, educabilidade e trabalho. Em um primeiro momento, o autor esclarece que estamos avançando para uma segunda *Sociedade totalmente pedagogizada*, uma vez que a primeira esteve circunscrita ao período medieval, influenciada pela religião. De acordo com Bernstein (2001, p. 13),

> na época medieval existia uma coordenação consistente de significados, actividades e práticas através da Igreja Católica; embora simples, a divisão do trabalho de controle simbólico era muito abrangente nas suas funções, produzindo um mundo inteiramente coerente com lugares, posições e tarefas bem definidas no seu interior.

Já as evidências mais nítidas daquilo que o autor denomina “segunda sociedade totalmente pedagogizada” exibem-se nas demandas que passam a existir na relação entre educação e trabalho. Elas o levam a perguntar pelas “sociabilidades do consumo educativo” (BERNSTEIN, 2001, p. 14). Ao exemplificar sua constatação, retoma a experiência do Reino Unido, onde

> todos os adolescentes devem ter acesso a um conselheiro que os ajude a mapear uma carreira apropriada; esta escolha de palavras não deixa de parecer um tanto ou quanto estranha na medida em que as carreiras estão a ser substituídas por empregos. Os adolescentes devem então ser posicionados de forma flexível, o que significa que deverão poder ser reposicionados sempre e onde quer que factores exteriores assim o exijam (BERNSTEIN, 2001, p. 13).

O que mais chama a atenção em sua análise sociológica da pedagogização está no exemplo a respeito das unidades familiares que, diante das novas demandas, passam a ser consideradas “competências paternais”. O que se enfatiza é o deslocamento para outra tradução pedagógica, ou seja, as unidades familiares transformam-se em “competências paternais, por sua vez, o mundo tem a sua tradição pedagógica na Aprendizagem ao longo da vida, facto que ao mesmo tempo legitima a chave das Sociedades Totalmente Pedagogizadas” (BERNSTEIN, 2001, p. 13).

As práticas educativas passam então a ocupar um lugar de destaque para a formação de recursos humanos, que atuariam em prol de “uma nova capacidade: a formatividade, ou seja, a capacidade de retirar benefícios de contínuas re-formações pedagógicas e assim ser capaz de lidar com as novas exigências do ‘trabalho’ e da ‘vida’” (p. 14). O Estado, nesse caso, deve assegurar que não haja “espaço ou tempo que não seja pedagogizado” (p. 377).

Do mesmo modo, Stephen Ball define a “aprendizagem ao longo da vida” (ALV) como uma microtecnologia cujo objetivo é o governo dos indivíduos (BALL, 2013), resultante de uma política social em função do mercado, almejando classes móveis e flexíveis de trabalhadores inovadores e empreendedores. Exige-se, dessa forma, um aprendiz adaptável, isto é, um aprendiz-empreendedor no circuito de controle contínuo da educabilidade e da empregabilidade por toda a vida.

Por conta da utilização dos trabalhos filosóficos de Michel Foucault no campo da educação, o livro *Foucault and Lifelong Learning: governing the subject* (2008), organizado por Andreas Fejes e Katherine Nicoll, torna-se uma referência capital no que compete à discussão sobre a ALV. O livro é fruto de um seminário ocorrido em 2006, na Suécia, promovido pelo *Swedish Research Council*. Nele, os autores fazem uso das reflexões

foucaultianas com o fito de produzir análises críticas dos processos de ALV em termos de governamentalidade e de práticas de subjetivação.

De acordo com Fejes e Nicoll (2008), os trabalhos precursores que associam as reflexões foucaultianas ao campo educacional datam da década de 1990, ambos de autoria de Stephen Ball. O primeiro livro intitulado *Politics and Policy Making in Education. Explorations in Policy Sociology* (1990a) concentra seu foco na educação e sua relação com a política, a economia e a história na formação de sujeitos. Já o segundo livro, *Foucault and Education: Disciplines and Knowledge* (1990b), deriva grande parte de suas discussões da obra *Vigiar e Punir*. Nessas obras, encontramos análises não tão distantes da difusão do pensamento foucaultiano aplicado à área educacional brasileira, cujas primeiras publicações datam do mesmo período, segundo o inventário realizado por Aquino (2013a), citado anteriormente.

Como vimos constatando, a ALV tornou-se um dos principais focos das políticas educacionais atuais e dão origem a significativas mudanças nas formas de ensinar e aprender em diferentes contextos e práticas educativas. Uma das prerrogativas da sociedade pós-industrial está em acentuar a qualificação e a formação para atender ao mercado de trabalho, derivando dessa demanda uma educabilidade contínua e ininterrupta.

Com efeito, as reflexões foucaultianas incorporadas a essas discussões conduzem ao questionamento de discursos concebidos como verdadeiros, que são cada vez mais reafirmados devido a sua ampla aceitação e divulgação. Nesse sentido, Fejes e Nicoll (2008, p. 14) asseveram que a ALV pode vir a tornar-se um mecanismo de governo "poderoso e persuasivo".

O tema, que alcançou amplitudes globais de discussão e que foi largamente utilizado desde o século XX até o XXI, surgiu em diferentes momentos e locais. Embora pareça ter ênfases distintas, os termos *Aprendizagem ao longo da vida*, *Sociedade totalmente pedagogizada* e *Educação ao longo da vida* possuem um parentesco na sua forma de agenciamento e se prestam a legitimar uma promoção sem precedentes das práticas e mecanismos pedagogizantes por todo o campo social.

As primeiras apropriações do termo ALV nas políticas públicas europeias datam da década de 1960 e 1970. Da mesma maneira, como inicialmente anunciamos, foram tomadas por agências transnacionais, neste caso, a UNESCO e a OCDE. Observando o amplo emprego do termo em políticas públicas ao longo de quase cinco décadas, Kjell Rubenson (2004, apud NICOLL; FEJES, 2008) sugere que a ALV denota três dimensões nos diferentes contextos

políticos, o que nos parece pertinente. A primeira delas mostra-se na década de 1970, quando a ALV tinha uma orientação humanista. Nesse momento, apresentava-se uma intenção generalizada de educação para todos os países, ancorada na otimista predisposição de progresso pela educação, com o objetivo de desenvolvimento humano de uma forma integral.

A segunda dimensão destacada por Rubenson emerge nas décadas de 1980 e 1990, quando a visão sobre os processos de ALV passa a ser substituída por uma orientação com acentuado enfoque economicista. O propósito humanista que apregoava as igualdades de desenvolvimento democrático cede espaço a perspectivas econômicas que acentuam e valorizam o aumento da produção e do consumo. O que está em jogo nesse período é a constituição de uma força de trabalho qualificada, eficiente, com habilidades e competências. Esse aspecto da ALV destacado por Rubenson é retratado fidedignamente pela noção de *capital humano*. Para compreendê-la melhor, faz-se necessário mencionar dois aspectos do curso *Nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2008a), para, em seguida, retomarmos a análise de Rubenson.

Em primeiro lugar, o curso aponta para o caráter biopolítico da noção de capital humano tal como empregada no neoliberalismo norte-americano. Ela denota uma importante virada no modo como o capital é concebido – não mais como superestrutura, mas como biopoder. A partir dessa perspectiva, o capital é visto como um modo de governo da vida dos homens. Sensível a esse novo contexto, a problematização foucaultiana não toma o capital como ordem social transcendente aos homens, mas interessa-se por sua eficácia enquanto governo das condutas e da liberdade. Em segundo lugar, podemos acompanhar no curso de 1978-1979 a análise da malha econômica do social, ou seja, a redução do social à forma empresa. Trata-se de um processo de economização ou empresariamento que torna o espaço lugar do cálculo de comportamentos econômicos a serem produzidos, regulados e desestabilizados permanentemente. A preocupação, pois, será a da modulação econômica dos comportamentos. No próximo capítulo, iremos nos deter com mais intensidade no exame das importantes provocações feitas pela arqueogenealogia dos espaços, em especial no que se refere à flexibilidade do controle social dessa tecnologia de poder neoliberal que gere as desordens sociais de modo que elas permaneçam rentáveis. Seja como for, se analisarmos a ALV conforme as lentes foucaultianas, esta se configuraria como estratégia biopolitizante na gestão da população. Com o intuito de atender a uma demanda mercadológica, preconiza-se a importância e a necessidade incessante de formação, de capacitação e de aperfeiçoamento.

A terceira orientação sugerida por Rubenson diz respeito às últimas décadas até os dias atuais, quando a ALV, apesar de ancorada pela perspectiva economicista, teria ainda como aliados o Estado e a sociedade civil. De acordo com essa última tendência, Estado e sociedade civil possuem papéis centrais nos discursos políticos, uma vez que dividem com o mercado a responsabilidade pela ALV. Essa nova lógica tem como foco, portanto, a responsabilidade dos indivíduos pela sua própria aprendizagem. Agora não teríamos em jogo somente o governo da população, mas o esforço para implementar o autogovernamento de cada um dos sujeitos envolvidos. Finalmente, pode-se traçar, a partir da análise dessa tecnologia de poder neoliberal, uma genealogia do *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2008a), isto é, não apenas um sujeito de poder, ou um indivíduo num campo social de concorrência na luta dos interesses privados, mas também um empresário de si. Assim, a estratégia da economia política de produzir capital humano revela-se uma técnica de empresariamento do social e de produção de um sujeito empresário de si mesmo.

Esse sujeito aprendiz-empreendedor, produzido pelos projetos de ALV, acaba por sustentar as grandes entidades financeiras e tem provocado importantes reflexões nas perspectivas pós-críticas e pós-estruturalistas em educação. Prova disso são as pesquisas que abordam as políticas de inclusão, em especial as de inclusão escolar, como dispositivos biopolíticos para o governamento e o controle das populações que acabam por promover uma inclusão excludente (VEIGA-NETO; LOPES, 2007b). Ou, ainda, as pesquisas que abordam o governo das liberdades de docentes e discentes em permanente concorrência, caracterizando uma pedagogização que redunda no aumento do controle social pela qualificação de seus indivíduos e pela gestão de seu campo de atuação profissional, flexível e versátil (AQUINO, 2013b).

Analogamente, essa produção da pedagogização a partir do projeto supranacional de ALV indica-nos uma nova reconfiguração do espaço e das relações sociais: a educação contínua para uma sociedade flexível e móvel do empreendedorismo e da competição. Delineia-se, assim, um espaço aberto de crescente inclusão econômica, no qual a escola ficaria limitada como um cenário privilegiado de ensino, já que agora qualquer lugar estaria apto a ser um espaço de aprendizagem. Assim como pontuou Aquino (2012, p. 148), “ONGs, mídia, arte, ciência, religião, esporte, política, medicina, justiça, comércio, empresas, sindicatos e, por fim, a ‘cidade educadora’, todos a emitir um apelo diuturno ao homem comum para que se deixe instruir”.

Eis, portanto, o contexto contemporâneo de onde emerge a pedagogização enquanto tecnologia de biopoder neoliberal – justamente depois de importantes descontinuidades históricas que mudaram as lógicas e funcionamentos de governo. Partindo desses termos, a presente pesquisa concebe a educação e os processos de educabilidade como tecnologia de governo. Isso equivale a afirmar que os mecanismos derivados das investidas de pedagogização apontam para a gestão de condutas a partir do governo dos espaços de aprendizagem e da incitação ao autogovernamento dos indivíduos neles envolvidos, tendo no conhecimento seu eixo regulador central.

1.3 O Parque Ibirapuera: delineando um cenário

Ao longo da década de 1960, a TV Record foi uma das emissoras responsáveis pela consolidação da música popular brasileira por meio da promoção de festivais de música. O III Festival da Música Popular Brasileira, realizado no Teatro Paramount em São Paulo, no ano de 1967, apresentou ao público canções que, mesmo depois de decorridas quase cinco décadas, seguem vívidas no cenário musical e cultural. Naquela ocasião, *Domingo no Parque*, a canção de Gilberto Gil, obteve a segunda colocação entre as favoritas do júri. Interpretada pelo compositor baiano e pelo grupo Os Mutantes, a canção era musicalmente inovadora em virtude, entre outras, do uso da guitarra elétrica. Mas ela também chamava a atenção por elementos que aqui nos interessam mais particularmente: o parque como equipamento urbano de lazer e cenário de fatos e fenômenos sociais que evidenciam usos e formas de apropriação desse espaço.

De área verde livre a jardim, de jardim a praça, de praça a parque. A ideia pré-conceitual de parque existe desde a Antiga Mesopotâmia e estava associada às áreas livres, arborizadas, nas quais se realizavam atividades de caça e de lazer. Com o passar dos anos, essa primeira concepção foi ganhando novos contornos e veio a se consolidar no que hoje conhecemos como parque urbano.

O parque urbano surge na Inglaterra em meados dos Setecentos e ainda hoje é um cenário marcante no imaginário popular. O romantismo na contemplação da paisagem, o passeio bucólico entre alamedas floridas, a nostalgia do retorno ao campo, o ar fresco e saudável são traços da tradição pitoresca inglesa ainda recorrente nos dias atuais. Como equipamento urbano, tem seu pleno desenvolvimento no decorrer do século XIX, na França, com a reformulação de Georges-Eugène Haussmann, e nos Estados Unidos, com o *Park Movement*, liderado por Frederick Law Olmsted. De acordo com Bartalini (1995), é no *Report from the Select Committee on Public Walks*, de 1833, que aparece explicitamente a intencionalidade no provimento de espaços abertos para lazer e entretenimento social.

Começaram a surgir no horizonte citadino inglês no final do século XVIII (KLIASS, 1993; BARTALINI, 1995; MACEDO, SAKATA, 2002). Com o advento da sociedade industrial, a busca por espaços de lazer ao ar livre tornou-se uma demanda sobressalente, e é no século XIX, especificamente entre 1850 e 1860, que o parque urbano se constitui plenamente. Em virtude do aumento das atividades no mundo do trabalho, configuraram-se como um reduto almejado para o lazer e o descanso, um espaço que se contrapunha ao ambiente urbano da cidade.

Ao contrário do que aconteceu na Europa, no Brasil não houve uma urgência social que mobilizasse a criação de parques urbanos com fins de recreação e lazer. No século XIX, o Brasil não possuía uma rede urbana expressiva para reivindicar intervenções urbanas dessa natureza – nem mesmo as maiores cidades brasileiras, como Rio de Janeiro ou São Paulo. De acordo com Macedo e Sakata (2002, p. 16),

> o parque é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses.

No Brasil, os primeiros parques urbanos começam a surgir no Rio de Janeiro e em São Paulo, na segunda metade do século XIX. Em 1930, a cidade de São Paulo contava com apenas três: o Parque da Luz, o Parque Siqueira Campos e o Parque Dom Pedro II. A partir da década de 1970, há uma valorização das áreas de lazer e uso do tempo livre pelas políticas públicas do município de São Paulo, levando à implantação de vários parques na cidade. Na década de 1970, a cidade ganhou mais sete e, em 1980, foram implantados outros onze. Em 1990 "inauguraram-se mais seis parques e, em 2005, a cidade tinha 32 parques" (SÃO PAULO, 2007, p. 2), que seguem a nova concepção funcional das áreas verdes "dotadas de equipamentos esportivos como quadras de uso múltiplo, de bocha e de malha" (p. 2). Atualmente, a cidade conta com mais de 100 parques municipais[2] e, dentre eles, a referência proeminente de parque urbano é o Ibirapuera.

Figura 1. Vista aérea do Parque Ibirapuera

Fonte: Eduardo Enomoto, 2013.

[2] Lista completa disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/>. Acesso em 25 nov. 2014.

O Parque Ibirapuera está localizado na zona sul da cidade de São Paulo e possui características singulares que justificam sua escolha como *locus* para a pesquisa.

O primeiro ponto diz respeito ao constante processo de recodificação pelo qual passaram os parques urbanos contemporâneos. A multiplicidade dos espaços no Parque Ibirapuera para atividades esportivas, recreação infantil, exposições culturais e artísticas, conservação de recursos naturais e instituições administrativas exprimem a ressignificação dos espaços e espacialidades decorrentes das variadas funções ali impressas.

Segundo, por se tratar do parque urbano mais representativo da cidade de São Paulo e articulador de uma série de experiências de caráter formativo e pedagógico. Incialmente foi projetado para sediar os festejos em comemoração ao IV Centenário da Cidade de São Paulo e, concomitantemente, oferecer opções de cultura e lazer à população paulistana, que crescia a cada ano. Seus museus, exposições, universidade, viveiro de plantas, parque infantil, ciclofaixa, área para prática de esporte, escola de música, planetário etc. são atravessados por um conjunto de mecanismos pedagogizantes que se refletem em novas formas de sociabilidade, de práticas culturais e de lazer.

Em terceiro lugar, pela expressividade desse espaço público, tanto pela exposição de seus espaços, que lhe confere ampla e legítima visibilidade, quanto pelo número de frequentadores, que pode ultrapassar a marca de 200 mil nos fins de semana, chegando a 14 milhões de visitantes ao ano, o que sugere uma larga repercussão e reverberação das espacialidades e modos de vida ali existentes.

As características singulares descritas nos três pontos acima podem ser utilizadas para introduzir uma discussão mais ampla em relação à produção de espacialidades contemporâneas pelas tecnologias espaciais de governo. Por essa ordem de ideias, perguntamo-nos: as funções dos espaços do parque e as práticas espaciais em uso ganham novos contornos e significados ao longo de 60 anos de existência? Ao considerar uma resposta positiva, não valeria a pena questionar por qual racionalidade as espacialidades estão orientadas, por qual procedimento são administradas e por quais mecanismos pedagogizantes são eficazmente governadas? Ademais, de que modo jogos de força revelam diferentes produções espaciais e contestam os arranjos até então configurados?

O tema leva-nos a refletir sobre os usos e as formas de apropriação do Parque e sobre a maneira como tecnologias de governo gerem condutas espaciais, seja por meio do controle dos espaços e pela incitação ao autogovernamento de indivíduos, seja pelas práticas de subjetivação desviantes em relação às racionalidades estatais e econômicas de governo. Para

compreendermos tais aspectos e as bases teóricas que auxiliam nessas reflexões, exploraremos as noções foucaultiana de governamentalidade e de heterotopia no próximo capítulo.

2. A herança de Michel Foucault para os estudos da produção dos espaços

Michel Foucault suplantou as canônicas fronteiras disciplinares; os conceitos e as lógicas de pensamento por ele instituídos perpassam a filosofia, a história, a sociologia, a psicanálise, a medicina, a geografia. E, no campo educacional, não é diferente.

Transcorridas mais de cinco décadas da publicação de *História da Loucura* (1961), o primeiro grande livro de Foucault, a herança de seu pensamento tem se mostrado cada vez mais valorada no cenário acadêmico científico. Prova disso é a recente publicação do já mencionado artigo de Aquino (2013a): *A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira*. No texto, Aquino apresenta um conjunto de reflexões acerca dos modos de apropriação das formulações foucaultianas na literatura educacional brasileira ao longo de duas décadas. O inventário analítico surpreende: praticamente um terço das teses e dissertações defendidas entre 1987 e 2010, disponíveis no banco de Teses e Dissertações da CAPES, faz referência concomitantemente aos termos *Foucault* e *educação*. O rigoroso levantamento bibliográfico aponta desde as publicações de Foucault em português, como as diversas obras que foram lançadas a partir da década de 1970, com o propósito de introduzir os leitores brasileiros nos estudos foucaultianos. Ademais, também foi dada especial atenção aos autores nacionais que colaboraram para a disseminação bibliográfica de Michel Foucault. Para tanto, Aquino investigou três fontes específicas: 1) os dossiês e os números especiais de periódicos; 2) os eventos acadêmicos, na forma de colóquios, congressos etc., que geraram publicações; 3) as obras individuais que tiveram Foucault como matriz temática, teórica e/ou metodológica.

O impacto das formulações foucaultianas na produção científica é resultado de sua vasta obra, desenvolvida ao longo de 30 anos. Foucault têm se convertido em referência quase que inevitável para uma leitura acurada da contemporaneidade, seja no que se refere às relações de saber-poder, à subjetividade, à política, à arte, à sexualidade e, em especial nesta pesquisa, à dimensão espacial.

Em meio à pluralidade de temas que abordou, a questão espacial subjaz praticamente em toda a obra foucaultiana. Assim, é a noção de espaço na filosofia de Michel Foucault que, propriamente, pretendemos trazer à baila neste capítulo.

2.1 Um olhar arqueogenealógico sobre o espaço

A tamanha envergadura da obra de Michel Foucault resulta, em grande parte, de sua constante inquietação e estranhamento em relação às verdades instituídas. Mesmo depois de praticamente três décadas de seus últimos escritos, a demolição de tais evidências ainda alimenta o debate e reverbera o potencial analítico de seu pensamento na produção acadêmica brasileira (PARAÍSO, 2004; AQUINO, 2013a).

A obra do pensador francês abrange os livros escritos desde 1954, com *Doença mental e psicologia,* até os segundo e terceiro volumes de *História da sexualidade,* de 1984; os 13 cursos ministrados junto ao *Collège de France,* entre 1970 e 1984; e o conjunto de textos esparsos como artigos, entrevistas, prefácios etc., compilados nos *Ditos e Escritos*.

A edição francesa dos *Ditos e Escritos*, publicada em 1994 pela Edições Gallimard, reúne textos, intervenções, conferências, introduções, entrevistas, prefácios e artigos, resultado do trabalho de Foucault por vários países da Europa, América, Ásia e África. Após essa primeira tentativa de organização dos textos esparsos de Foucault, Daniel Defert e François Ewald realizaram um monumental trabalho de edição e reestruturação dos textos e os apresentaram em quatro volumes seguindo uma ordem puramente cronológica. Já a edição brasileira dos *Ditos e Escritos* segue uma distribuição temática e está concentrada em 10 volumes.

Em 1982, logo no início de seu texto *O sujeito e o poder*, Foucault explica que o objetivo do seu trabalho ao longo dos últimos 20 anos fora "produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura" (FOUCAULT, 2014, p. 118). Seus estudos emergem da problematização a respeito do sujeito e dos processos que os constituem e, para tanto, sua análise interpretativa da sociedade está apoiada em três perspectivas de trabalho que aclaram os modos em que o sujeito torna-se objeto de um determinado saber e poder, para si mesmo e para os outros.

De forma bastante sumária, no primeiro momento investigativo de sua obra, Foucault detém-se nas problematizações quanto à objetivação do sujeito pelo discurso (*mouvement de objectivation).* É quando vai se perguntar o que leva determinado saber a ser qualificado como verdadeiro, e outros não. A pergunta é como o sujeito constitui-se pelo discurso linguístico que está imerso em jogos de veridicção, período que seus comentadores caracterizaram como *momento arqueológico.* Na segunda parte do seu trabalho, caracterizado como *momento genealógico*, Foucault volta-se para o estudo da objetivação do sujeito, que denominou de

práticas divisoras. Aqui está presente a vinculação da dimensão discursiva com as práticas sociais; tal ligação resulta na conexão entre a ordem da verdade e os regimes de poder, ou seja, nos mecanismos de sujeição do sujeito pelas tecnologias de governo ou mecanismos de poder (*assujetissement*). E por último, a terceira parte problematiza os processos de subjetivação ou práticas de governo de si, por si mesmo, ou de liberdade (*processus de subjectivation*), ou seja, a relação ética de si consigo mesmo, o cuidado de si, e a prática de liberdade; seria seu *momento ético.*

A tríade organizacional do pensamento de Foucault é bastante difundida por seus comentadores. Atualmente, o traçado que didatiza seu pensamento incorre arbitrariamente em uma leitura muitas vezes desconexa desses três grandes domínios analíticos. A caracterização em três momentos não significa, portanto, que exista uma fronteira metodológica entre um e outro, apenas tornam a ideia mais concisa. Ainda que cientes de tal controvérsia, recorremos a essa categorização das obras de Foucault.

Para Muchail (2004, p. 9-10),

> o primeiro, conhecido como período da "arqueologia", é voltado principalmente para questões relativas à constituição dos saberes e inclui os principais livros publicados na década de 1960: *A história da loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969). O segundo momento, conhecido como período da "genealogia", é centrado sobre questões relativas aos mecanismos do poder e inclui os principais livros da década de 1970: *Vigiar e punir* (1975) e o volume I da História da sexualidade, intitulado *A vontade de saber* (1976). O terceiro momento trata de questões relativas à constituição do sujeito ético e inclui os volumes II e III da História da sexualidade, intitulados, respectivamente, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* (1984). A este conjunto devem ser acrescentadas ainda duas situações ocorridas após a morte de Foucault: a publicação, em 1994, dos *Dits et écrits* (são quatro volumosos livros que reúnem textos dispersos, conferências, artigos, aulas etc. que Foucault produzira e realizara em diversos países), e, ainda mais recentemente, a gradativa edição dos cursos que Foucault ministrou no *Collège de France* entre os anos 1970 e 1984 (foram ministrados treze cursos), cuja publicação foi iniciada em 1997.

O tratamento particular dado ao conceito de espaço foi desenvolvido por Foucault por meio da *heterotopologia*, que veremos com mais detalhes no item 2.3. Cabe ressaltar, entretanto, que a temática espacial atravessa a obra foucaultiana de começo ao fim. Além das obras que serão mencionadas a seguir, Foucault abordou o conceito de espaço em três momentos específicos: no texto *Outros Espaços*, de 1984, presente em *Ditos e Escritos III*; no texto *A Linguagem do Espaço*, de 1964, presente em *Ditos e Escritos VII*; e no texto *Espaço, Saber e Poder*, de 1982, presente em *Ditos e Escritos VIII*.

Em entrevista dada em 1976 à revista *Herodoto*, a qual naquele momento tinha como diretor Yves Lacoste, Foucault (1982, p. 158) anuncia seu interesse: "reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber".

É em seu livro *História da Loucura* (FOUCAULT, 1972) que vemos os primeiros ensaios dessa obsessão foucaultiana. Fruto de sua tese de doutorado, o livro apresenta um minucioso trabalho de arquivo – entre livros, tratados, cartas e manuscritos sobre a história da medicina – que retrata a experiência da loucura medieval e seus correlatos geográfico-espaciais. Os termos exclusão, margem, limite, cidade, território estão presentes no texto e são associados, propriamente, a espaços institucionais, como os leprosários, os hospitais psiquiátricos, os internatos. Espaços que cumprem a dupla função de incluir e excluir. No livro, o autor demonstra como os incômodos personagens, indesejados da razão ocidental, são agrupados e excluídos espacialmente em um local fechado, criado na inclusão para a exclusão, sendo a loucura o motivo principal para a segregação espacial.

No livro *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 2000) o espaço será explorado por meio do conceito de *epistémê*, que obedece a formas de ordenamento geométrico. A *epistémê* é um dispositivo discursivo que corresponde a um dado momento histórico. A arqueologia que Foucault realiza nessa obra é a problematização de uma série de *epistémês*, de modo que ele irá se perguntar pela base dos discursos que produzem diversos sujeitos: o anormal das ciências psicológicas, o perigoso da criminalística e do direito, a população da estatística. É na espacialidade dos discursos da arqueologia que o autor indica como se configuram campos transdiscursivos (FOUCAULT, 1999, 2013c). De acordo com Castro (2004, p. 169, tradução nossa),

> descrever a episteme é descrever a região intermédia entre os códigos fundamentais de uma cultura: os que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, seus intercâmbios, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas e as teorias científicas e filosóficas que explicam todas essas formas de ordem.

O conceito de *epistémê* é tratado como uma metáfora espacial, uma leitura espacial dos discursos, segue uma lógica topológica na qual cada elemento da linguagem só faz sentido em um conjunto, uma estrutura que obedece a uma exigência arquitetônica, e, portanto, espacial. Em *A Linguagem do Espaço* (FOUCAULT, 2011), a arquitetura espacial é vista no tratamento de diferentes textos literários. No espaço feito lugar, feito página, feito livro, em que a linguagem ensaia seus movimentos, é nele que se distribuem, que se tecem, deslizam, desdobram-se e delineiam-se suas figuras. A variante que introduz é que a

linguagem é essencialmente espacial, “a linguagem espacializa-se para que o espaço, feito linguagem, seja dito e escrito” (CANAL, 2006, p. 21, tradução nossa).

É em seu trabalho *genealógico* que encontramos referências explícitas às análises espaciais, em especial por meio de sua perspectiva filosófica de análise do poder. Ao centrar sua reflexão na figura do poder, Foucault questiona a atuação de seus mecanismos e o modo como cada um desses mecanismos cria diversas configurações espaciais no propósito de reproduzir e perpetuar o poder.

Os cenários apresentados em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2004) tornam-se ilustrativos, uma vez que esta obra deu grande visibilidade ao domínio espacial pela disciplina e controle. Ali, Foucault esclarece como a lógica política da disciplina vai se organizar diferencialmente, de forma funcional e normalizadora das multiplicidades sociais no espaço, a fim de que cada um esteja no lugar correto, aquele em que possa ser mais dócil e útil. Assim, diante das desordens sociais, a tecnologia disciplinar vai contar com uma rede de instituições para manter a ortopedia social, isto é, para corrigir qualquer desvio social. Não em vão, as instituições escolares, militares, médicas, legais e psiquiátricas serão seu instrumento de apoio no reforço da vigilância permanente sobre o modo de funcionamento social, tendo no modelo panóptico um sistema espacial específico para tal fim.

O panóptico, apesar de nunca ter sido colocado em prática efetivamente como pensado, foi um dos dispositivos que influenciou diretamente a espacialidade dos indivíduos. Seu principal objetivo foi promover, por meio da disciplina, a separação e distribuição calculada do espaço. Esse modelo compacto de dispositivo disciplinar nada mais é do que a constatação de uma economia nas relações espaciais. Ele apresenta um “espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, (...) onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído” (FOUCAULT, 2004, p. 162). Além de garantir a vigilância contínua por um único vigilante – o agente carcerário nas prisões, o gerente nas fábricas ou o diretor nos asilos e escolas –, o próprio modelo internalizava nos indivíduos normas de conduta na regulação dos corpos, incutia as regras, imprimia formas e modos de viver a espacialidade. Compreende-se, portanto, como o corpo, esse primeiro espaço, é controlado, adestrado e vigiado em virtude de relações de poder que são, sobretudo, espaciais. Paralelamente, a problematização do espaço disciplinar coloca em destaque a análise do micropolítico, isto é, de como o governo do espaço dos indivíduos chega ao corpo como o interstício mais íntimo do poder. É justamente o corpo o que será exposto na

coletânea de textos publicados em *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1982), a partir de sua segregação e confinamento em hospitais, prisões e manicômios, ambientes especiais para o alojamento dos indesejados.

Outro elemento que chama a atenção é o fato de Foucault apontar para várias outras noções também centrais ao pensamento geográfico. Naturalmente, a utilização das noções de espaço e espacialidade mobiliza uma série de outros conceitos da qual a geografia faz uso em suas análises: reflexões sobre urbanismo e saúde urbana, os espaços de bibliotecas, arte e literatura, os outros espaços heterotópicos, as discussões sobre a arquitetura de asilos, presídios e hospitais, e até mesmo a própria distribuição espacial do conhecimento. Ao longo de sua obra, Foucault trabalhou com variados conceitos e metáforas geográficas ao tentar compreender espacialmente as relações de poder e as práticas discursivas. São recorrentes em seus textos reflexões sobre lugar, território, paisagem, horizonte, cidade, região, domínio, arquipélago, governo, Estado, geopolítica etc. Ao fazer uso desse vocabulário geográfico, Foucault tentou "pensar a história e as sociedades em termos de relações, tensões, conflitos, que levam à constituição e ao desmanchamento de dadas configurações ou desenhos espaciais" (ALBUQUERQUE JR.; VEIGA-NETO; SOUZA FILHO, 2011, p. 10).

Nessa leitura geral dos momentos arqueológico e genealógico já aparecem indícios do modo como Foucault foi operando com a espacialidade. Na passagem de um momento a outro, ele demonstra como o espaço vai se enriquecendo: do plano teórico ao prático, da especulação à materialidade da vida cotidiana, dos enunciados discursivos aos modos de vida. O autor revela, ainda, o deslizamento dos espaços dos discursos aos espaços disciplinares, da invenção da norma aos espaços normalizados, do sujeito objetivado ao corpo sujeitado, da espacialidade discursiva da arqueologia à espacialidade de micropoderes da genealogia.

Mas será em seus últimos trabalhos, traduzidos no Brasil a partir da década de 1990, que pretendemos nos deter: naquele que seria seu *momento ético*, quando o problema da genealogia vai entrar numa perspectiva nova com a pergunta pelo governo, cruzando seus trabalhos sobre o biopoder e desembocando na ética do cuidado de si. O giro investigativo operado nas espacialidades do poder coloca-se além do olhar sobre o espaço disciplinar, esse instrumento de dominação e controle, e passa a dar visibilidade aos espaços interceptados por uma série de condutas que geram e governam a prática social, e a cada um nela inserido.

2.2 Do controle e das artes de governar espacialidades

Os 13 cursos ministrados por Foucault no *Collège de France*, entre 1970 e 1984, podem ser classificados em três grandes grupos. No primeiro, composto por *A vontade de saber* (1970-1971), *Teorias e instituições penais* (1971-1972), *A sociedade punitiva* (1972-1973), *O poder psiquiátrico* (1973-1974) e *Os anormais* (1974-1975), as discussões estão centradas na história moderna das disciplinas. No segundo grupo, formado pelos cursos *Em defesa da sociedade* (1975-1976), *Segurança, território e população* (1977-1978) e *Nascimento da biopolítica* (1978-1979), Foucault centrou sua discussão na biopolítica, ou seja, no exercício do poder sobre a vida das populações, quando a vida se torna um verdadeiro objeto de governo. E, por último, no terceiro grupo, *Do governo dos vivos* (1979-1980), *Subjetividade e verdade* (1980-1981), *Hermenêutica do sujeito* (1981-1982), *O governo de si e dos outros* (1982-1983) e *A coragem da verdade* (1983-1984), a noção de governo, de si e dos outros, se entrecruza com a ética em suas formas de subjetivação (a noção de cuidado, de ascese, de parrésia etc.).

A compreensão da governamentalidade como forma de gerir ações no intuito de governar, de administrar condutas e a subjetividade, irá perpassar os últimos trabalhos de Michel Foucault. Embora a questão apareça explicitamente apenas nos últimos trabalhos, no curso *Segurança, território e população*, no livro *Microfísica do poder* e nos *Ditos e Escritos IV – Estratégia, Saber-Poder*, as noções de governo e governamentalidade podem ser consideradas centrais em toda obra foucaultiana.

O tema da governamentalidade começou a fazer parte do léxico foucaultiano em 1978, em *Segurança, território e população.* Neste curso, Foucault (2008b, p. 304) evidenciou que "se eu quisesse ter dado ao curso que realizei este ano um título mais exato, certamente, não teria escolhido 'segurança, território e população'. O que gostaria de fazer agora seria alguma coisa que chamaria de 'história da 'governamentalidade'".

Seria a partir desse momento que Foucault se debruçaria sobre uma história da governamentalidade e veremos que as noções de governo e governamentalidade ganham destaque em meio às análises do poder mobilizadas até então. É no curso de 1977-1978 e, principalmente, no curso de 1978-1979, *Nascimento da biopolítica*, que os estudos sobre o governo dos séculos XVIII ao XX se materializariam e ocupariam um lugar singular na obra foucaultiana.

A respeito do giro investigativo operado por Foucault, Castro-Goméz (2010) aponta três questões que demonstram como aqueles dois cursos inauguram uma certa *ruptura* frente aos estudos anteriores. O primeiro ponto diz respeito ao aprofundamento dado às reflexões sobre o Estado. Foucault deixa claro que não tinha interesse em realizar uma *teoria do Estado*, senão demonstrar como "o Estado não é outra coisa que um 'efeito' de relações de poder que lhe precedem" (CASTRO-GOMÉZ, 2010, p. 10, tradução nossa), ou seja, uma instituição atravessada por uma multiplicidade de relações microfísicas de diferentes tecnologias de governo. Foucault reforça, assim, que não estará preocupado diretamente com o Estado, mas sim com as tecnologias de governo. O segundo ponto que chama a atenção é o fato de que é somente nesses dois cursos, em especial em *Nascimento da biopolítica*, que Foucault tece reflexões sobre a racionalidade política contemporânea. Os trabalhos da década de 1970 analisavam as formas de poder no século XVIII e sua emergência no século XIX, enquanto que nos cursos de 1977-1978 e 1978-1979, o enfoque estava nos *modi operandi* das racionalidades políticas do século XX. É nesses cursos que desenvolve análises específicas da contemporaneidade nas discussões sobre segurança social, genética, desemprego, pobreza etc. O último ponto apresentado por Castro-Goméz diz respeito às reflexões foucaultianas sobre práticas de liberdade que passam a ser anunciadas a partir dos estudos sobre liberalismo e neoliberalismo. Foucault vai revelar o modo como a liberdade torna-se uma tecnologia de poder na condução de condutas, isto é, "não se trata simplesmente de *dominar* outros à força, senão de *dirigir* sua conduta de um modo eficaz e com seu consentimento, o qual pressupõe necessariamente a liberdade daqueles que devem ser governados" (CASTRO-GOMÉZ, 2010, p. 12, tradução nossa). A forma como o liberalismo e o neoliberalismo criam liberdades reguladas também estará presente nas discussões de seu projeto sobre a história da governamentalidade.

Importante ressaltar que não pretendemos nos referir à liberdade ética como prática do sujeito para se desviar das práticas de governo, ou para tangenciar a lógica de governo instituída pela economia política, pelo sexo, pela disciplina, pela segurança etc. Tematizaremos, por oposição, a falácia de uma liberdade que o sujeito acredita ter, quando está, de fato, condicionado pelas lógicas econômicas e políticas de governo.

Retomando a ideia anterior, não significa que houve um abandono dos estudos sobre os dispositivos de poder; o que se passa é que, agora, eles são vistos por um ângulo analítico muito mais amplo no deslocamento da analítica do poder à ética do sujeito. O que estava em causa nos últimos cursos era o modo como as lógicas, procedimentos, objetos e objetivos de

poder passam a colaborar na gestão de indivíduos e populações. Em uma entrevista realizada pouco antes de sua morte e publicada três dias depois, Foucault (2006, p. 253) deixa isso bem claro ao fazer uma retrospectiva de sua obra: "tentei destacar três grandes tipos de problemas: o da verdade, o do poder e o da conduta individual. Esses três grandes domínios da experiência só podem ser entendidos uns em relação aos outros, e não podem ser compreendidos uns sem os outros".

Dito isso, antes de discorrer propriamente sobre o tema da governamentalidade, vejamos como Foucault operou esse giro analítico entre os dispositivos de poder e as práticas de governo.

Logo no início do curso de 1977-1978, ao começar a demonstrar o deslocamento em direção à teoria do governo, o pensador francês retoma sua perspectiva filosófica de problematização do poder e indica que não se pergunta, ao modo metafísico, *o que é o poder?*, mas que sua pergunta de partida é: *como funciona o poder?*, o que também chamará de filosofia analítica das relações de poder. Ao teorizar sobre o poder, Foucault (2008b, p. 4) assevera que

> o poder não é, justamente, uma substância, um fluido, algo que decorreria disto ou daquilo, mas simplesmente na medida em que se admita que o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter – mesmo que não o consigam – justamente o poder. É um conjunto de procedimentos, e é assim e somente assim que se poderia entender que a análise dos mecanismos de poder dá início a algo como uma teoria do poder.

O que vai interessar são as lógicas das relações de poder, os conjuntos de procedimentos que põem em jogo, os efeitos que tentam produzir, os atores que envolvem, isto é, por onde elas passam, entre que e quem. Foucault não acreditava que as relações de poder eram autogenéticas ou autossubsistentes, mas que elas eram históricas, mutantes e instáveis, produzindo-se a partir das malhas de interações, justaposições e variações que vão sendo geradas entre elas.

Paralelamente, Foucault indicou as características dos mecanismos de poder sobre a vida – os biopoderes – demonstrando sua condição de emergência entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX. A partir dessas explanações, ele esclareceu o câmbio ocorrido entre os objetos do poder, que deixou de ser o indivíduo disciplinado e passou a ser a espécie humana, isto é, a população enquanto espécie biológica. O conceito de biopolítica também foi explorado no curso anterior, *Em defesa da sociedade* (1975-1976) e, principalmente, no posterior, *Nascimento da biopolítica* (1978-1979).

Assim, as tecnologias de biopoder emergem no intuito de governar a vida social. Para tanto, novos procedimentos de poder serão necessários como análises de fenômenos, cálculos de eventos prováveis, modulações desses fenômenos etc. Portanto, a população torna-se o novo sujeito do poder; o objeto do poder será o meio onde essa população vive e o objetivo, a modulação dos eventos que possam acontecer-lhe.

A história das tecnologias de poder, isto é, das lógicas e funcionamentos históricos das relações de poder, é uma história de cruzamentos, justaposições, interações e mutações de diversos mecanismos de poder heterogêneos: a *soberania* nos mecanismos jurídico-legais entre os séculos XVII e XVIII, a *disciplina* nos mecanismos disciplinares a partir do século XVIII e o *biopoder* nos mecanismos de segurança contemporâneos.

Ao que parece, esses mecanismos e tecnologias de poder não sucederam na história de maneira linear, mas existiram em condições de emergência histórica singular que podem coexistir, interatuar, modificar-se ou alterar-se. Nas palavras de Foucault (2008b, p. 11):

> Vocês não têm uma série na qual os elementos vão se suceder, os que aparecem fazendo seus predecessores desaparecerem. Não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança. Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança.

Foi a partir desses diferentes mecanismos que Foucault teceu três abordagens a respeito dos problemas da população nos séculos XVII-XVIII. Sua *genealogia das tecnologias de poder* problematizou o tratamento dado à penalidade, à escassez alimentar e às pestes e epidemias. A partir de então é possível perceber de que maneira cada tecnologia corresponde a uma forma distinta de governo do espaço: o território no espaço de governo soberano; a cidade vigiada no espaço de governo disciplinar; a cidade aberta no espaço de governo da segurança/controle. Vejamos como isso aconteceu.

Considerando que cada um dos três mecanismos – soberania, disciplina e biopoder/segurança – possui lógicas, procedimentos e objetivos de poder diferentes, na primeira abordagem o pensador demonstrou como a questão da penalidade e os processos de urbanização gerados a partir da segurança serão singulares em cada um dos mecanismos.

No sistema soberano, por mecanismos jurídico-legais, a pena reduz-se a um castigo e está absolutamente codificada juridicamente. No disciplinar, procurou-se evitar a pena pela

vigilância permanente como modo de funcionamento social que se imbrica por meio da vida cotidiana, vigilância que vai se interiorizar em cada um a partir de uma série de normas. O que caracterizou a lógica política do espaço da disciplina foi a organização diferencial, funcional e normalizadora das multiplicidades sociais no espaço (instituições escolares, militares, médicas, legais e psiquiátricas), a fim de que cada um estivesse no lugar correto, aquele onde pode ser mais útil e dócil. Já no mecanismo de segurança, o tratamento da pena vai se orientar pelos dispositivos de biopoder. O que interessa não é mais a teatralidade do suplício como na soberania, nem a ortopedia social disciplinar que busca evitar os desvios e desordens sociais. O que irá interessar na lógica política do biopoder é a análise estatística e econômica dos fenômenos da população. Ora, se por um lado a disciplina buscava corrigir o criminoso individualizado pelo crime, por outro, o biopoder vai fazer a análise do crime como um fenômeno populacional, como evento provável que aumenta ou decresce podendo ser modulado segundo os efeitos que produza. Ou seja, o objetivo não será evitar ou corrigir o desvio ou desordem social, senão regulá-los.

Uma nova lógica política do espaço produz-se aqui. Trata-se do espaço aberto da segurança e do controle. Os desvios e as desordens continuam a acontecer, a imbricar na vida cotidiana, e o biopoder não o evitará. Seu objetivo será intervir quando o equilíbrio social se quebre; somente quando o custo social ou a perda econômica forem significativos é que se vai reforçar o controle social. A economia de poder que caracterizou o biopoder foi, portanto, a de menos intervenção e mais eficácia.

A partir de então Foucault abordou diferentes tratamentos dado ao espaço e, para tanto, utilizou como exemplo as cidades. Em suma, o autor indicou o plano onde aconteceram as tecnologias de poder da soberania, da disciplina e do biopoder, isto é, os espaços em que cada uma delas aconteceu: a cidade capitalizada da soberania, a cidade planejada da disciplina e a cidade aberta da segurança, do biopoder.

Julgamos importante destacar a ênfase dada pelo autor à cidade do biopoder. A lógica política do espaço na cidade do biopoder acontece ao redor de uma cidade aberta à circulação, de uma cidade que não mais tem por objetivo nem a soberania nem o fortalecimento do Estado, mas sim o desenvolvimento econômico. Mas, como o aumento das circulações implica o aumento da probabilidade de eventos causadores de desordens e desvios, então a regulação social tem que se tornar flexível, modular essas desordens e, principalmente, geri-las. Eis aí a economia de poder em jogo com as tecnologias de biopoder. Seu objetivo não é

proteger a população, mas gerir as suas desordens, calcular os custos de eventos prováveis e a forma de administrá-los.

Nessa primeira abordagem, Foucault passa a indagar pelas relações entre biopoder e cidade e faz notar que o governo da espécie humana requer uma nova configuração espacial. A lógica do biopoder representa uma política de governo da população e de seus espaços, das variáveis que os compõem, de suas interações, dos eventos possíveis entre eles e dos efeitos causados pela relação entre esses dois termos.

Assim, é possível perceber os deslocamentos que acontecem em cada um dos mecanismos apresentados. De um espaço de governo mais fechado a um outro, mais aberto; de um espaço mais regulado e planejado a outro, mais móvel e instável em consequência do aumento das circulações; de um espaço que isola e corrige a desordem a outro, que administra essa desordem.

Na segunda abordagem, Foucault lançou mão do problema da escassez alimentar enquanto acontecimento, raridade e irregularidade, sempre provável e problemático aos Estados, no propósito de indagar pela *relação do governo com o acontecimento*. Dessa maneira, o objetivo foi contrastar as diversas lógicas, procedimentos, objetos e objetivos de poder no tratamento desse acontecimento indesejável e perigoso.

Na cidade aberta da segurança, o principal será o aumento das circulações. A escassez alimentar não é mais nem desgraça, como na cidade da soberania, nem um acontecimento a evitar, como na cidade disciplinar, senão uma *quimera*. Isso significa que no jogo econômico de eventos possíveis, e de seus custos, a escassez alimentar é só uma probabilidade, uma variável por modular. O espaço da cidade da segurança não é mais nem o território de fronteiras fechadas da cidade soberana, nem o Estado planejado e vigiado, da cidade disciplinar, mas sim o espaço aberto que busca a liberalização da circulação e do comércio, ou seja, um meio econômico. Portanto, esse espaço vai ser móvel, instável e aberto, sempre em busca de novos circuitos, circulações, agentes em jogo, acontecimentos em séries de interações e multiplicação de efeitos e variáveis possíveis. Será assim que uma nova lógica política irá produzir o espaço: a economia política, portanto, uma "análise econômico-política, que integre o momento da produção, que integre o mercado mundial e que integre enfim os comportamentos econômicos da população, produtores e consumidores" (FOUCAULT, 2008b, p. 54).

Temos uma mudança proeminente nas lógicas de produção política do espaço: da soberania guerreira sobre as fronteiras do território e o conjuro da escassez alimentar,

passamos à cidade planejada da razão de Estado, aquela sociedade dos Estados em emergência centrípeta, segmentada, onde o espaço se *concentra, centra e encerra*, cidade em que os movimentos mais ínfimos são vigiados, os movimentos mais singelos têm norma e as possibilidades de ação são cada vez mais reduzidas e limitadas. Em contrapartida, a lógica política do espaço de segurança produz um espaço centrífugo, de circuitos cada vez mais amplos, sempre aumentando as circulações, os agentes e os sujeitos econômicos em jogo. O espaço da segurança transforma-se assim no meio do liberalismo econômico, ali onde a lógica de governo é absolutamente flexível, sempre provocando a interação espontânea entre acontecimentos prováveis, atuando sobre suas variáveis e deixando que suas autorregulações ocorram. Em resumo, a passagem da soberania dos territórios ao governo das populações. Foucault (p. 61) esclarece:

> Em outras palavras, a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ele responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é a que é, creio eu, fundamental nos dispositivos da segurança.

É nesse sentido que novos sujeitos de poder vão emergindo: de súdito e sujeito de direito no território do soberano, a trabalhador da sociedade civil nas cidades disciplinares dos Estados em emergência, à população nas cidades liberais. Porém, nestas últimas, o sujeito de poder se afirma como *homo oeconomicus,* na qual a vida vai se governar biológica e economicamente, isto é, o governo dos meios de vida vai se exercer a partir do governo de seus comportamentos econômicos (FOUCAULT, 2008a).

Essa virada é própria dos governos liberais em nascimento, para os quais o objeto de poder não é mais a submissão do povo, nem a vigilância social, mas a administração de uma liberdade que é sobretudo econômica, isto é, a capacidade de agir nos circuitos econômicos. A liberdade controlada será o ponto focal da análise. Vejamos como Foucault (2008b, p. 64) resume esse quadro:

> A ideia de uma administração das coisas que pensaria antes de mais nada na liberdade dos homens, no que eles querem fazer, no que têm interesse de fazer, no que eles contam fazer, tudo isso são elementos correlativos. Uma física do poder ou um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um, creio que isso aí é uma coisa absolutamente fundamental.

Portanto, a nova lógica política nos espaços de segurança é um governo dos meios. Novos elementos, porém, vêm a explicar como se exerce esse governo do espaço. Trata-se de

um governo indireto da população a partir do governo de seus meios; estes são justamente o campo em que se provocam diversos comportamentos econômicos que farão atuar o *homo oeconomicus*. O biopoder é assim um governo do espaço e um produtor de novas espacialidades. Mais especificamente, trata-se do governo de um espaço econômico-político em que as populações atuam como agentes econômicos no contexto liberal. A partir de então, é possível aclarar o modo como as tecnologias vão mudando a economia de poder e como o poder se torna cada vez mais eficaz sendo mais flexível, como aumenta seus campos de poder e agentes em jogo atuando de uma forma cada vez mais indireta.

Por fim, na terceira abordagem, Foucault deteve-se na última característica dos mecanismos de segurança, a normalização. Para isso, expôs as lógicas políticas de medicalização do espaço, indicando as diferenças entre as técnicas de normalização da disciplina pelo tratamento da peste e as técnicas de normalização social contra as epidemias na cidade da segurança.

No primeiro caso, a medicalização do espaço disciplinar, a incidência da peste produz um espaço excluído, reservado para quarentena, no qual há uma distribuição e classificação diferencial dos indivíduos. Nesse espaço disciplinar, a norma é prévia aos processos disciplinares de individualização, ou seja, a norma produz previamente o indivíduo ao realizar a distinção entre o normal e o anormal. A norma organiza o espaço, prescreve os acontecimentos e individualiza as multiplicidades para que o indivíduo fosse sempre útil e dócil. Diante da possibilidade de ocorrência da peste, a cidade disciplinar responde com a disposição de um espaço segmentado, no qual se isola o doente do são, uma vez que sua estratégia de ortopedia social sempre vai separar os normais dos anormais em uma vigilância codificada que se aplica sobre esse espaço centrípeto da cidade panóptica.

No segundo caso, a medicalização do espaço de segurança, uma importante mudança vai acontecer na cidade enquanto tecnologia de biopoder. A lógica de *racionalização do acaso e das probabilidades* indicará um novo campo e outros elementos de poder, como a análise dos casos. Assim, como nos exemplos anteriores, o importante não mais será o indivíduo, senão os fenômenos coletivos que produzem o indivíduo. Essa virada vai ser fundamental, pois se ampliará o campo de poder e suas possibilidades de atuação por meio dos cálculos de riscos dos acontecimentos mais desfavoráveis, a fim de responder aos perigos e regular as crises ou provocar sua autorregulação. Dessa maneira, a medicalização do espaço da segurança é a sua transformação por meio da epidemia e das estratégias de medicina social. O objetivo não será separar o normal do anormal, setorizando-os ao modo disciplinar, mas

aplicar a inoculação, ensaiar a vacinação, jogar com normalidades diferenciais, introduzir novos agentes e novas relações, provocando novos efeitos.

Eis aí o novo problema posto pela emergência da cidade no século XVIII. Já não mais se trata do problema da soberania territorial, nem do espaço planejado e vigiado, senão da cidade do liberalismo econômico, das circulações abertas nas quais vão se favorecer deslocamentos, desordens e dispersões. Essa tecnologia de biopoder não vai conter os fluxos, nem os vigiar; contrariamente, vai produzi-los, vai jogar com os eventos novos e prováveis, sempre com pouca interferência e permitindo que eles mesmos se autorregulem.

A partir da quarta aula do curso de 1977-1978, veremos que a problemática sobre território, segurança e população finalmente dá lugar ao triângulo governo, população e economia política. Isso porque o foco estará na virada do problema do príncipe ao problema da governamentalidade política, ou seja, a passagem do problema da soberania sobre o território e seus súditos ao problema do governo político dos estados.

A *Aula de 1º de fevereiro de 1978* problematizou a emergência do Estado a partir da pergunta pela racionalidade, práticas e objetivos da governamentalidade. Inicialmente, não é nossa intenção explicitar essas três noções foucaultianas, mesmo porque, além de abordadas detalhadamente por Foucault nas obras *Vigiar e Punir* e *A Vontade de Saber*, importantes bibliografias já se ocuparam de aprofundar os temas (CASTRO, 2004; REVEL, 2005). No entanto, talvez seja pertinente esclarecer sumariamente que Foucault utiliza o conceito de racionalidade quando se refere ao funcionamento histórico que organiza e ordena determinadas práticas. Será a partir dos cursos *Segurança, território e população* e *Nascimento da biopolítica* que estará preocupado com a racionalidade em operação nas práticas de governo, e não mais com a ação política do Estado propriamente.

A fortaleza do Estado, como criação histórica, foi sua racionalidade governamental. Dessa maneira, a eficácia do poder estatal preocupou-se em compor um campo de lógicas e estratégias de governo da vida das populações em suas necessidades biológicas e econômicas mais elementares. Foucault mostrou que os problemas populacionais como a natalidade, a saúde, a higiene, a sexualidade, a mortalidade etc. geraram novos desafios às práticas de governo, as quais, por conseguinte, encontravam soluções em uma racionalidade econômica. Foi o discurso econômico de mercantilistas, fisiocratas e liberais que definiu as regras e discursos para o governo da população entre os séculos XVIII e XIX.

Assim, para complementar o triângulo governo, população e economia, soma-se ao conhecimento estatístico da população outra ferramenta básica de Estado: a economia

política. A virada anunciada por Foucault vai ser de uma economia baseada na família, ao modo mercantilista, a uma economia política fundada na população. Essa nova racionalidade consistirá em dispor os meios precisos para seus fins. Dito de outra forma, a passagem da razão de Estado a Estados liberais implicou a passagem da economia mercantilista a uma economia política liberal, isto é, de uma economia familiar a uma economia baseada na desregulação econômica, no aumento das circulações e na preponderância do mercado. Para o pensador (FOUCAULT, 2008b, p. 138),

> temos um processo bastante sutil, que precisaríamos tentar reconstituir em detalhe, no qual veríamos como a ciência do governo, o recentramento da economia em outra coisa além da família e, enfim, o problema da população estão ligados uns aos outros. Foi através do desenvolvimento da ciência do governo que a economia pode recentrar-se num certo nível de realidade que caracterizamos agora como econômica, e foi também através do desenvolvimento da ciência do governo que foi possível recortar o problema específico da população.

Um novo sujeito de poder irá emergir; trata-se da população como objeto de poder tanto da estatística quanto da economia política. Nas palavras de Foucault (p. 140), "é a população, portanto, muito mais que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo".

Um pouco mais adiante nosso autor irá anunciar seu projeto a respeito de uma história da governamentalidade ou das tecnologias de governo, que persiste desde a antiguidade grega até os dias atuais. Sustenta Foucault (p. 144):

> Por esta palavra, "governamentalidade", entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por "governamentalidade" entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de "governo" sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por "governamentalidade", creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco "governamentalizado".

Nesse horizonte fica claro o distanciamento em relação aos Estados de dominação anunciados anteriormente, colocando em causa as tecnologias de governo que não mais obedecem ao poder soberano, nem ao disciplinar, mas sim a novos dispositivos de regulação e

autorregulação. Enquanto as tecnologias de dominação objetivavam submeter outros ao poder de forma violenta e impositiva, as tecnologias de governo estão situadas no campo das estratégias e táticas para alcançar determinado fim, sem que isso signifique obrigar, impor ou determinar condutas, mas dirigir e gerir.

Em entrevista à *Revista Internacional de Filosofia*, no dia 20 de janeiro de 1984, Foucault (2006, p. 285) fala sobre a realidade do poder como dominação e suas nuances, e deixará claro o que compreende por tecnologias de governo:

> Acho que é preciso distinguir as relações de poder como jogos estratégicos entre liberdades – jogos estratégicos que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta dos outros – e os estados de dominação, que são o que geralmente se chama de poder. E, entre os dois, entre os jogos de poder e os estados de dominação, temos as tecnologias governamentais, dando a esse termo um sentido muito amplo – trata-se tanto da maneira com que se governa sua mulher, seus filhos, quanto da maneira com que se dirige uma instituição. A análise dessas técnicas é necessária, porque muito frequentemente é através desse tipo de técnicas que se estabelecem e se mantêm os estados de dominação.

Nos argumentos apresentados a respeito da governamentalidade e das tecnologias de governo, há outro posicionamento do pensador que é essencial frente às relações de poder e merecem nossa atenção: as práticas de liberdade. Ainda nesse curso de 1977-1978, Foucault trata das relações de poder como jogos estratégicos, um jogo de forças reversíveis, não somente marcado pela dominação e violência, mas por práticas de liberdades, uma vez que pressupõe a capacidade de ação daqueles que são governados.

Por esse novo ângulo de análise, veremos que o que estará em jogo é o processo de governamento, tanto das populações como dos indivíduos. A esse respeito, Castro-Gómez (2010, p. 39, tradução nossa) afirma que "as tecnologias de governo localizam-se em uma *zona de contato* entre duas famílias tecnológicas distintas: aquelas que determinam a conduta dos sujeitos (sujeição) e aquelas que permitem aos sujeitos dirigirem autonomamente sua própria conduta (subjetivação)". É na sustentação desse jogo de relações de poder que a governamentalidade passa a figurar como uma "espécie de dobradiça articuladora", nas palavras de Aquino e Ribeiro (2009, p. 60), que atuará tanto na condução da conduta de outros, como na própria condução de si mesmo. Portanto, ela cria, por um lado, espaços de governo das condutas e, por outro, favorece práticas de liberdade.

Há que recordar que não é um jogo de dominação em que se exerce violentamente o poder sobre outros, mas uma relação na qual se supõe o exercício de práticas de liberdade.

Mesmo havendo a concessão daqueles que pelo poder são governados há, sobretudo, espaços para rotas de fuga, para resistência e subversão que subtraem às malhas do poder. Esse encontro entre as tecnologias de dominação e as tecnologias de si, recorrente em todo o tecido social, será fulcral nas lições correspondentes aos cursos de 1977-1978 e de 1978-1979. Portanto, ao criar o neologismo governamentalidade, Foucault procurará referir-se à condução de condutas a partir dos jogos existentes entre dominação e liberdade.

A liberdade mostra-se, assim, como a nova racionalidade nas artes de governo, mas agora transfigurada em liberalismo. Em o *Nascimento da biopolítica*, na síntese derradeira a respeito da situação do curso, Senellart (FOUCAULT, 2008a, p. 444) assinala que

> a palavra "liberalismo" se justifica pelo papel que a liberdade desempenha na arte liberal de governar: liberdade garantida, sem dúvida, mas também produzida por essa arte, que para alcançar seus fins necessita suscitá-la, mantê-la e enquadrá-la permanentemente.

Nesse curso, Foucault continuará com as análises do projeto precedente e seu objetivo será estudar o liberalismo como condição *sine qua non* para a biopolítica. O curso pode ser dividido em duas partes, a primeira dedicada ao ordoliberalismo alemão e, a segunda, mesmo que em parte tangenciada pela primeira, consagrada a aspectos do neoliberalismo americano provenientes da Escola de Chicago. O que estará em jogo nesse projeto é a indagação acerca de como as tecnologias de governo produzem, multiplicam e garantem as liberdades centrais para o liberalismo.

No curso seguinte, *Do governo dos vivos*, de 1979-1980, Foucault aprofunda o estudo das tecnologias de governo e mostra como o poder se encarrega de governar pela verdade e pelo reconhecimento das faltas. A problemática girará em torno do governo dos homens pelos regimes de verdade, ou seja, a manifestação da verdade para o exercício do poder. Ademais, nesse curso o pensador deixa mais uma vez evidente os dois deslocamentos teóricos nas analíticas do poder-saber que estamos colocando em causa desde o início: da noção de ideologia dominante à de saber-poder e, depois, da noção de saber-poder à noção de governo pelo problema da verdade.

Nas trilhas de Foucault (2014, p. 7-8), por verdade entendemos "um conjunto de procedimentos, verbais ou não, pelos quais se traz à luz [...] algo que é afirmado, ou antes, posto como verdadeiro". O que procura problematizar é como uma série de conhecimentos tidos como verdadeiros foram essenciais nas artes de governar. Para tanto, fez uso do conceito de "aleturgia", o qual é esclarecido pelo pensador nos seguintes termos (p. 8):

> Poderíamos chamar de "aleturgia" o conjunto de procedimentos possíveis, verbais ou não, pelos quais se revela o que é dado como verdadeiro em

> oposição ao falso, ao oculto, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento, e dizer que não há exercício do poder sem algo como uma aleturgia.

Em linhas gerais, o que irá reforçar é a noção de governo dos homens, ou seja, os mecanismos e procedimentos utilizados para conduzir condutas. No início do curso Foucault irá deter-se a explicar a noção de "regime de verdade" e a parte mais longa do curso será destinada "aos procedimentos do exame das almas e do reconhecimento das faltas no cristianismo primitivo" (p. 291). Se, por um lado, o autor enfatizou a razão do Estado e o liberalismo contemporâneo como artes de governo, por outro, o ferrolho que esmiuçará será os conhecimentos verdadeiros e exatos que tornarão possível esse governo.

Ora, a lógica está em governar por uma dita verdade e por processos exatos que ratificam determinada forma de governo, seja dos homens, das almas, das crianças, da consciência, do Estado, de um espaço ou de si mesmo. Assim, se se "governa de acordo com a verdade, menos terá a governar" (p. 14).

Nesse sentido, Foucault (p. 14) explica que

> se a verdade pode chegar a constituir o clima e a luz comuns aos governos e aos governados, vocês estão vendo que deve chegar um momento, uma espécie de ponto utópico na história em que o império da verdade poderá fazer reinar sua ordem sem que as decisões de uma autoridade, sem que as opções de uma administração tenham de intervir de outro modo que não a formulação evidente para todo mundo do que se deve fazer.

Ora, se o mecanismo de poder nas artes de governo é um indicativo de manifestação da verdade, não caberia perguntar acerca da maneira pela qual se organiza o poder sobre a vida e sobre os espaços? Até que ponto o governo biopolítico do espaço da segurança ou do controle estabeleceria ligações com esses regimes de verdade para produção espacial? Como o indivíduo submete-se a um determinado regime de verdade e se tornaria agente autoaletúrgico? De que maneira regimes de verdade ditam modos de vida espaciais e como práticas de liberdade apontariam para linhas de fuga em diferentes espaços?

Vejamos como Foucault indicou algumas rotas ao tratar especificamente dos espaços *outros*.

2.3 Os espaços heterotópicos e a dimensão da espacialidade

O olhar espacial de Michel Foucault esteve sempre preocupado em dar visibilidade e fazer uma leitura das fronteiras, das margens, do que é jogado para fora do limite, daquilo que está na periferia. Isso foi feito por meio da apresentação dos anormais, da loucura, do corpo, da sexualidade, elementos que a racionalidade moderna tentou excluir, expulsar e ocultar. Trata-se de um espaço da diferença, multifacetado e composto por múltiplas representações conflitantes, justapostas e transgressoras do instituído; ele é, portanto, móvel, temporário e, até mesmo, imaginário. Para tratar desse espaço da resistência, desse espaço outro, Foucault fez uso do conceito de heterotopia.

A conferência radiofônica intitulada *As heterotopias* foi proferida por Foucault em 21 de dezembro de 1966 a um grupo de arquitetos franceses no *Circle d'Études Architecturales* de Paris. Apesar de pronunciada no final da década de 1960, a conferência ficou repousando por quase 20 anos e foi somente em 1984 que, após uma revisão, Foucault autorizou a publicação da conferência sob o título de *Des espaces autres*.

A recente publicação do livro *O corpo utópico, as heterotopias*, lançado em 2013, reúne as duas conferências radiofônicas, *O corpo utópico* e *As heterotopias*, proferidas em 7 e 21 de dezembro de 1966, respectivamente. Já o texto *Des espaces autres, Outros espaços* na edição brasileira, foi publicado nos *Dits et Écrits IV*, em 1994, pelas Edições Gallimard.

Na conferência *As heterotopias*, Foucault (2013b, p. 20) sonhava com uma ciência dos espaços. Nas palavras do autor:

> Sonho com uma ciência – digo mesmo uma *ciência* – que teria por objeto esses espaços diferentes, esses outros lugares, essas contestações míticas e reais do espaço em que vivemos. Essa ciência estudaria não as utopias, pois é preciso reservar esse nome para o que verdadeiramente não tem lugar algum, mas às *hetero*-topias, espaços absolutamente outros; e, forçosamente, a ciência em questão se chamaria, se chamará, já se chama "heterotopologia".

A intenção inicial de propor uma ciência dos espaços será abandonada na edição publicada em 1984. No texto *Outros espaços*, o intento de propor uma ciência que se dedica aos estudos de outros espaços será questionada em virtude da ideia de uma história dos espaços pois, para ele, a palavra ciência está muito depreciada naquele momento. Mais tarde, duas décadas seguintes, o autor completa seu pensamento e propõe a heterotopologia como "uma descrição sistemática que teria como objeto, em uma dada sociedade, o estudo, a análise, a descrição, a 'leitura' (...) desses espaços diferentes, desses outros lugares" (FOUCAULT, 2013c, p. 419).

Para Foucault, a leitura desses espaços *outros* possibilita novos arranjos nas análises espaciais que conferem uma interpretação mais plural da própria sociedade. O autor avaliava que, uma vez tangenciadas as análises totalizadoras e unificantes dos espaços, seria possível dar visibilidade a novos atores e fenômenos sociais até então marginais, e o próprio dinamismo social seria exposto em seus conflitos e diferentes representações.

Valverde (2007, p. 167) observa que o debate espacial proposto por Foucault não deixa de refletir o contexto de ebulição social francês. Naquele período, diversos movimentos sociais clamavam por uma nova sociedade e

> Foucault parecia acreditar que a transformação da sociedade Moderna não seria possível simplesmente através da troca de idéias realizada nos fóruns políticos pré-determinados, mas sim pela visibilidade que o espaço provia a demandas, necessidades e sentimentos que eram combatidos pelo Estado.

As preocupações com o uso e a apropriação dos espaços extrapolam, assim, seu caráter secundário de substrato material e palco para a realização de feitos sociais; eles passam, então, a abarcar transformações subjetivadoras que lhes conferem diferentes arranjos. Por isso, Valverde afirma (p. 169) que "Foucault acredita que a inquietude encontrada no espaço é gerada pelo confronto entre os princípios de controle social que as instituições públicas tentam projetar e a maneira como os atores sociais conferem sentido ao ambiente". O contexto de ebulição social francês que Valverde nos faz lembrar, guardadas as devidas proporções, não é muito diferente das mobilizações sociais que têm acontecido nas últimas décadas. Na medida em que clamam por outras espacialidades, elas configuram-se em exemplos privilegiados para as variadas abordagens espaciais. Referimo-nos a movimentos como o *Occupy Wall Street*, em Nova Iorque, o *OcupeEstelita*, em Recife, o movimento *Zapatista*, no México, o *Projeto Porto Maravilha*, no Rio de Janeiro, os acampamentos do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), entre tantos outros que anunciam como a espacialidade se faz cada vez mais forte no plano político.

A defesa e valoração de múltiplas representações espaciais conflitantes é um posicionamento que vai ficar evidente quando Foucault (2013c, p. 417) aponta que

> o que me interessa são, entre todos esses posicionamentos, alguns dentre eles que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas de um tal modo que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram por eles designadas, refletidas ou pensadas. Esses espaços, que por assim dizer estão ligados a todos os outros; contradizendo, no entanto, todos os outros posicionamentos.

Para tratar dos espaços justapostos, que invertem, suspendem ou neutralizam o oficialmente instituído, Foucault apresenta a noção de heterotopia. As heterotopias são esses

espaços diferentes, lugares-outros que não estão nem aqui, nem lá, que estão fora de todos os lugares, mas que possuem sua posição localizável. Segundo Valverde (2007, p. 172), a heterotopia coloca em relevo os pontos de instabilidade no equilíbrio da vida social moderna ao tratar da apropriação de espaços. As heterotopias sinalizam os

> espaços em que a memória política e institucional não se apresentam de maneira decisiva, em espaços nos quais as classificações funcionais não se aplicam, em espaços nos quais as regras de convivência não são encontradas na civilidade e na polidez que são previstas no contrato social moderno.

São espaços que invertem as classificações funcionais instituídas, onde não se aplicam as regras previstas por um controle social e cujos efeitos acabam por expor os pontos de instabilidade da esfera social. Outros espaços, subversivos, que evidenciam em sua existência a suspensão e inversão da ordem, que contestam a norma, as estruturas sociais e políticas hegemônicas. Ainda que excludentes e segregados, eles enunciam a resistência aos diferentes tipos de poder, lutas em prol de uma espacialidade.

Buscando exemplificar um pouco mais as heterotopias, Foucault (2013c) as definiu em seis princípios básicos. No primeiro deles, o autor afirma que todas as culturas existentes formam e criam heterotopias que separam determinados grupos da sociedade. Para o autor, estas assumem variadas formas e podem ser classificadas em duas categorias: as heterotopias de crise e as de desvio. As primeiras, típicas de sociedades primitivas, exibem-se por meio daqueles lugares privilegiados, sagrados ou proibidos. Nesse tipo de heterotopia encontram-se aqueles grupos sociais em situação de crise, como as mulheres recém-casadas em busca de um lugar sagrado para sua lua-de-mel, os jovens em colégios internos ou no serviço militar. Para Foucault, essas heterotopias de crise estão desaparecendo e vêm sendo substituídas pelas de desvio. Nestas, os indivíduos apresentam comportamentos desviantes em relação à norma, como, por exemplo, os hospitais psiquiátricos e os presídios.

No segundo princípio, Foucault irá dizer que as heterotopias variam em função do tempo e da cultura. À medida que a história da sociedade se desenvolve, a heterotopia até então existente pode dar lugar a uma função diferente da que foi primeiramente estabelecida, ou seja, uma função diversa da original. Exemplo disso é o que ocorreu com os cemitérios nos séculos XVIII e XIX, quando receberam outra ordenação espacial e funcional. Antigamente, eles tinham lugar no centro da cidade, próximos à igreja e ao sagrado; mais tarde foram deslocados para os subúrbios por meio de medidas higienistas e por conta da tendência obsessiva de tratar a morte como uma doença.

O terceiro princípio, por sua vez, anunciava que as heterotopias podem unir, em um só lugar, múltiplos espaços incompatíveis entre si. Como exemplos, Foucault cita o teatro e o cinema. Seja em um palco ou em uma tela, o entrar e sair de cena alternam-se e expressam uma série de lugares distintos. Mais adiante, o autor apontará o jardim como o exemplo mais antigo das heterotopias. Em suas palavras (p. 421):

> O jardim tradicional dos persas era um espaço sagrado que devia reunir dentro do seu retângulo quatro partes representando as quatro partes do mundo, com um espaço mais sagrado ainda que os outros, que era como o umbigo, o centro do mundo em seu meio (é ali que estavam a taça e o jato d'água); e toda a vegetação do jardim devia se repartir nesse espaço, nessa espécie de microcosmo. (...) O jardim é a menor parcela do mundo e é também a totalidade do mundo. O jardim é, desde a mais longínqua Antiguidade, uma espécie de heterotopia feliz e universalizante (daí nossos jardins zoológicos).

O quarto princípio refere-se às heterotopias como espaços que podem se conectar em diferentes períodos de tempo. Relacionado a parcelas de tempo, esse princípio estabelece uma relação com o conceito de heterocronia. Para Foucault, esses espaços heterotópicos pretendem aprisionar em um espaço fechado uma espécie de acumulação perpétua e indefinida de experiências, formas e gostos temporais, como os museus e as bibliotecas. Mas também trabalha com o exemplo das feiras, circos e festivais, os quais não são orientados para o eterno, mas são de absoluta cronicidade, são temporais, acontecem em determinado lugar e em determinado espaço de tempo.

Segundo o próximo princípio, as heterotopias são locais separados da sociedade e com regras que limitam a entrada e a saída. Pretende-se mostrar, assim, que as heterotopias pressupõem um sistema de abertura e fechamento, no que diz respeito à acessibilidade. A entrada a esses espaços é restrita, mas "há outras, pelo contrário, que parecem puras e simples aberturas mas que, em geral, escondem curiosas exclusões" (FOUCAULT, 2013c, p. 423). Nesses lugares heterotópicos todos podem entrar, mas isso é apenas uma ilusão: ao entrarem, são excluídos. Como acontecia nos antigos casarões que serviam de hospedaria para viajantes. Lá, cada viajante tinha acesso simplesmente a seu quarto; o acesso ao restante da casa era restringido e vedado, de modo que o espaço do quarto era colocado em posição de isolamento.

Em seu último princípio, Foucault declara que as heterotopias possuem uma função específica em relação aos espaços ao seu redor. Trata-se da apresentação de um espaço ilusório que espelha todos os outros, os reais. Na verdade, cria-se assim um espaço outro real, perfeito e organizado em desconformidade com os efetivamente construídos. Não é uma heterotopia de ilusão, mas de compensação, como demonstram as

> extraordinárias colônias de jesuítas fundadas na América do Sul: colônias maravilhosas, absolutamente organizadas, nas quais a perfeição humana era efetivamente realizada. (...) A aldeia era repartida segundo uma disposição rigorosa em torno de um lugar retangular no fundo do qual havia a igreja; de um lado, o colégio, de outro, o cemitério, e além disso, diante da igreja, se abria uma avenida que uma outra vinha cruzar em ângulo reto; as famílias tinham cada uma sua pequena cabana ao longo dos dois eixos, e assim se encontrava exatamente reproduzido o signo do Cristo (FOUCAULT, 2013c, 424).

A proposta de análise espacial por meio da formulação foucaultiana de heterotopia tem sido duramente criticada, principalmente, por sua falta de clareza e incompreensão dos exemplos utilizados (HARVEY, 1992; GENNOCHIO, 1995; SOJA, 1995; CASEY, 1998). Contudo, tal conceito tem atraído um número cada vez maior de geógrafos, dadas as possibilidades que ele apresenta no que se refere à interpretação mais plural da sociedade e, em especial, dos espaços.

De acordo com Crampton e Elden (2007), as primeiras ondas de apropriação e crítica aos trabalhos de Foucault, no que diz respeito às abordagens espaciais, partiu da geografia anglófona no final da década de 1980, com Derek Gregory, Felix Driver e Chris Philo, da Universidade de Cambridge, e com o livro *Geografias pós-modernas* (1993), de Edward Soja. No Brasil, o primeiro trabalho que referenciou Foucault e a geografia foi escrito por Antônio Carlos Robert Moraes, em 1988.

Durante as últimas três décadas, o reconhecimento e a apropriação do conceito de espaços heterotópicos por diversos autores expressa a tentativa de explicitar a subjetividade espacial (SOJA, 1993; LEFEBVRE, 2000; SMITH, 2002; MARTIN, 2002; HARVEY, 1998, 2007; SHEEHY, 2009; VALVERDE, 2007, 2009; JACKSON, 2013). Geógrafos e teóricos sociais têm se valido do conceito de heterotopia, enxergando nele uma possibilidade de reflexão acerca das lógicas de ordenamento espacial e, principalmente, de superação dos limites analíticos estabelecidos pela geografia moderna.

Foi Edward Soja, em sua proposta de uma Geografia Crítica discutida em *Geografias pós-modernas* (1989) e em *Thirdspace* (1996, 1999), quem recuperou as formulações foucaultianas sobre os espaços heterotópicos. Soja empregou os insumos teóricos foucaultianos para discutir, principalmente, elementos da geografia urbana e, em especial, a cidade de Los Angeles. O autor fez uso da heterotopia para problematizar os *espaços outros* encontrados em diferentes cidades atuais que contestam os modelos e padrões espaciais dominantes durante a Modernidade. Ademais, o geógrafo acreditava poder desenvolver uma argumentação semelhante ao conceito foucaultiano de heterotopia com o conceito de

Thirdspace (terceiro espaço). Para desenvolvê-la, buscou inspiração em Jorge Luis Borges, em especial, no conto "El Aleph". Nas palavras de Borges, o Aleph é "um dos pontos do espaço que contém todos os pontos. [...] O lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do orbe, vistos de todos os ângulos" (BORGES, 2011, p. 166).

Antes de mais nada é preciso esclarecer alguns pontos. No final da década de 1980 e na década de 1990, momentos em que se dedicava particularmente aos estudos de outros espaços nas abordagens geográficas, o geógrafo não lançava mão dos últimos projetos foucaultianos com os quais lidamos no tópico anterior. Desse modo, as análises tecidas por ele estão embasadas no que conhecemos por momento genealógico. Além disso, Soja estava ciente de que a publicação tardia do texto *Outros espaços* significava um risco às suas análises geográficas. Apesar disso, ele não deixou de considerá-lo como um estímulo para o raciocínio espacial, em particular porque as reflexões sobre os espaços heterotópicos aumentam significativamente a prática e a compreensão teórica do *Thirdspace* – que futuramente seria chamado pelo autor de *geo-história da alteridade*. Também por isso, o risco acima mencionado surtiu resultados positivos, pois Soja acabou por se tornar um dos principais divulgadores da obra foucaultiana no campo da geografia.

Em *Geografias pós-modernas* e em *Thirdspace*, Soja abre o debate afirmando que o projeto foucaultiano de refletir sobre *outros espaços* sob uma ótica do local e da vida cotidiana não deixa de fornecer *insights* para a compreensão da espacialidade contemporânea, marcando assim suas proximidades com a proposta de trialética do espaço, que esclareceremos em breve.

Um dos exemplos explorados por ele diz respeito aos espaços dos sonhos citados por Foucault logo no início do texto *Outros espaços*. Para Soja, essa imagem da heterotopia relaciona-se, para usar a linguagem de Lefebvre, ao espaço concebido, ou seja, aquele que denota imagens mentais, os espaços de representação desmaterializados. Embora influenciado pela poética de Bachelard, Foucault afasta-se desses espaços internos de representação para concentrar sua atenção na espacialidade da vida social. O presídio, o cemitério, o jardim, o museu são, pois, exemplos de espaços efetivamente vividos e produzidos socialmente. Nas palavras do autor (SOJA, 1993, p. 26):

> O espaço heterogêneo e relacional das heterotopias de Foucault não é nem um vazio desprovido de substância, a ser preenchido pela intuição cognitiva, nem um repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda a sua resplandecente variabilidade. Trata-se de um espaço outro, daquilo que Lefebvre descreveria como *l'espace vécu*, a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a contextura das práticas sociais.

Ancorado nos estudos de Lefebvre sobre a *dialética da triplicidade*, Soja (1996, 1997) sugere uma *trialética do espaço*, uma forma de ver a dialética a partir de três elementos: a espacialidade, a sociabilidade e a historicidade. Apoiado nesse argumento, o autor considera como primeiro espaço o espaço material e, como segundo, o mental; de modo que o primeiro corresponderia ao espaço percebido de Lefebvre e o segundo, ao concebido. Analogamente, o terceiro espaço corresponde ao espaço vivido lefebvreano. No entanto, Soja faz uma ressalva, já que este último não se restringe ao espaço experiencial, empírico, mas extrapola para espaços relacionados com os tempos vividos, com a história. O que o autor tentou demonstrar é a coexistência entre espaço e tempo. Nesse sentido, Soja (1997, p. 75, tradução nossa) afirma que

> ao falar de terceiro espaço estamos falando de uma complexidade plena, de uma maneira totalmente diferente de pensar a geografia. Também quero esclarecer que esse terceiro espaço não é um espaço intermédio. Não é um contínuo entre o pensamento materialista e o pensamento idealista. O que estou propondo é um "repensar" crítico desse dualismo em prol de alcançar uma ruptura do mesmo para que se produza uma abertura e a possibilidade de um pensamento geográfico mais amplo.

O que Soja oferece é uma crítica às análises geográficas modernas, nas quais o alcance e a complexidade das reflexões espaciais são limitados por um dualismo que considera em demasia o primeiro e segundo espaços. Em oposição a esse modo de pensar, Soja propõe o conceito de terceiro espaço, uma noção equivalente ao espaço vivido de Lefebvre e ao espaço heterotópico de Foucault. Como ele próprio denomina, o terceiro espaço seria o *outro espaço*.

Foucault talvez concordasse com Soja. Na conferência *El tercer espacio. Ampliando el horizonte de la imaginación geográfica* (1997), Soja (p. 76, tradução nossa) parece seguir Foucault ao valorar essa nova perspectiva centrada no espaço vivido.

> Nosso espaço vivido está modelado, dominado, pela política e pela cultura, e a dominação e opressão que exercem sobre nós. Então, essa é uma nova consciência que nos leva a uma nova forma de subjetividade. Dessa maneira, os estudos estão abrindo um terceiro reino de ação política radicalizada, centrada e situada na produção social do espaço vivido.

Embora esteja em um plano teórico distinto do que abordamos nesta tese, David Harvey foi outro geógrafo que lançou mão das provocações foucaultianas de *Outros espaços.* Em *Espaços de esperança* (2000), Harvey utilizou o texto para refletir sobre a globalização e nos convida a pensar por meio de uma imaginação utópica. A imaginação utópica é uma maneira de pensar por meio da força política da mudança, propondo alternativas que se contraponham à lógica destrutiva inerente ao processo de globalização contemporâneo.

Harvey discute múltiplas possibilidades, entre elas uma *outraneidade-espacializada*, e, para isso, acentua em diferentes momentos a importância do pensamento espacial foucaultiano. Em especial, o capítulo que trata "dos corpos e das pessoas políticas no espaço global", e o que discorre sobre "o momento utópico", fazendo menção diretamente ao conceito de heterotopia. De acordo com Harvey (p. 184),

> Foucault assegura-nos abundantes espaços em que a 'outraneidade' [otherness], a alteridade, e, daqui, as alternativas puderam ser exploradas não como meros produtos da imaginação mas através do contato com processos sociais que já existem. É dentro destes espaços que as alternativas podem tomar forma e, a partir destes espaços, que uma crítica de normas e de processos existentes pode o mais eficazmente ser montada.

Já em *La condición de la posmodernidad: investigación sobre los orígenes del cambio cultural* (1998), Harvey acredita que o conceito de heterotopia desenvolvido por Kevin Hetherington permite avançar na compreensão da heterogeneidade espacial ao possibilitar o estudo da história dos espaços nos quais a vida é apropriada de modo distinto. Para ele, são espaços fomentadores de alternativas. A partir daí, Harvey faz uso do conceito de heterotopia de uma maneira curiosa. Ao tratar dos espaços heterotópicos, o autor conduz sua mirada para os espaços múltiplos, justapostos, impossíveis. Para exemplificar tal atmosfera, faz uso do cinema. Em menção ao livro de Brian McHale, *Postmodernist fiction* (1987), elenca dois filmes para ilustrar o modo como a ficção pós-moderna lida com a questão do outro e de outros mundos. Em sua descrição, cita o clássico filme de 1941, *Cidadão Kane*, em que um jornalista busca desvendar o mistério da vida do personagem Charles Foster Kane reunindo múltiplas recordações e perspectivas daqueles que o conheceram. Em seguida, para ilustrar um formato mais pós-modernista de cinema contemporâneo, Harvey (1998, p. 66, tradução nossa) cita o filme *Veludo Azul*, em que

> o personagem central debate-se entre dois mundos incompatíveis: o de um pequeno povoado norteamericano da década de 1950, com sua escola de ensino médio, a cultura de *kiosco*, e um submundo sexual delirante de drogas, demência e perversão sexual. Parece impossível que esses dois mundos existam no mesmo espaço, e o personagem central se movimenta entre eles, sem saber ao certo qual é a realidade, até que os dois mundos se chocam em uma terrível catástrofe.

A ação que traz em destaque ao relacionar os enredos cinematográficos com o conceito de heterotopia é justamente o exercício de pensar o espaço como outro além do instituído, comportando diferentes dimensões, um conjunto de "mundos possíveis fragmentados ou, simplesmente, espaços incomensuráveis que se justapõem ou superpõem" (HARVEY, 1998, p. 66, tradução nossa).

Mais recentemente, o geógrafo suíço Claude Raffestin (2011) atualiza o pensamento foucaultiano em direção a uma análise geográfica do espaço, porém de modo diferente daquelas propostas por Soja e Harvey, pois não trata diretamente dos espaços heterotópicos, mas tece relações entre geografia e poder. Em sua obra mais conhecida, *Por uma geografia do poder* (1980), fica evidente a influência do pensamento foucaultiano quando discute os conceitos de poder e de território. Mais recentemente, o autor expressou a importância e a atualidade do pensamento de Michel Foucault em entrevistas a *EspacesTemps* (RAFFESTIN, 2005) e à revista *Formação* (RAFFESTIN, 2008).

Em uma pesquisa realizada recentemente na Austrália, Mary Ryan (2011) aponta um arcabouço teórico-metodológico expressivo a fim de elucidar o que estamos afirmando ao estabelecer pontes entre as concepções formuladas por Lefebvre, Soja e Foucault. Na referida pesquisa, realizada com um grupo de mais de 80 professores, a autora apresenta a importância do estudo de diferentes espaços na formação de professores e de como a conectividade entre os espaços – escola, universidade, cotidiano – podem ser aproveitados de forma transformadora por meio da prática reflexiva. Inicialmente trata das complexidades da formação de professores em tempos atuais e, em seguida, aponta para o modo como as teorias de Lefebvre e Foucault são utilizadas para entender relações espaciais entre escola e universidade. Utilizando os estudos de Lefebvre sobre a produção do espaço, a autora categoriza o espaço ideológico e normativo das universidades como *concebido*. Por outro lado, o espaço escolar promulgado na formação inicial de professores (o que para nós, no Brasil, está relacionado aos estágios e práticas de ensino) é por ela categorizado como *percebido*. Por fim, faz uso do conceito de *terceiro espaço* de Soja, como aquele espaço vivido, na linguagem de Lefebvre, que se abre para o desconhecido, um espaço para novas possibilidades e fantasias de como podem ser diferentemente realizadas práticas educativas; subversivo e de transgressão. Busca nesse *terceiro espaço*, junto à formação inicial de professores, problematizar, questionar, desafiar e transformar saberes pedagógicos, crenças e práticas instituídas no espaço escolar.

No Brasil, os trabalhos que salientam a questão do espaço valendo-se das abordagens apresentadas vão desde os estudos culturais – mais especificamente a crítica feminista e pós-colonial, com destaque para as discussões sobre classe, raça e gênero – aos estudos sobre território e microterritorialidades. Estes últimos apontam para um conjunto de práticas espaciais resultando em distintas disputas por conquista de espaço, que traduzem não só a ocupação do mesmo, mas o próprio controle e governamento dos sujeitos.

Com base na abordagem foucaultiana, destacamos a contribuição especial do trabalho de Rodrigo Valverde. Sua tese de doutorado, defendida em 2007, marca a originalidade analítica da heterotopia voltada a espaços públicos, consagrando-o como uma das principais referências no Brasil. Valverde apropriou-se do conceito foucaultiano de espaços heterotópicos para questionar o papel da dimensão social na teoria dos espaços públicos. Em sua pesquisa, elegeu três exemplos que manifestam a tendência à heterotopia no Largo da Carioca, região central do Rio de Janeiro: a criação das políticas públicas voltadas àquele espaço, os diferentes usos dos equipamentos urbanos e a organização dos atores sociais na apropriação daquele logradouro.

No primeiro exemplo, chama a atenção para as políticas públicas criadas e desenvolvidas no intuito de reincorporar aquele espaço à vida social. A iniciativa estatal, por meio das reformas urbanas, buscava promover alternativas no intuito de sanar as demandas sociais e, concomitantemente, promover a renovação do poder público. Entre as políticas urbanas assinalou o Corredor Cultural, o Rio-Cidade e o Controle Urbano. Esse movimento iniciou-se na década de 1970, quando a renovação urbana no Largo da Carioca foi estimulada pela inauguração da estação de metrô e reabertura do espaço para implementação de projetos urbanísticos. Os espaços, antes ocupados pelas obras, estão definitivamente livres para intervenções com ênfase na valorização do patrimônio histórico. Porém, o processo de reincorporação daquele espaço expunha os conflitos e a falta de convergência dos interesses sociais e interesses públicos. As políticas públicas instauradas até então não respondiam aos anseios da municipalidade em propor uma determinada organização espacial para o Largo da Carioca e, tampouco, atendia aos atores sociais – comércio formal e informal, moradores de rua e artistas – que agiam diretamente na apropriação daquele espaço.

Em relação a esse primeiro exemplo, Valverde (2007, p. 202) conclui que

> apesar dessas ações pontuais do Estado que tentavam restituir o poder de coesão e de coerção sobre as dinâmicas sociais que tinham lugar no Largo da Carioca, a resistência dos atores sociais, a falta de consenso entre as diferentes partes e o baixo grau de politização das discussões levaram a uma situação na qual se pode apontar uma tendência à heterotopia.

No segundo exemplo, o autor explora os usos inesperados e inadequados de equipamentos urbanos: o Relógio da Carioca e o Jardim da Carioca. O primeiro, além de monumento turístico, é usado como ponto de encontro e espera, desfigurado por placas e atos de vandalismo. Já o Jardim da Carioca, pensado para ser um lugar de descanso e relaxamento, um espaço que se desvincula das demais funções do centro fortemente urbanizado, passa a ser

ocupado por moradores de rua, contravertendo a lógica funcionalista inicialmente pensada. Valverde (p. 204) afirma, então, que,

> no momento em que os objetos de um espaço público não refletem apenas a finalidade da política institucional e têm os seus significados questionados, invertidos e suspensos pela ação de atores sociais que se sucedem ao sugerir novos significados, pode-se apontar que existiria uma tendência à heterotopia.

E, no último exemplo, Valverde traz à baila as espacialidades conflitantes dos diversos atores sociais que fazem uso e se apropriam do Largo da Carioca. As dinâmicas sociais ali em uso acabam por exprimir um contexto de resistência diante das iniciativas dos órgãos públicos em regularizar as atividades do comércio informal, por exemplo.

O conflito de funções compõe diferentes arranjos de poder pelas espacialidades justapostas que desafiam o poder público a uma adaptação de usos que incialmente não foi preparado. Assim, "a marginalidade, a desconstrução dos referenciais tradicionais relativos aos indivíduos e a temporalidade alternante das representações espaciais conferem uma clara tendência à heterotopia no Largo da Carioca" (p. 206). Por fim, o pesquisador conclui que

> apesar dos defensores do espaço público institucional e político se apressarem em criticar, reprimir ou tentar conferir uma lógica maior a essas ações, a informalidade do espaço público heterotópico se expande pela natureza flexível de seu funcionamento, pela necessidade social e pelo maior poder de intervenção da sociedade em seus limites (p. 207).

Portanto, consideramos que esse estudo é notável para a presente pesquisa, uma vez que se detém tanto nas novas configurações e funcionalidades impressas no espaço quanto no modo como novos elementos lhe conferem outros sentidos. A partir de representações justapostas e conflitantes em espaços de alto grau de significação social, como o Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, ou o Parque Ibirapuera, em São Paulo, esperamos ser possível ampliar as análises geográficas voltadas aos espaços públicos aliadas à heterotopia.

Neste capítulo demonstramos como a temática espacial esteve presente ao longo de toda a obra de Michel Foucault. Foi possível perceber os deslizamentos espaciais em seus três domínios analíticos e como, em cada um deles, a temática vai se enriquecendo do plano teórico ao prático.

No quadro do pensamento foucaultiano, notamos que o controle é a mais contemporânea das tecnologias de governo espacial, o que não impede a sua coexistência com outras tecnologias de governo do espaço, como a disciplina ou a soberania. Isso porque na história da governamentalidade há sempre justaposições, interações e reajustes entre as tecnologias de governo. Ao mesmo tempo, percebemos a necessidade de articular a

genealogia das técnicas de governo a uma genealogia das técnicas do governo de si. O que despontava era um pensamento da resistência, não revolucionária ou dialética, senão da resistência biopolítica, ou seja, a vida cotidiana posta no plano de liberdade, como um exercício permanente sobre si nos espaços de governo. Por conseguinte, essa discussão deriva em uma segunda questão a respeito da resistência ao governo de si em espaços governados. Tal resistência já é, por si mesma, espacial; ela é, portanto, heterotópica.

A fim de desvendar como alguns desses aspectos apresentam-se na prática, serão apresentados, no capítulo seguinte, resultados e elementos do campo empírico da pesquisa, a qual pretende dar destaque propriamente ao *locus* de realização do trabalho e o material analisado. Além dos estudos bibliográficos realizados, seguimos duas etapas de trabalho: a análise de documentos acerca do Parque Ibirapuera e a observação e registro das práticas ali em curso.

3. Parque Ibirapuera: cartografia de um espaço e suas tecnologias de governo

A hipótese inicial da pesquisa especula sobre a maneira pela qual mecanismos pedagogizantes em atuação no Parque Ibirapuera operam como tecnologias de governo do espaço. Com base nessa proposição, consideramos que ora as práticas ali instaladas passam a conduzir condutas e ditar formas e modos de viver espaciais, ora podem tornar visíveis diferentes produções espaciais que contestam os arranjos até então configurados. É a partir dos jogos cruzados em torno da liberdade que consideramos identificar e significar a atuação das tecnologias de governo espaciais. O que se pretende colocar em causa é a arqueogenealogia da racionalidade pedagógica em espaços além dos escolares, o que não significa que o que está em discussão é, propriamente, a educação, ou o espaço, mas as relações entre *educação, governo* e *espaço*. Desse modo, pretendemos expor as técnicas pedagógicas de produção espacial e, em suma, as lógicas, procedimentos, objetivos e economias de poder nas práticas espaciais incumbidas da tarefa pedagogizante de autogovernamento dos sujeitos.

Nos capítulos anteriores fizemos um exercício teórico e apresentamos os conceitos essenciais da pesquisa, os quais subsidiarão as análises posteriores. Mais especificamente, discorremos sobre a governamentalidade, as práticas de pedagogização como tecnologias de governo e as heterotopias, assim como sobre o percurso teórico descontínuo que atravessou a problematização do espaço da arqueologia à genealogia, no qual finalmente vai se precisar a análise do espaço a partir da governamentalidade. Além de Michel Foucault, nossa referência principal, utilizamos como parceiros conceituais Edward Soja e Rodrigo Valverde ao estabelecer pontes teóricas entre a noção foucaultiana de heterotopia e o estudo sobre o espaço geográfico.

Tendo em mente que a pedagogização dos espaços do Parque Ibirapuera é intrínseca às tecnologias biopolíticas contemporâneas, nos capítulos que se seguem iremos perspectivar analiticamente o modo como os processos de pedagogização criam e governam espaços. Para tanto, o exercício proposto é cartografar as práticas e espaços do Parque por meio de uma plataforma arqueogenealógica desde sua criação, em 1954, até os dias atuais.

A cartografia é uma ciência que utiliza a representação gráfica para atingir um dos seus principais objetivos: a elaboração de mapas. Essa talvez seja a acepção mais usual do conceito. Embora se trata de um recurso abrangente e útil para representar algo dado, a cartografia a que visamos é, apesar da analogia, distinta dessa acepção corriqueira. Assim, ela

ganha outros contornos, caracterizando-se por outro modo de traçar: não mais delineia uma representação estática, mas um processo dinâmico.

A cartografia que propomos realizar é uma derivação da perspectiva arqueogenealógica foucaultiana; por meio dela, temos a possibilidade de articular discursos e funcionamentos sociais que permitem indagar as transformações das práticas pedagógicas e espaciais do Parque. Na verdade, preocupamo-nos especialmente com aquelas que, segundo nossa hipótese, incidem sobre o modo como se produz atualmente o governamento dos sujeitos e, assim, as heterotopias daí suscitadas. Ancorados na premissa arqueogenealógica foucaultiana não nos interessamos pela representação de algo dado, mas por questionar, vasculhar, desnovelar as tramas e interstícios de um processo em devir, uma espécie de topologia que nos leva a pensar de outro modo. Nesse movimento arqueogenealógico, a cartografia proposta fornece tanto a arqueologia dos discursos, como a genealogia das técnicas pedagogizantes de governo do espaço e autogovernamento dos sujeitos. Essa cartografia permite, então, uma crítica da racionalidade pedagógica em espaços não escolares, e expõe, assim, práticas de subjetivação e de contracondutas.

Ao realizar uma cartografia da pedagogização dos espaços, experimentamos uma espacialização da história do Parque Ibirapuera e, por consequência, das técnicas de governo, dos movimentos, dos deslocamentos, dos jogos de força, das enunciações, das práticas de resistência e de liberdade. Assim, esse procedimento opera à maneira arqueogenealógica do "novo cartógrafo": Michel Foucault (DELEUZE, 2013, p. 33).

Arqueogenealógica porque traça uma linha transversal que liga o passado ao presente, que expõe o conjunto de regras de uma dada época, de uma dada sociedade, e apresenta uma leitura pós-metafísica de seus feitos, enunciados e acontecimentos, uma leitura dinâmica como fotografias em movimento. Isso significa que nossas indagações gravitam em torno da pergunta *de que maneira?* O que nos mobiliza é entender como algo se tornou o que é hoje. Por que pensamos, dizemos e fazemos desta ou daquela maneira? Como aderimos a um determinado regime de verdade? Como um certo *modus operandi* prescreve o que devemos ser?

Por ora, talvez, trate-se apenas do ensejo de tensionar cenas de um *domingo no parque* e, na esteira de Foucault (2013a, p. 9), desviar da necessidade de constituir "acontecimentos importantes (com uma longa cadeia de consequências) e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente". Desse modo, o objetivo das análises está em identificar movimentos, encontrar descontinuidades e paralelos entre o que se propôs

na década de 1950 e o que se observa nos dias de hoje. Ao recompor narrativamente os espaços e espacialidades do Parque, almejamos contar a história desse local em um movimento que possa indicar os usos e funcionamentos sociais que se transformaram, as técnicas de governo em cena e os sujeitos que se almejava governar.

Nossa narrativa foi organizada a partir de quatro cenas que consideramos disparadores para elucidar os vetores analíticos a serem abarcados: a cultura, a economia e a política. Em um primeiro momento, abordaremos as políticas públicas que orientaram sua construção; em seguida, discutiremos a pedagogização dos espaços e os modos de vida manifestados em práticas de lazer, sejam elas culturais ou esportivas; e, por fim, no último capítulo, o enfoque proposto pousará o olhar sobre as espacialidades outras a compor a sua cotidianidade.

Com esses propósitos em vista, deteremo-nos nos procedimentos realizados. Inicialmente, combinamos leituras de diferentes materiais de pesquisa:

a) Fontes documentais

As fontes documentais eleitas são compostas por documentos oficiais que instituíram as prerrogativas para a criação do Parque, bem como para seu funcionamento atual. Os documentos pesquisados foram os seguintes: o Regulamento do Parque (SÃO PAULO, 2012); o Plano Diretor do Parque Ibirapuera e a Minuta apresentada ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) (SÃO PAULO, 2007); o Plano Diretor do Parque Ibirapuera, seus diagnósticos, diretrizes e ações (SÃO PAULO, 2006); o Plano Diretor do Parque Ibirapuera (SÃO PAULO, 2004), em exercício de 2004 a 2014; o Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) do Plano Diretor do Parque do Ibirapuera (SÃO PAULO, 2003); o Anteprojeto da Exposição do IV Centenário de São Paulo (NIEMEYER, 1952); e os Processos do Fundo da Comissão do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo.

A Comissão do IV Centenário, promulgada pela Lei Municipal nº 4166, foi o órgão de caráter autárquico responsável por organizar e colocar em prática o plano de comemorações do aniversário de 400 anos da cidade de São Paulo. Entre suas atribuições constava a composição do projeto e a execução do Parque Ibirapuera como espaço baluarte para os festejos. À frente da Comissão estava Francisco Matarazzo Sobrinho (Ciccillo Matarazzo). Praticamente ao final do processo, ela passou a ser presidida por Guilherme de Almeida, uma vez que Ciccillo Matarazzo fora exonerado em 6 de março de 1954 pelo então prefeito Jânio Quadros (ALMEIDA, 1976; OLIVEIRA, 1976; SÃO PAULO, 2007).

Os processos autuados encontram-se no Fundo do IV Centenário, no Arquivo Histórico de São Paulo. Antes de reunidos nesse local, boa parte do acervo bibliográfico e documentário que existia se perdeu, pois não havia um local adequado para organização e conservação dessa documentação. De acordo com Barone (2007), além dessa perda, outra parte da documentação danificou-se devido a uma inundação no Arquivo Histórico. Assim, distribuídos entre os anos de 1951 e 1969, os processos autuados hoje totalizam 7.500 registros. São processos resultantes das variadas subcomissões encarregadas dos trabalhos: pareceres e minutas, realização de contratos, sugestões e propostas, prestação de serviço, correspondência, obras públicas, administração de pessoal, ocupação do Parque Ibirapuera, plano de propaganda etc. Dos 7.500 registros de processos autuados por essa Comissão, 468 processos dizem respeito especificamente ao Parque Ibirapuera. Esse conjunto de processos constituiu a base de dados para a composição de nosso *Primeiro arquivo de pesquisa*. Além dos processos da Comissão do IV Centenário, o Arquivo Histórico também dispõe para consulta o Anteprojeto da exposição do IV Centenário de São Paulo (NIEMEYER, 1952); 22 referências bibliográficas que foram selecionadas para a pesquisa (Apêndice 1); um expressivo arquivo cartográfico; além de registros diversos na hemeroteca.

Somadas às fontes documentais mencionadas, foram também investigadas 18 pastas de arquivos diversos sobre o Parque Ibirapuera (Apêndice 2) disponíveis para consulta no Espaço Sapucaia, a Biblioteca da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). O Espaço Sapucaia foi inaugurado em 2008 e está localizado na Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz (UMAPAZ), instalada próxima ao Portão 7A do Parque.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa e com o contato mais acurado com o arquivo de processos, percebemos que notícias de jornais de diferentes épocas poderiam apresentar elementos que nos auxiliariam a compreender a espacialidade cotidiana do Parque. Na medida em que tais documentos provavelmente não se apresentariam nos processos autuados (uma vez que estes se limitavam ao ano de 1969), julgamos que a incorporação de ocorrências jornalísticas poderia ampliar o escopo de nossa pesquisa. De tal modo, elaboramos um *Segundo arquivo de pesquisa* para complementar o campo de investigação documental, arquivo este originado das ocorrências jornalísticas d'*O Estado de S. Paulo.* De acordo com o Instituto Verificado de Circulação (IVC), *O Estadão* está entre os cinco jornais de maior circulação no Brasil, e é o segundo em tiragem no Estado de São Paulo. A sua eleição justifica-se, finalmente, pelo fato de ele ser o jornal ainda em circulação mais antigo

da cidade, além de disponibilizar todo o acervo em formato digital, que compreende exemplares desde o ano de 1875.

Até 2014, o jornal dispôs em seu *Acervo Digital* um registro de mais de 67 mil ocorrências sobre o Parque Ibirapuera. O registro de primeira ocorrência com o termo Ibirapuera é datado de 06 de setembro de 1919. As ocorrências existentes entre 1919 e 1953 somam um total de 339 e foram desconsideradas, pois pretendíamos identificar o que transitava no discurso jornalístico d'*O Estado de S. Paulo* a partir do ano de 1954, ano de inauguração do parque.

Devido ao extenso volume de dados, elegemos ocorrências de alguns anos emblemáticos, como 1954, o ano de inauguração; o ano de 1964, pela instalação de repartições públicas municipais em seus edifícios; o ano de 1974, pela pretensão do poder público em realizar obras de gradeamento e instalação de portões. Assim, pareceu-nos oportuno o levantamento dos dados por décadas, pois julgamos, então, que a observação do movimento e das transformações do Parque desde sua criação até o momento presente apresentaria elementos relevantes. Portanto, acrescentamos ao levantamento os anos de 1984, de 1994, de 2004 e de 2014. Este último demonstraria as apropriações atuais, totalizando, ao final, 7.709 ocorrências.

Tratando-se de uma documentação extensa, rica e instigante, que nos apresentava diversas possibilidades de leitura, nossa primeira preocupação foi direcionar o olhar para que não nos perdêssemos nesse labirinto de informações. Além dos quase oito mil registros do arquivo jornalístico, o grupo de ocorrências apresentava diferentes tipos de textos, desde artigos, entrevistas e reportagens, até notas, propagandas publicitárias e anúncios de classificados.

Depois de identificadas, as ocorrências jornalísticas foram então classificadas, selecionadas e distribuídas em unidades analíticas resultantes da leitura de todo o arquivo eleito. A classificação do tipo de ocorrência se deu com base na leitura dos textos, por vezes realizada mais de uma vez porque o banco de dados do *Acervo Digital* duplicou grande parte das ocorrências publicadas em 2004 e 2014, sem nenhuma discriminação lógica observada. Ademais, praticamente 35% das ocorrências foram desconsideradas, pois não faziam menção direta ao Parque. As ocorrências que não tratavam especificamente do Parque Ibirapuera diziam respeito, na maior parte das vezes, ao termo *parque* ou *Ibirapuera* isoladamente, estando assim associadas a outro contexto, como *Parque* Villa-Lobos e Avenida *Ibirapuera*, ou *Parque* Água Branca e Shopping *Ibirapuera*.

b) Referências bibliográficas diversas

Paralelamente à construção dos dois arquivos – dos processos autuados da Comissão do IV Centenário e das ocorrências jornalísticas – a leitura de teses, livros, artigos, periódicos e outras publicações foram também salutares para aproximação ao objeto de pesquisa e hipóteses de trabalho. Além das já mencionadas 22 referências bibliográficas disponíveis para consulta no Arquivo Histórico de São Paulo, foram identificadas outras bibliografias referentes ao Parque Ibirapuera no Espaço Sapucaia e nas bibliotecas da Universidade de São Paulo.

Ademais, realizamos o levantamento no banco de Teses e Dissertações da CAPES e nas bibliotecas digitais das principais universidades paulistas – Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica (PUC) – e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A busca a partir do termo *Ibirapuera* no banco de Teses e Dissertações da CAPES apresentou 19 registros, sendo somente seis os que tratavam especificamente do Parque. Destes, um único configurava-se como tese de doutorado, e mesmo assim teve como objetivo desenvolver uma metodologia para o ensino da música. A tese investigou a Escola do Auditório do Ibirapuera, escola livre de música para jovens da rede pública de ensino. Os outros cinco trabalhos tratam da poluição ambiental, do envelhecimento saudável, dos blogs de moda e da *São Paulo Fashion Week*, da análise química de solos urbanos e da educação em museus. Dado o baixo número de evidências encontradas, passamos a pesquisar outros bancos de dados[3].

Na Universidade de São Paulo (USP), as pesquisas estão disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e conta com uma série histórica completa desde 2005. Foram encontrados 24 registros relevantes, de 1992 a 2013, sendo nove teses de doutorado e 15 dissertações de mestrado. Dos 24 registros, 12 estão relacionados principalmente à poluição atmosférica, mas também tratam da poluição das águas e dos solos. Onze registros estão

[3] A pesquisa realizada em outras bibliotecas digitais demonstra que nem todos os trabalhos de pós-graduação estão disponíveis no banco de Teses e Dissertações da CAPES. Conforme nota publicada no próprio Banco de Teses e Dissertações da CAPES acerca da fidedignidade dos dados da pós-graduação, até o presente momento a CAPES disponibiliza por completo somente as teses e dissertações defendidas nos anos de 2011 e 2012. As demais vão sendo incluídas gradativamente. Muito embora a Portaria No. 13, expedida pela CAPES em 15 de fevereiro de 2006, tenha estabelecido a obrigatoriedade dos programas de mestrado e doutorado divulgarem dissertações e teses em arquivos digitais, nem todos os programas digitalizaram as pesquisas anteriores, o que resulta em uma série histórica distinta em cada uma das universidades pesquisadas.

relacionados à arquitetura e discutem os parques urbanos. Um só registro faz menção à educação em museus.

Na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), as pesquisas estão disponíveis na Biblioteca de Teses e Dissertações C@thedra e conta com uma série histórica desde 1995. No levantamento foram encontrados quatro registros, sendo três dissertações e uma tese, que tratavam respectivamente sobre artes, poluição do ar, diversidade de geofungos e vulnerabilidade climática.

Na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), as pesquisas estão disponíveis na Biblioteca Digital da UNICAMP e conta com uma série histórica desde 1964. Apesar de ser encontrado somente um registro, este é uma importante contribuição, pois trata dos espaços de lazer e da apropriação do espaço urbano. A Dissertação em Educação Física de Paulo Cezar Nunes Junior (2009), realizada em 2008, é um aporte significativo, pois investigou os usos de espaços do Parque, principalmente a Marquise e a pista central, com foco nas práticas de lazer. Apontou, nos resultados, discussões sobre conceitos de lazer e tempo livre, espaço liso e apropriado, aceleração da sociedade e encurtamento do espaço, oásis e subversão.

Na Pontifícia Universidade Católica (PUC), as pesquisas estão disponíveis na Biblioteca Digital da PUC-SP SAPIENTIA, que conta com uma série histórica desde 2005. Ali foram encontrados somente dois registros de dissertações na área da saúde. O primeiro trata do envelhecimento saudável, meio ambiente e lazer; o segundo, dos hábitos de vida dos frequentadores do Parque.

Julgamos que o levantamento no banco de dados do Ibict, que coordena o projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), deveria ser realizado para complementar o estado da arte, uma vez que, mesmo ao investigar as bibliotecas digitais das principais universidades do Estado de São Paulo, a pesquisa nesse canal poderia revelar trabalhos que, contudo, não foram encontrados nas bibliotecas já mencionadas. Na série histórica disponível desde o ano 2000 encontramos somente uma dissertação, defendida na área da Educação e tratando sobre o projeto *Tim Música nas Escolas*. A dissertação foi defendida em 2009, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, e ressalta as práticas realizadas em projetos sociais com crianças que se encontram em situação de risco e que se utilizam da música como instrumento para inclusão social. As oficinas de música eram realizadas na Escola do Auditório Ibirapuera e, entre 2006 e 2008, foram feitos levantamento e análise dos trabalhos realizados com os participantes do projeto.

O levantamento realizado pode demonstrar que, mesmo depois de 60 anos de inauguração; mesmo sendo um dos destinos mais procurados pela população da cidade de São Paulo; e apesar de ser o lugar de fomento de variadas ações de cunho educativo; ainda assim, as pesquisas com ênfase em práticas pedagogizantes nesse espaço ainda não foram exploradas, o que reafirma a originalidade e relevância da presente tese. No entanto, as pesquisas voltadas para a arquitetura dos espaços públicos, em especial com a criação e instituição de parques urbanos, no caso, o Parque Ibirapuera, serviram como referência imprescindível e base de consulta para fundamentar o contexto sócio-histórico do local.

c) Observações de campo

Finalmente, somadas às fontes documentais e bibliográficas referidas acima, foram realizadas cerca de 100 horas de observação por todo o Parque. As visitas ao campo foram feitas ao longo de seis meses e abrangeram todos os períodos e dias da semana. O objetivo era observar até que ponto eram visíveis mecanismos pedagogizantes e estratégias de apropriação dos espaços do Parque, bem como sua transformação ao longo dos anos. Para tanto, contamos com registros escritos e fotográficos, ainda que com todas limitações esperadas no que se refere à precisão das séries de dados levantados. O registro escrito na forma de diário de campo agrupou anotações de pesquisa que serão mencionadas e referenciadas ao longo da análise dos dados, sempre acompanhadas de sua respectiva data de observação.

Dessa maneira, ao lidar com a riqueza do material encontrado, seguimos a esteira do pensamento arqueogenealógico de Michel Foucault. Entendemos que o conjunto de textos é um arquivo bruto que pretendemos explorar no intuito de reconhecer e visibilizar significativas transformações urbanas da sociedade. O objetivo, portanto, é “vasculhar os arquivos da humanidade para neles encontrar as origens complicadas e humildes de nossas convicções elevadas” (VEYNE, 2011, p. 97). De tal modo, detemo-nos em diferentes racionalidades para esse espaço, seus deslocamentos mais evidentes, resultado de jogos de forças e de interesses que refletem uma série de práticas e regimes de verdade, além dos valores sociais e culturais em cada época.

3.1 As políticas públicas para a construção do Parque Ibirapuera

Cena 1

Situados na planície que começa no sopé da collina da avenida Paulista, e fica entre o fim da rua Brigadeiro Luiz Antônio, a Estrada de Santo Amaro, o corrego Uberaba, a cuja a margem esquerda fica Indianópolis, limitados pela Vila Clementino e Vila Mariana, esses terrenos da Invernada dos Bombeiros e da Chácara Ibirapuera se prestam, admiravelmente, a construcção de um immenso jardim ou parque, com área igual a do 'Hyde Park' de Londres, igual a metade do 'Bois de Boulogne', de Paris.[4]

Pelos anos de 1561, distantes do núcleo central da vila de São Paulo de Piratininga, estavam as terras alagadiças do aldeamento tupiniquim onde viveu o cacique Ibirapuera. A palavra tupi *Ybi-ra-ouêra* significa árvore antiga, árvore velha ou extinta. A tradução literal é *o que foi madeira*, fazendo alusão ao lugar onde existiam árvores antigas, apodrecidas, próprias para a lenha.

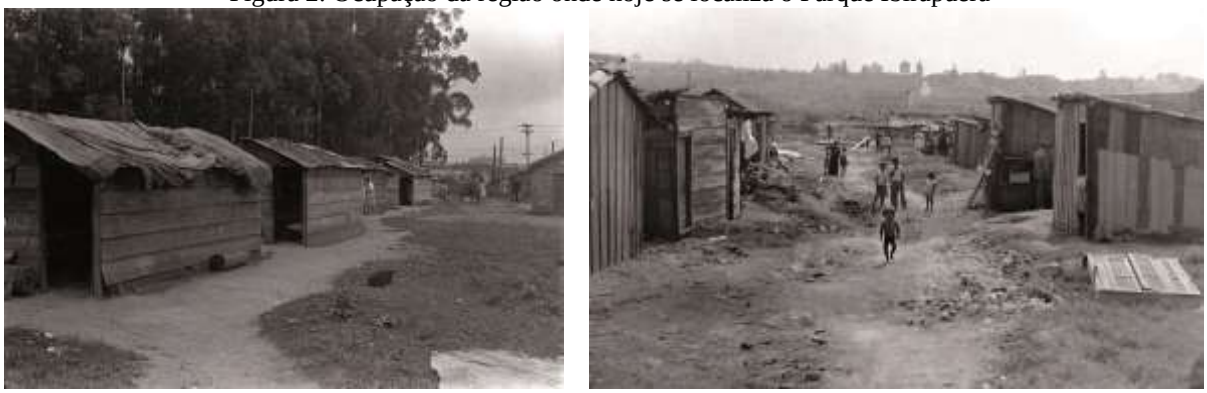
Os terrenos pantanosos da várzea do Ibirapuera faziam parte de uma região com características eminentemente rurais, de chácaras e pastagens, que só veio a se configurar como área pública em 1891, depois de intensas disputas entre particulares e o poder público para ocupação das terras. As primeiras ambições para a criação de um parque na várzea do Ibirapuera surgiram mais de 30 anos depois, quando a proposta foi encaminhada à Câmara Municipal em 1927, na gestão do prefeito José Pires do Rio (1926-1930).

No início do século XX, o desenvolvimento da zona sul de São Paulo, onde atualmente se localiza o Parque Ibirapuera, recebeu uma série de melhorias públicas e benfeitorias gerais devido à proximidade com a estrada de acesso ao litoral. A valorização da região foi favorecida, sobretudo, por empreendimentos urbanísticos que projetaram loteamentos para investimentos no setor imobiliário. De acordo com as pesquisas de Fabiano de Lemes Oliveira (2003) e Ana Cláudia Castilho Barone (2007), na medida em que melhorias urbanas passam a surgir e valorizar o local, a potencialidade significativa de reserva imobiliária atrai investimentos tanto de particulares como, até mesmo, de iniciativas

[4] Relatório de 1927, apresentado pelo Dr. José Pires do Rio – Prefeito do Município de São Paulo. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

fraudulentas na tentativa de assegurar a posse da terra. De grileiros a posseiros e a famílias de baixa renda, várias foram as apropriações indevidas de terceiros que tentaram fazer fortuna com a valorização e a comercialização posterior das terras. O interesse pelas terras da região era almejado por novos moradores, investidores e pelo próprio poder público, todos envolvidos pelo "status recém-adquirido de área nobre da cidade, de local agradável, salubre e isento de ocupações precárias e locais com problemas sanitários" (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Figura 2. Ocupação da região onde hoje se localiza o Parque Ibirapuera



Fonte: Sebastião Assis Pereira, 1950.

Uma série de medidas, como o plantio de árvores, a futura instalação de um viveiro municipal e as medidas estratégicas do *Plano de Avenidas* de 1930, foi realizada com o intuito de assegurar que a área do Ibirapuera se mantivesse livre de populações indesejadas e problemas sanitários decorrentes.

O etimologista e jornalista Manoel Lopes de Oliveira Filho, conhecido como Manequinho Lopes, era funcionário da Prefeitura e foi um dos principais responsáveis pela consolidação da área para o poder público. Em 1928, Manequinho Lopes passou a gerenciar o viveiro de mudas instalado no local e ficou encarregado do plantio de mudas de eucalipto australiano na região alagadiça. Acreditavam que essa medida, além de garantir a drenagem do solo, asseguraria efetivamente a posse das terras para a Prefeitura.

Em 1930, Francisco Prestes Maia, à época secretário de Viação e Obras Públicas do município, anuncia seu *Plano de Avenidas* com diversas propostas de intervenção urbanística para modernização da cidade de São Paulo. As propostas tinham como mote as questões viária e de higienização urbana. Entre as propostas apresentadas estava a consolidação da criação do Parque Ibirapuera.

Prestes Maia entendia que as intervenções propostas para a reformulação das áreas verdes da cidade auxiliariam tanto no embelezamento como também atuariam como

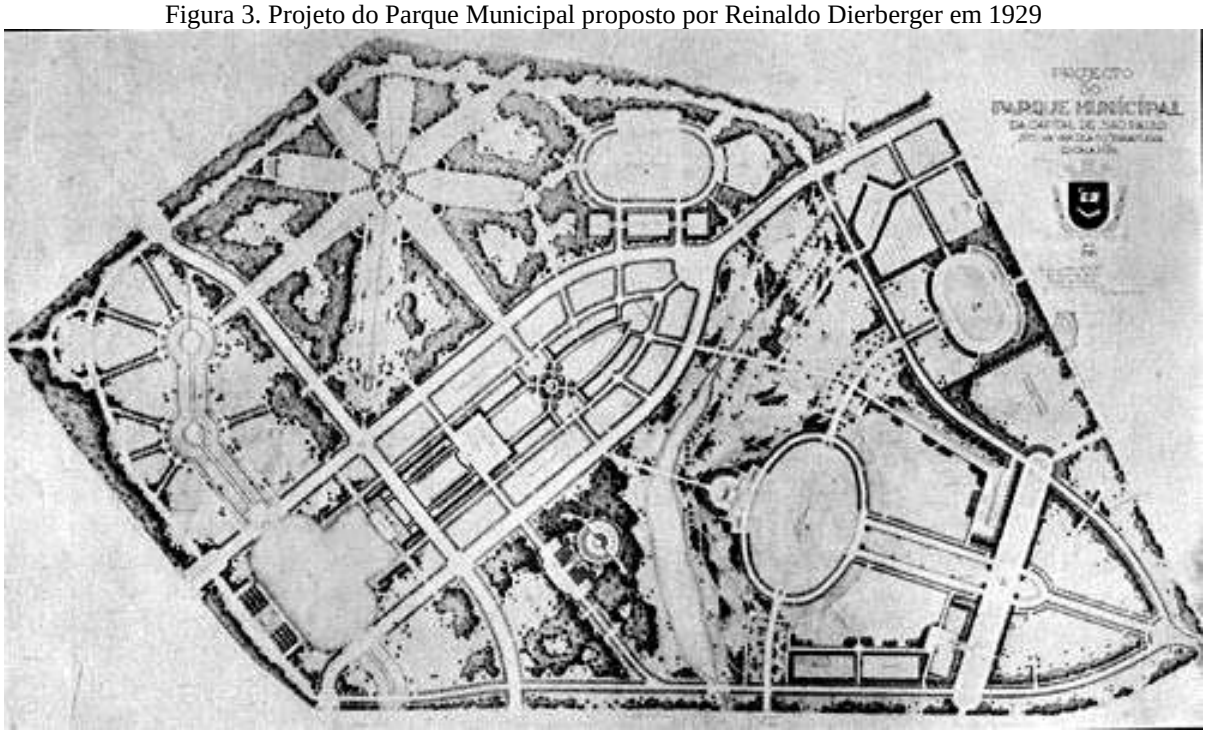
instrumentos de saneamento urbano. Pensamento urbanístico ancorado nos modelos europeus de intervenção urbana, como as reformas de Haussmann, na capital francesa, entre 1853 e 1870. Quanto à área reservada ao Parque Ibirapuera, defendia que "a aspiração de higienizá-la existia, como de fato, uma preocupação em afastar deste setor nobre da cidade qualquer ocupação que o depreciasse" (OLIVEIRA, 2003, p. 92).

Os ideais sanitaristas que se propagaram nas décadas de 1920 e 1930, sob a égide dos interesses públicos e da elite paulistana, demonstravam a vinculação intrínseca entre higiene e meio urbano. As medidas higienistas recorriam a intervenções como a limpeza e drenagem das áreas alagadiças da várzea do Ibirapuera com o intuito de coibir possíveis focos de contaminação, evitando assim a propagação de doenças. Contudo, a higienização também incluía medidas para retirada de grupos indesejados, considerados sujos, vulgares e inferiores.

Assim, aos poucos, a área do Parque foi tomando seus contornos.

O primeiro projeto de construção do Parque surgiu em 1929, proposto por Reynaldo Dierberger (SÃO PAULO, 2007). Influenciado pela arquitetura alemã, o projeto almejava a construção de um parque caracterizado por áreas verdes para recreação em geral, extensos gramados e jardins e, sobretudo, esteticamente "belo, útil, higiênico e propagador do bom gosto e da botânica" (OLIVEIRA, 2003, p. 126).

Figura 3. Projeto do Parque Municipal proposto por Reinaldo Dierberger em 1929



Fonte: DIERBERGER, 1930, p. 34.

Figura 4. Eixo central e arvoredo do Projeto de Reynaldo Dierberger

Fonte: DIERBERGER, 1930, p. 34.

Diante da inviabilidade do projeto de Dierberger, outros diferentes projetos foram propostos (OLIVEIRA, 2003; ANDRADE, 2004; BARONE, 2007; SÃO PAULO, 2007), mas nenhum se concretizou em sua totalidade. As promulgações seguintes, de certa maneira, passaram a tangenciar a imagem de parque como embelezamento e medida higienista, e em 1950, as concepções urbanísticas recorreram a um ideário de parque como equipamento urbano para recreação popular.

Isso não significa dizer que as concepções paisagística e higienista foram abandonadas. As primeiras medidas de intervenção urbana para a construção de um parque no local compartem a intenção do poder público em consolidar a posse da terra, os interesses imobiliários na construção de bairros-jardins, e mesmo a preocupação higienista, própria ao período brasileiro, de realizar intervenções sanitárias de diferentes ordens. Na constatação de Oliveira (2003, p. 46),

> o Parque do Ibirapuera é imaginado, no mais das vezes, nesse período, como forma de ocupação salutar para a área, como instrumento urbanístico de valorização local e entendido, também, a partir das suas qualidades inerentes de espaço verde, embelezamento, de educação e divulgação do conhecimento botânico, salubridade urbana, recreação e lazer.

Em 1951, a região então valorizada passa a despertar outros interesses além da construção de um parque. O jornal *Folha da Manhã*, em sua edição de sete de setembro, anunciava a intenção de que se construísse no local uma Estação Central Rodoviária (Processo 82/1951). Em contrapartida, diante da possibilidade de efetivar as edificações

comemorativas do IV Centenário (o que se tornaria realidade anos depois), o departamento de Esportes apresentou sugestões para o aproveitamento dos terrenos situados no Ibirapuera para instalação de uma dependência escolar e esportiva, visando à construção de um Ginásio para sediar o campeonato mundial de futebol, em 1954 (Processo 24/1951).

Em 1951, a Prefeitura Municipal elabora o plano de urbanização do Parque Ibirapuera tendo em vista a realização da Exposição Internacional do IV Centenário naquele local (Processo 90/1951), embora fosse também cogitado que a exposição ocorresse nos terrenos da Cidade Universitária, no Butantã. Dentre as razões que colaboraram para a escolha do Parque Ibirapuera, destaca-se a construção do Palácio da Produção Industrial, que, além de abrigar a referida exposição, seria constituído em um espaço de mostra permanente de produtos industriais. Os anseios da década de 1950 em torno do progresso econômico reafirmavam o intento mais que evidente de transformar a cidade do café na capital industrial do país.

Apesar das distintas ambições, a comemoração do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo foi então a propulsora para a concretização do Parque, sendo este o depositário dos festejos da autarquia. O Parque Ibirapuera seria planejado no intuito de ser a Meca da recreação paulistana na ocasião do IV Centenário, pois "concentraria as atividades de diversões populares, culturais e exposições, que atrairiam o público geral de forma concentrada" (ANDRADE, 2004, *on-line*).

A convite de Ciccillo Matarazzo, Oscar Niemeyer e sua equipe conferiram ao projeto o vanguardismo da arquitetura moderna, que não deixava de estar associado aos valores de identidade social certificado pelo exacerbado ufanismo da época. Distinto dos primeiros, a formulação do projeto de parque elaborado pela equipe de Niemeyer teve uma concepção mais arquitetônica que paisagística, além de representar um projeto providencial na solução de questões financeiras que impediam a conclusão dos trabalhos anteriores. Carlos Lemos, um dos arquitetos da equipe, relatou o episódio (apud SÃO PAULO, 2007, p. 16-17):

> A história do parque é engraçada.... porque a primeira coisa que vocês deveriam saber é porquê que foi o Oscar Niemeyer que fez. Porque não era pra ser. O Ciccillo Matarazzo que era presidente da comissão do IV Centenário de São Paulo, primeiramente, pediu pro IAB [Instituto de Arquitetos do Brasil] providenciar um modo de projetar o parque, escolhesse os arquitetos, enfim, desse um projeto pra ele. Ficou um programa esquemático, simples, sem pensar bem em como deveria ser o parque. Ninguém sabia! O parque deveria ser feito pra comemorar o IV Centenário, então, comemorar como? Com piqueniques? Com passeios de bicicleta? Então imaginaram um parque temático, vamos dizer assim, de exposições. Evidentemente eu colaborei em desenvolver outras coisas: passeios, quadras de esportes e etc. Mas tudo muito vago, né?

> O presidente do IAB, eu acho que era o Rino Levi – e se vocês quiserem levar a sério, procurem lá no IAB quem era o presidente em 1953, por aí, 52, 53. Acho que era o Rino. Certamente ele tinha, (como chamava naquele tempo?) feito uma... criado uma tabela de honorários, que era progressiva, à medida que o preço da construção subia, a porcentagem caia. Era um modo de os arquitetos, todos, terem um mesmo critério de cobrança de honorários. E ele distribuiu, pelo programa que o Ciccillo deu, um prédio pra cada arquiteto – 05 ou 06 arquitetos – cada um fazendo uma parte do programa. O próprio Ciccillo fez o programa e depois ficou decidido que os prédios teriam exposições...: o parque teria pavilhões de exposições. Aí, quando o Ciccillo viu a resposta do IAB, caiu de costas, porque os honorários dos arquitetos ficaram uma fortuna: era a metade do dinheiro que ele tinha guardado para fazer o parque.
>
> Porque cada arquiteto cobrava o honorário relativo ao custo do prédio que ele ia projetar. Então, 10 prédios, 5 prédios, tantos arquitetos, todos os honorários separados... e o Ciccillo não concordou. Tinha que fazer eram honorários relativos ao custo total. Daí caia a taxa. Quanto mais cara era a obra, menor a porcentagem. Eu não me lembro, mas eu tenho a impressão que a coisa era assim: caia à metade. Mas o Rino, que era muito cônscio do exercício da profissão, não abriu mão: 'Não, isso não tá bem. Tem que ser assim. Nós não vamos botar a tabela de lado'. A tabela acabava de ter sido adotada e não se poderia, assim, na primeira vez que ela seria usada, já não ser respeitada. Então o Ciccillo falou: 'Então tá bom. Até logo!'. Então ele falou com o Oscar pediu pro Oscar fazer. Aí ele viu que o honorário ia ser pra uma pessoa só. E o Oscar concordou, contanto que também participassem arquitetos de São Paulo, sob o comando dele. Aí então não eram 04 arquitetos para 04 prédios, mas seriam 04 arquitetos trabalhando juntos, ganhando um honorário só. E assim foram chamados o Zenon Lotufo e o Eduardo Kneese de Mello e o Hélio Uchoa. E mais dois. Eles seriam os seniores, vamos dizer. E dois juniores: o Estelita e eu. O Gauss Estelita, trabalhava com o Oscar no Rio. E eu era chefe do escritório do Oscar em São Paulo. Então ficou quanto mesmo? 06 pessoas. E foi feito aquele projeto que vocês conhecem.

Quanto ao projeto paisagístico, foram apresentadas duas propostas, a de Burle Marx (Processo 1946/1953) e a de Otávio Augusto Teixeira Mendes, que foi a eleita (Processo 1120/1952). A construção do Parque teve então uma dupla função: inicialmente sediar os festejos do IV Centenário e, posteriormente, tornar-se um dos principais espaços da capital paulistana para atividades de lazer, culturais e esportivas.

Com esse propósito, em 1952, a Prefeitura do Município de São Paulo solicitou que ficassem à disposição da autarquia "todas as áreas municipais compreendidas entre a avenida Brigadeiro Luiz Antônio (cruzamento com a avenida Brasil), avenida Indianópolis, avenida Professor Ascendino Reis (acesso ao aeroporto), avenida Conselheiro Rodrigues Alves, rua Tutóia, avenida Brigadeiro Luiz Antônio, até o seu ponto de início (cruzamento com a avenida Brasil)" (Processo 442/1952), estando, assim, delimitado o perímetro urbano onde se estabeleceria o almejado parque.

Para a efetiva ocupação da área destinada à construção do parque, a Prefeitura enfrentou processos administrativos e judiciais no intuito de desapropriar ou fazer retornarem ao patrimônio municipal determinadas áreas no perímetro interno do parque (Processo 307/1952). Embora a delimitação da área tenha sido estabelecida pelo poder público, era preciso gerir soluções quanto às famílias de baixa renda que residiam no local (Processo 224/1952).

Em 21 de janeiro de 1952, Francisco Matarazzo, envolvido com o preparo urbanístico das áreas do logradouro onde se instalaria o parque, solicita à Prefeitura a desocupação e demolição dos casebres instalados no local. A população ali residente foi transferida para outro terreno. No entanto, não houve uma liberação imediata da área por falta de terrenos disponíveis para a transferência das famílias (Processo 224/1952). Após a remoção dos casebres, foram construídos no local barracões de alvenaria para as obras da Escola de Educação Física, que ainda não haviam sido iniciadas. A remoção e transferência das famílias ocorreram paulatinamente até 1955. No local liberado foi construído o Ginásio de esportes.

O Ginásio fazia parte de um complexo esportivo que tinha um espaço reservado no projeto. Parte da área do terreno delimitado foi cedida para a construção do Velódromo Paulistano (Processo 311/1952) e do Ginásio, tendo este último sido construído com base nas experiências de engenharia de construção do estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro (Processo 1003/1952).

As sugestões e as propostas para ocupação da área eram variadas e entusiasmadas. Houve quem sugeriu a construção de um Palácio das Conferências para a realização de trabalhos referentes aos vários congressos internacionais que se esperava acontecer (Processo 900/1952). Outra sugestão, com inspiração no modernismo europeu, propunha a instalação dos diversos museus em um único prédio (Processo 1084/1952). Ainda havia os interesses em torno dos locais que seriam destinados aos aparelhos de diversão no recinto da exposição (Processo 791/1952), e a proposta de realizar duas ou três corridas noturnas semanais de trote atrelado em alguma área do Parque (Processo 1070/1952).

Mesmo constatado o entusiasmo, os rumores contra a construção das edificações para realização dos festejos do IV Centenário começaram a aparecer (BARONE, 2009). Um deles partiu da *Sociedade Amigos da Cidade*, que solicitou plantas para realizar um estudo mais minucioso do assunto referente ao aproveitamento do Parque para realização da exposição do IV Centenário. No entanto, a resposta de Francisco Matarazzo alegava que as edificações ocupariam somente 5% de sua área verde total (Processo 901/1952). Já a *Campanha de*

Proteção à Natureza foi um pouco mais incisiva e entrou com pedido, junto à Assembleia Legislativa do Estado, para impugnar a área, a não ser para arborização e jardim, alegando "defêsa da própria vida humana" (Processo 82/1952). Para a instituição, a construção de edificações representava um "atentado à saúde dos paulistanos", declarando que esses empreendimentos acarretariam falta de oxigênio e causariam um excesso de poluição por conta dos automóveis.

A despeito dos rumores, as obras de construção do Parque iniciaram em 1952 e, ao longo do ano de 1953, propostas entusiásticas continuaram a surgir. Podia-se realmente esperar que um empreendimento de tamanha magnitude acabasse por despertar interesses de diferentes naturezas. Naquele ano de 1953, surgiram propostas de atrações recreativas e comerciais destinadas ao público que visitaria o Parque, como a construção de quiosques artísticos para a venda de sorvetes (Processo 1504/1953), a instalação de um parque de diversões (Processo 2430/1953), a montagem de um pequeno pavilhão para o preparo e venda de petisqueiras sírias, o serviço de transporte interno (Processo 2589/1953) e, até mesmo, a construção de uma boate no meio do lago (Processo 2785/1953). Outras propostas enfatizavam com vigor a solicitação de verbas e auxílios em troca do oferecimento de serviços de cunho comercial e propagandístico (Processos 2546/1953, 1968/1953, 2088/1953, 2691/1953). O Processo nº. 2757 de 1953, por exemplo, propunha a instalação de "um Centro de Pronto Socorro, sem ônus para esta Autarquia e solicita, a título gracioso, uma área de 350 metros quadrados". Já o Processo nº. 2595 de 1953 apresentava uma "proposta do empréstimo gratuito de um conjunto completo de irrigação por aspersão, a ser instalado no Parque Ibirapuera".

Nesse ínterim, o conjunto arquitetônico foi projetado pela equipe coordenada por Oscar Niemeyer e, conforme já citado anteriormente na entrevista do senhor Carlos Lemos, contou com Eduardo Kneese de Mello, Zenon Lotufo, Helio Uchoa Cavalcanti, Gauss Estelita e o próprio Carlos A. C. Lemos. As edificações do conjunto esportivo, inicialmente formado pelo Ginásio e pelo Velódromo, estavam sob a responsabilidade de Ícaro de Castro Mello.

Segundo o Plano Diretor do Parque Ibirapuera, em vigor entre os anos de 2004 e 2014, a várzea onde o mesmo seria construído possuía dois córregos, que foram fatores essenciais na escolha do projeto arquitetônico, o Córrego do Caaguaçu, que é atualmente canalizado, e o Córrego do Sapateiro.

> A necessidade de dar aos festejos do IV Centenário dimensões monumentais fez com que estes fossem represados e transformados em lagos. Deveriam receber botes, barcos a motor e atracadouros. Como elemento espacial,

> tornam-se balizadores da ocupação dos espaços do parque que é assim dividido em duas zonas (SÃO PAULO, 2007, p. 31).

O lago instalado na década de 1950 demarca, assim, duas zonas contrastantes. De um lado, os grandes pavilhões unidos pela estrutura sinuosa da Marquise, ou seja, edificações horizontais; do outro lado, a verticalidade da área verde onde se encontravam o grande eucaliptal e o viveiro (Processo 1120/1952) (BARTALINI, 1995; MARIANO, 2005).

A versão preliminar almejada para as celebrações concebia um complexo com nove obras: Pavilhão de Exposições na entrada, Auditório, Planetário, administração, restaurante e bar sobre o lago, Marquise, Pavilhão das Indústrias, Pavilhão das Nações e Pavilhão dos Estados. Mas o quadro foi outro em 1954. Eram poucas as edificações concluídas às vésperas do IV Centenário, o espaço do futuro Parque Ibirapuera estava tomado por garagens e estruturas. Algumas delas serviam de oficina para o escultor Victor Brecheret, responsável pela construção do Monumento às Bandeiras; outras abrigavam o viveiro de plantas de Manequinho Lopes.

Em vez de inaugurado em janeiro, como previsto, o projeto inconcluso iniciado apenas dois anos antes dos festejos do IV Centenário, teve sua inauguração oficial postergada para 21 de agosto de 1954 e contava somente com sete das nove obras projetadas: Pavilhão das Exposições, Pavilhão das Nações, Pavilhão dos Estados e Pavilhão das Indústrias, um Museu e um Auditório, todos articuladas pela longa Marquise.

Figura 5. Conjunto arquitetônico do Parque Ibirapuera (Maquete da versão preliminar do projeto original), 1951/1954

Fonte: Autora, 2014. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Figura 6. Conjunto arquitetônico do Parque Ibirapuera (Maquete da versão final aprovada), 1951/1954

Fonte: Autora, 2014. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Figura 7. Inauguração do Parque em 1954

Fonte: ENTINI, 2013.

Figura 8. Identificação das principais construções permanentes e dos pavilhões provisórios em 1954

Fonte: Adaptado de ONG Parque Ibirapuera Conservação, 2015.

As obras do Auditório, do pavilhão de entrada e do restaurante, por razões econômicas, não foram sequer iniciadas. O Auditório, última edificação construída, a que completou o conjunto arquitetônico original de 1954, teve sua inauguração protelada por mais de 50 anos, o que se efetivou apenas em 2005.

O edifício previsto para ser o Planetário foi convertido em Palácio das Exposições que, futuramente, abrigou o Museu do Presépio e o Museu da Aeronáutica (VALLIM JR., 2006). O Palácio das Exposições é localizado na atual edificação do Pavilhão Lucas Nogueira Garcez, a OCA.

O Pavilhão das Indústrias, que tinha o propósito de abrigar o futuro Museu Industrial, teve o projeto alterado em relação à proposta inicial; e atualmente o edifício monobloco cúbico é destinado à realização de eventos econômicos e culturais, bem como exposições e eventos corporativos. É, então, no atual Pavilhão Ciccillo Matarazzo que, desde 1957, realiza-se uma das mais importantes exposições de arte do país, a Bienal de São Paulo.

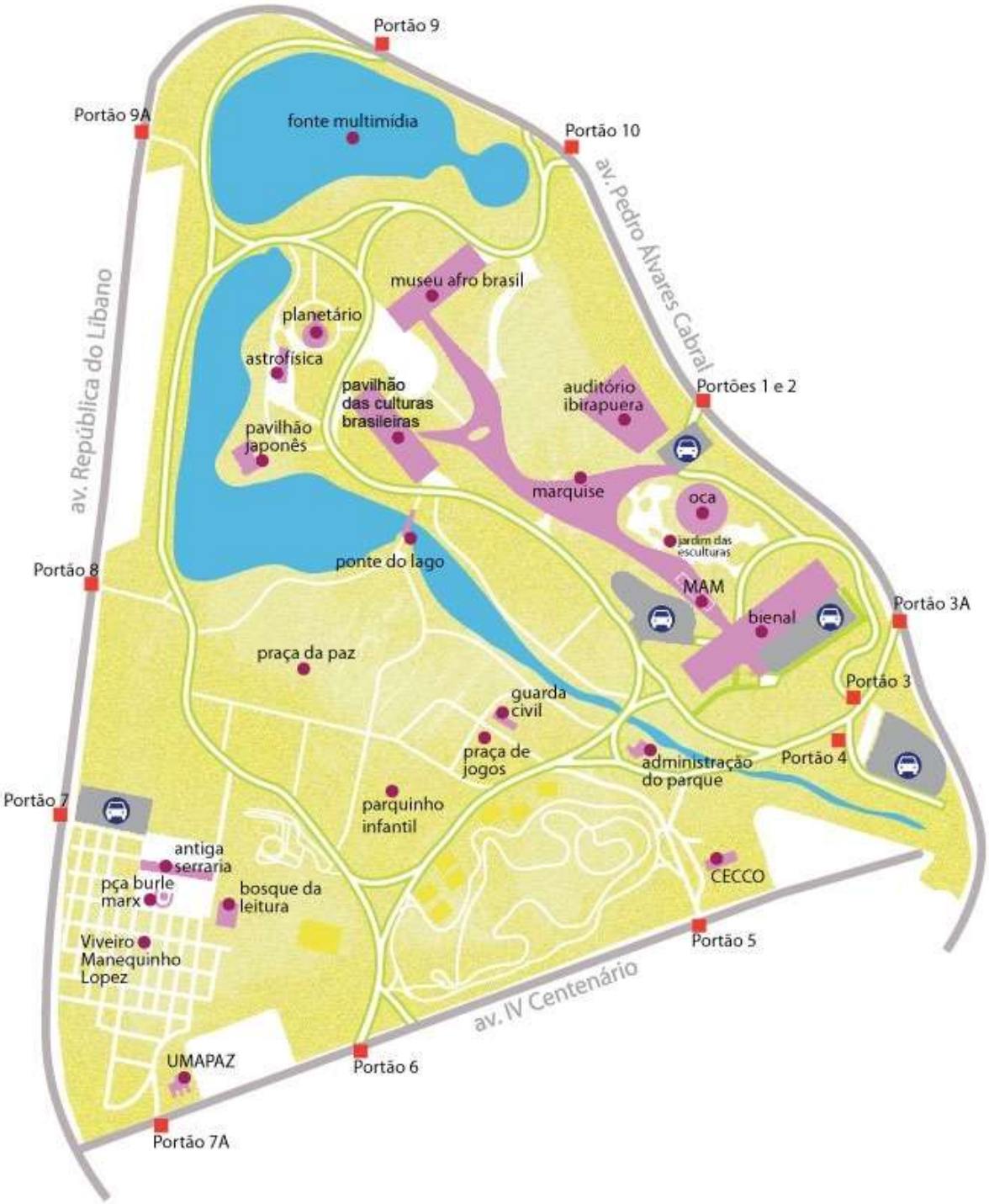
Figura 9. Pavilhão Lucas Nogueira Garcez (OCA)

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

Figura 10. Pavilhão Ciccillo Matarazzo

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

Figura 11. Localização e identificação dos espaços do Parque



Fonte: Adaptado de ONG Parque Ibirapuera Conservação, 2015.

Independentemente dos atrasos na entrega das obras e da consequente inauguração oficial em agosto de 1954, naquele momento São Paulo tornava-se uma vitrine para o mundo e os imprevistos não abalaram o vigor ufanista dos festejos. As comemorações foram noticiadas em todos os principais periódicos brasileiros da época. Em um rápido levantamento

nos jornais de 1954, conferimos a repercussão das festividades do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

A *Folha da Manhã* trouxe em destaque os quatro séculos de São Paulo contando a história da fundação da cidade e de seus fundadores. Em seu suplemento especial, a lembrança do progresso econômico manifestava-se na afirmação de que "em meio século São Paulo construiu o maior parque industrial da América Latina" (FOLHA DA MANHÃ, 1954). Assim como a *Folha da Manhã*, o *Correio Paulistano* também deu ênfase ao desenvolvimento da cidade e da indústria. Como matéria de capa trouxe "os fundadores de São Paulo de Piratininga" (CORREIO PAULISTANO, 1954). O *Diário de São Paulo* trazia como a manchete de capa: "Monumento ao IV Centenário criado pelo gênio de Oscar Niemeyer" (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1954).

A Gazeta é o periódico que mais ênfase dá ao momento auspicioso. A página de capa traz a foto de Padre José de Anchieta como fundador da cidade e não deixou de fazer menção ao desenvolvimento industrial paulistano, com diferentes fotos históricas, em comparação com as da ocasião, destacando o desenvolvimento econômico alcançado. Uma foto panorâmica de São Paulo ocupa toda uma página e a frase "São Paulo industrial no seu IV Centenário de Educação – 1554 – 1954" sintetiza os anseios futuros (GAZETA, 1954).

Na Aula 17 de março de 1976 do curso intitulado *Em defesa da sociedade*, ao tratar da hierarquização das raças, Foucault (2005, p. 304-305) apresenta o racismo como um mecanismo fundamental do poder, como um meio de domínio da vida, um domínio biológico que permite a fragmentação e a censura. Essa reflexão aplica-se ao que estamos buscando suscitar. A esse respeito Foucault esclarece que

> quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie (...). [A] morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.

Essa aspiração não está tão distante da que vimos logo de início, na *Cena 1*. É sensível, ali, a racionalidade manifesta na fala do prefeito Pires do Rio, quando vislumbra a construção de um parque na cidade de São Paulo, de um parque ambicionado como um imenso jardim que poderia se comparar aos exemplares londrino e parisiense, um parque que, enfim, parece se concretizar. O que vimos até aqui oferece uma mostra de que os anseios para a sua construção seguiam um conjunto de lógicas e procedimentos históricos que

expressavam as relações de poder ratificadas pela autarquia e pela elite paulistana na construção daquele espaço.

Se observarmos o panorama de concepção e execução do projeto Parque Ibirapuera, as intervenções que houve durante as décadas mencionadas anteriormente, bem como as discussões que o projeto implicou, é possível perceber, em pleno funcionamento, a lógica do biopoder estatal, manifestada em tecnologias eugênicas e segregacionistas, e em prol de uma moderna e *próspera* urbanização.

Os novos modos de vida em jogo na racionalidade estatal e econômica tinham como mote a higienização social, um governo espacial das vidas em que se divide a população desejável da indesejável. A escolha salutar da área para a construção do Parque não compactuaria com grileiros, posseiros, famílias de baixa renda, ou mesmo problemas de saneamento urbano que viessem a depreciar o valoroso investimento que se pretendia realizar. O intuito de transformar a várzea do Ibirapuera, insalubre e alagadiça, em área nobre, agradável e valorizada, norteava as tecnologias higienistas e segregacionistas que se seguiam e deixava evidente qual segmento da população seria beneficiado e almejado para fazer parte daquele contexto.

Com o decorrer dos anos, muitas mudanças marcaram a utilização das tecnologias de governo estatal em operação desde o início do projeto, tanto na construção do Parque como na produção de seus espaços. As medidas urbanísticas de embelezamento e higienização social almejadas nos momentos iniciais do projeto dão lugar à proposta de parque como equipamento urbano para recreação popular. A concepção que efetivamente orientou a construção do Parque mostra que o Ibirapuera não deveria ser apenas um grande jardim, com suas largas e sinuosas alamedas floridas, buscando expressar a pureza, a salubridade urbana e o deleite bucólico, como sugeria o projeto de Dierberger; tratava-se, ao contrário, de um parque que reluzisse a magnificência e dinamismo industrial de uma metrópole em crescimento. Um parque projetado segundo uma concepção vanguardista no intuito de demonstrar os anseios da municipalidade pelo moderno desenvolvimento econômico da capital paulistana.

Junto às tecnologias segregacionistas e eugênicas de higienização social, entraram em cena as técnicas liberais pelo bem-estar da população, ou seja, o governo da vida capitalizável em atividades de lazer, culturais e esportivas, tal como se expressa na própria construção do Parque, do Ginásio e do Velódromo Paulistano. De fato, como outrora mencionado, essa mudança não significou o abandono das concepções paisagística e higienista, mas evidenciou

o caráter reticular do poder ao expor diferentes tecnologias de governo. O propósito não era exclusivo na correção do desvio ou da desordem social, mas, principalmente, em sua regulação. Para tanto, inventa-se um sujeito moderno, o *homo oeconomicus*, em que a vida é governada biológica e economicamente.

Os interesses de diferentes ordens despertados pelo progresso econômico reluziam no parque seu exacerbado ufanismo. A promoção do Parque como Meca da recreação paulistana, ou mesmo uma espécie de vitrine da cidade para o mundo, faz coro à tecnologia de governo biopolítica liberal economicista, que almeja produzir um espaço aberto para circulações econômicas. O que fora antes um terreno baldio, alagadiço e insalubre, virá a se transformar em um espaço de espetáculo urbano, e, por meio de suas feiras e exposições comerciais, aspirava-se ao governo da população em suas condutas econômicas, entre outras.

Inicialmente um parque industrial como vitrine para o mundo; atualmente, um espaço dividido que alia o marketing cultural e a preservação ambiental. Tais mudanças discursivas e históricas são fundamentais para a análise que aqui se pretende. Em termos foucaultianos, trata-se de tecnologias de governo neoliberais na produção do espaço e na conduta da espacialidade. Ao contrário do materialismo dialético de Marx, que assume o capitalismo como superestrutura social, Foucault concebe o capital como uma tecnologia de biopoder (FOUCAULT, 2008a) e, por consequência, o capitalismo como modo de governo da vida das populações, reduzindo a vida social a condutas econômicas moduláveis. Por esse raciocínio, há uma produção econômica de espaços e de lógicas que atuam na gestão de condutas da população. E o Parque Ibirapuera não esteve isento dessa lógica; ao contrário, encarnou-a em larga medida.

3.2 Os modos de vida em práticas de lazer cultural

Cena 2

O que faz você feliz? Música? Luzes? Cores? Então, alegre seu coração porque é isso que você vai ter esta noite. Muitas músicas, muitas luzes e muitas cores. Desde 2004, quando presenteou São Paulo com a Fonte do Ibirapuera, o Pão de Açúcar convida você e sua família para momentos emocionantes. São os espetáculos de Natal que acontecem todos os anos na Fonte do Ibirapuera. Este ano você vai se encantar com uma seleção de clássicos de Andrea Bocelli, Frank Sinatra, Jonh Lennon e mais de 200 árvores decoradas com um milhão de lâmpadas led sustentáveis, de baixo consumo de energia. Os espetáculos de natal da Fonte do Ibirapuera são uma realização do Pão de Açúcar. Natal de gente feliz.[5]

O passeio pelas alamedas coloridas por matizes de um lilás cintilante dos jacarandás mimosos, o deleite com o sorvete acompanhado de um banho de sol no gramado do lago, o girar da roda gigante atravessado pelo brilho das estrelas, o olhar do casal enamorado enfeitiçado pela música e o dançar de cores e luzes da fonte multimídia. Seriam esses elementos subjetivadores e figurativos de cenas do cotidiano em um parque o que traduziriam a felicidade?

As festividades do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo iniciaram em 12 de dezembro de 1953, com a II Bienal de Arte de São Paulo, uma espécie de pré-inauguração do Parque Ibirapuera com apenas dois pavilhões em funcionamento. A I Bienal de São Paulo ocorreu em 1951, idealizada pelo mecenas Francisco Matarazzo Sobrinho. Tratava-se de um evento programado pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo e sua segunda edição seria alocada no Parque, integrando-se, assim, aos festejos de 1954. Somente em 1957, com a IV edição da mostra, que a Bienal passa a ocupar, definitivamente, o Pavilhão Ciccillo Matarazzo, sua sede atual.

A II Bienal reuniu representantes de cerca de 40 países e mais de três mil obras, com destaque para as pinturas do pintor espanhol Pablo Picasso. Na ocasião, foi considerado o evento cultural mais importante da América Latina, com um público de 200 mil visitantes, “a

[5] Abertura do espetáculo natalino da fonte multimídia, em dezembro de 2011.

maior exposição de arte moderna já realizada no mundo" (DUZENTAS, 1954). A Bienal e, em consequência, o Parque, recebiam visitas de várias celebridades e representantes de muitos países como os Estados Unidos, a Bélgica, a Alemanha ocidental, a Espanha, o Chile, a Suíça, o Uruguai, a França, entre tantos outros.

São Paulo vivia uma projeção demográfica e econômica, iniciada na década de 1920, e no âmbito cultural não era diferente. Para Santos (2002), um período de efervescência cultural vinha se alargando desde a *Semana de Arte Moderna* de 1922, e todo esse período constituía-se em um efervescente caldeirão cultural que refletia os anseios em mostrar a cidade para o mundo.

Os 400 anos da capital foram então comemorados em 25 de janeiro de 1954, mas os festejos se estenderam por todo o ano com muitas atrações, tais como a inauguração da catedral metropolitana e a célebre *chuva de prata*, quando milhares de pedacinhos de papel prateado, em formato triangular, foram lançados de um avião sobre a cidade de São Paulo.

A abertura solene do Parque Ibirapuera, espaço agregador das edificações e da exposição comemorativa do IV Centenário, constituiu-se em uma das principais atrações dos festejos. A inauguração do Parque ocorreu em 21 de agosto de 1954 e contou com mais de um milhão de pessoas (VALLIM JR., 2006). Muitas eram as atrações para o público: o Museu de Cera, o Planetário, o lago com barcos e botes a vapor (Processo 2980/1954), a fonte luminosa, o passeio de trenzinho entre os pavilhões (Processo 4857/1954). Enfim, novidades para grande parte dos paulistanos.

Os festejos multiformes do IV Centenário no Parque Ibirapuera, ao longo de todo o ano de 1954, também incluíam a inauguração do Pavilhão Japonês, uma réplica do Palácio Katura que foi construído com os esforços da colônia japonesa e concebido como símbolo da amizade nipo-brasileira; a Exposição de História de São Paulo, instalada no Palácio das Exposições; a Exposição Numismática e de artes diversas; desfile militar e desfile de carros de boi; torneio náutico, entre outros.

Os eventos eram tão imponentes e ganharam tamanha repercussão social que mereciam ser visto por todos. Para alcançar esse propósito, a Comissão do IV Centenário se organizou para viabilizar a acessibilidade a um número maior de pessoas. Assim, linhas especiais de ônibus foram destinadas às instituições beneficentes e grupos menos favorecidos, como os internos do Hospital do Mandaqui e os meninos do Lar São Francisco.

> Essas visitas, promovidas pela Comissão do IV Centenário, expressam o propósito da autarquia de fazer que o povo participe ativamente dos festejos do quadringentésimo aniversário da cidade, fazendo com que aqueles mais

> desprotegidos da sorte conheçam o centro das comemorações do IV Centenário (VISITAS, 1954, p. 10).

Todos deveriam prestigiar os festejos e conferir as suntuosidades da modernidade brasileira que estavam em questão. Além dos visitantes estrangeiros e dos habitantes da capital paulistana, foram programadas excursões de diversas cidades do Brasil, tendo como objetivo os festejos do Parque Ibirapuera (Processo 4561/1954).

Figura 12. Festa de inauguração com desfile de barcos e de trajes de banho

Fonte: REDAÇÃO, 2015.

O vídeo amador do senhor Alfredo Fomm de Vasconcellos (VASCONCELLOS, 2014), filmado na ocasião de abertura do Parque, parece-nos representativo do modo como os atrativos do recém-inaugurado Ibirapuera pretendiam promover a felicidade. O vídeo narrado pelo próprio senhor Alfredo retrata cenas do cotidiano em um passeio da família Fomm de Vasconcellos, que pode ser uma prova cabal do que representou o parque naquela época. Com as primeiras imagens do lago, o senhor Alfredo principia seu relato nos termos seguintes: “Aproveitando a manhã de um domingo ensolarado, fomos ao Ibirapuera em companhia do Osvaldo, Maria, José e as crianças. Inicialmente, um passeio de barca coletiva”. A fala é permeada de imagens do parque e, principalmente, do lago, com seus abundantes barcos e

botes de passeio. O passeio pelo lago poderia ser feito tanto em lanchas pequenas, para duas ou três pessoas, como em botes e em barcos coletivos. Às margens do lago, um deck de barcos, uma churrascaria e o Monumento às Bandeiras. Ao fundo, a vista de uma São Paulo com alguns raros edifícios. Senhor Alfredo faz menção especial ao Pavilhão do Rio Grande do Sul, "um dos mais bonitos do Parque, sua forma nos lembra a sela de um cavalo". O Pavilhão do Rio Grande do Sul, junto aos Pavilhões das Indústrias Estrangeiras, continha atrações que chamavam a atenção pela extensão monumental. Após o passeio de barco, um piquenique no gramado e, para o fim de tarde, a excursão por todo o Parque no trenzinho Duchen.

Figura 13. Pavilhão do Rio Grande do Sul

Fonte: Revista ACRÓPOLE, 1954, p. 40.

Figura 14. Transporte gratuito para participação na abertura da Exposição do IV Centenário e condução no interior do Parque

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 1954d, p. 9.

Entre todas as atrações, as mais visitadas foram o parque de diversões e a exposição do IV Centenário.

O parque de diversões *Shangri-Lá* estava localizado onde atualmente se encontra o Auditório Ibirapuera. O entretenimento ficava por conta dos mais de 80 aparelhos para a diversão do público (Processo 4468/1954). Além dos brinquedos, foram ainda instalados no Parque Ibirapuera um circo, um jardim zoológico com 200 animais e uma área de 10 mil m² para realização de rodeios.

Figura 15. Parque Shangri-Lá

Fonte: ONG Parque Ibirapuera Conservação, 2015.

Semanalmente, as retretas Domingueiras (Processos 3431/1954 e 3401/1954) perpetuavam a alegria do público com suas apresentações, espetáculos populares e concertos musicais, como o da Orquestra Sinfônica Municipal (Processo 4300/1954). Para a diversão do público ainda se incluíam shows e bailes no palanque central (Processo 4631/1954) e uma comemoração especial, a festa junina promovida pela Rádio Record nos dias 26, 27, 28 e 29 de junho de 1954 (Processos 3726/1954 e 3848/1954).

Em 1954, a tônica da felicidade incide com especial vigor no convite para participar das comemorações, com o lema “marque, diàriamente, um encontro com a alegria... NO IBIRAPUERA!”.

Figura 17. Convite Comissão IV Centenário

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 1954c, p. 10.

Figura 16. Passeio de trenzinho e de barco

Fonte: ONG Parque Ibirapuera Conservação, 2015.

Depois de inaugurada a II Bienal, e passada a solene abertura do Parque Ibirapuera, o grandioso empreendimento sociocultural avançou pelos meses finais daquele ano, atraindo ainda mais a atenção do comércio, da indústria e da agricultura. Aliás, a atenção se intensificou com a celebração da Exposição do IV Centenário e da I Feira Internacional de São Paulo, em 21 de agosto e em 15 de novembro de 1954, respectivamente.

A Exposição do IV Centenário representou um momento ímpar nas comemorações do aniversário da capital. Comparada à Feira Internacional de Nova Iorque, que era considerada o grande exemplo de feira internacional em meados do século XX, a Exposição do IV Centenário contou com a participação de todos os Estados da Federação brasileira e de 28 países. Na vasta quantidade de pavilhões, permanentes e provisórios, as mostras dos estados brasileiros de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul ocupavam pavilhões especiais e, no Palácio das Indústrias e no Pavilhão Verde, estavam representadas mais de 600 indústrias paulistas. A exuberância da indústria nacional e internacional, a projeção das exposições e a

magnificência das obras monumentais faziam de São Paulo uma verdadeira vitrine para o mundo.

Para complementar as comemorações daquele centenário, a I Feira Internacional de São Paulo colocava em destaque a agricultura cafeeira, considerada responsável pela projeção do Brasil no exterior, e o advento do setor industrial brasileiro e dos países participantes. A feira estava prevista para ser inaugurada com os festejos do IV Centenário, em janeiro de 1954, no entanto, o atraso na entrega das obras fez com que a inauguração ocorresse somente no final do ano, funcionando por pouco mais de um mês.

Além dos pavilhões permanentes e provisórios, a grande Marquise também sediou atividades culturais e comerciais. Com seus 28.000 m², a Marquise, naquele momento, tinha por finalidade ser o local adequado para montagem de estandes de expositores e abrigar centrais telefônicas, cabines de força, agência de turismo, zonas bancárias, telégrafo e o Museu de Cera. Nas atividades culturais, tinham destaque a programação das exposições (Processo 3054/1954) e os concursos *Totó merece uma coroa* e *Rainha do Ibirapuera* (Processo 4986/1954), dando início à programação carnavalesca de 1955.

A dimensão religiosa paulistana esteve igualmente presente nas comemorações do IV Centenário: o certame religioso representava a afirmação da religiosidade e sua significação no programa de comemorações. Vários foram os eventos realizados com esse enfoque: comemoração do *Domingo Universal da Bíblia* (Processo 4798/1954), Missa do Galo, chegada da figura do Papai Noel descendo de paraquedas no lago, conjuntos de corais de vários países, exposição de mesas natalinas com símbolos da liturgia. A exposição de 20 mesas de Natal com símbolos da liturgia foi um pedido realizado pelas senhoras da *Ação Católica*, que estavam empenhadas na campanha de recristianização do Natal. Com essa finalidade,

> monitoras explicariam aos visitantes a significação dos símbolos e ensinariam as donas de casa como preparar mesas iguais em suas residências, ajudando-as a compreenderem e a transmitirem às suas famílias o que verdadeiramente representa para os cristãos o nascimento do Salvador (Processo 4791/1954).

A convocação publicitária e o sucesso das atrações comemorativas surtiam resultados no número de visitantes que, ao fim do mês de agosto, equivalia à 6ª parte da população da cidade de São Paulo. Algo singular ao se pensar nos espaços de diversão em massa na capital, uma vez que naquela época praticamente não havia esses ambientes. Em grande parte, os locais de lazer existentes eram frequentados pelo público masculino, como nas corridas de cavalo no Jóquei Clube e nas partidas de futebol no estádio do Pacaembu.

Ainda a respeito da divulgação publicitária, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em seu complemento especial ao IV Centenário (1954g), trouxe como frase de chamada a *Evocação do passado 1554 – 1954 exaltação do futuro*, o que poderíamos traduzir como o ensejo de exaltar o futuro sem esquecer de rememorar o passado e seus grandes feitos. Em 1954, as matérias do jornal propagavam os festejos, comemorações e homenagens ao IV Centenário, mas ao mesmo tempo criavam palavras de ordem para o momento presente, que podem ser lidas à luz da intencionalidade de difundir a imagem de uma metrópole moderna, o Parque como expressão da riqueza e do progresso, o orgulho cívico por uma cidade em expansão. As chamadas publicitárias (INAUGURAÇÃO, 1954, p. 8), nesse sentido, não economizavam elogios:

> Os festejos multiformes do IV Centenário, a grandiosidade das Exposições programadas, que reunirão num só lugar provas as mais exuberantes da indústria nacional, a magnificência das obras monumentais que constituem, no Parque Ibirapuera, um verdadeiro índice da grandeza de São Paulo, mostrarão aos visitantes brasileiros e estrangeiros que o impulso de progresso, tão característico deste altiplano de Piratininga, não é uma legenda que se criou nas Agências de Turismo Internacional, mas um fato inconteste, uma reafirmação definitiva do arrojo e da capacidade dos paulistas, da prosperidade, da importância mundial inquestionável da imensa Nação brasileira.

As marcas do progresso e do dinamismo de São Paulo parecem estar exemplificadas em suas conquistas. A cidade, que abrigava o maior parque industrial do país, também havia, finalmente, superado em número a população da então capital brasileira, o Rio de Janeiro, e se tornado a maior urbe do Brasil. Os primeiros parágrafos do Relatório Final da Comissão Executiva do IV Centenário, descrito por Antonio Rodrigues Alves Neto, Diretor Geral da referida Comissão, é outro exemplo que certifica o ufanismo paulistano quando trata da criação do Parque.

> Ao elaborar o plano de comemorações do aniversário de fundação da Cidade de São Paulo, a Comissão do IV Centenário escolheu como orientação primeira a da realização de empreendimentos de caráter duradouro, que se prolongassem no tempo como um marco comemorativo de alta significação e utilidade.
>
> Daí nasceu a ideia da construção do Parque Ibirapuera, que é, sem dúvida, obra monumental, harmoniosa e bela nas suas linhas arquitetônicas, e que constitui um dos maiores conjuntos do gênero do mundo. Com esse empreendimento, a Comissão do IV Centenário dotou São Paulo de um centro permanente de cultura, capaz de atender às necessidades do melhor conhecimento e divulgação de nossa indústria, agricultura e comércio, através da realização de exposições, bem como de um local condigno para as manifestações artísticas de São Paulo, que, pelo grau de progresso atingido nos vários ramos da atividade humana, está situado na vanguarda do país. Além disso, constitui um centro de diversões para a população paulistana, de

> grande interesse turístico, graças à beleza e comodidade de sua concepção urbanística.

O ufanismo paulistano não pretendia somente fazer conhecer essa metrópole, mas intencionava-se, a partir dele, forjar uma identidade paulistana. A ambição subjetivadora estava na construção de marcos que reforçassem o imaginário paulistano ufanista da época. Ao mesmo tempo em que proclamava o júbilo e a glória do presente e do futuro, subjetivava, paulatinamente, identidades. O próprio símbolo do evento respondia a esse propósito: a espiral associada ao desenvolvimento rumo ao futuro.

Figura 18. Maquete da espiral do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo

Fonte: NIEMEYER, 1952.

Figura 19. Anúncio das festividades IV Centenário

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, 1954.

Para Marins (2003), além das próprias edificações da exposição comemorativa do aniversário da cidade, outros dois monumentos erguidos nas décadas de 1930 e 1950 também ajudaram a construir a representação e a forjar essa identidade paulistana: o *Monumento às Bandeiras* e o *Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932.*

Figura 20. Monumento às Bandeiras

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

Figura 21. Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

Na década de 1950, os numerosos festejos e atrações culturais e econômicas oferecidas ao público davam ênfase às atividades recreativas e ao proclamado ufanismo por conta das comemorações. As tímidas investidas educativas estavam restritas ao Planetário e a visitas às próprias edificações do conjunto arquitetônico, uma vez que, para conhecer todo aquele espaço e as atrações nele distribuídas, o visitante podia contar com a companhia de um guia turístico. A iniciativa do curso de guia turístico foi da *Associação Cristã de Moços*, e, posteriormente, a Comissão do IV Centenário registrou o interesse em implantar esse curso no Parque. Em 1954, o único registro de caráter educativo encontrado nos processos autuados da Comissão diz respeito à instalação de um *Cinema Popular ao Ar Livre*, certamente influenciado pela atmosfera do *1º Festival Internacional de Cinema*, que acontecia em fevereiro daquele ano na cidade, exibindo longas de 23 países (Processo 4418/1954).

Nos anos subsequentes àquele momento inicial de euforia, o Parque segue dando continuidade às atividades socioculturais que fizeram parte das programações de 1954. Até os dias de hoje, podemos conferir a presença das exposições de arte, projeção de filmes, programação dos museus, cursos, oficinas e exibição de grupos teatrais (Diário de campo, 31 de agosto de 2014).

Figura 22. Intervenção teatral com Phedora, Maria e Jesuius

Fonte: Autora, 2014.

Vejamos como se desenvolve, nos anos subsequentes, a pedagogização de espaços do Parque e alguns dos mecanismos pedagogizantes em seus respectivos ambientes.

Após os festejos seculares, em 1955 as atividades com teor pedagogizante ainda são incipientes, se comparadas aos dias de hoje. Os únicos registros encontrados nos processos autuados da Comissão do IV Centenário dizem respeito à criação de um jardim instrutivo de plantas úteis (Processo 6448/1955) e a continuidade dos investimentos na proposta de *Cinema ao Ar Livre* (Processo 6222/1955).

De 1957 a 1967, a apropriação dos espaços do parque deu-se de variadas maneiras. Ao longo da década de 1950 e 1960 foram realizadas numerosas exposições, feiras comerciais e congressos, os quais já faziam parte da agenda do Parque desde a sua criação. Mas havia quem solicitasse autorização para comercializar o refrigerante Coca-Cola durante o *I Salão da Criança*, que ocorreu em 1957 (Processo 22/1957), ou comercializar bolas de ar para o divertimento do público infantil (Processo 19/1957). Outros ainda solicitavam a cessão das dependências do Parque para festividades, como as do Dia do Trabalho (Processo 7/1958); para realizar atividades desportivas como o Campeonato Paulista de Motociclismo (Processo 18/1957), o torneio motociclístico (Processo 13/1958) e a prova de ciclismo em homenagem

ao *Dia das Mães* (Processo 10/1959); e tablados para apresentação de grupos em festejos folclóricos (Processo 10/1961).

Passado o período de inauguração e comemoração do centenário da cidade, vão, pouco a pouco, sobressaindo as programações culturais associadas ao dia-a-dia do Parque vinculadas a atividades discriminadamente educativas. Com o passar dos anos, esse equipamento urbano passa a ser cada dia mais presente entre as opções de lazer cultural do paulistano e os mecanismos pedagogizantes ali instalados pluralizam-se ainda mais, tornando-se alvos privilegiados de investimentos. Há um aumento considerável na programação educativa, tanto nas visitas aos museus, como em opções de cursos de fotografia, em cursos de leitura de obras de arte, em projetos de incentivo à leitura, em feiras promovidas para o público infantil etc.

Da década de 1960, destacamos a promoção do *Salão da Criança*, com entretenimentos para crianças e adolescentes. O evento ocorreu no prédio da Bienal e foi visitado por cerca de 30 mil crianças de escolas, jardins de infância, orfanatos e outras instituições (Processo 4/1963). As atividades, em boa medida, divulgavam produtos para o público infanto-juvenil. É lá, enfatizava o convite, que "o mundo encantado das crianças já está pronto" (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, p. 11).

O interesse em realizar atividades educativas, inicialmente voltadas ao público infantil, como a proposta de jardim instrutivo de plantas úteis em 1955, foi reforçado praticamente 20 anos depois, com a proposta de reparação paisagística elaborada por Burle Marx, em 1974. A proposta fazia parte de um plano de recuperação do local que incorporava, às árvores antigas, o plantio de espécies nativas como mulungus, sibipirunas, quaresmeiras, paineiras, tipuanas e jacarandás, de tal forma que as florações se alternassem e se sucedessem durante quase todo o ano. Para o paisagista, seria uma forma concreta de humanizar a cidade. Ademais, a proposta paisagística almejava transformar o Parque em "um imenso jardim com quadras de esporte, dois playgrounds e uma escola de transito" (É PRECISO, 1974, p. 20), "para as crianças aprenderem como devem agir ao atravessarem a rua" (O IBIRAPUERA, 1974, p. 16).

Ao programa de educação no trânsito somava-se a preocupação com a natureza e, consequentemente, com a educação ambiental dos infantis. Entre 19 de novembro e 03 de dezembro de 1974, realizou-se o *I Encontro de Clubes de Jardinagem*. Naquela ocasião, as aulas de jardinagem eram parte do currículo das escolas públicas municipais de São Paulo. O encontro na Marquise foi organizado pela Secretaria de Educação e Cultura e anunciava a participação de 250.000 escolares. No convite de divulgação do encontro, o apelo para que os pais levassem seus filhos para participar do evento: "é bom para você, bom para a educação

do seu filho e bom para a cidade, que contará com uma geração melhor identificada com a natureza" (O ESTADO DE S. PAULO, 1974, p. 10).

Figura 23. Divulgação I Encontro de Clubes de Jardinagem no Ibirapuera

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 1974, p. 10.

Em 1984, o Caderno Feminino d'*O Estado de S. Paulo* traz toda uma página dedicada ao Parque Ibirapuera. A coluna *Viva Bem – Lazer* dá opções do "que fazer por lá" (O ESTADO DE S. PAULO, 1984, p. 166). Junto às fotografias de pessoas se exercitando, apreciando o lago e descansando em redes amarradas em árvores, um mapa indicava cada um dos espaços sugestivos de lazer. Trata-se de um roteiro com seis opções de lazer: 1. Entrar em forma; 2. Andar de bicicleta; 3. Ler; 4. Visitar museus; 5. Conhecer o planetário e 6. Empinar papagaio, praticar nautimodelismo. Para aqueles que preferiam a leitura, o Programa carro-

biblioteca, da Secretaria da Cultura, emprestava livros, revistas e jornais. E se desejasse exercitar o corpo, “durante a semana, pela manhã, você encontra instrutores e professores de educação física, que orientam os atletas sobre os cuidados com o cooper” (p. 166).

Figura 24. Divulgação de lazer coluna *Viva Bem* – “Ibirapuera - o que fazer por lá”

Viva Bem

LAZER

IBIRAPUERA – o que fazer por lá.

Um lugar onde você pode passear, fazer ginástica ou piquenique, andar de ciclete, ver obras de arte informar-se... O parque do Ibirapuera, um dos maiores da cidade (tem uma área de 1,6 milhão de m²), oferece muitas opções de lazer para o paulistano. Veja o que você pode fazer por lá:

1. **Entrar em forma**
O parque é muito procurado por pessoas que vão diariamente fazer seu cooper na pista de terra — toda rodeada de eucaliptos. Ela fica à direita da entrada pela av. IV Centenário, tem 1.500 metros e 20 séries de exercícios no percurso. Durante a semana, pela manhã, você encontra instrutores e professores de educação física, que orientam os atletas sobre os cuidados com o cooper (se você não tem experiência, comece lentamente, aumentando o percurso aos poucos). É uma pista coberta de cascalho e sinuosa, em meio a um bosque verdinho. Mesmo que você não seja adepta da corrida, vale a pena passear por lá. E respirar fundo, para sentir o cheiro gostoso dos eucaliptos.

2. **Andar de bicicleta**
Uma delícia! O parque tem áreas apropriadas para o ciclismo, onde não é permitido o trajeto de carros. Perto dos lagos, por exemplo.

3. **Ler**
E você não vai precisar levar livros e revistas para o parque! Aos domingos, o "carro-biblioteca" da Secretaria da Cultura está lá, das 9 às 17 horas, emprestando livros, jornais e revistas para você ler, sentada em rede, cadeira ou esteira (que eles também emprestam). Só é necessária a apresentação da carteira de identidade (e você fica com os livros quanto tempo quiser, mas sem sair do parque com eles).

4. **Visitar museus**
O parque tem diversos museus, que podem ser visitados de terça a domingo, em horários variados.
Museu de Arte Moderna — é o mais antigo do País, fundado em 1948 por Francisco Matarazzo Sobrinho. Seu acervo conta com aproximadamente 1.500 obras, trabalhos dos maiores artistas plásticos do modernismo brasileiro: Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Volpi, além de abstratos, concretistas, etc. De terça a sexta, ele funciona das 13 às 19 horas e, aos sábados e domingos, das 11 às 19 horas. Os ingressos custam Cr$ 500,00 e Cr$ 250,00, menores de 12 anos entram de graça todos os dias.
Museu de Arte Contemporânea — seu acervo possui perto de seis mil obras das várias tendências da arte contemporânea, expostas em um salão de 6.000m² (no Pavilhão da Bienal). Peças de Picasso, Modigliani, Miró, Matisse e outros. A entrada é franca e o museu funciona de terça a sábado, das 13 às 18 horas.
Museu do Folclore — é mantido pela escola do Folclore e tem um vasto acervo cultural: casas de moradia e trabalho, utensílios domésticos e indumentárias. Funciona de terça a domingo, das 14 às 17 horas, entrada franca.
Museu de Presépios — o acervo possui 130 presépios, nacionais e estrangeiros, de várias épocas, feitos com os mais diversos materiais. Está aberto de terça a domingo, das 13 às 17 horas, entrada franca.
Museu da Aeronáutica — localiza-se no Pavilhão Lucas Nogueira Garcez, no andar térreo e no subsolo (no 1º andar fica o Museu do Folclore). O acervo é interessante: tem documentos, peças, maquetes, réplicas e aparelhos originais — oferecendo uma visão histórica da aviação brasileira. Pode ser visitado de terça a sexta das 14 às 17 horas, e aos sábados, domingos e feriados das 10 às 17 horas.

5. **Conhecer o Planetário**
Ele é uma atração à parte no Ibirapuera, com apresentações de uma hora de duração, interessantíssimas. A programação muda a cada dois meses e em setembro e outubro estes serão os temas: O céu de São Paulo; O movimento dos planetas; Planetas com anéis; Chuvas de Meteoros. Funciona aos sábados, domingos e feriados, das 16 às 18 horas, para maiores de 7 anos. Os adultos pagam Cr$ 600,00 e menores e estudantes, Cr$ 300,00. Aos domingos de manhã, há sessões para crianças com menos de 7 anos. O horário é das 10h30 às 11h30. O planetário mantém cursos, o ano todo, ligados à Astronomia.

6. **Empinar papagaio, praticar nautimodelismo...**
O Ibirapuera tem áreas especiais e espaço de sobra para você usar como quiser. No lago, nos fins de semana, tem gente com todos os tipos de barco, praticando nautimodelismo; há crianças patinando sob os pavilhões; muitos motoqueiros fazendo seus circuitos; há quadras iluminadas para todos os esportes; áreas para exposição de cães; playground; pipas no céu; crianças correndo nos jardins. Em alguns domingos, há apresentações de música, dança, shows, performances. Tudo isso, num lugar que tem lanchonetes, restaurante, banheiros e ambulatório. Aproveite o parque!

1- Grande marquise
2- Palácio das indústrias
3- Palácio dos Estados
4- Palácio das nações
5- Palácio de exposições
6- Planetário
7- Ginásio (esportes)
8- Velódromo
9- Palácio da agricultura
10- Obelisco
11- Monumento às bandeiras
12- Entradas
13- Delegacia de polícia
14- Corpo de bombeiros
15- Museu de cera
16- Instalações sanitárias
17- Salão de exposições
18- Lanchonete e bar

14 — SUPLEMENTO FEMININO — 1610

2/9/84 — O ESTADO DE S. PAULO

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 1984, p. 166.

Embora já existissem áreas exclusivas para ciclismo, em 1984 ainda era permitida a circulação de motocicletas pelo Parque. Atualmente, de acordo com o Regulamento do Parque

(SÃO PAULO, 2012), é proibida a circulação de motocicletas, tanto quanto empinar pipas ou praticar qualquer tipo de atividade náutica.

Em 1994, passados vinte anos daquela proposta de reparação paisagística de Burle Marx, o paisagista será convidado novamente a participar de projetos para o Parque e irá elaborar o projeto Mais Ibirapuera Pra Você. O projeto foi uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Fundação Roberto Marinho, com o patrocínio de U$$ 3 milhões do Banco Real. Entre as realizações, estava a recuperação do Viveiro Manequinho Lopes e a implantação do Jardim de Esculturas, do Bosque da Leitura, da Praça de Jogos e da Pista de Cooper.

No Jardim de Esculturas, exposição permanente ao ar livre, o visitante podia apreciar 25 obras do acervo do Museu de Arte Moderna (MAM). E na Praça de Jogos, "dirigida a idosos e crianças [...], tem tabuleiros de xadrez, mesas para jogos de carta e quadras de amarelinha e peteca" (DECIA, 1994).

Figura 25. Jardim de Esculturas

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

No Viveiro Manequinho Lopes o frequentador participava de visitas monitoradas por biólogos e conhecia mais detidamente as estufas e os canteiros suspensos, além do processo de produção de plantas destinadas à arborização e ao ajardinamento de áreas públicas. Ao

lado do viveiro encontra-se até hoje o local que abriga o Programa Bosque da Leitura, instalado pelo Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo. O Programa foi inaugurado em dezembro de 1993, em molde similar ao Programa carro-biblioteca, e dispõe de um acervo bibliográfico para empréstimo aos frequentadores do Parque (Diário de campo, 31 de agosto de 2014). Seu objetivo é "incentivar a leitura e facilitar o acesso à informação contínua dos cidadãos" (PREFEITURA, 2014).

Figura 26. Viveiro Manequinho Lopes

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

Figura 27. Bosque da Leitura com Serraria ao fundo

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

As atividades educativas se tornavam cada vez mais recorrentes na programação oferecida pelo Parque e a parceria entre educação e a temática ambiental parece estar selada. O Parque era então considerado um "nobre jardim dos passeios de domingo" (O ESTADO DE S. PAULO, 1994c, p. 40) e, para estar à altura do adjetivo conquistado, até flamingos africanos passeavam por suas alamedas. A iniciativa de importar flamingos africanos da Tanzânia foi do prefeito Paulo Maluf. O propósito era que as aves circulassem entre esculturas do Parque, embora nenhuma delas estivesse pronta e instalada para que esse efeito estético fosse alcançado. Para corrigir essa falta, o prefeito contratou a artista plástica Tomie Ohtake. Apesar de o projeto ter sido inviabilizado devido ao valor elevado de sua execução, cerca de US$ 65 mil, as 59 aves chegaram ao seu destino.

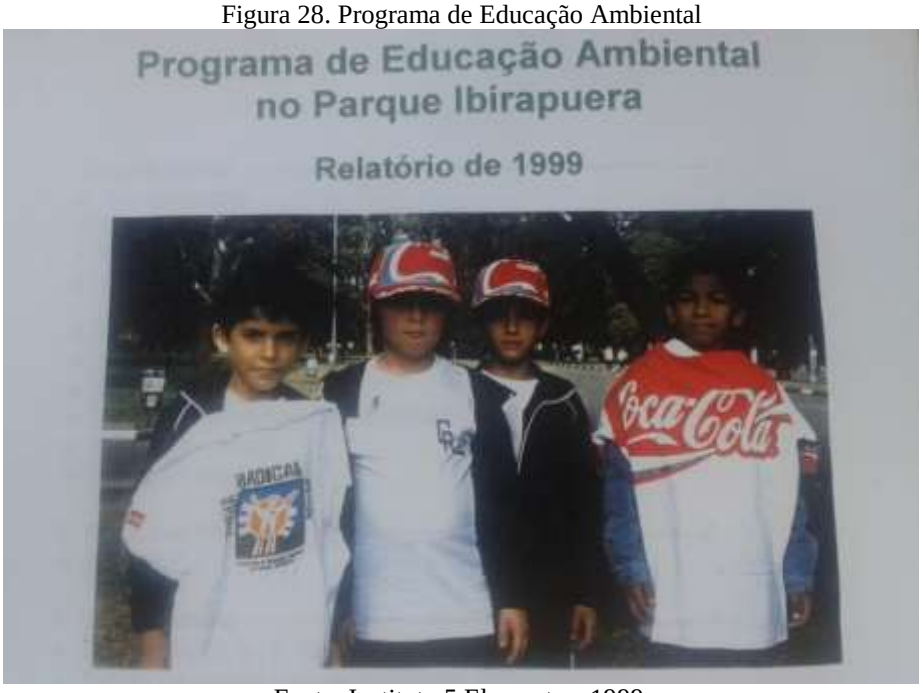
As aves foram doadas por Roberto Marinho, jornalista e empresário brasileiro, considerado um dos homens mais poderosos e influentes do país no século XX. O status se devia ao fato de ter sido o proprietário e presidente do Grupo Globo, conglomerado de veículos de comunicação, entre os anos de 1925 e 2003.

De acordo com o prefeito Paulo Maluf, as aves, "além de embelezar o parque, vão torná-lo um lugar onde as crianças podem ter uma verdadeira aula sobre a natureza" (IBIRAPUERA, 1994, p. 22).

Alguns eventos dão novas mostra da parceria entre educação e natureza. Em outubro daquele mesmo ano, a *13ª Festa da Primavera* atraiu 600 mil pessoas com a venda de plantas, atividades de educação ambiental, projeção de vídeos e distribuição de mudas. Na reportagem d'*O Estado de S. Paulo*, o aumento considerável de 50% de participantes em relação à feira do ano anterior, "é atribuído à programação educativa oferecida" (FESTA, 1994, p. 31).

Na década de 1990, a programação que aliava educação e meio ambiente era inconteste devido à pluralização dos projetos anunciados nos espaços do Parque. Outro exemplo que se junta aos já apresentados é o Programa de Educação Ambiental, de 1999, que tinha no Projeto Trilha Radical Verde um de seus promotores. O folheto informativo do projeto inicia com um discurso ambiental de apresentação e chama a atenção de estudantes e professores para o estímulo à reflexão e formação com suporte da temática ambiental. O programa, inteiramente gratuito para o público, estava em vigor desde 1995 e era patrocinado pela Coca-Cola e pela Panamco-Brasil. A proposta principal do projeto era utilizar o Parque como laboratório para observação e abordagem de temas ambientais urbanos como lixo, reciclagem, poluição das águas, fauna e flora, relação do homem com áreas de lazer. De acordo com o projeto, tal experiência poderia conferir ao visitante o título de "humano", caso se conscientizasse da importância da preservação do meio ambiente.

Figura 28. Programa de Educação Ambiental



Fonte: Instituto 5 Elementos, 1999.

Figura 29. Chamadas do Programa de Educação Ambiental

Fonte: Instituto 5 Elementos, 1999.

O livreto elaborado pelo Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental – 5 Elementos (1999), sob o título *Ambiente São Paulo Refletindo a Cidadania*, apresentava dicas saudáveis, ecológicas, de economia de água e consumo inteligente. Vejamos algumas delas:

Entre as *dicas saudáveis* encontramos:

- Organize carona solidária com grupos de amigos, na escola e no trabalho.
- Sempre que possível, utilize bicicleta ou ande a pé.
- Ao votar, verifique se o candidato tem proposta de transporte coletivo que não polua o ar. Por exemplo: metrô ou ônibus elétrico.
- Mantenha seu veículo com o motor regulado.
- Faça atividade física regularmente para aumentar o seu bem-estar. Bastam 30 minutos por dia.
- As atividades físicas moderadas aumentam um pouco os batimentos do coração, deixam você aquecido e respirando um pouco mais rápido que o normal, mas sem dificuldade. Exemplos: andar, nadar, pular corda, jogar bola, dançar, subir escadas.
- Pensar, tomar a decisão e acreditar que é capaz de parar de fumar.

As *dicas ecológicas* enunciavam que:

- Ao plantar uma árvore na cidade, escolha uma espécie adequada ao local, preferencialmente da flora brasileira (nativa). Exemplos: manacá da serra, cássia-macranta, cássia-dourada, fedegoso.
- Ao podar um galho, corte rente ao tronco principal sem machucar o colar (junção do galho com o tronco), utilizando serrote adequado.
- A poda é atividade de alto risco para operadores e passantes. Isole a área de trabalho.
- Sempre que puder, transforme áreas cimentadas em gramados, facilitando a entrada da água no subsolo na época de chuvas, o que contribuirá para a redução de enchentes.
- Votar em políticos que defendam e conservem áreas e bairros verdes.

- Adote uma árvore próxima de sua casa.
- Faça passeios em parques e praças a pé, patins, skate ou de bicicleta.

Para as *dicas de economia d'água*:

- Na higiene pessoal: não demorar no banho, fechar a torneira na escovação dos dentes e não jogar lixo no vaso sanitário.
- Reutilizar a água servida, sempre que possível, como o despejo da máquina de lavar roupa na lavagem do quintal.
- Não "varrer" quintais e calçadas com esguicho – usar a vassoura.
- Economizando energia elétrica, você colabora com o seu bolso e com o meio ambiente, evitando a construção de novas represas, que causam grande impacto ambiental.
- Fazer manutenção no sistema hidráulico da casa e do condomínio.
- Não jogar óleo na pia nem no vaso sanitário, pois dificulta o tratamento de esgoto. Óleo se joga no lixo orgânico.
- Limpar a caixa d'água todo o ano de forma econômica.
- Feche a torneira ao escovar os dentes e ensaboar a louça.

E, finalmente, as *dicas para o consumo inteligente*:

- Reutilizar embalagens de vidro, caixas de papelão e frascos de plástico.
- Consumir embalagens simples e recicláveis.
- Evitar embalagens descartáveis.
- Reutilizar latas de ferro, sacos e caixas de leite para plantio de sementes e mudas.
- Utilizar restos de alimentos para produzir composto para quem mora na área rural ou tem espaço no quintal de casa.
- Criar cardápios onde as sobras se transformem em outros alimentos, evitando desperdícios.
- Criar espaço (prateleira), para trocar revistas, livros, roupas, sapatos e outros pertences nos ambientes de trabalho, escola, clube etc.
- Quando for fazer suas compras, levar sacos e sacolas.
- Nunca jogue lixo no chão. Guarde-o no bolso(a) até encontrar a lixeira.
- Consumir muitas frutas e verduras sem agrotóxicos diariamente, lavando-as adequadamente, sem desperdiçar água.
- Votar em políticos que tenham como proposta saneamento básico para todos.

Se nas décadas de 1970, 1980 e 1990 a tônica da educação ambiental imperava entre as práticas pedagogizantes, nas décadas posteriores observamos dois movimentos paralelos: a ampliação de práticas voltadas a grandes eventos culturais, e a criação da UMAPAZ, que vem consolidar no Parque Ibirapuera a intenção de perpetuar atividades educativas à proposta de educação ambiental.

Entre os grandes eventos culturais, a Bienal de Arte é outro exemplo emblemático da instauração de atividades com teor pedagogizante. A *22ª Bienal de Arte Contemporânea de*

São Paulo, realizada em 1994, é descrita no encarte jornalístico com o indicativo “para aprender a olhar” (O ESTADO DE S. PAULO, 1994a, p. 109):

> Você pode tirar todas as suas dúvidas se optar por visitar a Bienal com um dos 55 monitores. Logo à entrada, há um guichê para seu grupo pedir monitoramento. Sua escola também pode agendá-lo para a turma (...) Se seu professor preferir, com um treino dos monitores ele mesmo pode ser o guia. Vá com um tênis confortável! De acordo com o chefe dos monitores, Carlos Uchôa, a idéia da monitoria não é interpretar ou opinar sobre a obra, já que a visão sobre a arte depende de cada pessoa, mas somente dar os detalhes técnicos da obra e da biografia do autor. E também estimular a consciência artística dos visitantes.

A edição 31ª da Bienal, realizada em 2014, teve um público de quase 500 mil visitantes. A *Bienal do invisível*, como foi chamada, trazia o tema *Como (...) Coisas que não existem*, almejando um espaço, esse invisível, “para que o visitante tenha a liberdade de complementar as ações dos artistas participantes” (BIENAL, 2014, p. 39), convertendo-as, assim, em um espaço visível pela interatividade. O apelo na propaganda é evidente: “Arte, venha fazer parte”. A mostra contava com 250 obras de 100 artistas e trazia como foco a arte social, elegendo o conflito como tema propulsor, ao tratar de questões indígenas, religiosas, de ordem sexual, alternativas educacionais etc. (Diário de campo, 17 de setembro de 2014).

Figura 30. Divulgação 31ª Bienal: “Arte, venha fazer parte”

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 2014a.

O Planetário, fundado em 1957, desde sua inauguração apresentava entre seus objetivos o propósito educativo na difusão de conhecimentos astronômicos. Vinculado a ele, a Escola Municipal de Astrofísica Professor Aristóteles Orsini (EMA), fundada em 1961, oferece exposições, palestras, observações monitoradas com telescópio, além de cursos e oficinas. Atualmente, a EMA, o Planetário e a Escola Municipal de Jardinagem estão sob a responsabilidade administrativa da Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz (UMAPAZ).

Figura 31. Planetário

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

Figura 32. UMAPAZ

Fonte: Autora, 2015.

A UMAPAZ foi criada em 2005, pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Em 2006, a UMAPAZ inicia suas atividades no Parque Ibirapuera e, em 2009, tornou-se o Departamento de Educação Ambiental da Secretaria, responsável pela coordenação da área de formação, da Escola Municipal de Jardinagem, da Escola Municipal de Astrofísica e do Planetário. Como propósito, a instituição (PREFEITURA, 2014) objetiva

> a difusão da educação socioambiental, visando a contribuir para que integrantes de diferentes segmentos da população, de forma criativa, crítica e autônoma, construam conhecimentos sobre a situação e perspectivas socioambientais e para que se capacitem a incorporar hábitos e estilos de vida amigáveis e compatíveis com a sustentabilidade da vida na cidade e no planeta.

Em 2004, a proliferação de atividades educativas se fortalece ao aliar-se a grandes eventos culturais que se multiplicam com financiamentos e o apoio da iniciativa privada.

A fonte multimídia, atração disparadora trazida à baila na cena 2, é um desses exemplos. Inaugurada em janeiro de 2004, pelo Grupo Pão de Açúcar, a instalação flutuante de 110 metros de comprimento por dois metros de largura projeta imagens luminosas em seus jatos de água. O espetáculo no lago recebe uma projeção de imagens acompanhada de músicas. Em 2014, contou-se, ali, a história de uma menina que escreve uma carta para o

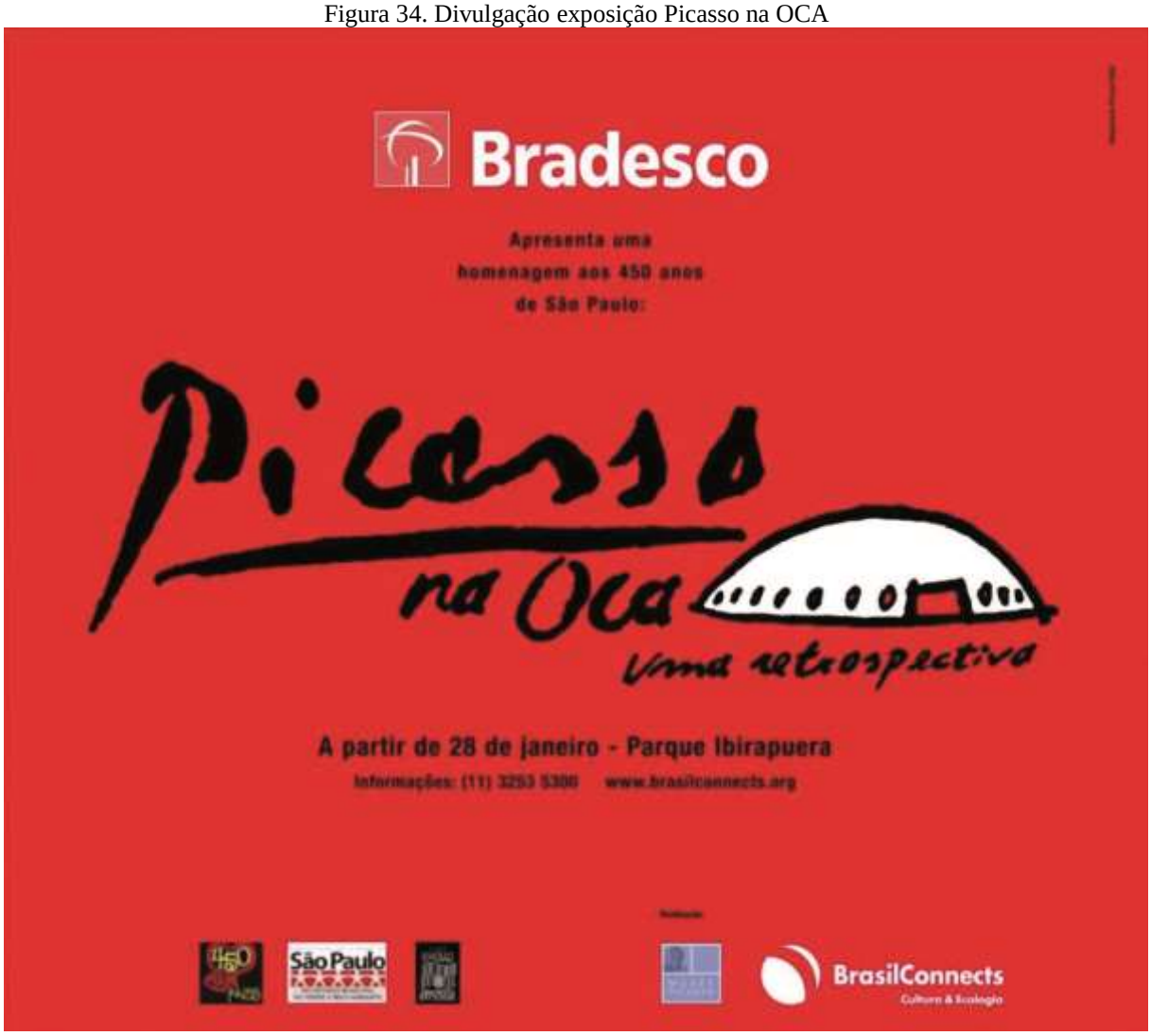
Papai Noel em que pede, além de uma boneca e de patins voadores, um mundo melhor. O investimento do grupo foi de 6 milhões de reais.

Figura 33. Publicidade Pão de Açúcar

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 2014b.

Outro exemplo desse contexto são as exposições de arte. A *Guernica* de Pablo Picasso, pintura que outrora chamou a atenção na II Bienal de inauguração do Parque, em 2004, reuniu-se às 126 peças da maior retrospectiva do pintor espanhol na América Latina. A exposição *Picasso na OCA: uma retrospectiva* foi promovida pela empresa Brasil Connects com o patrocínio de R$ 4 milhões do Banco Bradesco. A exposição, que ocorreu no Pavilhão Lucas Nogueira Garcez (OCA) por mais de seis meses, teve um público recorde de 905 mil visitantes. A OCA é um espaço expositivo administrado desde 2010 pelo Museu da Cidade, junto à Secretaria Municipal da Cultura. Apesar de já ter abrigado o Museu da Aeronáutica de São Paulo e o Museu do Folclore, atualmente está destinado apenas para exposições.

Figura 34. Divulgação exposição Picasso na OCA



Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 2014c, p. 96.

Para comemorar os 80 anos do Unibanco, o banco investiu em carretas equipadas com cinema e exposições interativas do Projeto Educação Ambiental sobre Rodas. A iniciativa tinha como objetivo estimular a consciência ecológica de estudantes e esteve presente no estacionamento do Parque durante o ano de 2004.

Somadas às iniciativas, grandes shows musicais foram promovidos ao longo do ano na Praça da Paz. A guerra dos supermercados na busca por clientela foi até os palcos e o alvo estava no marketing cultural para trabalhar a imagem da empresa. Além de que, "os patrocínios musicais são vantajosos para os supermercados porque podem ser enquadrados nos chamados programas de responsabilidade social, que dão direitos a benefícios fiscais" (DANTAS, 2004, p. 24).

Figura 35. Divulgação show

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 2004e.

Figura 36. Praça da Paz

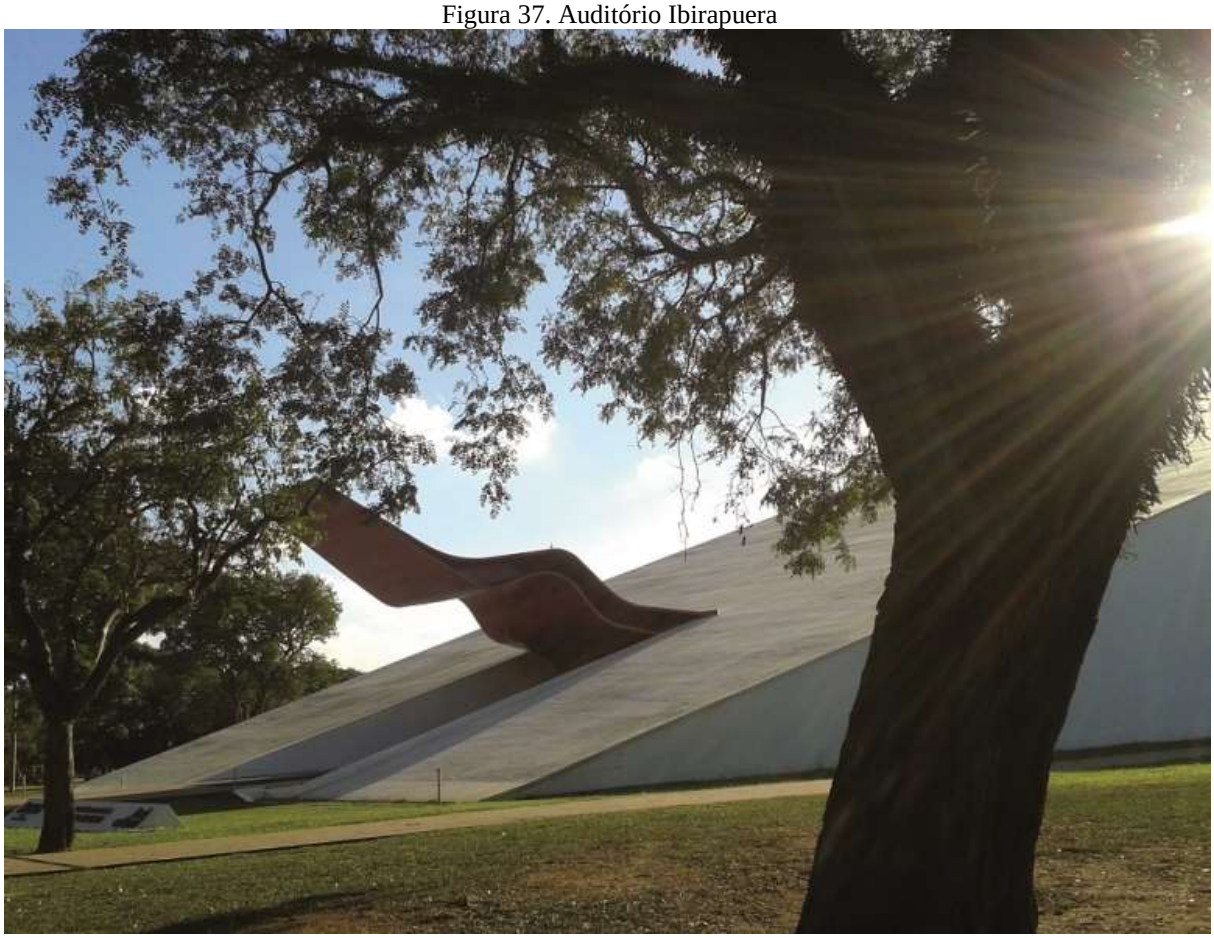
Fonte: Autora, 2014.

Na festa dos 450 anos da cidade, todos lucraram com os festejos. De acordo com Ribella (2004), cerca de 70% dos investimentos dos 148 milhões gastos nas comemorações são de iniciativa privada. Em geral, o alto investimento é feito em ações de marketing patrocinando obras, eventos e projetos com o propósito de associar o feito à marca. Um retorno que pode ser equivalente a 12 vezes o investimento realizado, afirmou o diretor de marketing do Grupo Pão de Açúcar, Eduardo Romero.

As operadoras de telefonia celular também fizeram seus investimentos. A Claro investiu cerca de R$ 3,5 milhões para restaurar o Obelisco, e a operadora Tim construiu o Auditório do Ibirapuera, orçado em R$ 20 milhões.

O Auditório Ibirapuera, inaugurado em 2005, permaneceu sob a gestão do Instituto Auditório Ibirapuera até o ano de 2011, quando o Itaú Cultural, por chamamento público, passou a ser o novo gestor. No subsolo do prédio funciona a Escola do Auditório, um centro de ensino de música para crianças e adolescentes. Na entrega da obra, um dos objetivos era "usar o espaço para a educação de platéias: materiais didáticos trarão explicações sobre todos os shows e concertos realizados ali" (GARBIN, 2004, p. 42).

Figura 37. Auditório Ibirapuera



Fonte: Autora, 2015.

E as investidas pedagogizantes não pararam por aí... Em comemoração aos 460 anos de SP, no ano de 2014, a Rede Globo realizou, durante os fins de semana do mês de janeiro, 460 atividades culturais, educativas e esportivas gratuitas (PADIGLIONE, 2014). E em agosto daquele mesmo ano o Guia d'*O Estado de S. Paulo* elencou uma série de atrações de aniversário.

Figura 38. Opções de passeio com propostas de atividades educativas

Passeios

Praia de paulista

Inaugurado em 21 de agosto de 1954, o querido **Parque Ibirapuera** tem atrações de aniversário até o fim do mês. Confira algumas atividades deste fim de semana:

AMANHÃ (23)

Marquise e entorno:
8h/15h, campanha de proteção da fauna e observação de aves.
10h, snag golf (prática de uma modalidade mais simplificada do golf).
14h, banda do Exército toca repertório clássico e popular.

Praça da Paz e entorno:
10h/11h30, aula de ioga e meditação.
14h, cerimônia de 'Harmonização Global' com tigelas de cristal.

Arena em frente a Ponte de Ferro:
11h/12h, 16 jovens do grupo Ôncalo tocam músicas de Tim Maia.
15h, apresentação do trio Movimento Brasilidade.

Museu Afro:
11h, contação de história 'Aos Pés do Baobá'.
14h, brincadeira do Congo.

Gramado entre Marquise e Auditório Ibirapuera:
9h, apresentação de artes marciais.
9h/14h, distribuição de mudas de plantas.
10h, aula de pilates e produção de arte em 'live painting' de grafite.
11h, aula de dança de salão.
12h, show de ciências.
13h, exibição do grupo 'Sax in the Beat'.
14h, oficinas de plantio
16h, show 'Elvis da Paulista'.
18h, Projeto Pipoca, 'Crô – O Filme'.
19h30, Projeto Pipoca, 'Amazônia'.

DOMINGO (24)

Museu Afro:
14h, oficina 'Ngoma', com tambores.

Arena de eventos:
Final do 'Bourbon Street Fest'
16h, Walter 'Wolfman' Washington & The Roadmasters
17h30, Glen David Andrews
19h, Rockin'Dopsie Jr. & The Zydeco Twisters

ONDE: Parque Ibirapuera. Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Moema, 5574-5505.
QUANDO: funcionamento: 5h/ 23h59 (sáb., 5h até 23h do dom.). **QUANTO:** Grátis.

Fonte: Adaptado d'O ESTADO DE S. PAULO, 2014c, p. 96.

Dentre os espaços figurados no encarte, destacamos os três museus atualmente instalados no local: o Museu Afro, o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC) e o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). Todos os três museus contam com programas educativos em suas agendas. As atividades vão desde visitas mediadas por monitores a visitas temáticas, programa de intercâmbio estudantil, formação de professores, inclusão socioeducativa, contação de história, oficinas e atividades lúdicas, bibliotecas etc. (Diário de campo, 11 de setembro, 17 de setembro e 27 de outubro de 2014).

Figura 39. Visitas educativas de grupos escolares

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

Embora grande parte dos programas esteja destinada a professores e estudantes, gostaríamos de salientar a existência dos programas voltados ao público em geral, que também estão envolvidos diretamente com a educação básica. Eles não são menos pedagogizantes que os programas de educação não escolar oferecidos pelas permissionárias e, propriamente, pela administração do Parque.

O Museu Afro foi fundado em 2009 e está instalado no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega. É uma instituição pública subordinada à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e administrada pela Associação Museu Afro Brasil.

O museu oferece o projeto *Ateliê Aberto*, voltado principalmente às famílias que frequentam o Parque nos fins de semana. O projeto propõe "experiências artísticas que têm como principal objetivo propiciar aos visitantes o contato com linguagens, técnicas e materiais diversos. Tudo isso num clima gostoso, de brincadeira, experimentação" (MUSEU AFRO, 2014).

Figura 40. Museu Afro

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

O MAC foi criado em 1963 pela Universidade de São Paulo. Seu acervo foi inicialmente composto "pelas coleções do casal de mecenas Yolanda Penteado e Ciccillo Matarazzo, pelas coleções de obras adquiridas ou recebidas em doação durante a vigência do antigo MAM e pelos prêmios das Bienais de São Paulo, até 1961" (MAC, 2015, *on-line*). Sua sede está instalada na parte externa do Parque, ao lado do prédio da Assembleia Legislativa.

O *Programa Lazer com Arte para a Terceira Idade* acontece no MAC desde 1989 e propõe visitas às exposições do acervo, além de atividades práticas em ateliê "que vão ajudar na construção das poéticas visuais de cada um dos participantes" (MAC, 2015, *on-line*). O museu também oferece o programa *Interar-te*, que acontece mensalmente desde 2011 e tem como objetivo proporcionar à família "momentos de integração (...) através de atividades lúdicas e gratuitas motivadas pelas exposições em cartaz no MAC USP" (MAC, 2015, *on-*

line). Outro programa educativo que merece destaque é o *Ver e Ler*, destinado a jovens e adultos iletrados. Dentre as atividades propostas, o projeto (MAC, 2015, *on-line*)

> propõe o desenvolvimento de um programa de visitas orientadas às exposições (...), baseado na metodologia de alfabetização de Paulo Freire e em diversas pesquisas atuais que apontam para a urgência de trabalhos voltados para esse público, de forma a torná-los cidadãos participativos no contexto cultural da cidade.

Figura 41. Museu de Arte Contemporânea – MAC

Fonte: Fernando Stankuns, 2013.

O MAM foi fundado em 1948 pelo industrial e mecenas Ciccillo Matarazzo e sua origem está vinculada às primeiras bienais de arte. Atualmente, é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e sua sede encontra-se instalada no local desde 1969. Conta com um acervo de mais de cinco mil obras e agrega outros ambientes como biblioteca, ateliê, auditório, loja e restaurante.

Figura 42. Museu de Arte Moderna – MAM

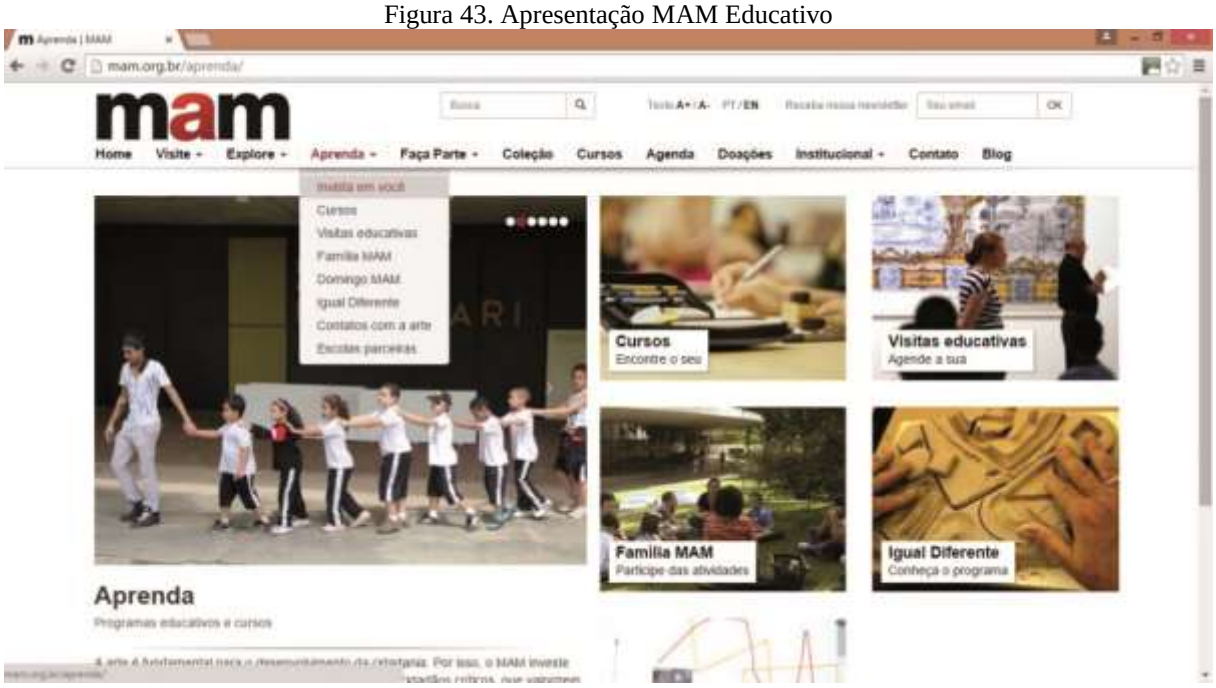
Fonte: Jaime Barajas, 2015.

É nesse museu que encontramos a maior variedade de programas educativos (Diário de campo, 17 de setembro e 27 de outubro de 2014). No detalhamento das atividades, disponível no sítio eletrônico do MAM, o convite inicial – "Invista em você" – com uma série de oportunidades de caráter formativo: Cursos, Visitas Educativas, Família MAM, Domingo MAM, Igual Diferente, Contatos com a Arte e Escolas Parceiras.

Os *Cursos* são divididos em três segmentos: Plásticos e práticos, Fotografia e Teoria e História da Arte. São destinados tanto para o público iniciante, como para especialistas, além de propor cursos *In Company*, "disponível para empresas e instituição que querem investir culturalmente em seus clientes e colaboradores" (MAM, 2014, *on-line*). As *Visitas Educativas* apresentam a exposição em cartaz no museu e o Jardim de Esculturas, citado anteriormente, mas agora com exposição permanente de 30 obras (Diário de campo, 27 de outubro de 2014). O projeto *Família MAM* é direcionado para toda a família e vai desde brincadeiras, contação de história, oficinas de arte e dança a técnicas de consciência corporal. As atividades propostas "estimulam a imaginação e abrem novas possibilidades de diálogo e interação entre familiares, crianças e amigos. Promovem, assim, o encontro do universo artístico do museu com a cultura da infância" (MAM, 2014, *on-line*). O *Domingo MAM* realiza atividades de dança, música, manifestações da cultura popular e oficinas artísticas. O programa *Igual*

Diferente oferece cursos gratuitos de diversas modalidades com enfoque na acessibilidade física, social ou psíquica. O programa *Contatos com a arte* é destinado especificamente à formação de professores e educadores. Finalmente, o *Escolas Parceiras*, voltado para o público escolar, da educação infantil à universidade, propõe que o professor utilize as exposições do museu para apresentar o conteúdo curricular de sua disciplina. De forma geral, os programas educativos propostos pelo MAM objetivam contribuir para a "formação de cidadãos críticos, que valorizem a arte e a cultura", pois entendem que "a arte é fundamental para o desenvolvimento da cidadania" (MAM, 2014, *on-line*).

Figura 43. Apresentação MAM Educativo



Fonte: MAM, 2014.

Na medida em que o projeto de construção do Parque Ibirapuera pretende ser um empreendimento duradouro para a cidade de São Paulo, o levantamento analítico realizado por meio das fontes documentais apresentou-nos algumas das racionalidades governamentais manifestas num tal projeto estatal de longa duração. Além disso, foi-nos possível confrontar tal arcabouço com os documentos atuais do Parque e a reverberação nos anos seguintes dos anseios iniciais da década de 1950.

Andrade (2006, p. 58-59), ao tratar do processo de formação do Parque Ibirapuera alertou que

> um dos primeiros documentos redigidos pela Equipe de Planejamento [Comissão do IV Centenário] descreve os aspectos gerais das atividades a

> serem desenvolvidas pelos arquitetos, com a definição dos trabalhos urbanísticos e arquitetônicos necessários à criação de um conjunto de espaços recreativos, culturais, artísticos, paisagísticos e esportivos para São Paulo.(...) Uma vez incorporadas essas obras no patrimônio da cidade, tornar-se-iam futuras atrações turísticas e marcos comemorativos dos 400 anos da cidade.

No relato bastante fiel aos propósitos da autarquia, não constatamos nenhuma vertente que se aproxima dos interesses pedagogizantes propagados vertiginosamente nas últimas décadas. Claro está em suas ambições: espaços recreativos, culturais, artísticos, paisagísticos e esportivos. As atrações promovidas pelos festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo, como a II Bienal, a Exposição do IV Centenário, a I Feira Internacional, além das numerosas atrações para diversão em massa, faziam coro com a racionalidade política que intencionava cimentar uma identidade paulistana. Identidade essa ancorada no exacerbado ufanismo da época.

Com efeito, é possível afirmar que o que não constava nas resoluções de criação e institucionalização do parque, e aparecia apenas timidamente em 1954, em 2012 está taxativo no Regulamento do Parque (SÃO PAULO, 2012). Ao tratar das Atribuições quanto à Utilização das Áreas Destinadas a Eventos, de largada o documento afirma em seu parágrafo único que:

> O Parque Ibirapuera por sua vocação e utilidade pública das comunidades que o frequentam *dará prioridade para o entretenimento e os eventos, atividades e ocorrências voltadas à Educação*, Cultura, Esportes, Lazer e Meio Ambiente. É atribuição da SVMA [Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente] autorizar os eventos, podendo interferir nas propostas sempre que julgar pertinente e útil para o Parque e sua população usuária, com anuência do Conselho Gestor (SÃO PAULO, 2012, p. 9, grifo nosso).

Ora, o destaque educativo, a nosso ver, pedagogizante, que governa e direciona condutas fica sobressalente na descrição da *Cena 2*. Conferimos na narrativa o deslocamento dos espaços fechados e disciplinares de populações diferenciadas e separadas da *Cena 1*, a espaços abertos de pedagogização de populações governadas de modo flexível, em seus modos de vida e em práticas de lazer cultural. Flagram-se, assim, hibridações entre público e privado na medida em que se acentua o paralelismo entre processos de melhoria urbana pública e abertura das circulações econômicas por meio de alianças com o setor privado.

Essa maneira liberal e neoliberal de capitalizar a sociedade por meio de mecanismos pedagogizantes torna-se um traço distintivo nos estilos de vida da população do Parque. Decorre dela uma pedagogia flexível que conduz modos de viver e espacialidades possíveis na direção de uma coexistência de condutas diversas moduladas economicamente. O bem-

estar social torna-se a representação máxima da prosperidade para o Estado quando se pensa na população como capital humano. Assim, constatamos a emergência de mecanismos pedagogizantes de forma heterogênea.

Inicialmente, há uma secularização gradual das práticas, justapondo-se práticas pastorais, como a iniciativa da *Associação Cristã de Moços* na formação de jovens como guia turístico; às práticas urbanísticas estatais, na conduta correta do cidadão. Até a década de 1970, a ocupação dos espaços do parque estava voltada para festividades diversas, promoção de cursos de leitura de obra de arte, incentivo à leitura, fotografia, feiras atrativas para crianças e adolescentes etc. Paulatinamente, cultura e lazer convertem-se em modos de viver gestionáveis para uma população que vai se tornar capital humano para o neoliberalismo da metrópole vitrine mundial. Os deslocamentos nas tecnologias de biopoder no Parque transfiguram-nas, portanto, de lógicas segregacionistas e eugênicas ao fetiche econômico do bem-estar, lazer e consumo.

Nas primeiras décadas que sucederam a inauguração do parque, vemos que, apesar de incipiente, há certa racionalidade política que cria subjetividades atadas ao frequentador que se espera no parque: o bom motorista, o ecológico, o leitor, o músico, o artista, o cultural e o que pensa holisticamente. Tal racionalidade passa a introduzir diferentes práticas educacionais que moldam um sujeito pedagógico, aquele que além de bom motorista, artista, músico, leitor, passa a ser conduzido e governado por iniciativas ambientais, como as investidas pedagogizantes em 1974.

Esse deslocamento que buscamos tornar visível está relacionado, na compreensão de Foucault (2008a, 2008b), às mudanças das tecnologias biopolíticas do capital liberal ao neoliberal. No primeiro caso, a economia é a base do poder dos Estados, as cidades são centros de desenvolvimento e progresso econômico da nação, e a população trabalhadora é o foco do poder econômico e político dos Estados. Assim, vimos, na associação direta com as cenas em destaque, uma São Paulo símbolo do desenvolvimento econômico e industrial brasileiro, campo de oportunidades e progresso. Já no segundo caso, uma economia flexível entre Estados, empresas multinacionais e corporações financeiras. As cidades são planejadas globalmente e a população é vista como campo de conduta econômica cada vez mais flexível, aberta e móvel. Desse modo, uma governamentalidade maleável, a serviço do consumo, experimental, com acentuado enfoque economicista e mercadológico, encontra no Parque um ambiente propício para sua efetivação.

Esse novo contexto, tornado mais evidente a partir da década de 1980 e 1990, favoreceu gradativamente o espraiamento de práticas com teor pedagogizante cada vez mais abrangente, em especial no Parque Ibirapuera. Tal fenômeno indica que a educação não está exclusivamente sujeita a práticas corretivas, normativas e disciplinares, mas também à gestão de condutas moduláveis. O campo de saberes torna-se campo de marketing, dando abertura à emergência de produtos diversos: cultura, esporte, lazer, saúde, felicidade e bem-estar.

Se plausível for tal governamentalidade, diante do princípio de gerir e conduzir condutas, o exemplo do Programa de Educação Ambiental de 1999, patrocinado pela Coca-Cola e pela Panamco-Brasil, é bastante perspicaz e ilustrativo. Ao apresentar suas diferentes *dicas*, aqui consideradas como práticas portadoras de um determinado *modus operandi* pedagógico e formativo, o projeto que vigorou por anos muito se assemelha a uma campanha publicitária amplamente difundida nas escolas e na mídia em 2009.

A campanha "xixi no banho"[6], lançada pela Organização não governamental SOS Mata Atlântica, traz à baila a pedagogização dos modos de vida que buscamos salientar. A referida campanha põe em destaque o consumo de água e apresenta sugestões para a melhor utilização do recurso. Dentre elas, figuram recomendações já conhecidas de fechar a torneira durante a escovação dos dentes e não lavar calçadas com a mangueira de água constantemente aberta, todas deveras similares ao nosso Programa de Educação Ambiental em foco. Porém, o sugestivo apelo da campanha "xixi no banho" está em propor à população que urine durante o banho no intuito de economizar a água utilizada no vaso sanitário.

Aqui podemos fazer duas ressalvas. Primeiro, quanto à responsabilização do cidadão pelo desperdício de água e, segundo, quanto à racionalidade forjada no intuito de produzir um sujeito educável, um cidadão responsável e ecologicamente correto. Em relação ao primeiro aspecto, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), somente 8% da água é destinada ao consumo doméstico, enquanto a indústria faz uso de 22% e a agricultura é responsável pela cota de 70%. Os valores chamam a atenção, principalmente, quanto à discrepância entre o consumo doméstico e o agrícola, bem como quanto a elementos talvez mais significativos e não problematizados, como as políticas públicas voltadas ao setor primário, a geração de energia por usinas hidrelétricas e a poluição fluvial pelo uso de agrotóxicos. No segundo aspecto, a pedagogização dos modos de vida leva-nos a refletir sobre a regulação de condutas visando promover subjetividades atadas a um modelo de cidadão que se almeja alcançar.

[6] Disponível em: <http://www.xixinobanho.org.br/>. Acesso em 15 mai. 2014.

O problema que desponta reside no fato de esse conjunto de iniciativas, de textos, de discursos e de práticas instalar verdadeiros mecanismos de governamento que ditam formas de ser e viver, que são inclusive espaciais. Os fatos que ilustram essa lógica proliferam-se nas iniciativas ocorridas no Parque. Um exemplo disso é o considerável aumento, na década de 2000, da incidência de mecanismos pedagogizantes aliados a grandes eventos culturais em muitos dos seus espaços. Trata-se de atrações financiadas e apoiadas pela iniciativa privada, como a Bienal com campanhas específicas para escolares, a fundação e a inauguração da UMAPAZ e do Auditório Ibirapuera, ambos com seus programas educativos. Além disso, pode-se constatar, como outros exemplos para o mesmo fenômeno, a promoção das grandes exposições de arte e de monumentais eventos musicais que chegaram a reunir quase 200 mil pessoas na Praça da Paz.

Ao contar com o apoio do capital privado na promoção dos eventos, concretiza-se no Parque Ibirapuera a hibridização do público e do privado como uma abertura para a privatização do público, pois, nesses eventos, o Estado administra e as empresas propõem e realizam. Vê-se, assim, um exercício eficaz das tecnologias de governo na produção desse espaço e no aprimoramento de mecanismos pedagogizantes no governo de espacialidades.

É o que Harvey (2005, p. 230) chama de política do empreendedorismo urbano, ou seja,

> o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicados, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupo comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais) formalizando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro.

Na leitura de Foucault, como na de Harvey, em um modelo neoliberal de sociedade, capital e cultura não são discursos concorrentes, mas sim aliados. Decorre que, para Foucault, o campo das tecnologias de governo atua com suas estratégias locais e reticulares, com articulações entre micro e macropolíticas. Forma-se, assim, um tecido composto por políticas públicas e planejamento urbano, pela construção de equipamentos públicos de lazer, pela apropriação de espaços e por propostas de pedagogização, inclusive, na incitação ao gerenciamento da conduta de si mesmo, como nos exemplos elencados anteriormente pelo Programa Ambiental do Instituto 5 Elementos, em 1999.

Não é difícil derivar, a partir dessas constatações, algumas outras implicações. À medida que os processos educativos desterritorializam-se da escola, eles espraiam-se para o tecido social sob a forma de mecanismos pedagogizantes. Tal perspectiva acaba por deslocar

a configuração da educação: ela deixa de ser direito e passa a ser serviço. Em ressonância a esse argumento, a população deixa de ser sujeito de direito e passa a ser categoria econômica. Outrora o objetivo era formar um bom cidadão; agora visa-se, em grande medida, ao aumento de consumidores. O resultado é um empresariamento generalizado do público, decorrente da ascensão do projeto neoliberal.

Essa desenfreada comercialização da educação e, por consequência, da vida, foi também objeto de análise de Sylvio Gadelha. Fortemente inspirado em Foucault, ao tratar da governamentalidade neoliberal em relação à Teoria do Capital Humano e ao empreendedorismo, Gadelha (2009, p. 172) assinala que

> determinados valores econômicos, à medida que migraram da economia para outros domínios da vida social, disseminando-se socialmente, ganharam um forte poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em *indivíduos-microempresas* – empreendedores.

A lógica do mercado invade todos os setores da vida social, apregoando que todos devem mudar de atitude perante a vida, e buscar o sucesso, o bem-estar e a felicidade; ou melhor, estabelece-se normativamente padrões e modelos atitudinais, de sucesso, bem-estar e felicidade, entrelaçados a modos de ser e viver, portanto, governados. Tal assertiva pode ser conferida ainda nas promoções da *Coluna Viva-Bem*, no convite à felicidade pelo Grupo Pão de Açúcar, nas práticas esportivas e na qualidade de vida instigadas pela Rede Globo, na promoção da cultura pelo banco Bradesco e nos próprios espaços institucionais do Parque, haja vista a gama de atrações na programação dos museus: desfrutar da terceira idade, educação e convívio em família, criatividade e consciência ambiental etc.

3.3 Os modos de vida em práticas de lazer esportivo

Cena 3

Eu perguntei pra vários prefeitos, perguntei pro prefeito de Bruxelas, perguntei pro prefeito de Nova Iorque, perguntei pro prefeito de Buenos Aires, o que veio primeiro, a ciclovia ou o ciclista? E todos foram unânimes em responder: primeiro vem a malha cicloviária.[7]

O estímulo ao uso da bicicleta como meio de transporte, bem como o investimento na implantação e ampliação da rede cicloviária na cidade de São Paulo, é uma das tônicas da gestão do atual prefeito, Fernando Haddad (PT). Atualmente, existem na cidade cerca de 460 Km de infraestrutura cicloviária entre ciclovias, ciclofaixas, ciclorrotas e calçadas compartilhadas.

De acordo com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), a *Ciclofaixa* é uma faixa de uso exclusivo para circulação de bicicletas sem segregação física em relação ao restante da via e caracterizada por sinalização vertical e horizontal características (placas e pintura de solo). Normalmente situa-se nos bordos da pista por onde circula o tráfego geral, mas pode também situar-se na calçada e no canteiro central. Geralmente situada em vias arteriais e coletoras. A *Ciclovia* é uma pista de uso exclusivo para circulação de bicicletas segregada fisicamente do restante da via, dotada de sinalização vertical e horizontal características (placas e pintura de solo). Assim como a ciclofaixa, a ciclovia pode estar situada na calçada, no canteiro central ou na própria pista por onde circula o tráfego geral e também, geralmente, em vias arteriais e coletoras. A *Ciclofaixa Operacional de Lazer* consiste em faixas de tráfego situadas junto ao canteiro central ou à esquerda da via onde é permitida a circulação de ciclistas aos domingos e feriados nacionais das 7h às 16h, dotadas de sinalização vertical e horizontal que regulamenta esse uso. São totalmente segregadas do tráfego geral por elementos de canalização como cones, cavaletes e supercones. A *Infraestrutura Cicloviária Definitiva* é constituída pelas intervenções viárias dedicadas à circulação exclusiva ou não de bicicletas. São compostas por ciclovias, ciclofaixas, compartilhamento de calçada, rotas de bicicleta, bicicletários e paraciclos.

[7] Fernando Haddad, prefeito de São Paulo (2013-2016), em entrevista à rádio *Jovem Pan* em 12 de fevereiro de 2015.

Nos últimos 10 anos, uma série de medidas urbanísticas passou a implementar, paulatinamente, a malha cicloviária paulistana. A Rede Cicloviária Moema, com trechos de ciclofaixas e ciclorrotas, foi inaugurada em 5 de novembro de 2011 e é uma das experiências-piloto no traçado urbano de São Paulo. Assim, a adoção de faixas específicas para o tráfego urbano de bicicletas é algo bastante recente na história da cidade de São Paulo.

Desde a inauguração do Parque, em 1954, os registros investigados que faziam menção ao uso da bicicleta estavam relacionados, especificamente, ao ciclismo como prática esportiva profissional. Os treinos, os campeonatos e as competições estavam concentrados no Ginásio e no Velódromo. Entretanto, foi naquele mesmo ano de festividades seculares que o Campeonato Sul-americano de Ciclismo inaugurou oficialmente o Velódromo.

Durante as próximas três décadas, as atividades esportivas do Parque Ibirapuera estavam concentradas nesses dois espaços, o Ginásio e o Velódromo. Foram jogos de diferentes modalidades, competições em variados níveis, treinamento de atletas e equipes esportistas. Os textos jornalísticos nessas décadas, por exemplo, não fazem menção alguma à apropriação de outros espaços do Parque para atividade de lazer esportivo, mas sim, exclusivamente, para atividade esportiva profissional.

Não por casualidade, a prática esportiva como componente da vida moderna está atrelada ao avanço dos modelos de vida difundidos na Inglaterra a partir do século XIX. A Revolução Industrial dá o mote para as transformações nas práticas sociais e exporta para toda Europa e América seus moldes de produção fabril, de transporte ferroviário, de produção de energia e, consequentemente, de organização esportiva.

O esporte é uma prática cultural associada ao ócio e ao tempo livre; portanto, está relacionada diretamente ao lazer. Uma vez que, desde sua criação, o Parque foi visto como equipamento urbano destinado ao lazer e a recreação, a atividade esportiva não fugiria à lógica de adaptação à vida moderna, engendrada pelo capitalismo industrial. Conforme o Plano Diretor do Parque Ibirapuera, gestão 2004-2014 (SÃO PAULO, 2007, p.2),

> o aumento do número de parques e de seus frequentadores [no município de São Paulo] corresponde a uma demanda crescente da sociedade por este tipo de equipamento, refletindo mudanças de hábitos de lazer que já se anunciavam na década de 1970. Passa-se a associar saúde física e mental à prática de exercícios, esportes, caminhadas ao ar livre e ao contato com o verde de modo geral.

Assim, a nova demanda passa a exigir novos itens de lazer esportivo, como as pistas de *cooper* e as ciclovias, que começaram a ser implantadas nos parques paulistanos.

A apropriação da bicicleta para atividades de lazer, que não a prática esportiva profissional do ciclismo, irá aparecer, timidamente, em duas ocasiões nas ocorrências jornalísticas de 1984: na campanha *Dia do Coração* promovida pela Caloi, e nas sugestões da coluna *Viva bem – Lazer* para atividades no Ibirapuera. É possível perceber, nessas duas ocasiões, que o uso da bicicleta como atividade física relaciona-se à promoção de saúde e de bem-estar em momentos de lazer.

Interessante observar que, até a década de 1980, não há nenhuma associação de atividades esportivas a hábitos saudáveis, tampouco a associação de esporte à saúde ou, ainda, de esporte a lazer. Ao contrário, junto às ocorrências jornalísticas que mencionavam o Parque Ibirapuera estavam presentes propagandas sugestivas de cigarro. Sob esse aspecto, testemunhamos a associação do cigarro à prática esportiva, que é deveras ilustrativa para o que pretendemos discutir a seguir.

As propagandas de cigarro pareciam ser um dos carros-chefes entre as propagandas d'*O Estado de S. Paulo*, dada a sua quantidade e frequência. As propagandas associavam o consumo do cigarro à classe e à nobreza, a relacionamentos amorosos bem sucedidos, ao trabalho eficiente, ao luxo e à riqueza, à moda e ao requinte, ao conhecimento. O que não nos parece de todo inverossímil uma vez que a aura de *glamour* nas propagandas de cigarro, principalmente nas décadas de 1940 e de 1950, irradiavam o charme, a elegância e a sedução.

Figura 44. Propagandas de cigarro publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1954

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 1954a, 1954f, 1954b e 1954e respectivamente.

Dentre os anúncios destacados, elegemos a primeira das figuras, que apresenta a propaganda do cigarro *Luiz XV* associado à imagem de uma elegante mulher praticando tênis. O apelo, que transmitia as imagens de *classe* e de *requinte* próprias de uma *elite* em expansão,

parecia sugerir o uso do cigarro como algo tão saudável e essencial quanto o esporte. Característica frequentemente encontrada nas décadas seguintes, nas famosas e constantes propagandas do cigarro *Hollywood*.

Figura 45. Capa de LP da campanha Hollywood ilustrada com atividades esportivas

Fonte: LEITOR, 2014.

As propagandas de cigarro circularam por muitos anos e todo o investimento da indústria do fumo na publicidade trouxe seus resultados. Em 2014, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que um terço da população mundial adulta, cerca de 2 bilhões de pessoas, era fumante (BRASIL, 2014).

Foi em 1969, nos Estados Unidos, que as primeiras restrições às propagandas do produto começaram a surgir. Em 1975, a Noruega era o primeiro país a banir completamente a propaganda de cigarros. A partir de então, medidas contra o tabagismo passam a vigorar em diversos países.

No Brasil, a política antifumo iniciou-se em 1988 com alertas à população sobre os malefícios do tabaco. Mas foi somente em 31 de maio de 2014, com o Decreto 8.262 da Lei 12.546, que qualquer propaganda de cigarro foi vetada definitivamente nas emissoras de rádio e de televisão do país.

Se considerarmos os padrões de comportamento da sociedade atual, a associação do cigarro ao esporte parece-nos de todo descabida diante dos modelos propagados de vida saudável. Mas até que ponto a liberdade de escolha e os cuidados com a saúde não estão subjugados a outros interesses?

No ano 2000, a revista *Veja* (BUCHALLA; POLES, 2000) divulgou que o Ministério da Saúde gastou R$ 2 bilhões com vítimas do tabagismo mas que, em contrapartida, o governo arrecadou R$ 5,5 bilhões em impostos cobrados das indústrias de cigarros. Ora, com a exposição desses valores não poderíamos pensar que por trás dos apelos à saúde estaria implícita uma economia vertiginosa?

Em maio de 2014, a Empresa Brasil de Comunicação S/A (EBC), também divulgou uma reportagem sobre o tema e, nela, trechos da entrevista cedida pelo Ministro da Saúde, Senhor Arthur Chioro (RICHARD, 2014). Na reportagem o ministro informa que a regulamentação da Lei Antifumo visa desestimular o tabagismo e proteger as pessoas que não fazem uso do cigarro, e não deixa de mencionar que o tratamento de doenças relacionadas ao cigarro custou R$ 1,4 bilhão ao Sistema Único de Saúde (SUS). Entende-se, assim, que o abandono do cigarro beneficia tanto a pessoa que deixa de fumar como os próprios cofres públicos.

Esse preâmbulo, obviamente, não pretende fazer apologia ao consumo do cigarro. O que se pretende é colocar em suspensão certos regimes de verdade a que estamos submetidos. Assim, refletimos com Foucault (1982, p. 14), quando expõe que "o problema não é mudar a consciência das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade".

Os próprios frequentadores do Parque Ibirapuera não estariam também submetidos a regimes de verdade? Não encontraríamos em seus espaços mecanismos pedagogizantes que produziriam determinados indivíduos saudáveis e felizes?

A partir da década de 1994, o cenário é bastante dissonante em relação ao apresentado até então. As atividades esportivas estão, em definitivo, incorporadas ao dia-a-dia do Parque. Uma vez considerada a apropriação desse espaço para tais práticas, queremos colocar em destaque a valoração de saúde e de bem-estar atreladas às atividades esportivas por meio de mecanismos pedagogizantes instituídos nos últimos 20 anos.

Em 1994, o Parque Ibirapuera era considerado "um dos locais mais procurados pelos adeptos da boa forma física" (GUIA, 1994, p. 62). Aos domingos, o local recebia cerca de 200 mil pessoas que buscavam por suas alamedas, quadras, pistas de *cooper* e ciclovia. No ano em que completava seus 40 anos, a oferta de atividades que divulgavam e promoviam qualidade de vida era bastante variada. Dentre elas, algumas campanhas de saúde se destacavam. Vejamos alguns exemplos.

Passados seis anos das primeiras políticas antifumo no Brasil, a campanha *Combate ao Fumo*, promovida pelo Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil, levou 2 mil pessoas ao Parque. A campanha com o lema "pare de fumar praticando esporte" (COMBATE, 1994, p. 15) fazia demonstração de capoeira e analisava o perfil de frequentadores fumantes. Assim como nos eventos culturais expostos anteriormente que contavam com o apoio de empresas e grupos privados, aqui as atividades contaram com o apoio da Biosintética, laboratório farmacêutico do grupo Achē.

Figura 46. Propaganda de multivitamínico da Roche

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 1994c, p. 40.

Figura 47. Propaganda Unimed

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 1994d, p. 19.

Na década seguinte, em 2004, a preocupação com a questão da saúde fica evidente em duas circunstâncias: no funcionamento da fonte multimídia, instalada pelo Grupo Pão de Açúcar, e nas campanhas em prol da prevenção e melhoria da saúde por meio do esporte.

Após a polêmica gerada pelo veto do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) quanto à instalação da fonte multimídia, o Ministério Público entra com uma ação judicial pedindo que a fonte fique fechada durante o dia alegando risco à saúde pública. Devido à poluição das águas do lago, acreditava-se que o fechamento da fonte no período matutino evitaria o respingo nos frequentadores que estivessem passando pelo local. A alegação é de que a água poluída

jorrada pelos jatos da fonte poderia causar doenças como conjuntivite e problemas intestinais. O CONDEPHAAT vetou a obra da fonte multimídia alegando que a fonte aumentaria a área construída, representando, assim, uma construção inadequada. Porém, em 14 de janeiro de 2004, sua instalação foi liberada pelo Ministério Público e pelo CONDEPHAAT.

A polêmica em torno da fonte multimídia acaba por desencadear outra preocupação salubre: as ligações clandestinas de esgoto que despejavam seus dejetos no Córrego do Sapateiro, curso d'água que alimenta os lagos do Parque. A vistoria parcial da rede de esgoto, realizada em cerca de cinco mil casas da região, mostrou que 452 ligações clandestinas desembocavam nas galerias pluviais e chegavam até o córrego. Embora no ano 2000 tenha sido instalada uma usina de tratamento das águas, essa medida não era suficiente para o tratamento da poluição fluvial. Naquela época, em 2004, foi orçado um projeto para despoluição das águas do lago que custaria R$ 3,5 milhões, e cuja conclusão demoraria cerca de 3 anos. Após cinco meses de iniciada a ação judicial, o laudo solicitado pela Prefeitura negou o risco de contaminação com os respingos gerados pela fonte multimídia. Seja como for, o espetáculo com a fonte dançante é inaugurado. No entanto, até os dias atuais, as águas do lago encontram-se poluídas, provocando mau cheiro e a morte de peixes e aves, um problema de difícil solução enfrentado pela administração do Parque.

Além da poluição das águas, a coluna *SP Reclama* noticiou queixas constantes quanto à poluição dos espaços propriamente, gerada pela sujeira deixada depois da realização dos grandes eventos e pelas fezes caninas. Na tentativa de minimizar o problema, medidas educativas foram implantadas: a instalação de recipientes para coleta seletiva do lixo e o Projeto Civiliza*cão*, que oferece sacolas plásticas para remoção dos excrementos dos animais. Em 2012, é adotada uma medida mais incisiva com o Regulamento do Parque, cujo 33º Artigo passa a decretar que todo frequentador deve recolher dejetos deixados por seus animais (SÃO PAULO, 2012).

Figura 48. Iniciativas e projetos educativos

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

Em 2004, as campanhas educativas em prol da prevenção e melhoria da saúde pelo esporte pluralizam-se ainda mais. As campanhas, além de promoverem orientação sobre determinado assunto, investiam na amplitude da divulgação da temática em corridas, caminhadas e passeios ciclísticos. Somente naquele ano, *O Estado de S. Paulo* noticiou cerca de uma dezena de eventos com esse fim. Alguns dos organizadores eram o Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GRAACC), a empresa de cosméticos Avon, o grupo farmacêutico Pfizer, a Associação Brasileira de Prevenção ao Câncer de Intestino (ABRAPRECI) e o Serviço Social do Comércio (SESC).

A campanha Dia do Desafio – Driblando a Inatividade, promovida pelo SESC, sugeriu uma competição pela qualidade de vida. Na programação do evento, o Parque Ibirapuera era um dos locais na capital paulista que oferecia atividades orientadas, nutricional e física.

Figura 49. Programa SESC – Dia do Desafio – Driblando a Inatividade

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 2004a.

Com propósito similar, a campanha Avon contra o Câncer de Mama também esteve presente em 2014 (Diário de campo, 10 de outubro de 2014). O Instituto Avon promoveu a 2ª Edição do #GIROPELAVIDA, com o projeto Outubro Rosa, que sensibilizava os frequentadores do Parque quanto à prevenção e combate ao câncer de mama. Depois de participarem de uma palestra sobre o tema, os frequentadores tinham acesso ao passeio por alguns minutos na roda gigante cor de rosa que era o símbolo da campanha.

Figura 50. Campanha Avon contra o Câncer de Mama

Fonte: Autora, 2014.

Se por um lado temos campanhas esporádicas ao longo do ano, por outro, há espaços que oferecem atividades permanentes de saúde e lazer para os usuários do Parque. É o caso do Centro de Convivência Ibirapuera (CECCO), do espaço da antiga Serraria e do Quiosque da Saúde.

O CECCO oferece atividades de caminhadas, danças, meditação, alongamento, artes, fios e bordados, mosaico, música, economia solidária e ioga. O espaço da antiga Serraria, que está localizado junto à Praça Burle Marx, é um projeto que visa integrar o Viveiro Manequinho Lopes ao Parque Ibirapuera, além de valorizar suas edificações e flora circundante, ambos voltados para educação ambiental e cultura da paz. Desde 1993, a antiga Serraria recebe grupos que praticam alongamento, ginástica chinesa e desenvolvem programas de saúde espiritual ao ar livre (Diário de campo, 11, 19 e 25 de novembro de 2014).

O Quiosque da Saúde é a iniciativa mais proeminente da promoção e valoração do esporte e saúde. O projeto foi instalado em 2008 e é um dos resultados do Programa Saúde no Esporte, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), com a interveniência da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. O programa propõe ações para a melhoria da saúde na prática esportiva e dispõe de três projetos: o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, o Saúde no Esporte – Clubes-Escola, e o Quiosque da Saúde no Parque Ibirapuera (Diário de campo, 25 de novembro de 2014).

O *Quiosque da Saúde* visa promover a interação entre profissionais de saúde e frequentadores do Parque. Nele são oferecidas "orientações e estímulo a uma prática física saudável" (PREFEITURA, 2014), com palestras sobre saúde e bem-estar e uma série de atividades de orientação física, médica e nutricional.

De acordo com os idealizadores do projeto, a proposta é que as orientações fornecidas no quiosque abordem os seguintes temas (ONG Parque Ibirapuera Conservação, 2015):

> - Orientações Médicas sobre a importância do exercício físico regular para a saúde, qualidade de vida, risco cardiovascular, hipertensão, diabetes, obesidade, sedentarismo, entre outras.
>
> - Orientações Nutricionais sobre o valor de uma adequada alimentação saudável, hidratação e controle de peso. Abordando temas como: alimentação e diabetes, alimentação e hipertensão, alimentação e atividade física, entre outras.
>
> - Orientações Físicas para a prática regular de exercícios físicos, qualidade de vida. Abordagens como atividade física e corrida, atividade física e Caminhada, atividade física e vestuário, atividade física e alongamentos, atividade física e flexibilidade, entre outras.
>
> - Avaliações: Peso e Altura, IMC, [Circunferência] Abdominal, pressão arterial, teste de flexibilidade, entre outras.

As intervenções apresentadas pelo poder público tendo o esporte como gerador de saúde ainda podem ser vistas com o programa Vida e Saúde nos Parques. O programa é integrado ao Programa Saúde no Esporte e objetiva "estimular a população à atividade física, visando a melhoria da qualidade de vida". Similar ao anterior, oferece serviços de orientação e avaliação para frequentadores (Diário de campo, 11 de novembro de 2014).

Figura 51. Antiga Serraria

Fonte: Autora, 2014.

Figura 52. Equipamentos para atividade física

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

Figura 53. Programa *Vida e Saúde nos Parques*

Fonte: Autora, 2014.

Ainda que corredores representem o maior número de adeptos às práticas esportivas no Ibirapuera, a bicicleta e, em decorrência, a ciclovia, tornaram-se a vedete do momento.

Nos últimos vinte anos foram realizados vários passeios ciclísticos em diferentes situações: em defesa do meio ambiente, para arrecadação de agasalhos, a Ciclofaixa de Natal, a pedalada da 8ª Virada Esportiva de São Paulo, o 18º Passeio Ciclístico da Primavera promovido pela Caloi, entre outros. Em 2004, os passeios ciclísticos chegam a reunir 200 mil pessoas, e tanta popularidade resulta na criação de outras propostas urbanísticas em prol das

bicicletas: o corredor de lazer aos domingos e, nos espaços do Ibirapuera, uma ciclovia para a família.

A Ciclovia da Família, projeto lançado em 2004 no Parque Ibirapuera, é uma ciclovia de três quilômetros criada na tentativa de evitar acidentes entre pedestres e ciclistas, além de propor um local para que os pais levem seus filhos para aprender a pedalar.

Figura 54. Mapa da Ciclovia da Família

Fonte: SANT'ANNA, 2004, p. 41.

Figura 55. Ciclovia da Família

Fonte: Autora, 2014.

Figura 56. Miniciclovia

Fonte: Jaime Barajas, 2015.

A ciclovia passou por uma reforma que contemplou aspectos estruturais e instalou três pontos *Bike Fresh* ao longo do percurso. O *Bike Fresh* é um local que tem disponível serviço de ar pressurizado, estacionamento para a bicicleta e jatos d'água refrescantes. Ao longo do trajeto, a cada 500 metros, estão instaladas placas informando ao ciclista a quilometragem percorrida e totens com informações sobre "alongamentos para a prática de exercícios físicos e dicas de segurança para o convívio saudável entre os ciclistas". Nos totens encontram-se frases sugestivas: "Dicas de alongamento", "Invente seu corpo", "Pratique esporte com segurança", "Skate com segurança" (Diário de campo, 30 de novembro de 2014).

Figura 57. Bike fresh

Fonte: Autora, 2014.

O projeto foi uma parceria da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo com a Volkswagen do Brasil. As obras custaram cerca de R$ 4 milhões e foram financiadas integralmente pela montadora. De acordo com o vice-presidente de Recursos Humanos da empresa, Josef-Fidelis Senn, "patrocinar este espaço público é um presente para São Paulo e para os frequentadores do Parque do Ibirapuera. É uma forma de estimular a ampliação da qualidade de vida dos cidadãos paulistanos" (ADMIN, 2010, *on-line*).

Ainda que descrito no Artigo 4º, item 7, da Resolução 03/2014 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP (SÃO PAULO, 2014, p. 1) que "não serão permitidos quaisquer elementos físicos, tais como, 'out-doors', torres de publicidade ou de telefonia celular", as publicidades, embora não sejam as formas exclusivas de patrocínio como outrora se passava, constituem-se notoriamente como tais – como pode ser conferido nas figuras 48, 50 e 57, todas bastante recentes (Diário de campo, 30 de novembro de 2014). No entanto, o Regulamento do Parque (SÃO PAULO, 2012), no que tange ao item "Do público usuário e frequentador do parque", em seu Artigo 36º, afirma que "ficam expressamente proibidas ações promocionais de qualquer natureza, sejam elas comerciais, políticas, religiosas, culturais e outras, devendo todo e qualquer evento dessa espécie ser submetido à apreciação da SVMA". Neste caso, estariam endossadas as iniciativas de apoio, publicidade e patrocínio, desde que aprovadas pela SVMA.

O tema da promoção de qualidade de vida e saúde aliado aos espaços do Parque será também alvo para grandes investimentos imobiliários, principalmente, nas últimas décadas. Os interesses imobiliários que outrora investiam na valorização dos espaços circunscritos ao futuro Parque para empreendimentos de alto valor econômico serão novamente retomados. Os anúncios de classificados de imóveis que citam o Parque Ibirapuera tiveram um aumento substancial em 2004 e 2014, e chamam a atenção não só pelo elevado número de ocorrências. A comercialização não é apenas de um imóvel, mas da imagem de qualidade de vida veiculada no anúncio, tanto por conta da localização, em uma das regiões nobres de São Paulo, quanto pelo usufruto de uma vida saudável e cultural associada ao Parque.

Os anúncios mencionam desde, especificamente, a proximidade com o Parque a elementos mais subjetivadores como expansão de qualidade de vida, o verde do Ibirapuera, a fonte multimídia, o Parque como extensão do jardim de casa e o requinte do MAM.

Figura 58. Classificados de imóveis em 1994

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 1994b e 1994e.

Figura 59. Classificados de imóveis em 2004

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 2004d, 2004c e 2004f respectivamente.

No recente livro *Parque Ibirapuera*, Rodrigues e Segui (2012) confirmam essa visão de comercialização de uma qualidade de vida quando abordam o lazer no Parque. Para os autores, o lazer está "relacionado à manutenção da qualidade de vida, boas condições de saúde física e emocional e oportunidades de convivência, divertimento e prazer. Tornou-se, por isso, uma preocupação do poder público, além de constituir um ramo rentável de investimentos para a iniciativa privada" (2012, p. 25).

Somado à facilidade de acesso ao lazer cultural, recreativo e esportivo, viver próximo ao Parque Ibirapuera, ter seus lagos e o espetáculo da fonte multimídia, ou os grandes monumentos como paisagem da janela, alimenta o desejo de muitos, mas para isso é preciso investir alto. O desejo de morar perto do Ibirapuera, ou até mesmo no Parque Ibirapuera, levou muitas pessoas a sonharem com essa possibilidade. Foi acreditando nisso que, em 1970, José Donato de Araújo colocou à venda o Parque Ibirapuera por 103 bilhões de cruzeiros. A prioridade era a venda de todo o terreno, mas se o comprador titubeasse, tinha a opção de comprar parcelas do terreno sendo que as mais caras e cobiçadas eram as parcelas próximas ao lago. Muitos foram os que acreditaram no golpe do maior estelionatário apreendido até então pela polícia de São Paulo. Para conseguir tal proeza, o suposto corretor falsificou documentos provando que era dono das terras com uma procuração falsa de D. Elvira Magro, uma das proprietárias de terrenos na várzea do Ibirapuera na década de 1920. O falsário comprovou ser dono de 70 mil metros quadrados da região: a área compreendia uma parte da Avenida República do Líbano, da Avenida IV Centenário, da Avenida Rubem Berta e do Parque Ibirapuera, incluindo imóveis particulares e até a sede do Quartel General do II Exército (PRESO, 1972).

O Parque, com seus 1.584.000 m² de área verde, sempre foi um elemento atrativo que movimentou a construção de edifícios de alto padrão na região (Diário de campo 27 de novembro de 2014). Em 2004, as luxuosas mansões suspensas chegaram a ser vendidas por R$ 10 milhões e tornou a região ainda mais cobiçada pela especulação imobiliária. O mercado imobiliário investia na verticalização do bairro e almejava elevar o valor do imóvel em 20 a 50% dependendo da vista proporcionada, pois não é simplesmente a compra de um apartamento, mas, "na aquisição, vem o pacote que poderia ser considerado o equivalente paulistano a comprar um apartamento de vista para o mar: Parque do Ibirapuera, Instituto Biológico, praças e mais praças" (SOUZA, 2004, p. 28).

Figura 60. Apartamentos de alto padrão observados do Viveiro Manequinho Lopes

Fonte: Autora, 2014.

Na *Cena 3* notamos a consolidação dos mecanismos pedagogizantes em práticas de lazer esportivo, aqui também concebidas como lastros de práticas biopolíticas de governo da população.

A provocação inicial parte da afirmação do prefeito Fernando Haddad em defesa primeiramente da construção da ciclovia para depois valer-se da presença do ciclista. Fazendo uso do vocabulário de Lefebvre, a ciclovia seria um espaço de início *concebido*, almejado, idealizado, para, em seguida, ser *percebido e vivido* finalmente apropriado pelo ciclista. Tal declaração denota dois posicionamentos argumentativos que pretendemos colocar em suspensão. Por um lado, a postura assumida pelo poder público evoca a normalização e controle do espaço, atuando diretamente na sua conformação e organização. Por outro, e de modo indissociável do primeiro ponto, ela passa a moldar e governar modelos de vida saudáveis por meio do lazer esportivo e, de modo mais geral, da criação de condutas subjetivadas para determinado fim: nesse caso, o cidadão que faz uso da bicicleta.

Em suma, distantes de valorar uma posição em detrimento de outra, ressaltamos, contudo, os processos de governamento da população por meio de mecanismos

pedagogizantes. Em relação ao uso da bicicleta como meio de transporte, o lastro pedagogizante aponta seus resultados. A “cultura do pedal” (IR E VIR, 2015), que difunde a bicicleta como meio de transporte, lazer e atividade física, promove ações há mais de quinze anos na cidade de São Paulo e, em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) sobre mobilidade urbana no ano de 2014, confirmou que o número de paulistanos que utiliza a bicicleta como meio de transporte saltou de 174,1 mil, em 2013, para 261 mil, em 2014.

A cena disparadora da qual partimos, quando versa sobre o uso da bicicleta e da ciclovia, não destoa muito do que apresentamos anteriormente. Pelo contrário, ela corrobora as análises que mostram em que medida as tecnologias de governo espacial são coordenadas por condutas econômicas que, por sua vez, ditam estilos de vida, formas de ser e de viver a espacialidade.

Se seguimos esse caminho, podemos ver o Parque como um grande mercado de desejos – sejam eles culturais, esportivos, de lazer, farmacológicos, estéticos, publicitários, sociais etc. O Parque nada mais é do que um espaço aberto de circulações, um meio maleável de condutas voltadas, em grande medida, ao mercado.

As tecnologias de regulação e autogovernamento das espacialidades se dão pela hiperexposição de determinados padrões e ações que fazem com que maneiras de ser sejam internalizadas. Isso tudo parece indicar que não necessariamente existe o interesse em criar a mercadoria, mas o mundo do qual essa mercadoria faz parte e deve existir. Nesse sentido, concordamos com Lazzarato e Negri (2001) quando afirmam que o capitalismo contemporâneo não está preocupado com a mercadoria, mas sim com a fabricação de modos de vida, ou, ainda, de governamentos. No caso específico de nosso objeto de pesquisa, vemos como estes últimos tornaram-se evidentes a partir de 1994, quando há um considerável aumento na promoção de mecanismos pedagogizantes ao redor do esporte e da prática esportiva que gestionam modos de vida por meio do trinômio esporte-saúde-qualidade de vida.

Na compreensão de Rubio (2002, *on-line*), “desde suas origens, toda atividade esportiva de alguma envergadura supõe sempre uma atividade industrial e comercial, que indica que o espaço esportivo foi transformado em um setor da vida econômica e em uma área de consumo muito importante e dinâmica”. Assim, se em outro momento os supermercados e as operadoras de telefonia encontraram no Parque uma oportunidade de expandir o número de consumidores por meio da promoção de cultura em espetáculos musicais e exposições, os

laboratórios farmacêuticos e as empresas do ramo investiam na promoção da saúde e da qualidade de vida em atividades esportivas.

Os regimes de verdade e os funcionamentos do poder das últimas duas décadas são consideravelmente distintos das representações conclamadas nas primeiras décadas de surgimento do Parque. Esse novo regime gestionado pelo marketing publicitário reforçou e pluralizou cada vez mais as práticas de pedagogização orientadas ao consumo. Para tanto, valeu-se de intervenções apresentadas seja pelo poder público, seja pela iniciativa privada.

Os processos de governamentalidade expressos pela pedagogização dos espaços extrapolam até mesmo os espaços do Parque. Ainda nos rastros de Lazzarato e Negri (2001), a promoção de hábitos saudáveis associados à qualidade de vida é o cartão de visitas dos classificados de imóveis, desde as tímidas propagandas de 1994 até a explosão de opções e vantagens de viver próximo ao local, difundidas a partir de 2004. O que indica claramente que o espaço, como produto social, é sempre flexível e aberto, sujeito às circulações possíveis e desejáveis. É o espaço das finanças, puramente especulativo e que, contudo, segue valorizado desde a década de 1954 e cria condutas e modos de ser e viver dos que por ali circulam, convivem ou mesmo residem.

A consumação e aperfeiçoamento de diversas tecnologias biopolíticas em jogo no Parque Ibirapuera demonstra como tais práticas criam um *ethos* em que frequentadores "se *experimentam* a si mesmos como livres, ainda que os objetivos de sua conduta sejam postos por outros" (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 12, tradução nossa). Os exemplos pelos quais passamos denotam uma racionalidade política neoliberal na arte de governar, na qual se forjam princípios para as relações sociais e, sobretudo, para os comportamentos individuais. Inspirado em Foucault, o que Castro-Gómez mostrará é que "a relação entre o poder e a liberdade é o que respira latente sob o projeto de uma 'história da governamentalidade'" (p. 12, tradução nossa).

De acordo com Foucault (2006), não se pode falar de práticas de liberdade sem mencionar a noção de dominação ao tratar das relações de poder. Para o pensador (p. 266)

> as relações de poder têm uma extensão consideravelmente grande nas relações humanas. Ora, isso não significa que o poder político esteja em toda parte, mas que, nas relações humanas, há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político.

São essas relações de poder difundidas em todo campo social, e sua constante tensão coexistente com práticas de liberdade, que buscaremos descrever no próximo capítulo.

Discutiremos, por um lado, os limites das artes de pedagogização nos espaços do Parque e, por outro, a gestão paralela das desordens sociais e da sobreposição de espaços que demonstrariam outras formas de viver a espacialidade. Nossa intenção, assim como a de Massey (2012, p.115, tradução nossa), é refletir acerca do fato de que "nossa experiência do espaço está determinada por muito mais do que pode fazer o 'capital'".

Dessa maneira, as primeiras análises conduziram-nos a respostas para a nossa primeira hipótese: os mecanismos pedagogizantes incorporados aos espaços do Parque Ibirapuera passaram a orientar e administrar atitudes e comportamentos espaciais. Vimos, assim, como somos mobilizados a fazer parte de um discurso hegemônico – atualmente, o neoliberal –, que nos envolve em um jogo e nos faz peça essencial em sua estrutura de funcionamento. As análises seguintes prestam-se à investigação em torno de nossa segunda hipótese: a tentativa de compreender como diferentes produções espaciais contestam os arranjos até então configurados.

4. Traços de heterotopia urbana na pedagogização dos espaços

CENA 4

Junto ao portão pequeno que dá para a avenida IV Centenário, por onde passam apenas pedestres, uma cerca de concreto separa um terreno de mato alto, transformado em lixeira. Junto à grade, Alfredo Antunes, ex-padeiro, hoje catador de papéis, afirma que mora ali, ao relento, há anos sem ser molestado. Como é feriado, ele faz em um fogão improvisado uma iguaria especial: sopa de legumes com tripa de gato. Ele acha o parque "uma beleza" e reclama apenas que os "trombadinhas" que ali "trabalham" vêm de vez em quando filar a sua boia. Dos travestis que circulam na calçada, junto ao parque, na avenida, ele não tem queixas: "Até que são educadinhos".[8]

Para o capítulo que se inicia, daremos voz à racionalidade de controle social na gestão das desordens, bem como aos interstícios heterotópicos atuantes como perfurações nas malhas do poder e nos desvios em relação às lógicas regulamentadoras apresentadas anteriormente. Pretendemos tecer uma narrativa que intercale os elementos destacados nas demais cenas junto a alguns aspectos que ainda não salientamos, tais como:

a) a variação funcional dos edifícios do Parque, ocasionada pela instalação, ali, de repartições públicas municipais;
b) a polifonia nas manifestações de protesto;
c) as espacialidades conflitivas em atividades de lazer cultural e esportivas;
d) a limpeza social por meio das questões de gênero e da gentrificação.

Uma vez produzida tal narrativa, estaríamos diante de traços de uma heterotopia urbana, esboçados a partir da eleição de três dos seis princípios básicos que Foucault (2013c) explorou para esclarecer sua compreensão: 1) elas variam em razão do tempo e da cultura; 2) elas podem unir múltiplos espaços incompatíveis entre si; 3) elas são locais separados da sociedade e com regras que limitam a entrada e a saída.

[8] Bigio, 1984.

No que diz respeito ao primeiro dos três princípios mencionados, Foucault afirmava que, com o passar dos anos, uma heterotopia existente dá lugar a outra, de função divergente da concepção orginalmente instituída. Vejamos como isso se passou no Parque Ibirapuera.

Ao final dos festejos de 1954, a Comissão do IV Centenário transformou-se em Fundação Ibirapuera e manteve o propósito de transformar o Parque, em especial o agrupamento de edifícios interligados pela sinuosa Marquise, em um centro cultural. À frente da Fundação estava Francisco Matarazzo Sobrinho, como presidente. Contudo, apesar das aspirações da Comissão, os espaços do Parque que, à época, materializavam os anseios da elite paulistana em seu proclamado ufanismo, ganharam usos e funções distintas após os festejos centenários.

A falta de diretriz na administração dos espaços monumentais ao final das comemorações é a causa mais provável do desvirtuamento dos propósitos da autarquia. Daí resultaram diferentes apropriações dos edifícios, gerando uma anunciada divergência de funções. O seguinte trecho de matéria da *Folha da Manhã* de 04 de fevereiro de 1957 (apud SÃO PAULO, 2007, p. 20) exprimiu o descontentamento:

> Os turistas que virão a São Paulo em setembro próximo, para assistir à V Bienal, ficarão certamente surpreendidos com o espetáculo chocante que apresenta – não é de hoje – o Parque Ibirapuera. Terão visitantes, nacionais e estrangeiros, uma visão melancólica do conjunto de imóveis que foi orgulho para a metrópole durante apenas dois ou três anos, pois após 1955, passadas as comemorações do IV Centenário da fundação da cidade, tudo foi relegado ao abandono. Edifícios da mais alta expressão arquitetônica depreciam-se pouco a pouco, a cada mês que passa.

Na tentativa de evitar o abandono do local, a primeira medida da Prefeitura Municipal de São Paulo foi ocupar os pavilhões com suas repartições. Na constatação de Oliveira (apud SÃO PAULO, 2007, p. 21), a opção de ocupar os edifícios pela municipalidade, "que ali teria o 'controle' de possíveis desmandos na área, era mais bem vista do que o seu distanciamento e consequente despreocupação com as edificações".

O projeto inicial de transformar o Parque em um grande centro de cultura estaria então subjugado ao plano municipal de Jânio Quadros. Com efeito, após os festejos, uma parte dos pavilhões começou a ser ocupada por repartições públicas municipais (Processos 6616/1955, 104/1956, 105/1956 e 975/1975) enquanto a outra seguia destinada à promoção de feiras e exposições comerciais, como a Exposição de Maquinaria da Tchecoslováquia, a Exposição de Arquitetura da Finlândia, a Feira Industrial da Hungria, a V Feira Nacional de Utilidades

Domésticas e a Feira Automobilística, ocorridas nos anos subsequentes à comemoração do quarto centenário.

O processo de descaracterização, por meio da perda de área e de identidade, iniciou-se efetivamente em 1956, com a instalação, por 32 anos, do Gabinete do Prefeito no Pavilhão das Nações, atual Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, onde se encontra hoje o Museu Afro. Em 1959, o prédio que estava destinado ao Museu de Arqueologia de São Paulo foi ocupado pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN), onde hoje se localiza o MAC; e a Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo (PRODAM) esteve instalada no Pavilhão das Culturas Brasileiras até 2006. Outras repartições também se distribuíam pelo Parque, como a Secretaria de Obras, a Secretaria de Finanças, a Secretaria de Higiene e Saúde e a Secretaria de Educação e Cultura. Além do uso dos pavilhões, grande parte da área, principalmente ao norte da Avenida Brasil, passou a ser totalmente edificada com a instalação do Ginásio de Esportes, do Quartel-General do Segundo Exército, do Círculo Militar, com a construção do Palácio 09 de Julho para a Assembleia Legislativa, em 1963, e a Avenida 23 de Maio, em 1968. Diante de tantas ocupações e concessões, a área inicial de 1,8 milhão de metros quadrados do Ibirapuera foi atualmente reduzida a pouco mais de 1,5 milhão.

No entanto, a descaracterização não era completa. Em 1957, algumas das construções mantinham a função cultural e permaneciam ocupando os edifícios construídos pela equipe de Niemeyer, como a Bienal no Pavilhão Ciccillo Matarazzo, o Museu de Arte Contemporânea e o Planetário.

Junto ao abandono das áreas e edificações do Parque, às dificuldades de gestão do espaço e à descaracterização efetivada na segunda metade da década de 1950 com a instalação das repartições públicas, somou-se, ademais, uma demanda de estacionamentos e de circulação de pessoas que não atendia nem estava de acordo com os propósitos almejados por seus idealizadores (KLIASS, 1993). Todos esses elementos supracitados estabeleceriam uma relação intrínseca com o aumento da insegurança e da criminalidade no local. Fatos que foram retificados nos noticiários da época, especialmente em abril de 1964, quando o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou a pretensão do poder público de dotar a área de policiamento, “com o objetivo de livrar aquela praça de assaltantes, desordeiros e casais suspeitos” (POLICIAMENTO, 1964).

Interessante observar que, não por acaso, quase nenhuma outra ocorrência jornalística sobre o Parque Ibirapuera foi veiculada no *O Estado de S. Paulo* em 1964. É válida a

lembrança que, em março daquele ano, havia ocorrido o Golpe Militar, o qual daria início ao período ditatorial no Brasil por duas décadas, chegando a censurar, inclusive, algumas das páginas jornalísticas investigadas.

Não obstante a pujança econômica vivida nas décadas de 1950 e 1960, as quais reverberavam o *milagre econômico brasileiro*, e apesar da estabilidade política alcançada na década seguinte, em 1974 o ciclo de prosperidade começava a anunciar seu fim, tendo repercussão na política e na economia como um todo. Um período de mudanças históricas no Brasil, e em diversos outros países, indicava deslocamentos nas estratégias de governamento devido à emergência do neoliberalismo: do espaço militarizado pelas ditaduras ao espaço economicista do neoliberalismo; de um governo de ortopedia social a um governo de gestão das condutas econômicas (FOUCAULT, 2008b).

Seria, portanto, na década de 1970 que a tônica da insegurança se tornaria o real objeto de discussão e de preocupação por parte do poder público no que diz respeito à gestão do Ibirapuera. Exemplo disso é a polêmica gerada entre os frequentadores face à construção de um gradil ao redor do Ibirapuera, em 1972. No entanto, não foi a primeira vez que a racionalidade munícipe tentou implantar tal medida. Em 1953, as intenções do poder público não se limitavam à instalação de grades e de arames farpados para cercar os espaços, mas cogitou-se, até mesmo, a cercadura do Parque por um canal (Processo 2126/1953). Porém, tal medida não passou de um estudo.

A dificuldade em administrar a área passa a ficar ainda mais evidente. Em 1974, a JOTESP, instituição de Jornalistas de Turismo do Estado de São Paulo, enviou uma carta à Secretaria de Turismo e Fomento fazendo várias reinvindicações que julgava essenciais para a situação em voga. Entre elas, a interdição de veículos no recinto aos sábados, domingos e feriados; a conclusão das obras de gradeamento; o fechamento dos portões de entrada no período noturno; o reaparelhamento do parque; o policiamento intensivo. Assim como a criação de uma equipe de monitores para "orientar o público prestando informações ou fazendo advertências quanto às normas básicas de higiene que devem nortear sua permanência para conservar o bom aspecto do logradouro" (JOTESP, 1974).

A década de 1970 demonstrou uma lógica de governamento cada vez mais associada à administração dos desvios e à regulação das condutas, uma vez que a luta contra a delinquência e a criminalidade as tornaria mais rentável. De acordo com Foucault (2008a), o que irá definir se algo é ilegal, ou não, será sua rentabilidade. Assim, o controle da

insegurança representaria uma modulação das economias ilegais, uma modulação econômica dos comportamentos, ainda que sejam desviados.

Ainda sobre a ocupação dos pavilhões por repartições públicas, os embates quanto à possível liberação da área ocupada pela Prefeitura atravessaram o ano de 1974. O plano apresentado por Burle Marx (IBIRAPUERA, 1974) para o melhoramento das condições paisagísticas e recreativas do Parque, apresentado anteriormente por nós, é um exemplo categórico dos planos e propostas confabulados na tentativa de resolver o impasse causado pela divergência de funções, ou seja, pela conversão de áreas culturais e áreas verdes em edifícios da municipalidade. Dentre as sugestões descritas no plano, Burle Marx propôs a construção de campos de futebol e quadras de esporte; a desocupação dos prédios da Prefeitura para centros culturais; a transformação do Arquivo Central, do Viveiro Manequinho Lopes e da União Internacional Protetora dos Animais em áreas verdes. O projeto ainda previa pedalinhos para o lago, trens elétricos para crianças e outro veículo coletivo para circulação no interior do Ibirapuera.

Tamanha exuberância nos ideais de reurbanização e nas obras de melhoria resultaria em um projeto três vezes mais caro que o valor gasto para construção do mesmo. Um plano de recuperação que poderia custar até 58 milhões de cruzeiros, o que giraria em torno de 120 milhões de reais em valores atuais, a serem gastos no sistema de iluminação, na canalização dos córregos, no plantio de grama e de árvores, na transferência das repartições municipais. Embora esse projeto não tenha saído do papel, ele serviu para deflagrar ainda mais os problemas vividos pela gestão daquele espaço, e as chamadas jornalísticas não economizavam em críticas: “Um passeio pelo Ibirapuera, que já foi um parque” (ORNELLAS, 1974); “Ibirapuera, o parque dos fracassos, tem novo plano” (IBIRAPUERA, 1974); “O novo Ibirapuera é apenas mais uma ideia” (O NOVO, 1974); “O Ibirapuera de novo em foco” (O IBIRAPUERA, 1974); “Novo Ibirapuera, três vezes mais caro” (NOVO, 1974).

Dez anos mais tarde, o cenário brasileiro, assim como o do Parque, será outro.

Em 1984, a campanha Diretas Já reivindicava eleições diretas para presidente da República e denunciava o esgotamento do regime e de seus instrumentos: a violência repressiva, a imposição do controle e a ausência de liberdade civil. Naquele ano, a atmosfera brasileira levou a reinvindicações, manifestações e protestos sociais, os quais ocuparam os espaços do Parque. Numerosas foram as ocorrências que faziam menção aos protestos. Notamos, em particular, o acampamento do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1983 e sua reverberação em 1984; o movimento por moradia Filhos da Terra, que levou 150

manifestantes ao Parque; a greve de professores e a ocupação do Ginásio Ibirapuera; o acampamento de desempregados em frente à Assembleia Legislativa reivindicando empregos e congelamentos das taxas de água e luz; bem como a ameaça de acampamento dos moradores da favela Buraco Quente em prol de uma remoção urbana adequada.

Decorridos 20 anos, o Parque passa a oferecer elementos que nos permitem tematizar o segundo dos princípios de heterotopia mencionados no início do capítulo, a saber, a união de múltiplos espaços incompatíveis entre si. O Ibirapuera será o espaço em que se desdobram duas outras iniciativas de protestos que chamaram a atenção do poder público e da sociedade. A primeira diz respeito aos *rolezinhos*, uma série de passeios e encontros organizados por jovens via rede sociais. Esses eventos reuniram de dois a oito mil jovens e aconteceram, principalmente, em *shopping centers* nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. A multidão de adolescentes encontrava-se para passear em centros comerciais, parques e espaços públicos. A polêmica gerada estava na proibição de acesso desses grupos aos locais mencionados, em particular, aos shoppings, o que resultaria em uma estigmatização por conta da classe social a que esses grupos pertencem. Depois de proibidos por liminar da Justiça, os encontros migraram dos shoppings para praças, parques e espaços públicos, de modo que alguns desses encontros foram realizados no Parque Ibirapuera com estimativa de seis mil pessoas presentes. Outros espaços públicos da cidade de São Paulo também serviram de ponto de encontro para os *rolezinhos*, como os Clubes Desportivos da Comunidade (CDC) e os Centros Educacionais Unificados (CEU's). Mas o *rolezinho* não foi a única manifestação que reuniu milhares de pessoas no Ibirapuera em 2014. Em julho, cerca de três mil manifestantes pró-Palestina realizaram uma marcha até o Monumento das Bandeiras em protesto contra a operação de Israel em Gaza.

A utilização dos espaços do Parque para manifestações e protestos populares aguçou tensões e subverteu a ordem instituída. Eles mostram-se, assim, como condutas geradoras de heterotopias, que se desdobram em um jogo de liberdades irredutíveis a condutas econômicas. O Parque passa a ser o cenário em que liberdades econômicas ou militarmente governadas entrecruzam-se com práticas de resistência e modos de vida recalcitrantes. Contudo, esses elementos em tensão não se anulam, mas coexistem, sobrepõem-se, justapõem-se. Esse traço de heterotopia urbana na história do Ibirapuera não nos deveria surpreender; basta lembrar que o Parque já nasceu sobrepondo espaços incompatíveis, a princípio conflitantes entre si, mas que coabitam e entrecruzam-se em um único lugar real.

A tomada em protesto dos espaços e ruas próximas ao Parque indica uma contraconduta que buscou dar visibilidade aos interesses dos diferentes atores sociais. Por sua vez, às espacialidades do frequentador habitual que corria, andava de bicicleta ou lia um livro, justapor-se-iam a dos desempregados, dos professores, dos jovens segregados, dos manifestantes pró-Palestina. Segundo Valverde (2007, p. 191), a "ausência da finalidade política na noção de espaço público afeta diretamente a natureza das formas, dos comportamentos e dos significados que podem ser encontrados em seu interior". Desse modo, o abandono ou mesmo a ociosidade dos espaços do Parque, bem como a efetiva falta de planejamento salientada na década de 1980, são elementos que alimentaram essa marca heterotópica. Já em 2014, a busca dos espaços do Parque para as manifestações estaria associada, inclusive, ao papel que atualmente o mesmo desempenha no cenário urbano: um dos principais ícones turísticos da cidade de São Paulo, além de localizado próximo à Assembleia Legislativa.

Os eventos de 2014 representam um traço de heterotopia que não se reduz a uma forma de denúncia e reconhecimento social por parte dos manifestantes, mas que coloca em cena as contracondutas marcadas pela inversão da ordem pública, mesmo que de forma tímida, a exemplo do que ocorreu em 1984. Esses fatos recentes podem ser vistos como a sobreposição de espacialidades outras pelos diferentes grupos. Eles permitem pensar que tais desvios sociais não mais se restringem a uma população maleável economicamente, mas são, além disso, manifestações micropolíticas de resistência às determinadas práticas de subjetivação. Os movimentos de ocupação do espaço por meio de manifestações e protestos ressoam na produção de um espaço de liberdade, um espaço transgressor, móvel, de circulações alternativas às vigentes.

Se nas duas situações descritas – *rolezinho* e ato pró-Palestina –, a sobreposição de espaços e espacialidades nas manifestações e protestos populares assinalou conflitos decorrentes da coabitação dos mesmos, nas situações que apresentaremos a seguir isso mostra-se ainda mais claramente. Ali ficarão evidentes os conflitos entre frequentadores, e entre estes e a administração do Parque, decorrentes das diversas apropriações e usos simultâneos dos espaços, principalmente a partir da década de 1980.

Em 1984, mesmo com a poluição dos lagos alcançando um índice de 95%, crianças persistiam com os banhos e pessoas pescavam por toda a margem, apesar de essas práticas serem proibidas. A sujeira, a depredação e a poluição eram reclamações frequentes, tanto de frequentadores como dos moradores de áreas vizinhas. Eram permanentes os conflitos entre

usuários por conta de cães sem coleira e da prática de andar de skate e bicicleta, considerados *veículos ameaçadores*. A falta de segurança era associada ao pouco policiamento, que se reduzia a oito vigilantes, considerado insuficiente para a contenção de roubos de materiais diversos, como torneiras e cestos de lixo. De um modo geral, a tônica das ocorrências jornalísticas da década de 1980 recaía sobre a necessidade veemente de disciplinamento e controle da conduta dos frequentadores.

Na década de 1994, problemas como os anteriores parecem chegar ao seu ápice. Fazia-se notável o descontentamento com a persistente ocupação dos edifícios por alguns órgãos da Prefeitura, uma vez que o prazo para a liberação e transferência total das repartições era 31 de dezembro de 1992 (VEREADOR, 94). Os megaeventos que logravam agregar até 200 mil pessoas na Praça da Paz também causavam dano ao gramado, aos banheiros e à limpeza dos cestos de lixos espalhados por toda a parte. E havia ainda as críticas quanto à alegação de que a recente ciclovia estava mal localizada, com pedestres transitando pelo local e acarretando atropelamentos (PROBLEMAS, 1994).

Decorridos 40 anos de inauguração do Parque Ibirapuera, o considerável aumento de frequentadores e a variedade de atividades ofertadas acabou por levar a um ponto de saturação devido aos conflitos entre os diversos usos simultâneos dos espaços, exigindo da Prefeitura a formulação de documentos que estabelecessem regras de utilização e gestão. O governamento das empresas privadas pelo marketing cultural e esportivo, apresentado nos capítulos anteriores, aliava-se à racionalidade do poder público na estruturação de várias propostas de Plano Diretor, embora nenhuma tenha sido adotada oficialmente pela municipalidade.

Em 1996, Oscar Niemeyer é convidado a elaborar uma proposta de Plano Diretor que revise o plano original de 1954. Conforme a Minuta do Plano Diretor vigente até 2014 (SÃO PAULO, 2007), Niemeyer ansiava resgatar a função original do parque, qual seja, a de um grande centro de artes destinado exclusivamente a abrigar exposições internacionais, bibliotecas, auditórios, áreas de comunicação, centros de ensino e prática de artes. A premissa do projeto designava que o que não estivesse em concordância com a finalidade primordial seria demolido, inclusive as quadras esportivas.

Com a proximidade das comemorações do aniversário de 50 anos, um novo Plano Diretor passa a ser elaborado em 2002. Este, que tinha por base o Plano anterior de 1996, foi atualizado e ampliado pela SVMA. Embora o Plano de 2002 tenha incorporado algumas das propostas de 1996, a demolição de edificações e a remoção das quadras esportivas foram definitivamente abortadas.

O movimento gerado na década de 2000, que salientava a importância de formular um documento oficial de gestão, no caso um Plano Diretor para o Parque, reverberaria até mesmo em anos seguintes. Em 2003, a SVMA, em consonância com a restauração e a complementação do projeto original de 1953, além das adaptações de Niemeyer realizadas em 1996, reafirmava a construção do Auditório na entrada principal e a construção de quatro unidades de apoio aos usuários, integradas por lanchonetes, sanitários, fraldários, segurança, centrais de informações e enfermarias (SÃO PAULO, 2003).

O Auditório, inaugurado em 2005 como dito em outra ocasião, tem capacidade interna para 840 lugares e previsão de espetáculos externos para até 30 mil pessoas. Inicialmente, acreditava-se que representaria a conclusão do projeto original do Parque, mas, em 2004, Niemeyer criticava enfaticamente que para o projeto de 1954 estar completo, faltava a retirada de parte da Marquise entre o Auditório e a OCA. Apesar da intervenção crítica do seu próprio criador, a alteração de Niemeyer foi negada uma vez que para tal alteração, era necessária a autorização dos três órgãos deliberativos do tombamento: IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRESP. Devido a tal imbróglio, aos 97 anos, o arquiteto se recusou a participar das comemorações de entrega do Auditório (GARBIN, 2004). Segundo ele, "uma burrice fantástica. Será a única praça do mundo dividida em duas" (ESTADO, 2004).

O objetivo da nova proposta de Plano Diretor em 2003 era corrigir as descaracterizações sofridas ao longo dos anos e ampliar a área verde do Parque. A construção do Auditório seria um elemento que reforçaria a reordenação dos espaços do local, com uma área voltada aos eventos culturais – no entorno das edificações ligadas pela Marquise – e outra destinada ao lazer e à prática de esportes, uma vez que acabariam os grandes espetáculos na Praça da Paz. A nova proposta previa ainda diversas medidas como a construção de duas garagens subterrâneas, uma sob o Obelisco e outra sob a área conhecida como Autorama; a remoção de calçadas e ruas de asfalto; a implantação de um novo sistema de sinalização; a demolição de algumas edificações e de pisos pavimentados; a remoção dos bolsões de estacionamento e várias outras intervenções executivas e funcionais.

Também fazia parte das intenções da municipalidade a transferência, para um único prédio, dos setores administrativos, da Inspetoria da Guarda Civil Metropolitana, da Escola de Jardinagem, do Herbário Municipal, da biblioteca, da Casa de Leitura e do Centro de Referência Ambiental. O propósito era a demolição de todos os edifícios que estivessem fora do tombamento e que permaneciam espalhados pelo Parque, bem como a agregação dos serviços de administração em um local exclusivo.

Embora a racionalidade municipal exposta na reformulação dos espaços ocorridas em 2003 tenha perseverado em documentos oficiais nos anos seguintes (SÃO PAULO, 2004; 2006; 2007), a adaptação aos planos de Niemeyer e às propostas de novas reformulações do espaço não se concretizaram por completo.

A biblioteca atualmente está localizada na UMAPAZ, o já referido Espaço Sapucaia. A Casa da Leitura segue no mesmo local, próxima ao Viveiro Manequinho Lopes (Diário de campo, 10 de outubro de 2014). Somente em 2006 a PRODAM, última repartição pública que ainda permanecia no parque, foi transferida do Pavilhão das Culturas Brasileiras. Esperava-se alocar no Pavilhão o Museu de Arte Moderna, fato que não se concretizou. O Pavilhão das Culturas Brasileiras, inaugurado em 2010, almejava abrigar um museu com obras e peças dos povos brasileiros, englobando desde a arte indígena a manifestações artísticas contemporâneas como o design, o artesanato e o grafite. No entanto, esse espaço segue ocioso (Diário de campo, 04 de agosto de 2014).

A construção dos dois níveis de estacionamentos subterrâneos e a demolição dos sanitários e do restaurante sob a Marquise foram outras medidas que não foram executadas. Em relação à primeira, pretendia-se criar vagas para dois mil carros e remover os bolsões de estacionamento internos, como os que se encontram ao lado do Pavilhão das Culturas Brasileiras e do Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, e os situados próximo ao Pavilhão da Bienal e do MAM. Almejava-se ocupar os locais com jardins. Já a segunda medida, a demolição de algumas edificações sob a Marquise, buscava retomar a concepção original do projeto de Niemeyer, que a concebia como um espaço livre e transparente, servindo, por um lado, para unir os diversos pavilhões e, por outro, como um espaço integrador central da arte e da cultura. Os estacionamentos seguem ocupando os mesmos sítios e, apesar de edificado um novo conjunto de sanitários, não houve a supressão daqueles localizados sob a Marquise (Diário de campo, 04, 05 e 06 de agosto de 2014).

Nos anos seguintes, outras lógicas de governo estavam em andamento.

Em 2005, a SVMA elaborou um quadro diagnóstico com diretrizes e ações para o Parque (SÃO PAULO, 2006). O documento dá ênfase às dificuldades da gestão político-administrativa e elenca uma série de problemas existentes, principalmente quanto ao uso e ocupação do espaço, à paisagem e aos recursos naturais. Problemas não muito diferentes dos enfrentados nos anos anteriores. A falta de um banco de dados que organizasse o material a respeito do Parque, em especial, as atividades realizadas em seus variados espaços, foi uma medida colocada em pauta, mas que até hoje não se realizou. A administração, ciente da

desarticulação das atividades propostas pelas diferentes permissionárias dos edifícios tombados, almejava, no documento, reorganizar e otimizar os espaços. Para tanto, potencializou a vocação educativa do Viveiro Manequinho Lopes e criou a UMAPAZ.

Em 2006, firmou-se um compromisso para apresentação de um "plano propriamente dito, ou seja, com plantas de zoneamento, justificativas, diretrizes e propostas espacializadas, enfim, com os dados necessários para balizar a análise das propostas de futuras intervenções no parque" (SÃO PAULO, 2007, p. 4).

O último Plano Diretor em vigor, de 2004 a 2014, promulgava a intenção de retomar a concepção do projeto original e concebia que o lago dividia o parque em duas áreas, uma com os Pavilhões e a Marquise, voltadas às atividades artísticas e culturais, denominada *Zona Cultural*, e outra, destinada ao lazer ativo e contemplativo, denominada *Zona Verde*.

Em 2012, o Regulamento do Parque Ibirapuera, Processo 2006-0.324.629-6 (SÃO PAULO, 2012), em seus Artigos 3º e 4º, amplia e detalha o zoneamento inicialmente proposto pelo último Plano Diretor exclusivamente no que diz respeito às *Zona Cultural* e *Zona Verde*. Apesar de amparado no documento de 2004, o Regulamento de 2012 considerava que o zoneamento da área do Parque é dividido em dois setores.

O Setor A é destinado à prática de atividades recreativas, esportivas e culturais (shows, exposições e similares), desde que atendam ao regulamento de eventos do Parque e que sejam expressamente autorizados pela SVMA. Encontram-se no Setor A as quadras poliesportivas, a pista de *cooper*, a Marquise, o Museu de Arte Moderna, o Planetário, o Centro de Convivência Ibirapuera, a Administração do Parque, a Escola de Jardinagem, a Escola de Astrofísica, o Pavilhão Japonês, a OCA, a BIENAL no Pavilhão Ciccillo Matarazzo, o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, o Pavilhão Armando Arruda Pereira, o Auditório Ibirapuera, o Museu Afro-Brasil no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, o restaurante e as lanchonetes, a estação de tratamento de água, a fonte multimídia, os respectivos bolsões de estacionamento e a invernada dos bombeiros.

O Setor B é reservado à prática de atividades recreativas, esportivas e culturais de baixo impacto, desde que atendam ao regulamento de eventos e que estejam expressamente autorizados. Neste setor encontram-se o Herbário, o Viveiro Manequinho Lopes, a Serraria, o Bosque da Leitura, a Praça da Paz, as lanchonetes, a sede da Administração e a UMAPAZ.

O zoneamento em Setor A e Setor B retoma um dos propósitos norteadores na construção do Ibirapuera, qual seja, o de fazer coabitar em um único Parque a função de espaço cultural e área verde.

De largada, parece haver um traço de heterotopia em sua história a partir do momento em que se concebem espaços para cultura e meio ambiente como indissociáveis e complementares entre si. Contudo, o próprio zoneamento indicado pelo lago deflagra uma ambivalência, já que, ao contrário de ser complementar, segrega espaços e espacialidades desde seu nascimento. Isso se mostra, por exemplo, na diferença de perfil entre o usuário que faz uso da Serraria para prática de ioga, ou que visita o Viveiro Manequinho Lopes, por um lado, e o usuário que visita museus e exposições nos edifícios de Niemeyer, por outro. Assim, a proposta de substituição na nomenclatura de *Zona Cultural* e *Zona Verde* a *Setor A* e *Setor B*, além de soar um eufemismo, só vem a ressaltar a separação ineficaz na resolução dos conflitos que se alargam há anos.

Vemos, então, que as principais divergências do zoneamento apresentado, tanto quanto os regimentos modulados pelo Regulamento do Parque, dizem respeito às atividades de lazer esportivo e cultural, e não mais à falta de segurança ou à poluição ambiental e sonora, como era o caso em anos anteriores. Se antes o controle dos espaços era condicionado a mecanismos de segurança e vigilância, agora são gerados meios móveis de modulação de liberdades. Partindo desse pressuposto, conferimos que as práticas de pedagogização não estariam cerradas aos edifícios, mas perpassariam todos os espaços do Parque em um governo que opera ao ar livre.

Por mais que a municipalidade invoque uma modulação dos espaços e dos comportamentos espaciais nos documentos oficiais, o próprio cotidiano heterotópico do Parque provoca suas fugas, induz a sobreposição, cria suas sincronias. O espaço relacional característico das heterotopias, que admite a sobreposição e justaposição de espaços e espacialidades, não somente comunga com as prescrições instituídas pelo poder público ou pelas lógicas de mercado, mas principalmente com os interesses de seus frequentadores, seus objetivos e anseios. Daí deriva uma função social outra do espaço, a qual não seria aquela amparada na normalização do mesmo, mas nas relações não normatizadas. Independentemente do controle espacial estabelecido (por exemplo, pela regulamentação dos Planos Diretores e documentos a ele relacionados), os atores envolvidos criam seus próprios desvios e apropriações outras.

Algumas dessas produções espaciais que contestam os arranjos configurados podem ser conferidas, por exemplo, na apropriação da Marquise. Um espaço tido por seu criador como livre e transparente, designado à circulação e passeio entre os pavilhões é, principalmente nos fins de semana, tomado por skatistas e patinadores (Diário de campo, 31

de agosto de 2014). Com sua extensão ampla e plana, a Marquise convida ao deslize sobre rodas, mas o convite se estende a grupos de adolescentes que ali se reúnem para conversar e paquerar, ou ainda grupos de dança que fazem desse espaço palco para seus ensaios (Diário de campo, 19 de outubro de 2014).

Nas análises tecidas quanto às heterotopias do Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, Valverde (2007) afirma que a heterotopia traz em destaque a territorialidade como espaço de interação. Essa constatação parece-nos de todo pertinente ao considerarmos que, em se tratando da Marquise, o que vai falar mais alto não é o zoneamento estabelecido para determinadas funções desse espaço, mas a coesão de grupos específicos que definem territorialmente diferentes formas de uso e apropriação do mesmo.

A existência de limites nas relações sociais denota seu caráter espacial, e não as regras de conduta impostas pelo zoneamento. Por mais que o zoneamento incite a produção de determinado espaço, são os grupos escolares, os grupos de amigos, os grupos de skatistas, os grupos de corredores, os grupos familiares, que delimitam e se apropriam de seus espaços. A recente dissertação de Gurian (2014, p. 225), sobre as diferentes ocupações dos espaços da Marquise, reafirma o que salientamos. Para o autor,

> não existe uma relação clara entre a forma como um todo e os usos locais. Sua dimensão é enorme e não há como ter controle de sua espacialidade. (...) Os corpos se deslocam no espaço, em sua porção individual conquistada, por um período curto, criando fronteiras instantâneas entre as outras atividades. Uma paisagem de eventos que se expande visualmente pelo parque.

Os conflitos no sistema viário pelo uso da bicicleta, do skate ou do patins, tanto no Setor A como no Setor B, são outro exemplo.

A ciclovia do Parque Ibirapuera foi inaugurada em 1994, não distante das polêmicas em torno da política de tombamento do CONDEPHAAT e da utilização de espaços comuns. O primeiro impasse para a instalação da rede cicloviária diz respeito à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, que alegava que a construção da ciclovia contrariava o tombamento nas três esferas: o CONDEPHAAT (SÃO PAULO, 1992), o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP (SÃO PAULO, 1997), e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (que tombara o parque em 2007).

Resolvida essa questão, as queixas passaram a incidir sobre utilização desse espaço por diferentes grupos. Até 1994, as ciclovias não faziam parte dos espaços do Parque; portanto, não existia nenhuma norma sobre a regulação de espaços destinados às bicicletas.

Pelas alamedas depararíamo-nos, fortuitamente, com ciclistas, patinadores, corredores, skatistas, pessoas simplesmente passeando sem a preocupação com espaços exclusivos.

Com a implantação da ciclovia e a discriminação para uso exclusivo de bicicletas, os conflitos entre os frequentadores parecem regurgitar até os dias de hoje. Nos fins de semana, quando o público chega a ultrapassar 200 mil pessoas, caso se esteja caminhando ou correndo no lugar errado, dá-se uma buzinada do ciclista. Caso se insista em ficar na ciclovia sem bicicleta, é o vigilante que entra em ação. Caso se entre despercebido na via, corre-se o risco de ser atropelado (Diário de campo, 19 e 30 de novembro de 2014). Porém, apesar das regras determinadas pelo Regimento interno, algumas delas são definidas localmente. Suspensão e inversão da ordem: traços de heterotopia na pedagogização dos espaços.

Trata-se, assim, de contracondutas cotidianas que mantêm viva a produção de novos espaços, que incitam diferentes usos e modos de circulação e apropriação, que estimulam experiências de espacialidades outras.

A propósito, Foucault (2013b, p. 24) anunciava que "em geral, a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis". A Ladeira da Preguiça também é outro exemplo. Sua declividade atrai grupos de skatistas, embora essa prática seja proibida nesse local pelas normas do Parque. O Regulamento do Parque (SÃO PAULO, 2012) é claro em seu Artigo 31º, quando diz que é vedada, a qualquer tempo:

> a) Praticar esportes de qualquer modalidade fora das áreas especificadas e permitidas para tais atividades;
> b) Importunar de qualquer forma os usuários frequentadores e os animais do Parque, devendo adotar postura de civilidade e educação para o adequado convívio social;
> c) Desenvolver atividades em grupo e que provoquem impactos e/ou perturbem o convívio no Parque, sem comunicação e autorização do Depave – Administração do Parque.

No Artigo 38º é ratificada a proibição quando diz que "a prática de atividades esportivas fica autorizada somente nas quadras poliesportivas, campos de futebol, ciclovias e percursos de corrida demarcados" (SÃO PAULO, 2012).

Além dos conflitos gerados pela justaposição de espaços e espacialidades, a própria ociosidade de alguns locais denota a falta de planejamento efetivo e o abandono outrora referidos, como acontece no Pavilhão das Culturas Brasileiras ou na Serraria, que acabam por gerar aberturas para outras apropriações que não as instituídas: a reunião de grupos de jovens, a criança aprendendo a andar de bicicleta, a noiva em ensaio fotográfico.

Nesses casos, a distopia do espaço heterotópico mostra-se na ação não planejada da espacialidade de seus frequentadores. Aqui, o cotidiano dita formas de apropriação do espaço que não condizem com a normalização designada por regras internas ou mesmo por mecanismos pedagogizantes reguladores de condutas. Assim, há frequentemente uma renovação nos arranjos de organização socioespaciais. Os usos e apropriações geram experiências singulares para cada um dos frequentadores, mesmo que a programação dos museus, as visitas educativas, as orientações dos monitores, as propostas de atividades no Quiosque da Saúde ou na Serraria, a delimitação da ciclovia, entre tantos outros mecanismos pedagogizantes, persistam em diluir as lacunas para o imprevisível, o espontâneo e o inusitado.

As relações de poder expressas no governamento das espacialidades em curso no Parque, para as quais chamamos a atenção no capítulo anterior, ainda são contestadas pela resistência de atores sociais que dão visibilidade a processos de limpeza social, principalmente, decorrentes da gentrificação e das questões de gênero. Sobre isso, o espaço apelidado de Autorama desponta como outro exemplo emblemático das heterotopias no Ibirapuera.

O Autorama é uma área tradicionalmente conhecida como ponto de convivência de grupos LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais –, que funcionou por mais de 30 anos no Parque Ibirapuera. Trata-se de um trecho do estacionamento aos fundos do Pavilhão Ciccillo Matarazzo, prédio da Bienal, com acesso pela Avenida Pedro Álvares Cabral entre os portões 3 e 4. O nome do lugar é proposital: um apelido associado à pista automobilística em miniatura para carros de brinquedo. Era lá também que, nos bolsões de pistas, motoristas circulavam com seus carros em busca de efêmeros romances.

De acordo com Zonta (2006), são duas as faces do Autorama. A área de entrada do estacionamento era o local reservado a casais e grupos de amigos. Já a área mais afastada, com pouca ou nenhuma iluminação, era destinada à prostituição e ao tráfico.

A área, que funcionou como depósito do DETRAN e outrora tinha a função de abrigar os exames automotivos deste órgão, foi fechada em agosto de 2013, devido ao aumento da criminalidade decorrente de problemas de ordem social. As atividades ilícitas como o tráfico de drogas, a venda de bebidas para menores e a prostituição destes, foram os principais argumentos que levaram o poder público a encerrar as atividades no local.

O Autorama havia sido fechado diversas vezes pela Prefeitura em anos anteriores, em 2006, 2007, 2009 e definitivamente em 2013. Em adendo às atividades ilícitas, as queixas

incidiam ainda sobre outros problemas como a prostituição masculina, os atos indecorosos, a falta de segurança devido à pouca iluminação, a presença de vendedores ambulantes e o barulho.

Assim como a falta de segurança, a prostituição é um tema que se alastra pela história do Parque e que começa a ser noticiado na década de 1970. Embora as ocorrências jornalísticas veiculadas em 1974 façam menção às dificuldades de diferentes ordens vividas pela municipalidade na administração dos espaços monumentais, a ênfase crítica recaía, em grande medida, nos temas da falta de policiamento e da prostituição. A situação gerada pela insegurança fazia-se tão presente que, naquele ano, a Prefeitura teria delegado a 15 vigilantes armados a fiscalização das atividades no local, em especial a prostituição feminina constante nas alamedas próximas ao Gabinete do Prefeito. A rígida fiscalização chegava ao ponto de proibir o frequentador do Parque de sentar-se na grama, namorar no bosque ou ainda passear com cachorros pelos gramados (VIGILANTES, 1974); o que não era muito dissonante no contexto social da ditadura militar brasileira pelo qual passávamos.

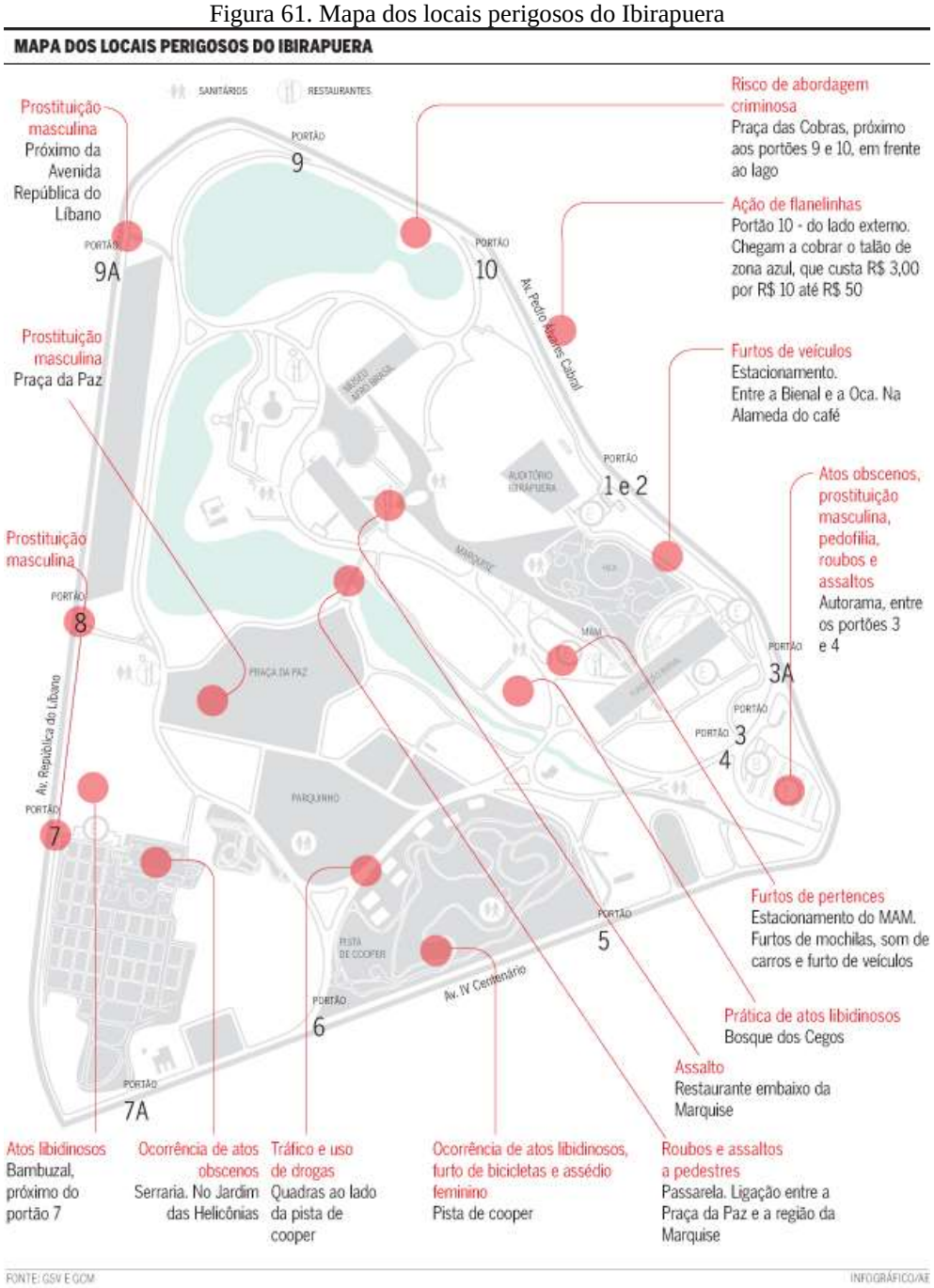
A prostituição próxima ao prédio da Bienal e do Gabinete do Prefeito seguia gerando incômodos na década seguinte (DESRESPEITO, 1984), e, em 1994, despontaram as reclamações concernentes à prostituição e à presença de homossexuais nos espaços do Parque e seus arrabaldes; fato que se evidenciou no protesto contra a construção de um shopping 24 horas no local, um projeto da Fundação Roberto Marinho. A preocupação dos descontentes era que "durante a noite [o local onde se instalaria o shopping] poderá ser frequentado por prostitutas e baderneiros, destruindo o aspecto familiar do parque" (FOGAÇA, 1994).

Ainda naquele ano, moradores teriam relatado o incômodo causado pela prostituição junto aos espaços do Ibirapuera, afirmando que garotos de programa e travestis causavam desordem. Agora não somente a prostituição feminina mas, principalmente, a masculina estava em destaque. A respeito, o jornal noticiou que 24,8% das queixas de moradores do Jardim Luzitânia, circunvizinho ao Parque, eram sobre a presença de garotos de programa e travestis no bairro (UNES, 1994).

Na década seguinte, *O Estado de S. Paulo* divulgou um mapeamento realizado pela Prefeitura no qual se constatou que metade dos locais de risco no parque envolviam atos libidinosos e prostituição masculina. Naquela ocasião, Heraldo Guiaro, administrador do Parque, protestou que "não temos pernas para atacar os dois locais ao mesmo tempo [Setor A e Setor B]. A nossa prioridade agora é o Autorama. Ali é guerra de guerrilha" (ALCADE, 2009, p. 37).

A associação da falta de segurança à prostituição pôde ser conferida ainda anos depois, quando, em 2013, a Prefeitura indicou os 15 pontos principais considerados como perigosos. Segundo o mapeamento, os locais perigosos no Parque se dividem em dois: em áreas associadas à falta de segurança devido ao excessivo número de assaltos, roubos, furtos de veículos e de bicicletas; e em áreas com índices de prostituição masculina, consumo e tráfico de drogas. Interessante observar que nove dos 15 pontos estão associados à prostituição e a atos libidinosos.

Figura 61. Mapa dos locais perigosos do Ibirapuera



Fonte: Cury, 2013.

Assim, na tentativa de vigiar os espaços e espacialidades do Parque, em 2011 e 2012 a Prefeitura instalou 11 câmeras de vigilância com o objetivo de monitorar a entrada e saída do Ibirapuera. A medida, que já havia sido anunciada em 2003, instalou a primeira câmera no Portão 3, uma das entradas de acesso ao Autorama (ALCADE, 2011; RODRIGUES, 2012).

Mesmo com a Guarda Civil Metropolitana e vigilantes terceirizados realizando rondas no interior do Parque, e com a Polícia Militar nas áreas externas, a falta de segurança é tida como um dos maiores problemas associados ao Autorama, fato que parece ainda persistir em 2014.

Em um fatídico domingo desse ano, um jovem homossexual de 19 anos morre esfaqueado em frente ao Parque e suspeita-se que o crime esteja relacionado à homofobia (DIÓGENES, 2014). Não era a primeira vez que, naquele ano, *O Estado de S. Paulo* anunciava problemas decorrentes de questões homofóbicas no parque. Em fevereiro, jovens acusaram dois vigias terceirizados de insultos e agressões.

A questão de gênero, que para alguns frequentadores pode passar despercebida, pode se tornar, para outros, um problema. Por um lado, a decisão de fechamento do Autorama funda-se no argumento da segurança pública e ancora-se no sentimento de insegurança disseminado pela indústria do medo; por outro lado, ela reforça a racionalidade higienista e segregacionista que esteve presente desde a construção do parque, acrescida, agora, de seu viés homofóbico. Trata-se do outro visto como perigo social, uma homotransfobia institucional aliada aos interesses de setores da sociedade que jogam para as margens os comportamentos considerados desviantes da norma exigida. Heterotopias que se desdobram em novos espaços, novos sujeitos, novas estratégias de governamento das condutas, novas contracondutas.

Isso não significa afirmar que há dois posicionamentos antagônicos na conformação desse espaço, a saber, de um lado a população LGBT, de outro, a classe média que reside nas imediações do Parque. Seria reducionista tentar qualificar o fechamento do Autorama simplesmente como um ato homofóbico, ou como um ato moralista. O fato é que, sendo o Autorama um espaço público, o fechamento ou limitação de horário pela justificativa da falta de segurança acabou por banir o direito de ir e vir da população. Além do mais, a lógica do cerceamento muitas vezes cria a confusão de considerar o bem público como uma extensão da posse privada dos que dele fazem uso, independentemente da classe social a que pertençam.

O que está em discussão é o fato de a própria comunidade LGBT aqui também se articular a uma lógica que dita regras e modos de ser, de seguir gestionando condutas

moduladas por uma lógica bioeconômica. Agindo desse modo, ela não foge da pulverização de mecanismos de governamentalidade que ditam modos de subjetivação. Ao mesmo tempo em que luta em prol de uma suposta liberdade, também cria mecanismos de governo que subjetivam, modulam, contradizendo-se em seus intentos de liberdade por meio da busca de novas identidades. Trata-se de um jogo instável entre governo e governados.

Aquino (2009, p. 73) irá denunciar essa agonística quando afirma que

> mais plausível, portanto, seria supor não um apartamento dos regimes de disciplina e de controle, mas entendê-los como concomitantes, articulados e, às vezes, fundidos, atuando de modo convergente. Na égide da governamentalidade, opera-se por incitação e inclusão, não por progressão e separação. Sua peculiaridade estratégica residiria, assim, não na gramática, mas na economia da normalização, agora muito mais flexível, flutuante, difusa. Uma norma menos diagnóstica e mais prognóstica. O que aí está em causa é precisamente um jogo ininterrupto com a liberdade, não seu impedimento. Regulação dos modos e dos estilos de vida em vez de contenção deles.

O governamento das espacialidades estabelece-se assim por e com a liberdade, a despeito das aparências em contrário. E isso mostra-se claramente no caso do Autorama: ao mesmo tempo em que a presença é ali inibida, possibilita-se o controle nos espaços abertos do Parque de modo flexível e contínuo via mecanismos de pedagogização.

Em 2013, com o fechamento dos portões de acesso à área considerada mais perigosa do Parque, a municipalidade esperava minimizar os problemas relatados, embora a decisão pareça ter ocasionado um efeito inverso ao esperado. Desse modo, novos traços de heterotopia são postos em questão. Isso porque os encontros sexuais seguem acontecendo no Parque, embora em outros espaços, como nas áreas conhecidas como Bananal e Bambuzal, bem como em suas imediações (AUTORAMA LEGAL, 2014).

Nos últimos anos, a área apelidada de Bananal, um local cercado por árvores nas proximidades do Viveiro Manequinho Lopes, reúne centenas de jovens nas tardes e noites de domingos (Diário de campo, 19 de outubro de 2014). A reunião é uma festa noturna do beijo e do sexo, uma espécie de feira livre onde os jovens, como feirantes, gritam para oferecer seus desejos e preferências: *gay*, *hetero*, *bi*. Ao ouvir o chamado, os interessados se aproximam para o primeiro contato. Os encontros ficaram popularmente conhecidos como *rolezinho da paquera* (BATISTA JR., 2014).

Movimentos como tais demonstram e sugerem desvios em relação às malhas do poder na governamentalização dos espaços e espacialidades do Ibirapuera. Por um lado, identificamos um modo de governo que translada a gestão dos espaços para a gestão das

condutas, ou seja, que realiza a passagem da ortopedia social ao controle social do espaço; esse controle, por sua vez, dá-se pelo isolamento do desvio e pela modulação econômica gerada pelo desvio. Por outro lado, percebemos também que aí despontam as heterotopias como respostas às tentativas de governo, como potência em contracondutas a despeito das investidas pedagogizantes, como imaginações criativas que, posicionando-se no desvio e em modos de existência possíveis, interpelam os modos de controle vigentes.

Considerações finais

Um extenso campo aberto recortado por alamedas sinuosas que seguem o traçado imposto pelas margens dos lagos. O colorido lilás dos jacarandás mimosos do início da primavera cede espaço ao tapete amarelado formado pelas flores miúdas que caem das tipuanas e sibipirunas.

O vaivém de pessoas é constante, embora ocorra de modo irregular. Pelas manhãs, em número reduzido, os adeptos da boa forma física são os mais assíduos. Podem-se encontrar pelo caminho praticantes de ioga, um grupo de *tai chi chuan*, um solitário corredor com seu *iPod* e alguns pedestres em lépidos passos. Um ou outro indiscreto ensaia alongamentos seguindo as orientações ilustrativas do totem.

As mulheres parecem ser a maioria, muitas vezes acompanhadas de crianças tomadas pelo fascínio de seus movimentos livres em um espaço que, para os pequenos, é infinitamente aberto.

Os que passeiam com seus cães distribuem-se por todos os dias. Por ali também prosseguem os incansáveis ciclistas perpetuando o vaivém das ciclovias, embora haja os que desvirtuem os traçados avermelhados no piso. O vigia permanece atento, com seu apito a postos pronto a soar aos que insistem em pedalar na contramão.

O inusitado pode acontecer: um senhor diferente dos demais parece destoar na paisagem. Veste roupa de executivo: na mão direita, uma mala; na esquerda, uma sacola de supermercado e um chapéu. Contagiado pela atmosfera de hábitos ditos saudáveis, deixa suas coisas de lado e passa a praticar alguns alongamentos na barra.

Os edifícios monumentais, reservados em um rincão, são unidos pela Marquise que enseja espelhar a sinuosidade dos lagos. Por ali, sempre se depara com algum turista equipado com sua máquina fotográfica, perambulando pela redondeza dos pavilhões. Nada quer perder de vista, olhando para todos os lados, buscando cada detalhe.

Junto aos pavilhões, os grupos escolares aglomeram-se em multidões que atravessam a Marquise de uma ponta a ao outra. Em frente aos museus, as equipes educativas os esperam para saudá-los com boas-vindas. Já o grupo dos mais novos se entretém com o piquenique às bordas do parque infantil.

Entre lanchonetes e restaurantes, ambulantes comercializam seus produtos: salgadinhos, bolachas recheadas e bebidas industrializadas. Carrinhos e bancadas estão espalhados por todo o Parque, da Marquise às alamedas.

Aqui e acolá, três palhaços quebram a rítmica dos corredores. Em um canto reservado, capoeiristas giram ao céu em movimentos. Ao fundo, distante das alamedas, um casal enamorado posa para a câmera do fotógrafo amador.

Os ruídos vindos da Marquise rompem qualquer calmaria e chamam a atenção de quem passa. O forte impacto provocado pelas rodas dos skates chega a ser ensurdecedor. É sob a mesma sombra, daquela que une os pavilhões, que se agrupam skatistas, patinadores e, até mesmo, dançarinos. Alguns curiosos, de modo cauteloso, margeiam esses espaços, evitando o risco de serem atropelados.

Aproxima-se o crepúsculo. Novamente os adeptos da boa forma física ocupam os espaços, embora com idades menos avançadas que os frequentadores matinais. Ao cair da noite, esses outros desfiam olhares que se flertam constantemente no transladar entre as alamedas.

Aos fins de semana, os numerosos frequentadores extrapolam usos e apropriações daqueles espaços. As práticas muitas vezes são as mesmas, mas o público, quase sempre diferente. Nos dias reservados ao descanso, o cenário é distinto daquele usual por conta da diferenciação social de seus frequentadores, geralmente mais abastado. São famílias e grupos de amigos, crianças e anciãos, que se espalham pelos gramados em jogos de bola, em rodas de conversa, em brincadeiras, em torno de um violão, em um almoço improvisado no chão.

Essas são algumas das espacialidades cotidianas do Parque Ibirapuera que atualmente revelam sinais de usos e apropriações que coexistem e, por vezes, conflitam.

O Ibirapuera é o parque mais significativo da cidade de São Paulo. Nele encontramos uma multiplicidade de opções de lazer cultural e esportivo que são desfrutadas por cerca de 14 milhões de frequentadores ao ano. Seus museus, exposições, universidade, ciclofaixa, escolas, planetário etc., são espaços singulares que incitam e, ao mesmo tempo, delimitam um conjunto de práticas de teor pedagógico e formativo, as quais se fazem presentes diretamente na forja das espacialidades e dos modos de vida da população que dele faz uso.

Foi nesse cenário diverso e múltiplo que buscamos compreender e, na medida do possível, problematizar alguns dos processos de subjetivação em curso na atualidade. Dali, muitos questionamentos emergiram: De que forma os regimes de verdade nos condicionam a agir de determinada maneira? Quais são os mecanismos contemporâneos de governamento da espacialidade e como se articulam a um *modus operandi* pedagogizante? De que maneira a pedagogização dos espaços produz meios que permitem um governo biopolítico e promovem

a modulação das liberdades individuais? Haveria formas de contestar os arranjos espaciais constituídos?

Na tentativa de formular algumas respostas para essas perguntas, propusemo-nos a compor uma história arqueogenealógica do Parque Ibirapuera, associada a uma cartografia de seus espaços, desde o ano de inauguração, em 1954, até os dias de hoje. Em um arco temporal de seis décadas, pudemos conferir, de um lado, o câmbio das tecnologias de governo que configuraram este espaço como aberto, móvel e flexível, privilegiando a atuação de mecanismos pedagogizantes de diferentes naturezas. De outro, deparamos com distintas formas de uso e de apropriação que entrecruzavam as malhas do governo instituído, dando visibilidade a novos atores, a fenômenos sociais e a espacialidades outras, a desvios e a contracondutas que suscitavam traços discretos de uma heterotopia urbana.

Inicialmente, constatamos que os projetos de construção do Parque Ibirapuera direcionavam a intencionalidade do poder público em instituir um espaço de ortopedia social absolutamente planejado. A planície pantanosa, erma e insalubre, daria então lugar ao principal centro das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Pela análise das fontes documentais eleitas no presente estudo, em particular os processos autuados do Fundo da Comissão do IV Centenário, conferimos a racionalidade segregacionista e eugênica deflagrada nos propósitos da concepção e da operacionalização do empreendimento. As formas de assepsia urbana, iniciadas ainda na década de 1920, buscavam equacionar os problemas citadinos por meio da modulação de determinado cidadão para uma metrópole em crescimento.

Após a inauguração do Parque e passados os festejos do IV Centenário, conferimos as variadas funcionalidades dos espaços edificados, bem como as singularidades dos modos de vida de seus frequentadores. Tais elementos, analisados em documentos oficiais, na imprensa periódica e em produções bibliográficas sobre o Parque, permitiram-nos constatar o movimento de transformação desse espaço, decorrente das racionalidades político-econômicas que o constituíam.

Quiçá, a Praça da Paz poderá servir-nos de exemplo para ilustrar esse percurso argumentativo.

Trata-se, atualmente, da área mais aberta e ampla do Parque Ibirapuera. Em 1954, o local abrigava o exuberante Pavilhão do Rio Grande do Sul, localizado ao lado dos Pavilhões das Indústrias Estrangeiras. Estes representavam um dos principais circuitos econômicos no Parque, por meio da participação de mais de 21 países na divulgação e venda de seus

produtos. A partir dessa época, conferimos a atuação de uma série de racionalidades político-econômicas com o foco no progresso econômico-industrial, e, ao final do ano 2014, em processos de governamentalidade, por meio da criação e gestão de subjetividades específicas.

Depois das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, a municipalidade iniciou a demolição dos pavilhões, e a Praça da Paz foi relegada ao abandono. Por anos, esse espaço esteve ocioso. Foi nas décadas de 1980 e 1990 que ele passou a ser definitivamente ocupado em virtude dos processos de reurbanização e revitalização do Parque como um todo.

Embora tenhamos constatado que o espraiamento de práticas com teor pedagogizante, em prol de uma aliança entre cultura e natureza, vinha se solidificando paulatinamente, somente na década de 2000 conferimos uma racionalidade mais assertiva e abrangente. Tratou-se do financiamento e do apoio a atrações culturais e esportivas, promovidas em parceria com a iniciativa privada, que demarcaram um deslocamento funcional na Praça da Paz. Seus espaços, que estiveram por tanto tempo ociosos, passaram a receber multidões nos abundantes eventos musicais.

Em nosso entendimento, estava em germe então o deslocamento de espaços fechados e disciplinários de populações diferenciadas e segmentadas, a espaços abertos de pedagogização de populações doravante governadas de modo flexível. Se nos primeiros anos de funcionamento o poder público detinha-se a táticas de vigilância no policiamento do Parque, buscando livrar seus espaços de vândalos, marginais e meretrizes, nas últimas três décadas o que esteve em questão foi, sem dúvida, o governamento das subjetividades de seus frequentadores. Assim, podemos dizer que, ao longo dos anos, a Praça da Paz reverberou em seus espaços o cruzamento de diferentes racionalidades econômicas, culturais, políticas e, sobretudo, sociais.

A partir da década de 1980, a Praça da Paz, à moda de outros locais do Parque, solidifica em seus espaços circuitos abertos de transações econômicas e financeiras, cujos investimentos de cunho pedagogizante desenhavam as transformações das tecnologias de governo espaciais ali em voga. Isso foi consolidado pelo fomento de numerosas iniciativas que valoravam a promoção de um aprendiz-empreendedor em mobilidade permanente, fosse na aquisição de bens culturais como shows e exposições, fosse no próprio empresariamento de si mesmo, em atividades esportivas, por meio do apelo à saúde e ao bem-estar, ou em atividades culturais, por meio do chamamento a uma atualização de si. Se, por um lado, era latente o objetivo de fomentar uma sociedade que tem a arte e a cultura como objeto de

consumo, por outro, tais ações promoviam a incitação à condução de si mesmo, ou seja, a prática pedagógica como resultante dos interesses individuais.

Em 2005, alguns dos eventos que antes eram promovidos na Praça da Paz foram transferidos para o recém-inaugurado Auditório Ibirapuera. Os eventos musicais que reuniam multidões foram praticamente extintos, sendo que os eventos no palco exterior do Auditório estariam limitados a um público de 30 mil pessoas, e não mais 200 mil como antes acontecia. Ainda naquele ano, diante de mais uma suposta ociosidade funcional para a Praça da Paz, a municipalidade chegou a cogitar, inclusive, a locação do espaço para festas de casamentos.

É nesse sentido que nos remetemos ao movimento de transformação desse espaço: de local agregador de pavilhões e promotor de relações comerciais e industriais em 1954, passando pela vasta área abandonada e ociosa entre 1960 e 1980, a espaço baluarte para eventos culturais e difusor de espetáculos até 2005. Diferentemente dos períodos anteriores, hoje em dia, a Praça é utilizada como local de convivência e dá lugar a apropriações outras por seus frequentadores.

No entanto, não gostaríamos de colocar em questão apenas o aspecto funcional do local, mas, sobretudo, os elementos subjetivadores por meio dos quais as pessoas que ali frequentam criam e recriam os espaços, transformando-o material e simbolicamente. A compreensão desse argumento exige recordarmos que a Praça da Paz foi um espaço outrora concebido como palco de manifestações e protestos na década de 1980. Em 2014, os protestos populares voltaram a acontecer, como o *rolezinho*, quando jovens reivindicaram visibilidade de suas demandas sociais.

As manifestações e protestos sociais geraram outra dinâmica nesse espaço, expressando diferentes interesses da população que dele faz uso e promovendo usos inesperados que alteraram a normalidade e as normas ali instituídas. Situações como essas constituem traços heterotópicos deflagrados na contínua renovação dos arranjos socioespaciais. Em suma, movimentos temporários e em mutação, reveladores da potência heterotópica dos espaços do Parque.

Temos, portanto, na Praça da Paz traços de uma heterotopia urbana que atestam o aspecto intrinsecamente mutável do espaço, sendo este regido por um jogo de forças que ao mesmo tempo que o faz promotor de tecnologias de governo, o faz contestador das mesmas. As manifestações e protestos são indicativos de tensões, de espacialidades sobrepostas que coabitavam um mesmo espaço, ajustando-se e desajustando-se.

Estaríamos, pois, diante dos limites da pedagogização dos espaços do Parque?

Ainda que possa parecer paradoxal, os traços de heterotopia urbana expressos nos pontos de convivência que apresentamos na pesquisa, em especial, a Praça da Paz, o Autorama e o Bananal, apesar de suas apropriações polifônicas – que por ora se configuraram a nós como espaços heterotópicos – incitam o despontar de novas tecnologias de governo que também derramam sua gestão capilarizada sobre os corpos e almas que se concebem livres.

O movimento heterotópico gerado como contestação da ordem instituída finda por embrenhar-se nas malhas do poder, não mais entrecruzando-as, mas dando vazão a novas engrenagens, a novas tecnologias de governo que se alinham ao circuito da governamentalidade. Ao mesmo tempo em que as heterotopias emergem a reboque de um grande leque de tecnologias de governo em ação – jurídicas, educativas e culturais –, o contrário também é perfeitamente admissível. Isso significa que a tensão gerada pelas tecnologias de governo suscita heterotopias que, a partir de sua saturação, ajustam-se a tal ponto de tornarem-se ocasião e matéria para a ressurgência de novas tecnologias de governo.

Por um lado, as contracondutas atestadas nos usos do Parque demostraram alguns limites da pedagogização aí em curso; por outro, demonstraram uma gestão paralela das desordens sociais, da perpetuação de economias informais, ilegais e precárias, submissas a novos mecanismos pedagogizantes também aí em curso. Um movimento contínuo de incitação, saturação e esgotamento, novas incitações, novas saturações e novos esgotamentos. Portanto, a pedagogização dos espaços e as heterotopias não comporiam planos espaciais antagônicos, mas coexistentes.

Com isso, foi possível subtrair duas conclusões principais:

a) As heterotopias como ferramenta de análise permitem revelar espaços de poder e espaços de resistência, indicando os limites da pedagogização;

b) As heterotopias incitam novas tecnologias de governo, uma vez que as contracondutas seguem fomentando a gestão de condutas de uma prática governamental.

A empreitada analítica a que nos propusemos por meio da cartografia dos usos espaciais do Parque Ibirapuera buscou demonstrar a maneira pela qual mecanismos pedagogizantes operam como tecnologias de governo do espaço. Com base nessa proposição, corroboramos as hipóteses formuladas na presente investigação. A primeira delas, quando julgamos que as práticas instaladas no Parque conduzem condutas e ditam formas e modos de viver espacialmente; e a segunda, que tais práticas tornam visíveis diferentes produções espaciais que contestam os arranjos até então configurados.

A história arqueogenealógica do Parque revelou o movimento das tecnologias de governo de acordo com suas justaposições, interações e reajustes. Ademais, a partir dos jogos cruzados em torno da liberdade, identificamos a atuação das tecnologias espaciais de governo. Dito de outra maneira, o que colocamos em causa, afinal, foi a racionalidade pedagógica em espaços além dos escolares, nas relações contemporâneas entre educação, governo e espaço.

Fontes

Arquivos e bibliotecas pesquisados

Administração geral do Parque Ibirapuera

Arquivo do Centro de Documentação da Universidade de São Paulo (FAU-USP)

Arquivo Histórico de São Paulo

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP)

Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP)

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

Biblioteca da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (UMAPAZ)

Jornal *Correio Paulistano*

Jornal *O Estado de S. Paulo*

Documentos oficiais sobre o Parque Ibirapuera

NIEMEYER, Oscar. et al. **Ante Projeto da exposição do IV Centenário de São Paulo**. São Paulo: Dante G. Paglia, 1952.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). Secretaria de Estado da Cultura. **Resolução SC 01/92 de 18/12/1992**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1992.

SÃO PAULO (Município). Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Resolução Nº 03/2014**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2014.

_____. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE). **Regulamento do Parque.** São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2012.

_____. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE). **Plano Diretor do Parque Ibirapuera e Minuta apresentada ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH)**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2007.

_____. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE). **Plano Diretor Parque Ibirapuera: Diagnósticos, Diretrizes e Ações**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2006.

_____. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE). **Plano Diretor Parque Ibirapuera 2004-2014**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

_____. Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE). **Plano Diretor do Parque Ibirapuera e Respectivas Intervenções. Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) do Plano Diretor do Parque do Ibirapuera.** Relatório Final Vol I. São Paulo: VRL Arquitetos Associados, 2003.

_____. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Resolução Nº 06/97**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1997.

Fundo Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo

Processo 24 de 1951. Caixa 38, série Correspondência. “Encaminha processo em que o departamento de Esportes apresenta sugestões sobre o aproveitamento de terrenos situados em Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 82 de 1951. Caixa 35, série Correspondência. “Encaminha cópia de ofício dirigido à Assembléia Legislativa do Estado, em que apresenta justas razões para impugnar o aproveitamento do Parque Ibirapuera, para instalação da Exposição do IV Centenário de SP”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 90 de 1951. Caixa 67, série Pareceres e minutas. “Apresenta parecer sobre o plano de urbanização do Parque Ibirapuera, elaborado pela Prefeitura Municipal, tendo em vista a realização da Exposição Internacional naquele parque”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 224 de 1952. Caixa 42, série Correspondência. “Solicita providências do Senhor Prefeito, no sentido de ser conseguida a mudança dos grupos de residências conhecidos por "favelas" existentes nos terrenos do Parque Ibirapuera, para a localização das construções dos edifícios destinados à Feira de 1954”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 273 de 1952. Caixa 65, série Prestação de serviços. “Solicita a concessão de todos os serviços de bares, restaurantes e diversões da Exposição a ser instalada no Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 307 de 1952. Caixa 57, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. “Solicita providências do Executivo Municipal, administrativas e judiciais, no sentido de serem desapropriadas, ou voltarem ao patrimônio municipal, as áreas com frente à rua França Pinto, dentro do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 310 de 1952. Caixa 57, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. “Solicita do Senhor Prefeito Municipal, que sejam tomadas providências urgentes, no sentido de serem sustadas, por enquanto, as construções de galpões dentro do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 311 de 1952. Caixa 38, série Correspondência. “Solicita da Secretária do Governo, e encaminhamento do processo nº. 4.744/51 – SG, que trata sobre a concessão de uma área de terreno, no Parque Ibirapuera, por trinta anos, a fim de ser construído o Velódromo Paulistano”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 408 de 1952. Caixa 35, série Correspondência. “Sugere que seja oficiado ao Sr. Prefeito, solicitando providências urgentes no sentido de determinar a sustação sobrestamento do estudo de projetos, inclusive já merecedores de aprovação, em áreas nas imediações do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 442 de 1952. Caixa 36, série Correspondência. “Solicita da Prefeitura do Município de São Paulo, no sentido de serem colocadas à disposição desta Autarquia, todas áreas municipais, dentro de cujo perímetro esta compreendido o Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 450 de 1952. Caixa 57, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. “Comunica que põe o seu terreno, situado no Parque Ibirapuera, à disposição desta comissão, para ali ser construído o Ginásio”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 566 de 1952. Caixa 132, série Serviços técnicos – auxiliares. “Memorando nº 6 – Solicita ter conhecimento das recomendações feitas aos arquitetos, para a elaboração dos planos de construções, a serem executados no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 603 de 1952. Caixa 132, série Serviços técnicos – auxiliares. “Apresenta dados sobre as construções a serem feitas no Parque Ibirapuera, para comportarem o número de expositores cujo compadecimento está sendo previsto”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 825 de 1952. Caixa 36, série Correspondência. “Solicita remessa de planta do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 791 de 1952. Caixa 127, série Correspondência. “Memorando nº 18- Solicita conhecer os locais destinados à instalação de aparelhos de diversões no recinto da Exposição”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 900 de 1952. Caixa 81, série Sugestões e propostas. “Apresenta sugestões no sentido de ser construído um prédio adequado que se intitularia “Palácio das Conferências”, no Parque Ibirapuera, destinado às realizações dos trabalhos referentes aos vários Congressos Internacionais”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 901 de 1952. Caixa 36, série Correspondência. “Solicita cópias das plantas referentes às obras planejadas no Parque do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 937 de 1952. Caixa 86, série Administração de pessoal. “Propõe sejam contratados diaristas, a fim de executarem trabalho de roçada e limpeza do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1003 de 1952. Caixa 39, série Correspondência. “Apresenta relatório de sua viagem ao Rio de Janeiro, relativo ao estudo de construção e instalação do Ginásio a ser construído no Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.
Processo 1020 de 1952. Caixa 39, série Correspondência. “Solicita urgentes providências no sentido de ser concluída a planta das ruas e caminhos dentro do Ibirapuera, para fins de instalação de água, força e telefone”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1070 de 1952. Caixa 83, série Sugestões e propostas. “Solicita seja incluída, nas comemorações do IV Centenário, a realização de duas ou três corridas noturnas semanais de trote atrelado e da necessidade de uma área, no Parque Ibirapuera, e designa Dr. José Adolpho Chaves de Amarante”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1084 de 1952. Caixa 83, série Sugestões e propostas. “Apresenta relatório de sua viagem à Europa e sugere a instalação dos diversos museus num só prédio”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1120 de 1952. Caixa 197, série Obras Públicas. “Apresenta o Dr. Otávio Augusto Teixeira Mendes sugestões referente a arquitetura paisagística do Parque Ibirapuera e solicita seja convidado a colaboração do Sr. Arthur Etzel com a preliminar de uma reunião”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1176 de 1952. Caixa 302, série Concorrência. “Apresenta proposta para confecção de maquete do projeto da Exposição no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1319 de 1952. Caixa 55, série Realização de Contratos. “Solicita informes referentes às condições de cessão de espaço de 1.000 m² cobertos e cerca de 300 m² ao ar livre, no Parque Ibirapuera, para instalação de uma oficina para uso de decoradores”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1322 de 1952. Caixa 62, série Prestação de serviços. “Apresentam esquema de organização da constituição de uma equipe de decoradores, no sentido de se dar aos interiores dos pavilhões de Exposição o aspecto estético que corresponda ao estilo arquitetônico do conjunto do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1388 de 1952. Caixa 132, série Serviços técnicos – auxiliares. “Apresenta relação de diversos expedientes daquela Diretoria, solicitando providências sobre a localização no Parque Ibirapuera, dos serviços auxiliares de colaboração – Com a Exposição-Feira Internacional de São Paulo”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1504 de 1953. Caixa 134, série Inscrição e Licenças de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. “Solicita obter direitos da venda de sorvetes de sua fabricação, no Parque Ibirapuera, por ocasião das comemorações do IV Centenário, e Propõe-se a instalar "Kiosks" artísticos – para o fim colimado”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1530 de 1953. Caixa 71, série Proposições legislativas relativas ao IV Centenário. “Encaminha processo em que contém cópia do requerimento nº 1286/52, do vereador César Arruda Castanho, solicitando informes quanto ao despejo sofrido pelo Clube Esportivo Instituto Biológico, no Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1844 de 1953. Caixa 175, série Concorrência. “Apresenta orçamento referente à instalação de Quebra Sol "Brisa" nas construções do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1884 de 1953. Caixa 57, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. “Solicita o pronunciamento desta Autarquia no sentido de serem elucidadas dúvidas referentes as construções já iniciadas no Parque Ibirapuera, local em que a Diretoria de Obras Públicas pretende levantar um dos pavilhões da Escola de Educação Física”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1916 de 1953. Caixa 125, série Publicações e edições especiais. “Sobre a conveniência de promover-se, pela Imprensa da Capital, uma série de reportagens em torno das obras do Ibirapuera e de outras atividades da Autarquia”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1946 de 1953. Caixa 197, série Obras públicas. “Encaminha ante-projeto e orçamento do ajardinamento da área de Exposição do Parque Ibirapuera, elaborado pelo Sr. Roberto Burle Marx”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1968 de 1953. Caixa 119, série Plano de propaganda. “Propõe a filmagem das obras do Ibirapuera e de outras atividades da Comissão, contratando com o cinematografista Sr. John Weterhouse”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1970 de 1953. Caixa 102, série Expediente. “Solicitam um atestado comprobatório da obediência estrita que tiveram aos termos contratuais e rigorosamente dentro do estabelecido, dos serviços executados no Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2008 de 1953. Caixa 127, série Correspondência. “Solicita um local no Ibirapuera onde possa montar um pequeno pavilhão em estilo moderno, para o preparo e venda de petisqueiras sírias”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2087 de 1953. Caixa 65, série Prestação de serviços. “Sobre execução dos trabalhos de decoração dos edifícios do Parque Ibirapuera e apresenta considerações e preços”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2088 de 1953. Caixa 82, série Sugestões e propostas. “Apresenta proposta para execução de uma escultura a ser colocada no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2117 de 1953. Caixa 250, série Despesa. “Solicita seja paga a importância de dois milhões de liras ao Prof. Giuseppe Spirito, pela execução da maquete do Ibirapuera, exposta na Feira de Milão”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2126 de 1953. Caixa 191, série Obras públicas. “Apresenta estudo sobre cercadura do Parque Ibirapuera com um canal”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2244 de 1953. Caixa 72, série Relatórios. “Relatório do Eng. José Rodrigues Pereira, fiscal das obras do Lago e Arruamento do Ibirapuera, sobre acordo feito com a Escavax e outros, para o corte e remoção de lenha daquele local”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2288 de 1953. Caixa 135, série Inscrição e Licenças de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. “Sobre inscrição para a venda de bebidas, dos próprios fabricantes de cervejas, refrigerantes e conexos, no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2413 de 1953. Caixa 177, série Correspondência. “Sobre construção de passeios marginais para o trânsito de pedestres – Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2430 de 1953. Caixa 71, série Proposições legislativas relativas ao IV Centenário. “Encaminha cópia da Indicação Nº 2101/53 do Vereador Homero Silva e Outro, em que sugere a conveniência de se oferecer no edital de concorrência para a instalação de um parque de diversões no Ibirapuera, preferência, em igualdade de condições, às firmas”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2439 de 1953. Caixa 174, série Correspondência. “Solicita providências urgentes, junto aos Arquitetos Oscar Niemeyer e Outros, no sentido de apresentarem o projeto da Entrada Monumental do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2546 de 1953. Caixa 80, série Solicitação de verbas e auxílios. “Pretende publicar seu Anuário Astronômico para 1954, solicitando o apoio financeiro de Cr$ 30.000,00 e propõe organizar no Parque Ibirapuera uma exposição dos trabalhos executados”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2576 de 1953. Caixa 132, série Serviços técnicos – auxiliares. “Apresenta plano de organização do policiamento, guarda e vigilância, bombeiros e pronto socorro do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2589 de 1953. Caixa 126, série Concorrência pública. “Sobre serviço de transporte interno no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2595 de 1953. Caixa 132, série Serviços técnicos – auxiliares. “Apresenta proposta do empréstimo gratuito de um conjunto completo de irrigação por aspersão, a ser instalado no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2691 de 1953. Caixa 108, série Organização de espetáculos. “Apresenta proposta para ocupar o teatro que será construído no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2700 de 1953. Caixa 41, série Correspondência. “Sobre cobrança dos recibos relativos à locação de áreas no Parque Ibirapuera, pelo Banco do Estado de São Paulo S/A”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2757 de 1953. Caixa 132, série Serviços técnicos – auxiliares. “Propõe a Instalação no Parque Ibirapuera, de um Centro de Pronto Socorro, sem ônus para esta Autarquia e solicita, à título gracioso, uma área de 350 metros quadrados”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2785 de 1953. Caixa 135, série Inscrição e licenças de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. “Sobre construção de uma Boite no meio do lago – Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4772 de 1954. Caixa 127, série Correspondência. “Apresenta queixa contra o guichê do posto 3 – trenzinho “Duchen” – Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4598 de 1954. Caixa 351, série Despesa. “Coleta de preços para confecção de 22 ampliações da planta do parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4961 de 1954. Caixa 100, série Organização de eventos. “Pagamento de Cr$ 2.000,00 ao Sr. Júlio Kosakevic – salto de pára-quedas que fará no Grande Lago do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4537 de 1954. Caixa 40, série Correspondência. “Sobre reclamações referentes ao serviço de alto-falante – Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4886 de 1954. Caixa 342, série Fiscalização de arrecadação e controle de funcionamento de concessionários do Parque Ibirapuera. “Solicita esclarecimentos quanto a redução de 50% dos preços, feita na Semana da Criança, pelos concessionários do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3832 de 1954. Caixa 262, série Despesa. “Solicita seja autorizada a aquisição de 6 bicicletas, para uso de estafetas e mensageiros, no recinto do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3401 de 1954. Caixa 236, série Despesa. “Solicita uma verba de Cr$ 20.000,00 para a realização de espetáculos populares os mais atrativos – todos os domingos no Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3726 de 1954. Caixa 311, série Operações de adiantamento e prestação de contas. “Solicita verba de Cr$ 15.000,00 para a complementação do programa da festa junina – dias

26, 27 e 28 – Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2095 de 1954. Caixa 137, série Inscrição e licença de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. "Providências no sentido de regularizar a exploração do serviço de botes no lago do Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2923 de 1954. Caixa 135, série Inscrição e licenças de funcionamento para expositores. "Apresenta minuta das bases de concorrência para a exploração comercial de "Boites" na Exposição do IV Centenário – Parque do Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2980 de 1954. Caixa 137, série Inscrição e Licenças de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. "Sobre providências no sentido de regularizar a exploração do serviço de botes no Lago do Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2990 de 1954. Caixa 134, série Inscrição e Licenças de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. "Sobre edital de inscrição para a venda de doces, salgados e guloseimas, no Parque Ibirapuera, durante a Exposição". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2991 de 1954. Caixa 134, série Inscrição e Licenças de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. "Sobre edital de inscrição para venda de pipocas e conexos, no Parque Ibirapuera durante a Exposição". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2992 de 1954. Caixa 134, série Inscrição e Licenças de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. "Sobre edital de inscrição para venda de caldo de cana, suco de frutas e vitaminas, no Parque Ibirapuera, durante a Exposição". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3054 de 1954. Caixa 106, série Organização de exposições. "Apresenta um programa de Exposições Culturais na marquise do Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3064 de 1954. Caixa 35, série Prestação de Serviços. "Solicita concessão para instalação de árvores publicitárias, representando estilizações das mais características espécies da flora nacional – Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3119 de 1954. Caixa 182, série Concorrência. "Apresenta memoriais descritivos e especificações para os diversos serviços a serem executados por administração, no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3223 de 1954. Caixa 127, série Correspondência. "Em que o Professor Oscar Campiglia fica autorizado a realizar trabalhos de documentação fotográfica, no Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3341 de 1954. Caixa 297, série Concorrência. “Solicita providência no sentido de ser estudada a instalação de bebedouros públicos, no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3351 de 1954. Caixa 239, série Despesa. “Apresenta orçamento referente à propaganda – rádio, televisão e imprensa – das retretas domingueiras que se efetuarão no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3379 de 1954. Caixa 40, série Correspondência. “Solicita concessão de uma barraca nas proximidades do Parque Ibirapuera, afim de apresentar aos visitantes, pratos paulistas (quitutes e salgados)”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3384 de 1954. Caixa 212, série Correspondência. “Indica o Sr Nelson G Barros Fiscal de rendas do Estado para levantar um cadastro de todas as pessoas físicas ou jurídicas que contrataram serviços de construção de obras no Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3428 de 1954. Caixa 100, série Organização de eventos. “Sobre realização de uma comemoração especial – denominada FESTA JUNINA DA RÁDIO RECORD – nos dias 26, 27, 28 e 29 de junho de 1954 – Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3431 de 1954. Caixa 212, série Correspondência. “Instalação de um palanque no Ibirapuera – retretas Domingueiras”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3529 de 1954. Caixa 297, série Concorrência. “Sobre concorrência pública para a confecção dos bilhetes de ingresso ao Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3535 de 1954. Caixa 196, série Obras públicas. “Sobre aproveitamento de construção já existente – policiamento do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3558 de 1954. Caixa 67, série Pareceres e Minutas. “Sobre constituição de uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, para exploração de dois bares que irá instalar no Ibirapuera, conforme inscrição n.004”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3695 de 1954. Caixa 246, série Despesa. “Apresenta orçamento da “Publicidade Karvas” para afixação dos cartazes de convite e propaganda do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3698 de 1954. Caixa 139, série Inscrição, cancelamento e contratos de locação de stands e lojas, nomeação, dispensa e pagamento de agente oficial de locação. “Sobre cancelamento das negociações preliminares referentes à instalação de uma agência de informações e vendas de passagens no Ibirapuera, em vista do consórcio REAL –

AEROVIAS". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3797 de 1954. Caixa 136, série Inscrição e licença de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. "Sobre permanência dos bares e quiosques instalados durante as festas juninas, no Parque Ibirapuera, a título precário". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3804 de 1954. Caixa 219, série Despesa. "Sobre pagamento a Diversos, por exibições nos shows do Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3818 de 1954. Caixa 136, série Inscrição e Licenças de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. "Sobre inscrição para instalação, montagem e exploração comercial de reclames luminosos para propaganda no Parque Ibirapuera durante a exposição – feira". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3836 de 1954. Caixa 262, série Despesa. "Concorrência Pública para fornecimento de biombos destinados à formação de recantos para descanso dos visitantes do Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3848 de 1954. Caixa 219, série Despesa. "Solicita pagamento referente a organização e apresentação ao público, dos festejos juninos e outros "shows" no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3881 de 1954. Caixa 193, série Serviços públicos. "Solicita da Secretária da Agricultura, colaboração no sentido de serem repintados pés de café das diversas variedades existentes no Estado – na Alameda do Café – no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3938 de 1954. Caixa 260, série Despesa. "Solicita autorizar publicidade na Imprensa e Rádio, sobre a data de fechamento do Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3945 de 1954. Caixa 99, série Sugestões e Propostas. "Solicita concessão de um local no recinto do Ibirapuera para armar um Pavilhão de variedades artísticas – "Variedades Arrelia"". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3976 de 1954. Caixa 144, série Sugestões e Propostas. "Solicita desta Autarquia, cessão de local – no Ibirapuera – para a realização daquela Conferênciae alojamento aos delegados que dela participarão". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3983 de 1954. Caixa 197, série Obras públicas. "Sobre designação do Sr. Aldo Calvo para decoração do Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4018 de 1954. Caixa 40, série Correspondência. “Em que a General Eletric S/A solicita autorização para a colocação de cartazes referentes aos aparelhos de iluminação pública – instalados no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4020 de 1954. Caixa 136, série Inscrição e licença de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. “Solicita seja concedida licença à firma Dall’ Antônio & Faria para a propaganda e venda do mate num stand a ser construído no Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4072 de 1954. Caixa 219, série Despesa. “Sobre pagamento ao Sr. Luciano Maurício, pela apresentação do projeto de ornamentação para o Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4212 de 1954. Caixa 119, série Plano de Propaganda. “Solicita à Prefeitura Municipal, autorizar a Empresa Serrador e outras, a exibir filmes sobre o Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4218 de 1954. Caixa 212, série Correspondência. “Encaminha carta de um munícipe contendo reclamação sobre aparelhos de diversões instalados no Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4255 de 1954. Caixa 40, série Correspondência. “Em que solicita autorizar a entrada de carros de chapa no Ibirapuera e estacionamento – à comissão de representação oficial do Governo de São Paulo”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4295 de 1954. Caixa 261, série Despesa. “Sobre pagamento á “Interturist” pelo transporte – em ônibus – de 50 moças “Bandeirantes”, ao parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4300 de 1954. Caixa 42, série Correspondência. “Em que protesta o modo pelo qual a Orquestra Sinfônica Municipal foi exibida por esta Autarquia, no dia 01/09/54 – Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4307 de 1954. Caixa 74, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita desta Autarquia, concessão graciosa do “auditorium” no Ibirapuera, para a realização daquela conferência”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4319 de 1954. Caixa 59, série Oficialização de eventos culturais e esportivos. “Solicita desta Autarquia, patrocinar uma competição automobilística denominada “100 Milhas do Ibirapuera””. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4342 de 1954. Caixa 136, série Inscrição e Licenças de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. “Sobre localização de fotógrafos no Parque do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4350 de 1954. Caixa 84, série Sugestões e Propostas. “Sobre sua exibição, no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4361 de 1954. Caixa 94, série Administração de Pessoal. “Apresenta sugestões referentes aos bilheteiros e fiéis de bilheteria – Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4412 de 1954. Caixa 42, série Correspondência. “Solicita, da Light, suspensão do racionamento de energia elétrica – Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4418 de 1954. Caixa 99, série Sugestões e Propostas. “Solicita a concessão para a instalação de um Cinema Popular ao Ar Livre, de caráter educativo e cobrança de ingresso”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4468 de 1954. Caixa 304, série Planejamento e controle de arrecadação de ingressos no Parque Ibirapuera. “Encaminha à COAP, tabela de preços do Parque de Diversões em funcionamento no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4548 de 1954. Caixa 69, série Pareceres e Minutas. “Sobre acidente que sofreu no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4561 de 1954. Caixa 122, série Sugestões e Propostas. “Apresenta sugestões referentes à programação de excursões a serem lançadas em diversas cidades do Brasil, tendo em vista a Exposição do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4568 de 1954. Caixa 304, série Planejamento e controle de arrecadação de ingressos no Parque Ibirapuera. “Em que a CIA Eletroquímica Paulista solicita permissão para distribuir convites aos seus clientes – ingresso gratuito no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4577 de 1954. Caixa 305, série Operações de adiantamento e prestação de contas. “Apresenta documentos referentes às despesas feitas com a instalação dos serviços no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4626 de 1954. Caixa 143. “Torneio de motonáutica entre paulistas e cariocas, no lago do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4631 de 1954. Caixa 99, série Sugestões e Propostas. “Sobre realização de “shows” e bailes no palanque central do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4659 de 1954. Caixa 342, série Fiscalização de arrecadação e controle de funcionamento de concessionários do Parque Ibirapuera. “Em que a Cia. Harkson, Indústria e

Comércio “Kibon”, apresenta nova “Tabela de preços” para venda dos seus produtos – Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4671 de 1954. Caixa 59, série Oficialização de eventos culturais e esportivos. “Sobre a realização do “Natal Philips” no Parque do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4684 de 1954. Caixa 351, série Despesa. “Aquisição de duas bicicletas para o serviço de ronda das portarias – parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4717 de 1954. Caixa 291, série Levantamento geral dos contratos de concessionários e expositores. “Solicita levantamento geral dos contratos de concessão existentes no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4786 de 1954. Caixa 71, série Proposições legislativas relativas ao IV Centenário. “Encaminha ofício da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, em anexo cópia da indicação dos Vereadores Jaime da Silva Reis e Outros, no sentido de ser sustada a cobrança de ingresso no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4791 de 1954. Caixa 59, série Oficialização de eventos culturais e esportivos. “Solicitam a cooperação desta Autarquia, no sentido de poderem promover uma exposição de vinte Mesas de Natal, com símbolos da liturgia, no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4793 de 1954. Caixa 99, série Sugestões e Propostas. “Solicita seja concedida à permanência do Teatro “Casa do Caboclo”, no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4798 de 1954. Caixa 74, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita cessão de local ao ar livre, no Parque Ibirapuera, para comemorar o Domingo Universal da Bíblia, dia 12/12/54 e os serviços da Emissora “Nova de Julho””. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4804 de 1954. Caixa 131, série Planejamento e organização de expositores. “Relação de objetos e materiais encontrados no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4828 de 1954. Caixa 136, série Inscrição e licença de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. “Petição dos concessionários de quiosques de doces e salgados do Parque Ibirapuera, em que concordam com o funcionamento de local ao Sr. Alfredo Cohn”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4857 de 1954. Caixa 126, série Concorrência pública. “Sobre itinerário do transporte interno no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4878 de 1954. Caixa 136, série Inscrição e Licenças de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. “Solicita obter permissão para montar no Parque Ibirapuera, uma barraca para venda de frutas estrangeiras e nacionais”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4888 de 1954. Caixa 117, série Planejamento, recepção e hospedagem. “Sobre convites aos dirigentes do Banco do Brasil e Cacex, a fim de visitarem o Parque Ibirapuera, nos dias 11 e 12/12/54, e orçamento de Cr$ 50.000,00 para as despesas com transporte e estadia”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4930 de 1954. Caixa 127, série Correspondência. “Apresenta relação dos consumidores de água – Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4951 de 1954. Caixa 291, série Levantamento geral dos contratos de concessionários e expositores. “Levantamento dos quiosques e bares existentes no Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4952 de 1954. Caixa 127, série Correspondência. “Sobre falta de policiamento nos portões do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4986 de 1954. Caixa 100, série Organização de eventos. “Colocação de urnas na grande marquise: concursos Totó Merece uma Coroa e Rainha do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 5506 de 1954. Caixa 333, série Relatório de atividades e demonstrativo de movimentação. “Apresenta relatório das atividades do Parque Ibirapuera referente ao mês de novembro/54”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 5508 de 1954. Caixa 333, série Relatório de atividades e demonstrativo de movimentação. “Apresenta relatório das atividades do Parque Ibirapuera referente ao mês de outubro/54”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 5519 de 1954. Caixa 218, série Despesa. “Sobre fornecimento de lanches e bebidas aos participantes das retretas efetuadas no Parque Ibirapuera, de julho a setembro/54”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6854 de 1954. Caixa 52, série Realização de contratos. “Seguros contra fogo dos imóveis existentes no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6308 de 1955. Caixa 74, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Sobre realização, no dia 24/4/55 de uma prova de motociclistas, no circuito interno do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 5652 de 1955. Caixa 218, série Despesa. “Sobre verba de Cr$10.000,00, para pagamento de “cachets” dos artistas que participarão da “Noite da Modinha Brasileira” dia 24/1/55 às 21 horas, no Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 5622 de 1955. Caixa 218, série Despesa. “Sobre verba de Cr$50.000,00 para pagamento de Bandas de Música e outros – dia 25/1/55 – Lagos do Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 5627 de 1955. Caixa 218, série Despesa. “Sobre verba de Cr$42.000,00 para pagamento das “Bandas de Música” que atuarão nos concursos “TOTÓ MERECE UMA COROA” e “RAINHA DO IBIRAPUERA””. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo. Caixa

Processo 3952 de 1955. Caixa 366, série Sugestões e propostas. “Estruturação do quadro de funcionários do serviço de alto-falante do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 5528 de 1955. Caixa 100, série Organização de eventos. “Despesa com o “Grito Carnavalesco” realizado no Parque Ibirapuera no dia 31/12/54”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 5563 de 1955. Caixa 100, série Organização de eventos. “Sobre transmissão de um programa especial carnavalesco – Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 5640 de 1955. Caixa 143. “Proposta apresentada pela Cooperativa Mista dos Condutores Autônomos de Veículos rodoviários de São Paulo, referente à organização de um sistema de transportes para o Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 5680 de 1955. Caixa 137, série Inscrição e licença de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. “Sobre a situação dos Bares, Restaurantes e Churrascarias do Parque Ibirapuera, com a prorrogação de Exposição”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6018 de 1955. Caixa 218, série Despesa. “Sobre “cock-tail” a ser oferecido por ocasião da entrega dos prêmios às vencedoras do concurso “Rainha do Ibirapuera” – 4/2/55”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6046 de 1955. Caixa 74, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Sobre realização de uma competição de aeromodelos”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6081 de 1955. Caixa 59, série Oficialização de eventos culturais e esportivos. “Sobre realização de uma Exposição Orquídeas, no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6096 de 1955. Caixa 52, série Realização de contratos. “Proposta para a realização de um grande carnaval no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6097 de 1955. Caixa 40, série Correspondência. “Encaminha memorial subscrito pelos Senhores Eriovaldo Augusto da Silva e outros, referente à permanência, no Parque Ibirapuera, do Capitão Armillo de Carvalho e Mello”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6184 de 1955. Caixa 74, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita área, no Parque Ibirapuera, para uma “Exposição Aeronáutica””. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6222 de 1955. Caixa 336, série Pedidos e operações de compras. “Solicita autorizar aquisição de uma tela de matéria plástica – cinema ao ar livre – Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6258 de 1955. Caixa 119, série Plano de propaganda. “Encaminha ofício da Secretaria da Segurança Pública, motivado por queixa apresentada pelo Sr. Alberto Rosa, sobre interrupção do funcionamento dos “alto-falantes”- Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6266 de 1955. Caixa 333, série Relatório de Atividades e demonstrativo de movimento de concessionários. “Relatório das atividades financeiro-econômicas do Parque Ibirapuera – dezembro/54”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6272 de 1955. Caixa 127, série Correspondência. “Sobre reclamação apresentada pelo Concessionário dos trenzinhos – Ibirapuera – contra a permissão dada para a entrada de autos a pagamento”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6302 de 1955. Caixa 70, série Realização de eventos. “Sobre realização de “Concursos Hípicos” no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6366 de 1955. Caixa 333, série Relatório de Atividades e demonstrativo de movimento de concessionários. “Relatório das atividades financeiro-econômicas do Parque Ibirapuera (fevereiro/55)”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6367 de 1955. Caixa 333, série Relatório de Atividades e demonstrativo de movimento de concessionários. “Relatório das atividades financeiro-econômicas do Parque Ibirapuera (janeiro/55)”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6398 de 1955. Caixa 142, série Inscrição, cancelamento e contratos de locação de stands e lojas, nomeação, dispensa e pagamento de agente oficial de locação. “Sobre proposta da Companhia Antártica Paulista, referente à permanência dos bares no Parque Ibirapuera –

redução nos aluguéis etc". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6399 de 1955. Caixa 72, série Relatórios. "Representação sobre a conservação do Parque Ibirapuera após o encerramento da Exposição – 22.05.55". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6441 de 1955. Caixa 333, série Relatório de Atividades e demonstrativo de movimento de concessionários. "Relatório das atividades financeiras do Parque Ibirapuera referente ao mês de março/55". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6448 de 1955. Caixa 197, série Obras públicas. "Sobre criação de um jardim instrutivo de plantas úteis no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6506 de 1955. Caixa 333, série Relatório de Atividades e demonstrativo de movimento de concessionários. "Relatório das atividades financeiras e detalhes vários sobre o Parque Ibirapuera até 30/4/55". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6519 de 1955. Caixa 283, série Correspondência. "Regulamentação da entrada de veículos no parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6569 de 1955. Caixa 132, série Serviços técnicos – auxiliares. "Solicita ao Hospital das Clínicas, cessão do material emprestado à firma Johnson & Johnson, para a montagem do Pronto Socorro do Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6616 de 1955. Caixa 40, série Correspondência. "Sobre transferência de todos os serviços da sede para o Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6641 de 1955. Caixa 138, série Inscrição e licença de funcionamento para exploração comercial, recreativa e propagandística e de prestação de serviços. "Firmas que permaneceram no Parque Ibirapuera, após o dia 22 de Maio de 1955". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6649 de 1955. Caixa 71, série Proposições legislativas relativas ao IV Centenário. "Sobre a Construção do Palácio das Festas, no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6667 de 1955. Caixa 83, série Sugestões e propostas. "Solicita oficiar à Prefeitura Municipal solicitando a criação de uma parada de bonde – Parque Ibirapuera – que se denominaria "Parada IV Centenário" – mudança dos pontos de ônibus". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6674 de 1955. Caixa 342, série Fiscalização de arrecadação e controle de funcionamento de concessionários do Parque Ibirapuera. "Entendimentos entre aquele Serviço

e T. C. para fiscalização do Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6685 de 1955. Caixa 342, série Fiscalização de arrecadação e controle de funcionamento de concessionários do Parque Ibirapuera. "Sobre controle dos vendedores ambulantes, no recinto do Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6690 de 1955. Caixa 74, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Sobre cessão de um dos pavilhões do Parque Ibirapuera para os bailes de formatura". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6728 de 1955. Caixa 257, série Despesa. "Sobre viagem ao Rio de Janeiro – cobrança das guias de recolhimento dos débitos de firmas que expuseram no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6769 de 1955. Caixa 73, série Solicitação de verbas e auxílios. "Solicita autorizar o ingresso gratuito, nas dependências do Parque Ibirapuera, de 250 associados – semanalmente". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6773 de 1955. Caixa 292, série Cobranças, levantamento de consumo e pagamentos e controle de débitos de concessionários e expositores. "Participação na publicidade pintada ou afixada nos trenzinhos que fazem o transporte de pessoas no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6837 de 1955. Caixa 281, série Contabilidade. "Relatório das atividades financeiras e detalhes vários sobre o Parque Ibirapuera, até 31/5/55". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6838 de 1955. Caixa 281, série Contabilidade. "Relatório das atividades financeiras e detalhes vários sobre o Parque Ibirapuera, até 31/6/55". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6841 de 1955. Caixa 281, série Contabilidade. "Relatório das atividades financeiras e detalhes vários sobre o Parque Ibirapuera, até 31/7/55". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 23 de 1956. Caixa 281, série Contabilidade. "Relatório das atividades financeiras e detalhes vários sobre o Parque Ibirapuera até 31/8/55". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 40 de 1956. Caixa 102, série Expediente. "Notificação à Prefeitura do Município de São Paulo e aos membros do Parque do Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 49 de 1956. Caixa 75, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Sobre providências a serem tomadas para a realização dos festejos Carnavalescos/1956, no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 75 de 1956. Caixa 294, série Bens patrimoniais permanentes e de consumo. "Solicita a titulo de empréstimo, peças para instalação de um seu escritório no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 77 de 1956. Caixa 75, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Em que o Museu de Ciência solicita cessão, à título precário, do Pavilhão das Indústrias – Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 104 de 1956. Caixa 75, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Sobre instalação de sua sede num dos edifícios do Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 105 de 1956. Caixa 75, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Sobre localização de sua sede Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 132 de 1956. Caixa 73, série Sugestões e propostas. "Sobre realização, no Parque Ibirapuera, de provas motociclísticas, com cobrança de ingresso". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 137 de 1956. Caixa 304, série Planejamento e controle de arrecadação de ingressos no Parque Ibirapuera. "Sobre competições de motonáuticas no Parque do Ibirapuera e prova para automóveis denominada Duas Horas de Velocidade, no Autódromo de Interlagos". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 150 de 1956. Caixa 44, série Correspondência. "Sobre propaganda projetada em recinto do Parque Ibirapuera – período noturno". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 152 de 1956. Caixa 69, série Pareceres e Minutas. "Solicita informar qual a data do encerramento da Exposição do IV Centenário e qual a data em que passou a ser franqueado o ingresso no Parque Ibirapuera (efeito de tributação)". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 160 de 1956. Caixa 75, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Solicita cessão das instalações necessárias do Parque Ibirapuera para a realização do Campeonato Municipal de Esportes – Julho e Janeiro de/57". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 178 de 1956. Caixa 57, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. "Sobre incorporação ao perímetro do Parque Ibirapuera, de áreas particulares nele encravadas". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 239 de 1956. Caixa 70, série CPI. "Sobre realização do Campeonato Brasileiro de Motociclismo no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 244 de 1956. Caixa 70, série CPI. “Solicita cessão do lago existente no Parque Ibirapuera para a solenidade dos campeões paulista do corrente ano”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 975 de 1956. Caixa 293, série Bens patrimoniais permanentes e de consumo. “Solicita a título de empréstimo, peças para instalação de um escritório no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 18 de 1957. Caixa 75, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Sobre realização do Campeonato Paulista de Motociclismo no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 19 de 1957. Caixa 75, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita autorização para vender bolas de ar dentro do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 22 de 1957. Caixa 69, série Pareceres e Minutas. “Solicita autorizar circulação de três carrinhos manuais da Coca-Cola, para venda desse refrigerante durante I Salão da Criança”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 26 de 1957. Caixa 75, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita cessão do campo de futebol existente dentro do Parque Ibirapuera, para uso de várias agremiações”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 7 de 1958. Caixa 70, série CPI. “Solicita cessão do Parque Ibirapuera para festividades do dia do Trabalho – 1º de Maio/58”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 13 de 1958. Caixa 76, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita em nome do Piratininga Moto Clube, a pista do Parque Ibirapuera para realização de um torneio motociclístico”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 10 de 1959. Caixa 76, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Sobre realização da Prova de ciclismo em Homenagem ao Dia das Mães, no próximo dia 10, no Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 26 de 1959. Caixa 60, série Planejamento. “Abaixo assinado solicitando adaptação no parque infantil do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 28 de 1959. Caixa 76, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita a cessão de um Pavilhão do Parque Ibirapuera para realização de uma exposição de fotografias da Itália denominada “Prima Mostra Bellezze d'Itália””. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1 de 1960. Caixa 156, série Organização de Congressos, Conferências, Encontros e Seminários. “Solicita área de terreno no Parque Ibirapuera, para realização do X Congresso

Panamericano de Estrada de Ferro – 01 de agosto a 15 de novembro/60". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 7 de 1961. Caixa 77, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Solicita autorização para instalar um Parque de Diversões denominado "Gurilândia" no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 8 de 1961. Caixa 77, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Solicita cessão de uma área de terreno, para instalação de uma sede desmontável, no Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 9 de 1961. Caixa 129, série Fiscalização e vigilância do parque do Ibirapuera. "Sobre depredações no recinto do Parque Ibirapuera, mem. 065/61". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 10 de 1961. Caixa 77, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Solicita seja armado no recinto do Parque Ibirapuera, um tablado para fins de festejos folclóricos". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1 de 1962. Caixa 77, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Solicita cessão, à título precário, das áreas internas e externas do Parque Ibirapuera, para realização de exposição denominada "Exposição Internacional de Aeronáutica e do Espaço"". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3 de 1962. Caixa 77, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. "Solicita autorização e áreas de terreno, para realização de exposição no recinto do Parque Ibirapuera". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 9 de 1962. Caixa 58, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. "Sobre realização de uma exposição no Parque Ibirapuera (Pavilhão Armando de Arruda Pereira) no período de 15 de fevereiro à 15 de maio de 1964". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4 de 1963. Caixa 58, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. "Sobre realização de uma "Exposição Industrial", no Parque Ibirapuera – 1º semestre de 1964". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 6 de 1963. Caixa 58, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. "Solicita local no recinto do Parque Ibirapuera, para realização da XI EXPOSIÇÃO durante os primeiros 15 dias do mês de junho de 1963". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 7 de 1964. Caixa 58, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. "Solicita local no recinto do Parque Ibirapuera, para realização de congresso, no período de 9 a 15 de dezembro de 1963". Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2 de 1965. Caixa 67, série Pareceres e Minutas. “Ofício do Sr. Assistente Jurídico ao Sr. Arthur Etzel, sobre a venda de bebidas alcoólicas nos bares e restaurantes do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3 de 1965. Caixa 58, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. “Sobre realização de uma exposição comercial da República da China, no Parque Ibirapuera, Pavilhão “Armando de Arruda Pereira”, durante o mês de maio de 1965”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 4 de 1965. Caixa 58, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. “Solicita local (área de 6000 m2) para sua sede, etc... No recinto do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 9 de 1965. Caixa 58, série Ocupação do Parque do Ibirapuera. “Solicita permissão para proceder ligeiras reformas no Bar denominado COCA-COLA, que explora no recinto do Parque Ibirapuera”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 3 de 1966. Caixa 78, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita área junto ao portão nº 6, no Parque Ibirapuera, para acampamento de escoteiros, de 21 a 24de abril de 1966, em comemoração à Semana do Escoteiro”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 1 de 1967. Caixa 78, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita cessão de área, no recinto do Parque Ibirapuera, para desenvolver o adestramento de cães de todas as raças, etc”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 2 de 1967. Caixa 78, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita área no Parque Ibirapuera para acampamento de escoteiros, durante a Semana Escoteira de 16 a 23/04/67”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 7 de 1967. Caixa 78, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicita área no recinto do Parque Ibirapuera, para realizar uma reunião no dia 24/09/67, etc”. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Processo 9 de 1967. Caixa78, série Solicitação de cessão das dependências do Parque Ibirapuera. “Solicitação de local no Parque Ibirapuera, para a realização da “Semana Comemorativa do 1º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem””. Manuscrito do Fundo do IV Centenário. Acervo Arquivo Histórico de São Paulo.

Imprensa periódica

ADMIN. Volkswagen do Brasil patrocina reforma da ciclovia do parque do Ibirapuera. 08 out. 2010. Disponível em <http://www.vwbr.com.br/BlogdaVolkswagen/2010/10/default.aspx>. Acesso em 02 abr. 2015.

ALCADE, Luísa. Câmeras ficarão do lado de fora do Ibirapuera. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C5, p. 31, 27 jun. 2011. Disponível em < http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

_____. Autorama pode virar área verde. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C3, p.37, 09 out. 2009. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

BATISTA JR., João. Jovens fazem "rolezinho da paquera" no Parque do Ibirapuera. **Revista Veja**, São Paulo, edição *online*, 11 jul. 2014. Disponível em <http://vejasp.abril.com.br/materia/rolezinho-paquera-ibirapuera/>. Acesso em 27 abr. 2015.

BIENAL do invisível. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C1, p. 39, 31 ago. 2014. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

BIGIO, Marilza. Ibirapuera, a terra de ninguém. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 18, 18 nov. 1984. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 25 nov. 2014.

BRASIL. Cigarro mata mais de 5 milhões de pessoas, segundo OMS. **Portal Brasil**, 29 ago. 2014. Disponível em < http://www.brasil.gov.br/saude/2014/08/cigarro-mata-mais-de-5-milhoes-de-pessoas-segundo-oms>. Acesso em 22 dez. 2014.

BUCHALLA, Anna Paula; POLES, Cristina. Fumo sob fogo cerrado. **Revista Veja**, São Paulo, ed. 1663, 23 ago. 2000, p. 104-107.

COMBATE ao fumo leva 2 mil no Ibirapuera. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, A15, p. 15, 29 ago. 1994. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

CORREIO PAULISTANO, São Paulo, Ano C, n. 29.999, 24 jan. 1954.

DANTAS, Veras. Guerra dos supermercados vai até o palco. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, B6, p. 24, 26 jun. 2004. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

DECIA, Patricia. Ibirapuera é reformado e pode ganhar 'rua' 24 horas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 1994. Disponível em < http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 30 out. 2014.

DESRESPEITO começa na área oficial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 18, 18 nov. 1984. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

DIÁRIO DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano XXVI, n. 7646, 24 jan. 1954.

DIERBERGER, Reynaldo. O Parque Municipal do Ibirapuera, em São Paulo. **Revista Architectura e Construções**. V.1, N. 11, jun. 1930, p. 34.

DIÓGENES, Juliana. Pelo direito de ser. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, E2, 23 nov. 2014. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 24 jan. 2015.

DUZENTAS mil pessoas visitaram a II Bienal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 10, 06 mar. 1954. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

É PRECISO reformar o parque. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 20, 06 abr. 1974. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

ENTINI, Carlos Eduardo. Como era São Paulo sem o Parque do Ibirapuera. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 ago. 2013. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

ESTADO, Agência. Auditório do Ibirapuera é inaugurado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2004. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

FOGAÇA, Elenita. Paulistanos protestam contra shopping 24 horas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 mai. 1994. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
FOLHA DA MANHÃ, Edição comemorativa do IV Centenário, São Paulo, Ano XXIX, n.9151, 24 e 25 jan. 1954.
FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 30 jan. 1954. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/>. Acesso em 25 nov. 2014.
FESTA da primavera atrai 600 mil pessoas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C3, p. 31, 3 out. 1994. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
GARBIN, Luciana. 'É o Scala moderno', diz Marta. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C 10, p. 42, 15 dez. 2004. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
GAZETA, São Paulo, Ano XLVIII, n. 14.590, 25 jan. 1954.
GUIA. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, D7, p. 62, 12 jan. 1994. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
IBIRAPUERA passa a ter 59 flamingos africanos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C6, p. 22, 22 nov. 1994. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
IBIRAPUERA, o parque dos fracassos, tem novo plano. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 44, 17 abr. 1974. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
INAUGURAÇÃO oficial da Radio 9 de Julho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 8, 11 jul. 1954. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
IR E VIR. **Revista E**. n. 7, ano 21, p. 16-21, jan. 2015.
JOTESP propõe fechamento do Ibirapuera. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Suplemento de Turismo, p. 198, 27 jan. 1974. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
NOVO Ibirapuera, três vezes mais caro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 17, 26 jun. 1974. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, Caderno 2, C3, 26 nov. 2014a. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, 29 ago. 2014b. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 25 jan. 2015.
_____. São Paulo, Divirta-se, p. 96, 22 ago. 2014c. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, A27, 04 dez. 2004a. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, A23, 16 out. 2004b. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, E3, 25 jun. 2004c. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 25 nov. 2014.
_____. São Paulo, A11, 28 fev. 2004d. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, D7, 24 jan. 2004e. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, A5, 16 jan. 2004f. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 25 nov. 2014.
_____. São Paulo, G7, p. 109, 22 out. 1994a. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, A2, 20 out. 1994b. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, C1, p. 40, 21 ago. 1994c. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

_____. São Paulo, A19, 28 mai. 1994d. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, A9, 30 abr. 1994e. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, Suplemento Feminino, p. 166, 02 set. 1984. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, p. 10, 28 nov. 1974. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, p. 11, 09 out. 1964. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, 28 out. 1954a. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, 14 out. 1954b. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, p. 10, 01 set. 1954c. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 25 nov. 2014.
_____. São Paulo, p. 9, 17 ago. 1954d. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 25 nov. 2014.
_____. São Paulo, 22 jun. 1954e. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, 20 abr. 1954f. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
_____. São Paulo, ano LXXV, nº 24.145, 25 jan. 1954g. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
O IBIRAPUERA de novo em foco. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 16, 14 jun. 1974. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
O IBIRAPUERA poderá ser um parque. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 16, 05 abr. 1974. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
O NOVO Ibirapuera agora é apenas uma ideia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 20, 13 jun. 1974. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
ORNELLAS, Francisco. Um passeio pelo Ibirapuera, que já foi um parque. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 32, 12 abr. 1974. Disponível em < http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
PADIGLIONE, Cristina. De olho em cenas regionais, Globo inicia ações pelos 460 anos de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Sem intervalo, C6, p. 24, 01 jan. 2014. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
POLICIAMENTO no Parque do Ibirapuera. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 10, 17 abr. 1964. Disponível em < http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
PRESO homem que vendeu o Parque Ibirapuera. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jul. 1972. Disponível em Disponível em <http://acervo.folha.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
PROBLEMAS prejudicam a vida no parque. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Cidades, C8, p. 48, 21 ago. 1994. Disponível em < http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
REDAÇÃO divirta-se. Passatempo: um passeio pelas atrações culturais desde a criação do Estadão, em 1875. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2015. Disponível em < http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
RIBELLA, Rafael. Todos lucram com os 450 anos de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, B9, p. 28, 24 jan. 2004. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
RICHARD, Ivan. Governo proíbe fumo em locais fechados e veta qualquer propaganda de cigarros. Agência Brasil, Brasília, 31 mai. 2014. Disponível em

<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/05/governo-proibe-fumo-em-locais-fechados-e-veta-qualquer-propaganda-de>. Acesso em 25 jun. 2015.

RODRIGUES, Artur. Ibirapuera ganha nove câmeras high-tech. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C 5, p. 41, 06 set. 2012. Disponível em < http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

SANT'ANNA, Mariana. Ibirapuera vai ganhar duas ciclovias, uma só para família. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C3, p. 41, 15 mai. 2004. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

SOUZA, Bárbara. Vira Mariana vira 'bola da vez' para construtoras. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C1, p. 28, 26 mar. 2004. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

UNES, João. Prostituição junto a parque causa incômodo a moradores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Z3, p. 83, 06 mai. 1994. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

VEREADOR quer que Prodam saia do Ibirapuera. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 22, 18 mar. 1994. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

VIGILANTES chegam ao Ibirapuera para afastar as crianças. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 27, 16 mai. 1974. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

VISITAS ao Parque Ibirapuera. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 10, 02 jun. 1954. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 25 nov. 2014.

ZONTA, Natália. Depois da festa, polícia abandona Autorama. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, C4, p.61, 11 mar. 2006. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.

Produções bibliográficas

ALMEIDA, Fernando Azevedo de. **O franciscano Ciccillo**. São Paulo: Pioneira, 1976.

ANDRADE, Manuella Marianna. O processo de formação do Parque do Ibirapuera. **Revista do Arquivo Municipal**, v. 204. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2006, p. 49-65.

_____. O parque do Ibirapuera: 1890 a 1954. **Arquitextos**. Ano 05, set. 2004. Disponível em < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.051/553>. Acesso em 5 dez. 2014.

AUTORAMA LEGAL, Projeto. Proposta do Conselho LGBT Paulistano de reforma do Autorama. São Paulo: Conselho LGBT Paulistano, 2014. Disponível em <https://docs.google.com/document/d/16ustELRRGr8OWA6EZfVEqJ784fiFELJIBM_DnLsZ6ww/edit>. Acesso em 5 dez. 2014.

BARONE, Ana Claudia Castilho. A oposição aos pavilhões do parque Ibirapuera (1950-1954). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.17. n. 2. p. 295-316. jul.- dez. 2009.

_____. **Ibirapuera: parque metropolitano (1926-1954).** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

BARTALINI, Vladimir. **Parques Públicos Municipais de São Paulo.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

FARAH Service. Disponível em <http://farahservice.com.br/>. Acesso em 23 jun. 2015.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

LEITOR de Música Online. Disponível em <http://www.leitordemusicaonline.blogspot.com.br/2013/05/ouvir-isto-e-hollywood.html>. Acesso em 5 dez. 2014.

MAC Museu de Arte Contemporânea. Disponível em <http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/institucional/institucional.asp>. Acesso em 20 mar. 2015.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil. Brazilian Urban Parks.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MAM Museu de Arte Moderna. Disponível em <http://mam.org.br/aprenda/cursos/> Acesso em 20 dez. 2014.

MARIANO, Cássia. **Preservação e paisagismo em São Paulo:** Otavio Augusto Teixeira Mendes. São Paulo: Annablume, Fapesp, Fundação Maria Luisa e Oscar Americano, 2005.

MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulistana. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material / Universidade de São Paulo, Museu Paulista. v. 6/7 (1998-1999) , p. 9-36, 2003.

MUSEU Afro. Disponível em <http://www.museuafrobrasil.org.br/educacao/projetos> Acesso em 20 dez. 2014.

NUNES JUNIOR. Paulo Cezar. **Espaço para o tempo livre:** considerações sobre lazer e apropriação do espaço urbano no Parque do Ibirapuera. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

OLIVEIRA, Fabiano de Lemes de. **Projetos para o Parque do Ibirapuera:** de Manequinho Lopes a Niemeyer (1926-1954). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Carlos, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. **Anotações para a história de uma época**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

ONG Parque Ibirapuera Conservação. Disponível em <http://www.parqueibirapuera.org/>. Acesso em 2 mar. 2015.

PREFEITURA Municipal de São Paulo. Disponível em <http://www.Prefeitura.sp.gov.br> Acesso em 4 nov. 2014.
RODRIGUES, Marly; SEGUI, Tetsuo. **Parque Ibirapuera**. São Paulo: Metalivros, 2012.
RUBIO, Katia. O trabalho do atleta e a produção do espetáculo esportivo. Scripta Nova. **Revista eletrônica de geografía y ciencias sociales**, v. VI, n. 119 (95), 2002.
SANTOS, CLÁUDIA LEONOR G. A. OLIVEIRA. **Ballet do IV Centenário. Estudo sobre a profissionalização da dança em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
VALLIM JR., Acácio Ribeiro et al. **Fantasia Brasileira. O Balé do IV Centenário**. São Paulo: SESC, 2006.
VASCONCELLOS, Isabel Fomm. Reedição relato do vídeo de 1954. Série Recordar. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9Q9JofGl6Vw>. Acesso em 2 mar. 2015.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ALBET, Abel; BENACH, Núria. **Doreen Massey:** un sentido global del lugar. Barcelona: Icaria, 2012.

ALLEN, John. Topological twists: Power's shifting geographies. **Dialogues in Human Geography**, 1(3), p. 283-298, 2011.

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.051/553>. Acesso em 02 set. 2014.

AQUINO, Julio Groppa. A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**. v. 18, n. 53, p. 301-492, 2013a.

_____. Pedagogização do pedagógico: sobre o jogo do *expert* no governamento docente. **Educação**, Porto Alegre/PUCRS Impresso, v. 36, n. 2, p. 201-209, 2013b.

_____. Disjunção, dispersão e dissensão da educação contemporânea. In: SARAIVA, Karla; MARCELLO, Fabiana Amorim (Orgs.). **Estudos culturais e educação: desafios atuais.** Canoas: Ed. ULBRA, p. 138-156, 2012.

_____. **Docência, poder e liberdade:** dos processos de governamentalização à potência de existir nas escolas. Tese (Livre-docência em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

AQUINO, Julio Groppa; RIBEIRO, Cintya Ribeiro. Processos de governamentalização e a atualidade educacional: a liberdade como eixo problematizador. **Revista Educação e Realidade**. v.34, n. 2, mai/ago, p. 57-71, 2009.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. (Orgs.). **Cartografias de Foucault**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

AYAK, Anoop; JEFFREY, Alex. **Geographical Thought:** an introduction to ideas in Human Geography. Harlow: Pearson Education, 2011.

BACIGALUPE, Alberto Dentice; GARRIDO, Marcelo. Espacios Educativos: médios de vinculación y dominio. **Revista Geogr. Valparaíso**. n. 47, p. 53-66, 2013.

BALL, Stephen. Aprendizagem ao longo da vida, subjetividade e a sociedade totalmente pedagogizada. **Educação**. v. 36, n. 2, p. 144-155, 2013.

_____. **Politics and Policy Making in Education**. Explorations in Policy Sociology. London: Routledge, 1990a.

_____. **Foucault and Education**: Disciplines and Knowledge. London: Routledge, 1990b.

BEILLEROT, Jacky. **A sociedade pedagógica**. Porto: Rés, 1985.

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. **Cadernos de Pesquisa.** n. 120, p. 75-110, 2003.

_____. Das pedagogias ao conhecimento. **Educação, Sociedade & Culturas**. n. 15, p. 9-17, 2001.

BERTICELLI, Ireno Antônio. Da escola utópica à escola heterotópica: educação e pós-modernidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 13-24, 1998.

BORGES, Jorge Luis. **El Aleph**. Buenos Aires: Editoral Sudamericana, 2011.

CANAL, María Inés García. **Espacio y poder:** El espacio en la reflexión de Michel Foucault. Coyoacán-México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006.

CASEY, Edward S. **The fate of place:** A Philosophical History. Berkeley: University of California Press, 1998.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault**. Buenos Aires: Universidad nacional de Quilmes, 2004.

CASTRO-GOMÉZ, Santiago. **Historia de la gubernamentalidad. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Pontificia Universidad Javeriana-Instituto Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010.
CHAVES, Ana Paula Nunes. Estudos sobre espaço e heterotopia: um panorama da produção científica educacional. I Jornada Internacional de Filosofia da Educação e III Jornada de Filosofia da Educação, 2014, São Paulo. **Anais da I Jornada Internacional de Filosofia da Educação e III Jornada de Filosofia da Educação**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, Paulo César Costa, **Geografia: conceitos e temas**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.
_____. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton. **Novos rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1988, p. 25-34.
CRAMPTON, Jeremy W.; ELDEN, Stuart. **Space, knowledge, and power:** Foucault and geography. Cornwall: Ashgate e-book, 2007.
CURY, Guilherme. Vai treinar no Parque do Ibirapuera? Conheça as áreas perigosas! **Vestindo Saúde**, São Paulo, 01 fev. 2013. Disponível em <http://vestindosaude.com.br/>. Acesso em 27 abr. 2015.
DEACON, Roger; PARKER, Ben. Escolarização dos cidadãos ou civilização da sociedade? In: SILVA, Luiz Heron da. (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p.138-153.
DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, Unesco, MEC, 2010.
DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, Unesco, MEC, 1998.
DOEL, Marcus. **Poststructuralist Geographies:** the diabolical art of spatial science. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
DUNCAN, James. Após a guerra civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural:** um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 61-83.
FEJES, Andreas; NICOLL, Katherine (Orgs.). **Foucault and lifelong learning**: governing the subject. New York: Routledge, 2008.
FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: MOTTA, Manoel Barros de (Org.). **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos e Escritos IX. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 118-140, 2014.
_____. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.
_____. **O corpo utópico; As heterotopias**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013b.
_____. Outros espaços. In: MOTTA, Manoel Barros de (Org.). **Estética:** Literatura e Pintura, Música e Cinema. Ditos e Escritos III. Trad. Inês Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 414-424, 2013c.
_____. A linguagem do espaço. In: MOTTA, Manoel Barros de (Org.). **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Ditos e Escritos VII. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 36-41, 2011.
_____. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Segurança, território e população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros de (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Ditos e Escritos V. Tradução de Inês Dourado Barbosa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-287, 2006.
_____. **Em defesa da sociedade:** curso dado no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 29ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
_____. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Samapio. 5ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 28ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
_____. **História da loucura**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
GENOCCHIO, Benjamin. Discourse, discontinuity, difference: the question of 'Other' spaces. In: WATSON, Sophie e GIBSON, Katherine (ed.). **Postmodern cities and spaces**. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.
GURIAN, Eduardo Pereira. **Marquise do Ibirapuera:** suporte ao uso indeterminado. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
HARVEY, David. **O espaço como palavra-chave**. GEOgraphia, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.
_____. **Géographie et Capital: vers um matérialisme históricogéographique**. Paris: Syllepse, 2010.
_____. The Kantian Roots of Foucault's Dilemmas. In: CRAMPTON, Jeremy. W.; ELDEN, Stuart. **Space, knowledge, and power: Foucault and geography.** Cornwall: Ashgate e-book, p. 41-47, 2007.
_____. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.
_____. **Spaces of Hope**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.
_____. **La condición de la posmodernidad: investigación sobre los orígenes del cambio cultural**. Trad. de Martha Eguía. Buenos Aires: Amorrortu editores S.A., 1998.
_____. **Social justice, postmodernism and the city**. International Journal of Urban and Regional Research, v. 16, n. 4, p. 588-601, 1992.
_____. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
HEROD, Andrew. On workers' theoretical (in) visibility in the writing of critical urban geography: a comradely critique. **Urban Geography**, v. 15, n. 7, p. 681-693, 1994.
HUBARD, Phil et al. **Thinking Geographically:** Space, Theory and Contemporary Geography. Londres e Nova York: Continuum, 2002.
JACKSON, Alecia Youngblood. Spaces of Power/Knowledge: A Foucauldian Methodology for Qualitative Inquiry. **Qualitative Inquiry**, 19(10), p. 839-847, 2013.
LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial:** formas de vida e produção de subjetividades. Trad. Monica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
LEFEBVRE, Henry. Prefácio – A produção do espaço. **Estudos Avançados**. 27 (79), p. 123-132, 2013.
_____. **La production de l´espace**. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos:** inquietações e buscas. Educar. n. 17, p. 153-176, 2001.

LINDÓN, Alicia. Territorialidad y género: Una aproximación desde la subjetividad espacial. In: KURI, Patricia Ramírez; DÍAZ, Angel Aguilar (Orgs.). **Pensar y habitar la ciudad:** afectividad, memoria y significado. Barcelona: Anthropos, p. 13-32, 2006.
LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel. (Orgs.). **Geografías de lo imaginario**. Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2012.
LING, Ooi Giok. 'Where are the buses?' Role of Geography Fieldwork in a Socially Fragmented World. **The Asia-Pacific Education Researcher**. 17:1, p. 33-41, 2008.
MARTIN, Jean-Yves. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n.19, p. 11-35, 2002.
MASSEY, Doreen. Imaginar la globalización: las geometrías del poder del tempo-espacio. In: ALBET, Abel; BENACH, Núria. **Doreen Massey: un sentido global del lugar**. Barcelona: Icaria, p. 130-155, 2012a.
_____. La filosofia y la política de la espacialidade: algunas consideraciones. In: ALBET, Abel; BENACH, Núria. **Doreen Massey: un sentido global del lugar**. Barcelona: Icaria, p. 156-181, 2012b.
_____. **Pelo Espaço:** uma nova política de espacialidade. 2ª ed. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
_____. Incorporating Space into Life. Trad. Patria Román Velázquez e Alejandra García Vargas. **Signo y Pensamiento**, Colômbia: Pontificia Universidad Javeriana, v. XXVII, n. 53, julio-diciembre, p. 328-343, 2008.
_____. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempoespaço. **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis, n. 3, p. 142-155, 2007.
_____. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**. Ano 6, n. 12, 2004.
MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** pequena história crítica. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.
_____. **A gênese da Geografia Moderna**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2002.
MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente:** textos reunidos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
MURDOCH, Jonathan. **Post-Structuralist Geographies**. Londres: Sage, 2006.
NICOLL, Katherine; FEJES, Andreas. Mobilizing Foucault in studies of lifelong learning. In: FEJES, Andreas; NICOLL, Katherine (Orgs.). **Foucault and lifelong learning**: governing the subject. New York: Routledge, 2008. p. 1-18.
NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto; MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. Educar es gobernar: la educación como arte de gobierno. **Cadernos de Pesquisa**. v. 42 n. 145 p. 14-29 jan./abr. 2012.
NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. **Pedagogia e governamentalidade ou Da Modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 283-303, 2004.
PASSOS, Izabel Friche; BELO, Fábio (Orgs.). **Na companhia de Foucault:** 20 anos de ausência. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004.
POPKEWITZ, Thomas (Org.). **Inventing the Modern Self and John Dewey**: Modernities and the Traveling of Pragmatism in Education. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
RAFFESTIN, Claude. **Por una geografia del poder**. Trad. Yanga Villagómez Velázquez. Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2011.
_____. Entrevista a Marcos Aurélio Saquet. **Revista Formação**. v. 1, n. 15, p. 01-05, 2008.
_____. L'actualité et Michel Foucault. **EspacesTemps.net**, Actuel, 2005. Disponível em <http://espacestemps.net/document1172.html>. Acesso em 27 abr. 2014.

RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze:** ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
RAMÍREZ, Adrián Velázquez. Lucha política y configuraciones de poder: una mirada desde el giro espacial. **Papeles de Trabajo**, Año 6, n. 10, p. 238-248, 2012.
REVEL, Judith. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.
ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XIX**. Trad. Paulo Ferreira Valerio. São Paulo: Paulus, 2013.
_____. ¿La muerte de lo social? Re-configuración del territorio de gobierno. **Revista Argentina de Sociologia**. Año 5, n. 8, p. 111-150, 2007.
_____. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Liberdades reguladas.** Petrópolis: Vozes, p. 30-45, 1998.
RYAN, Mary E. Spaces of possibility in pre-service teacher education. **British Journal of Sociology of Education,** 32(6), p. 881-900, 2011.
SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço:** diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard. (Orgs.). **O legado de Foucault**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
SHEEHY, M. Can the literacy practices in an after-school programme be practised in school? A study of literacies from a spatial perspective. **Pedagogy, Culture and Society**, 17(2), p. 141-160, 2009.
SILVA, Marilene Rosa Nogueira da; TORRES, Magda Maria Jaolino; PINTO, Luciano Rocha (Orgs.). **Experimentadores:** Michel Foucault e práticas historiográficas. Rio de Janeiro: Paju, 2011.
SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 127-146, 2002.
_____. **Desenvolvimento Desigual:** natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
SOJA, Edward. W. Keeping space open. **Annals of the Association of American Geographers**, 70, p. 348-353, 1999.
_____. El tercer espacio. Ampliando el horizonte de la imaginación geográfica. **Geographikós**, Buenos Aires, n. 8, 2º semestre de 1997.
_____. **Thirdspace – a journeys to Los Angeles and other real and imagined places**. Oxford: Blackwell, 1996.
_____. Heterotopologies: a remembrance of other spaces in the citadel of L.A. In: WATSON, Sophie e GIBSON, Katherine (ed.). **Postmodern cities and spaces**. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.
_____. **Geografias Pós-Modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.
SZYMBORSKA, Wislawa. Mapa e outros três poemas. Tradução Regina Przybycien. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Ilustríssima, 27 jan. 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/90516-mapa-e-outros-tres-poemas.shtml>. Acesso em 11 abr. 2015.
VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felippe. Sobre espaço público e heterotopia. **Revista Geosul**. v. 24, n. 48, p. 7-26, 2009.
_____. **A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. As duas faces da moeda: heterotopias e *emplazamientos* curriculares. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 45. p. 249-264. Jun. 2007a.
VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28. n. 100-Especial. p. 947-963. Out. 2007b.
VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Trad. Marcelo Jacques de Morais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
_____. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Trad. Luís Lima. Lisboa: Edições Grafia & Texto, 2008.
VIEIRA, Elisa. **A cidade e o governo dos homens: sobre o lastro educacional da urbanidade contemporânea.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
VIEIRA, Elisa; AQUINO, Julio Groppa. Sobre a pedagogização da experiência urbana: o projeto da cidade educadora. **Educacão Unisinos**, São Leopoldo. (no prelo).
VILLAÇA, Flavio. A segregação urbana e a justiça (ou a Justiça no Injusto Espaço Urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 11, n. 44, jul/set, p. 341-346, 2003.
WARF, Barney; ARIAS, Santa. **The Spatial Turn, Interdisciplinary perspectives**. London: Routledge, 2009.

Apêndices

Apêndice 1. Seleção de referências a respeito do Parque Ibirapuera e do IV Centenário da Cidade de São Paulo disponíveis para consulta no Arquivo Histórico de São Paulo

ALMEIDA, Fernando Azevedo de. **O franciscano Ciccillo.** São Paulo: Pioneira, 1976.

ARQUITETURA no Parque do Ibirapuera. **Habitat**, São Paulo, v. 16, 1954.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932, a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Joaquim. O conjunto arquitetônico de Ibirapuera. **Brasil – Arquitetura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 2/3, 1953-4.

ETZEL, Eduardo. O verde da cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, Ano 45, v. 195, 1982, p. 51-78.

_____. **Vivendo Transformações (1906-1980)**. São Paulo: S/E, 1980

FERRAZ, Vera Maria de Barros. O parque da Metrópole. **Memória**, São Paulo, v.4, n.18, p. 16-23, 1993.

VALLIM JR., Acácio Ribeiro et al. **Fantasia Brasileira**. O Balé do IV Centenário. São Paulo: SESC, 2006.

LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da Cidade de São Paulo:** uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **A cidade e as áreas verdes**. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município, 1979.

MARIANO, Cássia. **Preservação e paisagismo em São Paulo:** Otavio Augusto Teixeira Mendes. São Paulo: Annablume, Fapesp, Fundação Maria Luisa e Oscar Americano, 2005.

MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulistana. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material / Universidade de São Paulo, Museu Paulista. v. 6/7 (1998-1999), 2003, p. 9-36.

NIEMEYER, Oscar. **Oscar Niemeyer**. Minha arquitetura 1937-2005. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

_____. Mutilado o conjunto do Parque Ibirapuera. **Módulo**, Rio de Janeiro, v.1, 1955.

_____. **Ante Projeto da exposição do IV Centenário de São Paulo**. São Paulo: Dante G. Paglia,1952.

OLIVEIRA, Fabiano Lemes de. **Projetos para o Parque do Ibirapuera**: de Manequinho Lopes a Niemeyer (1926-1954). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Carlos, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. **Anotações para a história de uma época**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PARQUE Ibirapuera. São Paulo: Instituto Cultural Itaú, 1996.

PAVILHÃO Japonês: Tradição e Modernidade. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, [s.d.].

RODRIGUES, Marly; SEGUI, Tetsuo. **Parque Ibirapuera**. São Paulo: Metalivros, 2012.

SANTOS, Cláudia Leonor G. A. Oliveira. **Ballet do IV Centenário.** Estudo sobre a profissionalização da dança em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE). **Guia dos Parques Municipais SP**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2007.

SCHARLACH, Cecília (Org.). **Oscar Niemeyer.** A marquise e o projeto original do Parque Ibirapuera. São Paulo: IMESP, 2006.

SILVA, Ernani Bruno. **História e Tradições da Cidade de São Paulo.** 3 vol, Comemoração do IV Centenário de São Paulo. 1954.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **Ibirapuera.** História dos bairros de São Paulo. São Paulo: SMC / DPRH / Divisão do Arquivo Histórico,1977.